Relatório Anual 2009

Santander Totta

Relatório Anual 2009

Principais indicadores 3
Mensagem do Presidente 4
Órgãos Sociais 5
Factos relevantes e prémios obtidos em 2009 7
Rating 9
Valores Corporativos e Modelo de Negócio 10
Responsabilidade Social Corporativa 11
Enquadramento da Actividade 14
Áreas de Negócio 22
Áreas de Suporte ao Negócio 29
Informação Económica e Financeira 32
Gestão de Risco 39
Proposta de Aplicação de Resultados 47
Informação Complementar e Anexos 48
Demonstrações Financeiras Consolidadas 62
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 68
Relatórios e Pareceres Consolidados 189
Demonstrações Financeiras Individuais 194
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais 200
Relatórios e Pareceres Individuais 311

Principais Indicadores

	2009	2008	Variação
Balanço e Resultados *(milhões de euros)*			
Activo Líquido	45.681	40.139	+13,8%
Crédito Líquido	29.557	30.010	-1,5%
Recursos de Clientes	24.361	23.419	+4,0%
Capital Próprio + Int. Minoritários + Pas. Subordinados	3.077	2.845	+8,2%
Margem Financeira Estrita	761,8	705,8	+7,9%
Comissões e Outros Proveitos	311,8	307,8	+1,3%
Produto Bancário	1.150,1	1.070,1	+7,5%
Resultado de Exploração	628,6	571,9	+9,9%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	566,7	528,6	+7,2%
Resultado Consolidado do Exercício	473,0	438,4	+7,9%
Rácios			
ROE	24,4%	25,4%	-1,0 p.p.
ROA	1,0%	1,1%	-0,1 p.p.
Rácio de Eficiência (inclui amortizações)	45,3%	46,6%	-1,3 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios*	10,7%	10,3%	+0,4 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I)*	9,1%	8,4%	+0,7 p.p.
Core Capital *	7,6%	6,7%	+0,9 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	1,21%	0,78%	+0,4 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,23%	0,78%	+0,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	124,8%	175,5%	-50,7 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	122,6%	173,9%	-51,3 p.p.
Outros Dados			
Colaboradores	5.756	6.000	-244
Colaboradores em Portugal	5.693	5.719	-26
Pontos de Atendimento	762	769	-7
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	720	713	+7

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

Mensagem do Presidente

Num ano difícil e num enquadramento económico e financeiro muito complexo, concentrámo-nos no reforço da solidez do Banco, apresentando os mais elevados rácios de capital e atingindo níveis de solvência únicos no mercado português.

O Santander Totta conseguiu manter os resultados, num ano em que o PIB caiu 2,7%, e em que a actividade económica se ressentiu da incerteza decorrente da crise internacional, e da volatilidade dos mercados.

A solidez do Banco, espelhada no facto de apresentarmos o melhor *rating* da banca, foi reconhecida pelo mercado e contribuiu decisivamente para o crescimento líquido de clientes vinculados no Banco, bem como para o reforço da identidade, prestígio e segurança associados à marca Santander Totta, que se tornou a marca bancária mais atractiva do mercado nacional (*).

Comprovámos assim, uma vez mais, a sustentabilidade do nosso modelo de negócio, muito focado em clientes, disciplinado e criterioso nas linhas de acção prioritárias, o que tem permitido a manutenção, ano após ano, de um nível de rendibilidade superior, e com um maior crescimento de resultados na Banca nos últimos anos.

Em 2009, a nossa estratégia comercial focou-se no apoio às empresas mais dinâmicas e nos projectos mais estruturantes e viáveis, nomeadamente no Programa PME Investe, como forma de realocação eficaz dos recursos na economia.

No mercado de particulares e negócios desenvolvemos uma estratégia de crescimento equilibrado de crédito e recursos, ampliando e especializando a nossa oferta de produtos e serviços a novos segmentos, promovendo assim a necessária e adequada adaptação de oferta do banco à evolução do mercado durante a crise financeira, e à acrescida e exigente regulamentação bancária.

O Banco continuou, em 2009, a apoiar as Universidades Portuguesas no âmbito da sua politica de Responsabilidade Social, na qual investiu mais 11% que no ano precedente, num investimento superior a 4 milhões de euros. Entre outros apoios, gostaria de referir os subsídios a atribuídos a diversos projectos na área da solidariedade social, área em que assistimos a crescentes necessidades, e à qual continuaremos atentos.

O reconhecimento como "Melhor Banco em Portugal" que nos foi testemunhado pelas principais revistas da especialidade (Euromoney, The Banker e Exame) constitui, neste ano singular, por um lado a confirmação de que o Banco consegue actuar com êxito em circunstâncias económicas e competitivas muito diferentes, e por outro, um estímulo a todas as equipas do Banco para mantermos, face aos tempos difíceis que se perspectivam, a elevada performance sustentadamente demonstrada.

Em 2010, continuaremos a capitalizar na solidez da nossa marca e do nosso balanço, bem como na nossa eficiência operativa, continuando a apoiar o tecido empresarial português. No mercado de particulares iremos continuar a aprofundar a nossa oferta em segmentos específicos, como os Jovens Universitários, ou os clientes *Premium*.

Quero deixar expresso o meu grande apreço pela confiança acrescida demonstrada pelos nossos clientes, e pelo trabalho de todas as equipas do Banco, cuja cooperação e rigor na execução das políticas definidas constituem perante a situação económica e financeira adversa, a razão última destes notáveis resultados.

(*) inquérito apresentado em Novembro de 2009 pela Brandia Central

Órgãos Sociais

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Mota

Conselho de Administração

Presidente	António Mota de Sousa Horta Osório
Vice – Presidentes	Matias Pedro Rodriguez Inciarte
	Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro
	Carlos Manuel Amaral de Pinho
	Eduardo José Stock da Cunha
	Eurico Silva Teixeira de Melo
	José Carlos Brito Sítima
	José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Miguel de Campos Pereira de Bragança
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	António Mendo Castel-Branco Borges
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C.
	Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

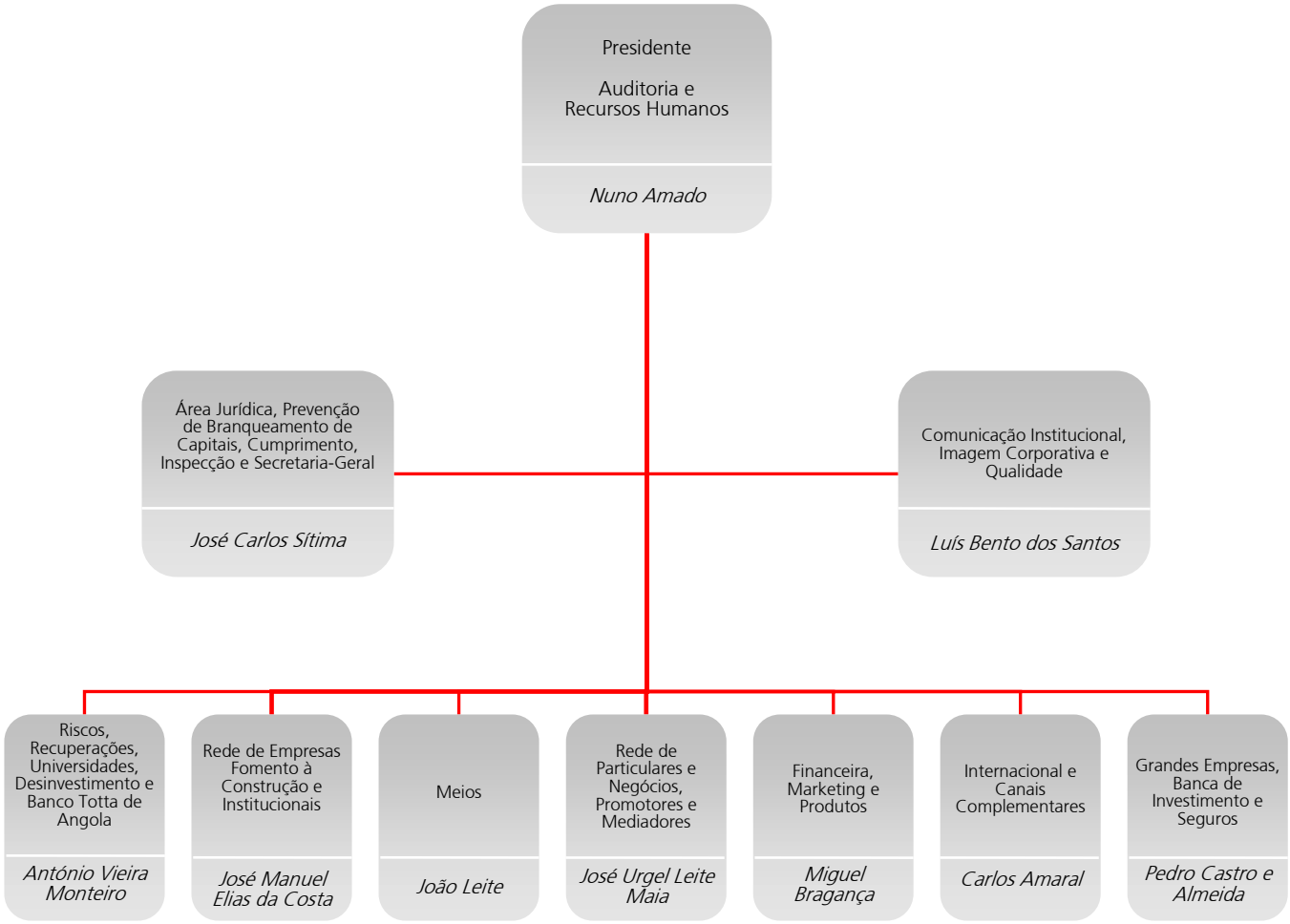
Presidente	Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro
	Carlos Manuel Amaral de Pinho
	Eduardo José Stock da Cunha**
	José Carlos Brito Sítima
	José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*
	José Manuel Alves Elias da Costa
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Miguel de Campos Pereira de Bragança
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	João Manuel da Mota Branquinho e Crespo

* Renunciou em 18/05/09 com efeitos a 19/06/09
** Renunciou em 13/03/09

Organigrama Funcional



Factos Relevantes em 2009

Janeiro

- Lançamento da 3ª Edição do Prémio de Jornalismo Económico
- Santander como assessor financeiro da Galp no processo de venda de activos da Esso Portuguesa

Fevereiro

- Entrega do Prémio Santander Totta / Universidade Nova de Lisboa
- Apresentação dos resultados anuais de 2008
- Santander Totta relança taxa fixa para crédito à habitação
- Santander Totta lança cartão de crédito que dá 5% de desconto aos seus clientes

Março

- Santander Totta patrocina cerimónia de entrega do título "Honoris Causa" a José Mourinho
- Santander Totta integra Projecto Abrigo da CAIS
- Santander Totta adere ao programa de incentivo à utilização de energias renováveis

Abril

- Apresentação dos resultados do 1º trimestre de 2009
- Santander Totta assina acordo com a ANF
- Santander Totta lança nova campanha de vinculação de clientes

Maio

- Entrega do Prémio de Jornalismo Económico
- Santander Totta promove "Semana Santander És Tu", 5 dias de iniciativas dedicadas aos seus colaboradores
- Santander Totta vence Prémio Excelência RH Magazine
- Santander Totta promove sessões de "Coaching Parental"
- Santander Totta financia e-Universidades
- Santander Totta lança produto de poupança para Universitários e oferece Bolsas para Erasmus

Junho

- Entrega do Prémio *Primus Inter Pares*
- Lançamento do Relatório de Sustentabilidade relativo ao ano de 2008
- Atlas da Arte Portuguesa, patrocinado pelo Banco Santander Totta, distribuído nas Embaixadas Portuguesas no Mundo
- Santander Totta emite 1000 milhões de euros em obrigações
- Santander Totta vence prémio de "Melhor Contact Center" em Portugal
- Santander Totta volta a apelar à poupança dos portugueses, com o conceito "Poupança Mais Prémio"

Julho

- Santander Totta patrocina festival internacional de desportos de ondas e música
- Fundação CEBI vence Prémio Gulbenkian Educação
- Apresentação dos resultados do 1º semestre de 2009
- Acordo com a CGD em Angola
- Santander Totta é o melhor Banco em Portugal, segundo a revista Euromoney
- Santander Totta e AICEP assinam acordo para apoiar exportações das empresas portuguesas

Agosto

- 6ª Edição do torneio de golfe Santander Totta

Setembro

- Santander Totta e Universidade da Madeira criam cátedras nas áreas das energias renováveis e das nanotecnologias
- Santander Totta apoia Green Festival
- Fitch mantém *rating* do Santander Totta
- Moody's mantém *rating* do Santander Totta
- Prémio CCILE: Nuno Amado eleito melhor gestor do ano

Outubro

- Santander Totta lança cartão de crédito à prova de fraude: cartão Titanium
- Santander Totta eleito "Melhor Banco do Ano"
- 2ª Conferência "Gestão no Feminino"
- Santander Totta e Instituto de Empresa (IE Business School) assinam protocolo
- Ensivest e Santander Totta celebram acordo de colaboração
- Arranque da 7ª edição do Prémio Universidade de Coimbra, com o apoio do Santander Totta
- Apresentação dos resultados do 3º trimestre de 2009

Novembro

- Santander Totta emite 1000 milhões de euros em obrigações hipotecárias
- Entrega dos prémios científicos UTL / Santander Totta 2009
- Entrega dos prémios melhores alunos UTL / Santander Totta 2009
- Santander Totta lança nova campanha publicitária de conta ordenado
- Santander Totta recebe prémio de "Melhor Grande Banco", atribuído pela revista Exame
- Contact Center do Santander Totta vence prémio de "Melhor Experiência do Cliente" no sector da Banca em Portugal
- Nuno Amado recebe Comenda Isabel La Católica
- 5ª Edição da Bolsa Virtual Universia

Dezembro

- Santander Totta eleito "Banco do Ano em Portugal" pela revista The Banker
- Mil Universidades no II Encontro Internacional de Reitores Universia
- Santander Totta é a marca bancária que mais atrai os portugueses, segundo um estudo da Brandia Central
- Santander Totta e CAIS promovem 6ª edição do Pão de Todos
- Santander Totta e América Latina lançam prémio científico e bolsas universitárias

Prémios em 2009

- Melhor Banco em Portugal - Euromoney
- Banco do Ano em Portugal - The Banker
- Melhor Grande em Portugal - Exame
- Marca que mais atrai os portugueses - Brands' Magnetic Fields 2009 Brandia Central

- "Melhor Contact Center em Portugal", no âmbito dos Prémios APCC 2009. O Banco obteve ainda o 1º lugar na categoria de "Melhor Contact Center do Sector Financeiro"
- Prémio Excelência atribuído pela Revista RH Magazine e Select Vedior, pelas suas práticas inovadoras na Gestão de Recursos Humanos – Semana Santander És Tu
- Prémio de "Melhor Experiência do Cliente" no sector da Banca em Portugal: prémio AIAREC – Associação Ibero Americana de Relações Empresa Cliente – ao *Contact Center* do Banco Santander Totta.

Rating

O Santander Totta é objecto de notação de *rating* pela Fitch Ratings, Moody's e Standard and Poor´s.

Em 2009, o Santander Totta continuou a beneficiar da mais elevada notação de *rating* atribuída a um banco português: AA, Aa3 e AA- para a dívida de longo prazo, atribuída pela Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's, respectivamente.

No início do ano, e na sequência da revisão em baixa do *rating* de longo prazo e de curto prazo da República Portuguesa para A+/A-1, respectivamente, a agência de *rating* Standard & Poor's procedeu à revisão dos *ratings* do Santander Totta, tendo confirmado o *rating* de curto prazo de A1+, mas revendo em baixa o *rating* de longo prazo para AA-, com *outlook* estável. Em Dezembro, a S&P, após ter revisto o *outlook* da dívida da República Portuguesa, para negativo, efectuou idêntico procedimento para o Santander Totta.

Em Setembro, a Moody's, no âmbito da revisão das notações de *rating* da banca portuguesa, reafirmou os r*atings* da dívida de curto prazo e longo prazo, tendo revisto o *outlook* de estável para negativo e o BFSR *(Bank Financial Strenght Ratings)* de C+ para C.

A Fitch reafirmou também, em Setembro, o *rating* do Santander Totta: AA para a dívida de longo prazo e F1+ para a dívida de curto prazo, com *outlook* estável.

As notações de *rating* obtidas pelo Santander Totta reflectem a estratégia adoptada, a solidez financeira e a sua capacidade de geração de resultados.

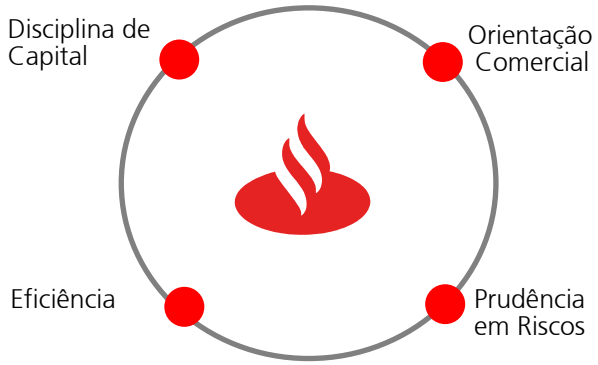
Agência	Notações de *Rating*
FitchRatings	
curto prazo	F1+
longo prazo	AA
outlook	*stable*
individual	B
Moody's	
curto prazo	P-1
longo prazo	Aa3
outlook	*negative*
individual	C
Standard & Poor's	
curto prazo	A1+
longo prazo	AA-
outlook	*negative*

Valores Corporativos e Modelo de Negócio

O Santander Totta, em linha com o Grupo Santander, rege-se pelos seguintes valores corporativos:

Dinamismo	Iniciativa e agilidade para descobrir e explorar as oportunidades de negócio antes dos seus concorrentes e flexibilidade de adaptação às mudanças de mercado
Solidez	A solidez de balanço e a prudência na gestão de riscos são as melhores garantias da capacidade de crescimento e de geração de valor para os accionistas a longo prazo
Liderança	Vocação de liderança com as melhores equipas e uma orientação constante para o cliente e para os resultados
Inovação	Procura constante de produtos e serviços que respondam às novas necessidades dos clientes permitindo obter aumentos de rendibilidade superiores aos dos nossos concorrentes
Orientação comercial e ética profissional	Estratégia de melhoria contínua na captação, satisfação e vinculação de clientes através de uma oferta ampla de produtos e serviços e de uma melhor qualidade de serviço

O cliente é o eixo fundamental do modelo de negócio do Santander Totta



O fulcro da actividade do Santander Totta, assente na actividade de banca comercial, consistiu na manutenção de uma estratégia de proximidade ao cliente, privilegiando a oferta de produtos e serviços inovadores, a melhoria contínua da qualidade de serviço, a captação e retenção de clientes, a captação e retenção de talentos, a gestão prudente de riscos e uma procura permanente de maior eficiência através da excelência operativa com base em tecnologia de vanguarda.

Responsabilidade Social Corporativa

O Santander Totta, alinhado com a política do Grupo, tem como eixo prioritário da sua política de responsabilidade social a promoção do conhecimento e ensino, em especial nas universidades, uma vez que considera que este é o motor de desenvolvimento da sociedade. O Banco mantém também uma política activa nas áreas da solidariedade social, ambiente, cultura e promoção da saúde e do desporto, ciente que esta diversidade na intervenção é determinante para o aprofundamento da consciência social e corporativa dos actores económicos.

Em 2009, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com a responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 4,3 milhões de euros, o que representa um incremento de 11% face ao ano anterior.

Universidades e Universia

Universia

Tendo definido como missão a criação de projectos de valor e para os quais a inovação e a excelência são primordiais, a maior rede de cooperação universitária do mundo - a rede ibero-americana Universia - centra a sua acção em quatro áreas distintas: emprego, formação, redes sociais e observatório para a ciência e conhecimento.

Prémio Primus Inter Pares

O prémio *Primus Inter Pares* é uma iniciativa do Santander Totta e do jornal Expresso, e tem vindo a consagrar-se como um prémio de excelência, encontrando, ano após ano, jovens promessas das áreas de Gestão, Economia e Engenharia. Até serem eleitos "Primus", os estudantes passam por várias fases de selecção, tendo por base critérios de avaliação, como as capacidades de liderança, de iniciativa e de trabalhar em equipa, fundamentais para encontrar os futuros líderes de amanhã. Gonçalo Saraiva, da Universidade Católica, venceu 6ª edição do prémio *Primus Inter Pares*.

Solidariedade Social

País Solidário

O Santander Totta efectuou um donativo de 100.000 euros para a campanha "País Solidário".

O "Pais Solidário" destina-se a famílias que perderam a totalidade ou parte significativa dos rendimentos do trabalho, tendo ficado impossibilitadas de fazer face aos encargos com o agregado familiar, designadamente com crianças em idade pré-escolar, idosos e pessoas com deficiência.

A campanha destina-se, em primeiro lugar, às famílias que não beneficiam dos sistemas específicos de protecção social, nomeadamente subsídio de desemprego, rendimento social de Inserção ou complemento solidário do idoso. Existem 4 níveis de apoio: (1) apoio para o pagamento de despesas decorrentes da utilização de respostas sociais (creche, jardim de infância, ATL, lar, instituição para pessoas com deficiência; (2) apoio à educação (pagamento de propinas, excluindo Universidades e de outras despesas escolares); (3) apoio alimentar; (4) outros apoios excepcionais ligados a situações de carência grave detectadas pelas instituições e devidamente justificados.

O projecto é executado por três instituições com experiência e rede de proximidade: Cáritas, Cruz Vermelha Portuguesa e Federação dos Bancos Alimentares contra a Fome.

Bolsa de valores Sociais

O Santander Totta apoiou o lançamento em Portugal do projecto inovador "Bolsa de Valores Sociais (BVS)". O funcionamento é similar a qualquer bolsa de valores mobiliários com a diferença de que, nesta bolsa, os activos são sociais e o objectivo dos investidores é criar um impacto positivo na sociedade.

A primeira Bolsa de Valores Sociais foi criada em 2003, em São Paulo, onde até à data se financiaram 100

projectos com um total de 4 milhões de euros. Portugal é o segundo país do mundo com esta iniciativa.

Oferecendo 500 cupões, com os quais se poderá realizar o primeiro investimento na Bolsa de Valores Sociais, o Banco introduz, em Portugal, esta nova plataforma de encontro entre cidadãos e instituições sociais para financiar projectos inovadores de intervenção social.

Banco de Bens Doados

O Santander Totta apoiou o projecto "Banco de Bens Doados", desenvolvido pela ENTRAJUDA, com o objectivo de encaminhar produtos não alimentares com utilidade social para pessoas necessitadas, através de instituições de solidariedade social seleccionadas e acompanhadas, tendo disponibilizado mobiliário e material informático.

Pão de Todos

O Santander Totta organizou, pelo 6º ano consecutivo, na época natalícia, o "Pão de Todos para Todos", em parceria com a CAIS. A iniciativa realizou-se na Praça Martim Moniz, em Lisboa, e consistiu em produzir e distribuir gratuitamente vários tipos de pão à população, bem como chocolate quente. Na acção participaram cerca de 200 voluntários, entre os quais mais de 100 voluntários do Banco.

Fundação CEBI

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia esta instituição particular de solidariedade social, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração. Esta instituição tem como principal actividade a promoção da educação, abrangendo 1.600 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social no valor de 540.000€/ano.

A CEBI presta também serviços de apoio a 250 idosos em lar bem como apoio domiciliário e em centros de dia. Ainda no âmbito de acção social, acolheu 49 crianças, vítimas de maus tratos ou abandono e acolheu famílias monoparentais na comunidade de inserção. Assegura também a distribuição de alimentos por 146 famílias, num total de 590 pessoas, em articulação com o Banco Alimentar Contra a Fome e empresas locais. Na área da saúde, e através da sua clínica de medicina física e reabilitação, faz cerca de 5.000 atendimentos por ano.

Visão em Braille

O Santander Totta é apoiante, desde a primeira edição, da revista VISÃO Braille, que ficou acessível a um leque mais vasto de potenciais leitores, considerados muito especiais: os invisuais. Sem fins lucrativos, esta edição especial é mensal e a sua distribuição gratuita. Prosseguiu-se ainda a política de apoio a outras instituições, das quais se salientam a cooperação com a Pró Dignitate e a Cruz Vermelha Portuguesa, entre outras.

Mini Maratona Sportzone / Santander Totta

As ruas das cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia receberam a 3ª meia maratona e mini maratona Sportzone / Santander Totta que contou com a presença de cerca de 12 mil participantes, entre os quais se encontravam mais de 300 colaboradores e 50 clientes. Estas provas foram apoiadas pelo Banco no âmbito da sua responsabilidade social e do seu compromisso com a promoção do desporto.

Desde a primeira edição, a meia maratona Sportzone tem desenvolvido uma componente de solidariedade social, promovendo e apoiando diversos projectos. Nesta última edição, foram angariados fundos para a Liga de Ostomizados de Portugal (LOP).

Semana Santander És Tu

Programa incluiu Mega Intercâmbio
Santander Totta promoveu "Semana Santander És Tu", 5 dias de iniciativas dedicadas aos seus colaboradores

Entre os dias 1 e 5 de Junho, o Santander Totta proporcionou aos seus colaboradores uma semana diferente, que incluiu várias iniciativas, como um mega intercâmbio, que permitiu a 200 colaboradores trocar de funções entre si por um dia. O evento contou também com acções de solidariedade, de saúde e bem-estar, visitas dos membros da administração do Banco aos balcões e um dia dedicado às famílias e, em especial, às crianças, filhos dos colaboradores do Banco.

Ambiente

Programa de Incentivo à utilização de energias renováveis

O Santander Totta disponibilizou aos seus clientes condições especiais na aquisição de painéis solares térmicos, no âmbito do programa de incentivo à utilização de energias renováveis lançado pelo Governo, que pretende reduzir a dependência externa de energia e de emissões de CO2.

O Santander Totta tem vindo a apostar na criação de produtos e serviços e no apoio ao investimento de energias renováveis, que permitem proteger o ambiente e contribuir para o desenvolvimento sustentável, em linha com a sua política de responsabilidade social, em que o compromisso ambiental assume uma presença incontornável em todos os processos de funcionamento do Banco.

O Santander Totta disponibiliza ainda condições de financiamento preferenciais, com financiamento de 100% do preço pago pelo cliente, com uma taxa de juro indexada à Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* de 1,5%, pelo prazo máximo de 72 meses ou 84 meses no caso de habitação abastecida a gás natural.

Green Festival e *Everything is Connected*

O Santander Totta voltou a apoiar o *Green Festival*, evento que considera muito importante para promover a sustentabilidade em Portugal. O *Green Festival* é um ponto de encontro do que mais se sabe e melhor se faz em matéria de sustentabilidade. Além das conferências e *workshops*, na zona de exposições abertas ao grande público, encontram-se algumas tendências sustentáveis que permitem reduzir consumos, produtos ecológicos, alimentação saudável, entre outras.

Na conferência de abertura, o Dr. Nuno Amado referiu: "o Santander Totta monitoriza desde 2004 a sua *pegada de carbono*, como mais uma das métricas internas de actividade, e alcançámos já uma redução superior a 30% no total Banco e de 40% por trabalhador".

O Santander Totta foi também, nesta edição, organizador de uma conferência denominada *Everything is Connected*, que contou com dois painéis que abordaram as fronteiras das suas áreas de conhecimento, tendo em vista mostrar que tanto nos sistemas biológicos complexos como na música, no direito ou no empreendedorismo, os grandes saltos qualitativos surgem quando há verdadeira cooperação entre vocações complementares.

Cultura

Atlas da Arte Portuguesa

O Santander Totta ofereceu, a todas as embaixadas portuguesas no mundo, o livro "Atlas da Arte Portuguesa no Mundo". Este livro foi distribuído, na versão inglesa, a todos os membros do corpo diplomático. Portugal desempenhou, ao longo dos séculos, um papel pioneiro na globalização do planeta, tendo sido o primeiro País europeu a chegar aos locais mais distantes. Ao apoiar esta obra o Santander Totta pretende contribuir para um melhor conhecimento da presença dos portugueses noutros continentes. Este livro foi editado pela primeira vez em 2009 como enquadramento da exposição "Emcompassing the World" e da comemoração do 150º aniversário do Santander.

VIII Bienal de Antiguidades da APA

O Santander Totta apoiou uma nova edição da Bienal de Antiguidades, a maior feira de antiguidades em Portugal, que tem vindo a ganhar uma crescente importância no sector das obras de arte, sendo esta já a sua sétima edição.

Organizada pela Associação Portuguesa de Antiquários, a Bienal, que decorreu no mês de Abril na Cordoaria Nacional, em Lisboa, teve este ano 17% mais de expositores face à última edição e contou com mais de 16 mil visitantes.

O patrocínio do Santander Totta à Bienal de Antiguidades insere-se no âmbito da sua política de responsabilidade social, que privilegia o ensino e o conhecimento, aqui materializado pelo apoio à divulgação das artes e da cultura portuguesas.

Enquadramento da Actividade

Economia Internacional

O agravamento das condições económicas e financeiras, que se sucedeu à falência do banco de investimento Lehman Brothers em Setembro de 2008, culminou na mais profunda recessão económica desde a Grande Depressão dos anos 1930, com um ritmo de contracção da actividade económica que atingiu o seu pico na viragem de 2008 para 2009.

Efectivamente, a conjuntura económica, a nível global, caracterizou-se por uma literal travagem da economia, com os agentes económicos a cancelarem todas as suas decisões de consumo e investimento, num contexto de elevada incerteza quanto ao ritmo futuro de evolução da economia mundial.

Fruto desta reacção, em 2009, a economia mundial registou a primeira contracção da actividade económica do período do Pós-Guerra, com a maior redução da riqueza produzida anualmente a ocorrer nas economias desenvolvidas, enquanto a generalidade das economias emergentes registou uma desaceleração pronunciada, mas a conseguir evitar a recessão.

Crescimento económico mundial

	2007	2008	2009
Mundo	**5.2**	**3.0**	**-0.8**
Países Avançados	**2.7**	**0.5**	**-3.2**
EUA	**2.1**	0.4	-2.5
UEM	2.7	0.6	-3.9
Reino Unido	2.6	0.5	-4.8
Japão	2.3	-1.2	-5.3
Países em Desenvolvimento	**8.3**	**6.1**	**2.1**
África	6.3	5.2	1.9
Asia	10.6	7.9	6.5
China	13.0	9.6	8.7
Europa de Leste	5.5	3.1	-4.3
Médio Oriente	6.2	5.3	2.2
América Latina	5.7	4.2	-2.3
Brasil	5.7	5.1	-0.4

Fonte: FMI (janeiro de 2010)

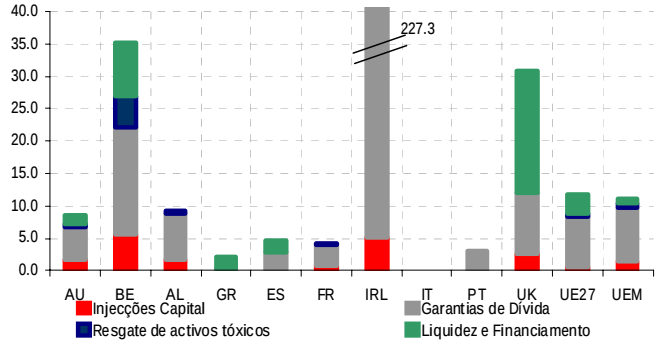
Apesar dos números globais do ano serem bastante negativos, a evolução intra-anual foi distinta, com a maior contracção da actividade económica a ocorrer quer no último trimestre de 2008 (o que por si só deixava significativos efeitos de base para o ano de 2009), quer no primeiro trimestre de 2009.

Nestes dois trimestres, a contracção média trimestral anualizada da actividade foi de 5,9% nos EUA, de 8,3% na zona euro, de 7,2% em Portugal e de 8,4% no Reino Unido.

A forte contracção da actividade exigiu das autoridades uma resposta sem precedentes históricos, quer em montantes, quer em termos do leque de medidas adoptadas, de forma a combater a crise e a evitar uma ainda mais profunda contracção, com os primeiros resultados a materializarem-se no início do Verão, com a saída da recessão técnica iniciada ainda em 2008. No entanto, a economia mundial continuou a operar muito abaixo dos ritmos verificados antes do espoletar da crise, com taxas de variação homóloga ainda negativas no 4T09.

As medidas foram implementadas pelos Governos, com agressivos planos de estímulo económico, e pelos bancos centrais, com a injecção massiva de liquidez na economia, através de medidas não convencionais de política monetária.

Medidas de apoio ao sector financeiro em 2009 (% PIB)



Fonte: CE

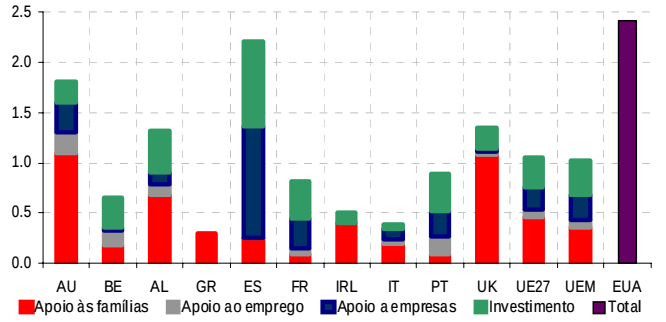
Ao nível dos Governos, as medidas adoptadas enquadram-se em dois tipos: um primeiro, destinado a apoiar o sector financeiro (e que já tinha sido adoptado no final de 2008), com garantias explícitas ao financiamento dos bancos, de forma a contornar a maior dificuldade potencial no acesso aos mercados financeiros.

O segundo conjunto de medidas inclui um plano de estímulo económico tradicional, com um aumento da despesa discricionária do Estado, corrente, mas sobretudo de capital, e com reduções de impostos ou adopção de benefícios fiscais vários, como sejam o plano de renovação do parque automóvel, adoptado de forma

relativamente generalizada nas principais economias desenvolvidas.

Esses planos assumiram maior dimensão em economias como a dos EUA, onde a Administração Obama, logo após a tomada de posse, fez aprovar o *"American Recovery and Reinvestment Act"*, um plano no montante total de 787 mil milhões de dólares (mais de 5% do PIB). Também a China adoptou um agressivo pacote de medidas de estímulo económico, destinadas a relançar a procura interna, através de um significativo programa de investimentos públicos, orçado em quase 600 mil milhões de dólares.

Medidas de estímulo económico em 2009 (% PIB)



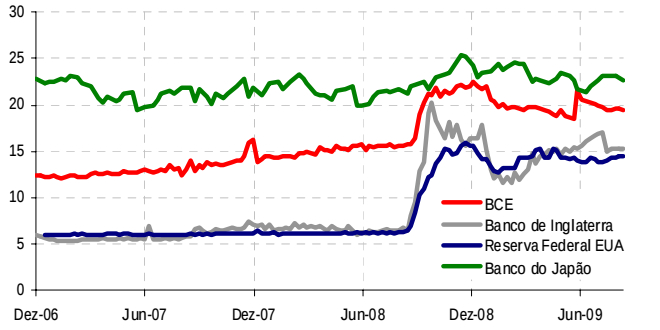
Fonte: CE

Os bancos centrais também tiveram que agir rapidamente, com um leque de instrumentos bastante alargado, indo muito além da clássica descida das taxas de juro e implementando medidas claras do designado "quantitative easing", em que adquirem em mercado dívida, pública ou privada.

Nos EUA, a Reserva Federal desceu a taxa de juro de referência para o intervalo de 0,0%-0,25%, um mínimo histórico absoluto, e adicionalmente adoptou novos planos de apoio à economia, destacando-se a aquisição de novas emissões de titularização de créditos pessoais, automóvel, a estudantes e comerciais, procurando reabrir o canal de crédito, que tinha encerrado com o receio dos investidores em adquirirem titularizações de crédito, as quais tinham estado associadas à génese da crise.

As medidas implementadas incluíram também a aquisição de dívida pública, num montante de 300 mil milhões de dólares, o que permitiu uma descida pronunciada das taxas de juro de longo prazo (a *yield* dos 10 anos caiu 50p.b., para 2,5%, no dia em que a Reserva Federal anunciou esse programa).

Balanço dos Bancos Centrais (% PIB)



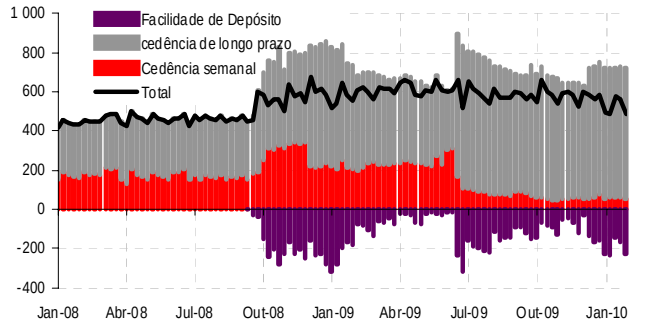
Fonte: FMI

No Reino Unido, além de descer a taxa de referência para o mínimo histórico de 0,5%, o Banco de Inglaterra (que em mais de 300 anos de história nunca tinha descido a taxa de referência abaixo de 2,0%), anunciou um plano de aquisição de dívida, pública e privada, num montante que seria alargado até aos 200 mil milhões de libras esterlinas (14% do PIB do Reino Unido). Este plano foi completado no início de 2010, sendo que o Banco de Inglaterra passou a deter mais de 20% da dívida pública britânica.

Na zona euro, o Banco Central Europeu também desceu a principal taxa de juro de referência, para 1,0%, e seguiu uma linha de intervenção idêntica à dos demais congéneres, embora falando antes em "apoio reforçado ao crédito".

Este "apoio reforçado" congregou duas grandes medidas. Uma, consistiu num programa de aquisição de "covered bonds", até ao montante total de 60 mil milhões de euros, em mercado primário e secundário, destinado a apoiar este segmento de mercado, que tinha encerrado nos primeiros meses de 2009.

Cedência de liquidez pelo BCE (€ bn)



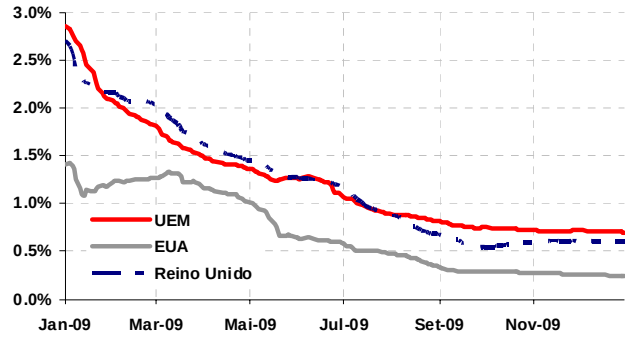
Fonte: BCE

A segunda grande medida consistiu na cedência ilimitada de liquidez aos bancos da zona euro, à taxa fixa de 1,0%, em operações de cedência de liquidez por prazos mais

longos, destacando-se em particular a operação a doze meses realizada em Junho de 2009, na qual os bancos europeus procuraram (e obtiveram) 442 mil milhões de euros.

Essa elevada procura resultou numa situação de liquidez excedentária na zona euro, com os bancos a depositarem, em média, mais de 100 mil milhões de euros diariamente no BCE, à taxa de juro de 0,25%.

Taxas de Juro 3 Meses



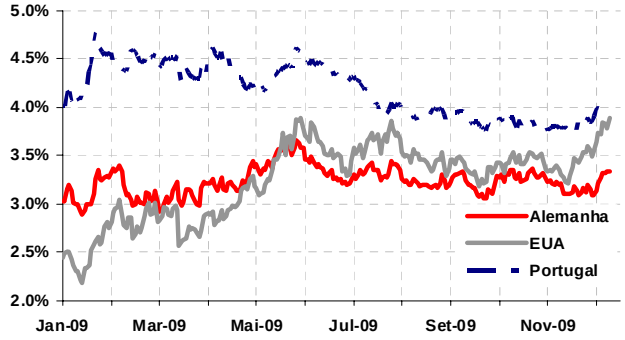
Fonte: Bloomberg

Em consequência, as taxas de juro de curto prazo, na zona euro, desceram de forma pronunciada, com a taxa de juro overnight – Eonia – a aproximar-se de 0,35%, e as taxas de juro Euribor, até ao prazo dos 6 meses, a situarem-se abaixo da taxa refi.

Ou seja, sem o ónus da descida da principal taxa de juro de referência, o BCE conseguiu ter taxas de juro de curto prazo em linha com as das restantes economias desenvolvidas.

Igualmente, a intervenção dos bancos centrais teve algum impacto sobre as taxas de juro de longo prazo, nos países onde as medidas de "quantitative easing" foram implementadas (EUA e Reino Unido), mas não impediram uma tendência de subida ao longo do ano. Na Europa, dado que o BCE está impossibilitado legalmente de financiar directamente as Administrações Públicas, não houve um impacto visível sobre as taxas de juro de mais longo prazo, ainda que o sector financeiro tenha aumentado o seu volume de investimentos em dívida pública, financiando essa aquisição com a liquidez obtida junto do BCE.

Taxas de Juro 10 Anos



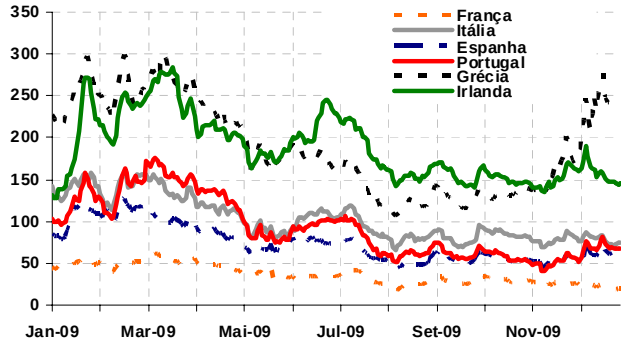
Fonte: Bloomberg

Ao longo do ano, e até Dezembro, foi visível uma progressiva diminuição dos *spreads* de crédito entre os países periféricos e os países núcleo (em particular, a Alemanha), na zona euro.

No primeiro trimestre tinha ocorrido um significativo alargamento dos *spreads*, no auge da incerteza, com um fluxo significativo de notícias adversas sobre a situação de liquidez e orçamental de várias economias da Europa de Leste, que necessitaram mesmo do apoio da UE e do FMI (casos da Hungria, Bielorrússia, Letónia, Sérvia e Ucrânia), com os receios a estenderem-se à Grécia, mas também a Portugal e Itália.

O apoio das autoridades, através de linhas de crédito do FMI, e os impactos das medidas de estímulo económico e apoio ao sector financeiro, permitiria uma progressiva redução de *spreads*, sendo que no final do ano a deterioração da situação orçamental na Grécia originaria uma nova vaga de receios quanto à sustentabilidade orçamental deste país, que se estendeu já em 2010 a outros países periféricos, em especial Portugal e Espanha.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



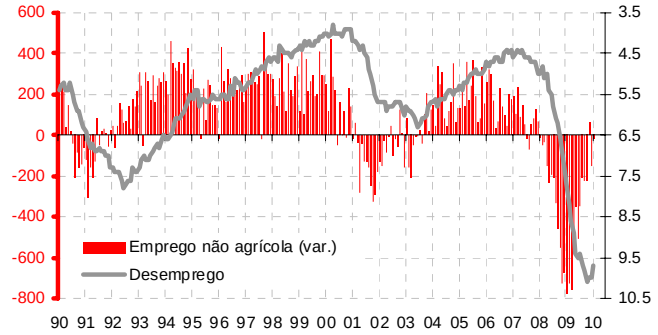
Fonte: Bloomberg

Como mencionado, o significativo conjunto de medidas de apoio económico começou a produzir os primeiros efeitos a partir do início do Verão, inicialmente com uma

estabilização da actividade, ainda que em níveis mínimos históricos, posteriormente já com um crescimento moderado.

As economias emergentes, em especial a China, foram as primeiras a recuperar, beneficiando do forte plano de estímulo e do facto de na génese da crise terem estado os mercados financeiros e o sector financeiro das economias desenvolvidas. A China terá crescido 8,7% em 2009, ainda assim o ritmo mais lento desde 2001, quando cresceu 8,1%.

Mercado de Trabalho nos EUA



Fonte: Bloomberg

A recuperação da economia asiática e o apoio económico permitiram também aos EUA a saída da situação recessiva em que tinha entrado já em Dezembro de 2007. No 3T09, o PIB cresceu já 2,2% em termos anualizados, com uma estabilização do investimento e com o consumo privado a beneficiar do plano de renovação do parque automóvel.

O crescimento acelerou no último trimestre do ano, com o PIB a expandir 5,9% (anualizados), mas ainda sem gerar efeitos ao nível do mercado de trabalho. Ainda que a destruição de emprego se tenha reduzido ao longo do ano, no conjunto do ano os EUA perderam mais de 4 milhões de empregos, e a taxa de desemprego subiu até aos 10%.

Na Europa, a recuperação económica iniciou-se ligeiramente mais tarde, e de forma desigual entre os vários países. A zona euro contraiu fortemente em 2009, embora a partir do segundo semestre tenha iniciado uma fase de recuperação, mas que não foi generalizada.

Economia da UEM – 2009

	PIB	Inflação
UEM	**-3.9**	**0.3**
Alemanha	-4.8	0.1
França	-2.3	0.3
Espanha	-3.6	-0.3
Itália	-4.8	0.7

Fonte: FMI (janeiro de 2010)

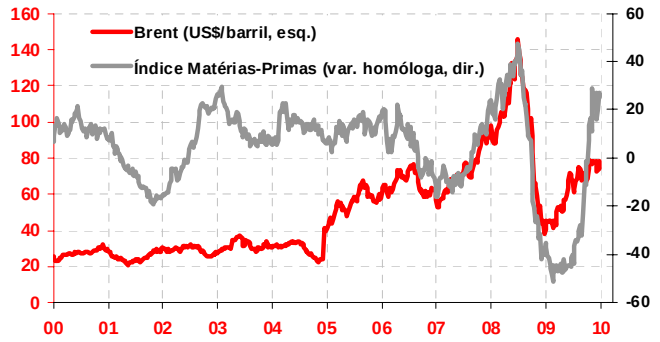
Os países "core", como a Alemanha e a França, recuperaram mais rapidamente, beneficiando da sua maior exposição aos mercados emergentes e da recuperação de competitividade externa que tinham realizado nos últimos anos.

Outros países, como a Irlanda e a Espanha, fecharam ainda o ano em situação recessiva, apesar das medidas de apoio adoptadas pelos Governos, já que tinham simultaneamente que acomodar os efeitos do rebentamento de uma significativa bolha no mercado imobiliário, com uma contracção profunda da actividade de construção residencial e consequente aumento do desemprego para máximos históricos.

O mesmo verificou-se no Reino Unido, que conjugou a correcção na actividade imobiliária com as tensões no sector financeiro, e, por isso, terminou também o ano ainda em recessão. Contudo, ao longo do ano foi já visível uma inversão do ciclo nos preços do imobiliário, bem como uma ligeira estabilização do consumo privado.

Os progressivos sinais de estabilização económica, que deram posteriormente lugar a sinais de recuperação nas economias emergentes, tiveram impacto ao nível das matérias-primas, ainda que de forma diferenciada nas várias categorias.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Assim, o ano de 2009 iniciou-se com os preços do petróleo em mínimos históricos, nos 40 dólares por barril (o nível mais baixo desde 2005, e mais de 70% abaixo dos máximos de cerca de 150 dólares observados em meados de 2008). Os preços viriam a subir de forma gradual ao longo do ano, até cerca de 80 dólares no último trimestre, momento a partir do qual passaram a registar uma variação homóloga positiva e a ter um contributo positivo para os preços no consumidor.

No entanto, durante quase todo o ano os preços do consumidor reflectiram ainda os impactos da descida dos preços do petróleo ocorrida no segundo semestre de 2008, com as taxas de variação homóloga a entrarem em

terreno negativo, atingindo o seu ponto mínimo no final do segundo trimestre do ano. A debilidade da procura ampliou este efeito, pelo que durante algum tempo os investidores tiveram alguns receios de que a economia pudesse estar a entrar numa situação de deflação.

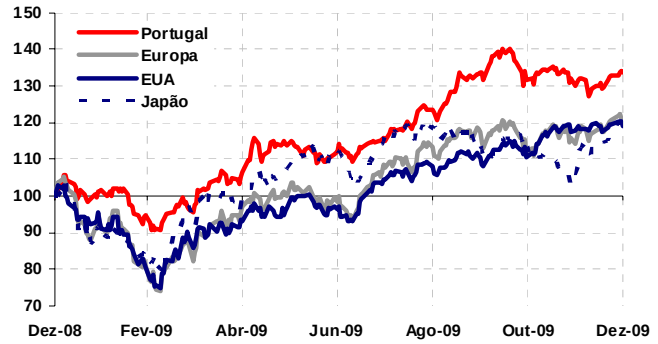
Os bancos centrais vieram afastar este cenário (embora permanecendo atentos), argumentando que: (1) a descida dos preços está concentrada nas classes energéticas e alimentares; e (2) os consumidores e demais agentes económicos nunca incorporaram expectativas deflacionistas.

Por seu lado, os metais de base permaneceram próximo dos mínimos durante toda a primeira metade do ano, antes de iniciarem uma subida mais perceptível no segundo semestre. Já as matérias-primas alimentares permaneceram próximo dos mínimos e, em alguns casos, como os cereais, cairiam mesmo no segundo semestre de 2009.

Os metais preciosos subiram, com destaque para o ouro, que testou mesmo um novo máximo histórico, nos 1226 dólares por onça. Isso foi sobretudo reflexo de uma elevada aversão ao risco, no final do ano, quando a Dubai World anunciou a intenção de renegociar a sua dívida, o que alimentou receios de incumprimento, estando alguns bancos britânicos particularmente expostos à dívida da empresa do emirado.

Em conjugação, um conjunto de dados económicos mais fracos relançou algumas dúvidas sobre a sustentabilidade da retoma, resultando numa queda dos mercados accionistas e consequente redução do investimento em activos de maior risco.

Mercados Accionistas
(Dez-2008 = 100)



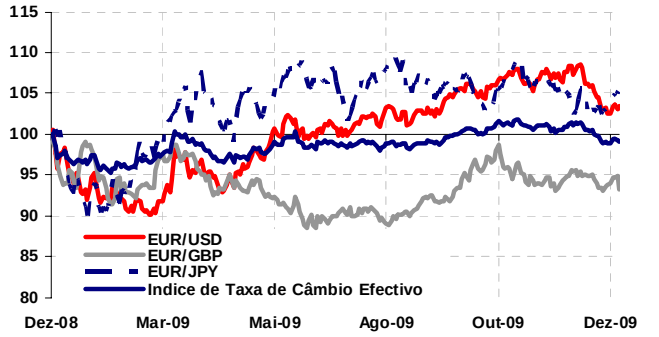
Fonte: Bloomberg

Este movimento de maior aversão ao risco ocorreu após quase seis meses consecutivos de valorização dos mercados financeiros, em especial os accionistas. Estes mercados testaram, em Março, os mínimos deste ciclo e os níveis mais baixos desde 2001, reflectindo uma fase em que a incerteza económica era ainda muito elevada, já que se tinham acabado de divulgar os dados relativos ao 4T08 e se conheceu melhor a profundidade da recessão, a qual teve reflexos ao nível das contas das empresas, em especial o sector financeiro, com uma subida pronunciada do crédito em incumprimento.

Após Março, as medidas de estímulo orçamentais, a descida das taxas de juro (incluindo as de longo prazo) e os sinais de progressiva estabilização da actividade económica resultaram num movimento de valorização dos mercados accionistas que se prolongou quase até ao final do ano e que permitiu uma valorização acumulada no ano de entre 20 e 30%, para os mercados desenvolvidos, e cerca de 50% para os mercados emergentes – destacando-se o Bovespa do Brasil com uma valorização de 80%.

A evolução das taxas de câmbio reflectiu também o clima de maior aversão ao risco. Durante grande parte do ano, a evolução do índice de taxa de câmbio efectivo do euro, que agrega as taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, permaneceu relativamente estável, oscilando numa banda relativamente estreita face aos níveis do início do ano.

Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2008 = 100)



Fonte: Bloomberg

No entanto, há dois movimentos dignos de registo. No início do ano, o euro continuou a depreciar-se, seguindo a tendência iniciada no final do Verão de 2008, após os máximos verificados face ao dólar. O euro chegaria a cotar abaixo de 1,25 dólares, assim testando os mínimos de 2008.

Posteriormente, o euro seguiria uma trajectória diferenciada face às principais divisas. Por um lado, uma apreciação face ao dólar, e ao iene, reflectindo quer a incerteza elevada que ainda se vivia quanto à conjuntura económica nos EUA, quer o elevado volume de operações de "carry trade", em que os investidores se financiavam a taxas de juro baixas, em dólares e em ienes, e aplicavam em divisas com taxas de juro mais elevadas, como o euro.

Por outro lado, uma depreciação face à libra esterlina, que prosseguiu o movimento de reversão após os mínimos (acima da paridade face ao euro) verificados no final de 2008. Ainda assim, este movimento não foi uniforme, com a libra a depreciar em meados do ano, quando o Banco de Inglaterra anunciou e começou a implementar o seu programa de "quantitative easing".

O aumento da aversão ao risco, no final do ano, implicou a liquidação de muitas das operações de "carry trade", resultando numa acentuada apreciação do dólar, que foi generalizada face às principais divisas.

Economia Portuguesa

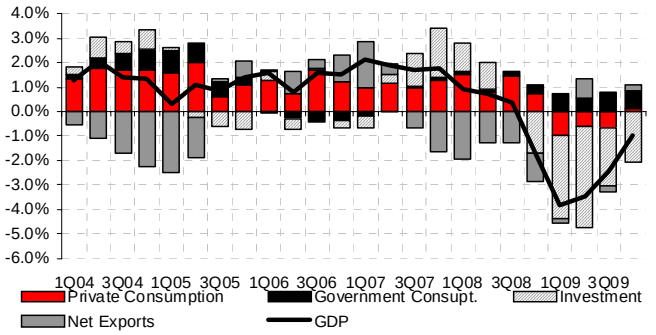
A grave crise económica e financeira global afectou também a economia portuguesa, onde o PIB contraiu 2,7%, o mais forte ritmo de destruição da riqueza desde os anos 70, e que se segue a uma estagnação em 2008.

Os impactos da crise transmitiram-se por dois canais de transmissão que exemplificam bem os dois mecanismos principais pelos quais a actividade foi afectada: (1) uma contracção profunda das exportações, superior a 11%, reflectindo a literal travagem a fundo da economia mundial e consequente queda dos volumes de comércio internacional; e (2) uma contracção superior a 12% do investimento, reflectindo quer a quebra da procura, quer as maiores dificuldades no acesso ao crédito, seja bancário, seja nos mercados de dívida, com uma subida dos *spreads* de crédito exigidos pelos investidores.

A quebra nas exportações foi generalizada, embora num movimento que teve lugar a dois tempos. A maior contracção ocorreu nos primeiros meses do ano, coincidindo com o pico da crise, vindo posteriormente a dar sinais de recuperação, embora fechando ainda em queda face aos valores de 2008, em especial nas vendas para países extra-comunitários (com destaque para Singapura e os EUA, reflectindo a situação da Qimonda e a descida dos preços do petróleo, e que anularam o impacto positivo das vendas para Angola).

O mesmo perfil intra-anual foi verificado no investimento, com o maior ritmo de contracção a ocorrer também no início do ano. No 3T08 o investimento teve um contributo positivo para a taxa de variação trimestral (mas ainda negativo, em termos homólogos), beneficiando do maior volume de obras públicas associadas ao ciclo eleitoral, e que não se repetiu no último trimestre do ano. Ainda assim, prosseguiu a tendência de recuperação gradual do investimento, com um contributo progressivamente menos negativo para o crescimento no final do ano.

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

O consumo público terá tido um mais forte contributo para o crescimento, devido às medidas de apoio implementadas pelo Governo e ao funcionamento dos estabilizadores automáticos.

O consumo privado contraiu também, o que consiste na primeira contracção desde a recessão de 1993, reflectindo a reacção das famílias ao aumento do desemprego, bem como o seu maior foco em poupança, isto apesar das famílias que mantiveram o seu emprego terem beneficiado de um aumento real dos salários (fruto da queda dos preços no consumidor), bem como da descida das taxas de juro e ainda dos mais baixos preços da energia.

A taxa de desemprego subiu pronunciadamente ao longo do ano, tendo terminado 2009 acima dos 10% (10,1% no 4T9), com o maior agravamento após o Verão, reflectindo o ajustamento em curso na economia, seja pelo encerramento de muitas empresas, em especial nos sectores mais expostos à crise internacional, seja pelo menor volume de emprego no sector do turismo.

Como mencionado, as famílias aumentaram a poupança, utilizando muita da folga proporcionada pela descida das taxas de juro para mínimos históricos e consequente redução dos encargos com o crédito hipotecário. A taxa de poupança subiu, deste modo, de um mínimo de 5,7% em 2008 para 8,3% no 3T09.

Os preços no consumidor caíram 0,8% em 2009, reflectindo a descida dos preços dos combustíveis e da alimentação (fruto da queda dos preços das matérias-primas), bem como as significativas campanhas de promoções e descontos pelos vários retalhistas, num quadro de debilidade da procura. O contributo negativo dos preços dos combustíveis para a inflação atingiu o seu ponto máximo em Junho, para inverter no final do ano.

Indicadores sobre Portugal

	2007	2008	2009
PIB	**1.9**	**0.0**	**-2.7**
Consumo Privado	1.6	1.7	-0.8
Consumo Público	0.0	1.1	3.5
Investimento	3.4	0.5	-12.6
Exportações	7.8	-0.5	-11.6
Importações	6.1	2.7	-9.2
Inflação média	2.5	2.6	-0.8
Desemprego	8.0	7.5	9.5
Défice público (% do PIB)	-2.7	-2.7	-9.3
Dívida pública (% do PIB)	63.6	66.3	77.2
BTC (% do PIB)	-8.1	-10.5	-9.4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

O défice da balança corrente e de capital (BTC) caiu em 1p.p. em 2009, fruto de uma significativa redução do défice comercial. A contracção da procura interna, seja investimento, seja consumo privado, bem como a diminuição dos preços das matérias-primas energéticas comparativamente com 2008, contribuíram materialmente para esta recuperação.

No entanto, essa melhoria não teve impactos perceptíveis no ritmo de deterioração da posição de investimento internacional, que – fruto também da contracção do PIB nominal – subiu para 111,7% no final do ano.

Em 2009, o défice orçamental ter-se-á situado em 9,3% do PIB, e o rácio da dívida pública face ao PIB terá subido para 76,6%, num agravamento mais significativo do que o inicialmente antecipado, mas inferior ao que ocorreu em outras economias da zona euro, como a Grécia ou a Espanha.

O crédito bancário desacelerou pronunciadamente, em especial no segmento de particulares, com o crédito hipotecário ao ritmo mais lento desde os anos 80, reflectindo a forte redução da procura de habitação própria, caracterizada por uma redução de 30% nos volumes de nova produção, apesar da descida das taxas de juro para mínimos históricos absolutos.

Ao nível do crédito a empresas, a nova produção foi inferior à de 2008 em cerca de 26%, e a desaceleração homóloga não foi mais pronunciada devido aos efeitos da maior procura ocorridos no final de 2008 e início de 2009, no auge da crise, quando a incerteza sobre o acesso ao crédito atingiu o seu auge.

Os recursos de clientes expandiram, mas de forma mais moderada, apesar do aumento da poupança das famílias, tendo se assistido, a partir do segundo semestre, a uma diversificação de aplicações, em favor de fundos de investimento e em detrimento dos depósitos, reflectindo quer as baixas taxas de juro, quer a maior valorização dos mercados accionistas.

Ainda assim, os bancos nacionais continuaram o seu processo de recomposição das fontes de financiamento, com uma redução do acesso aos mercados monetários internacionais, substituído também por um maior volume de emissões de dívida. Em resultado destas dinâmicas, o *gap* de liquidez do sistema (diferencial entre o crédito e os recursos de balanço) reduziu-se, em 2009, para o nível mais baixo desde 2002.

Apesar de tudo, o grau de alavancagem da economia aumentou, porque o crédito continuou a expandir, ao passo que o PIB contraiu, em termos nominais, a que acresce o maior crescimento da dívida pública.

A qualidade da carteira de crédito do sistema deteriorou-se pronunciadamente, com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, em especial ao nível do consumo e das empresas. No entanto, ao longo do ano, e fruto da descida das taxas de juro, foi visível uma diminuição das novas entradas de crédito vencido, com o agravamento dos rácios a reflectir sobretudo a desaceleração do crescimento da carteira total.

Principais riscos e incertezas em 2010

Uma vez descritas as principais temáticas que caracterizaram a evolução das economias mundial e portuguesa em 2009, analisam-se de seguida os principais riscos e incertezas que podem condicionar a actividade do Santander Totta.

Fruto da exposição anterior, ressalta a multidimensionalidade dos riscos que poderão afectar a conjuntura económica e financeira em 2010.

Por um lado, ao nível da envolvente económica, onde os riscos são de vária ordem, a nível internacional, mas também nacional.

A nível global, o primeiro risco prende-se com a sustentabilidade da retoma económica, que se terá começado a materializar no final de 2009. Apesar dos sinais mais evidentes de que o ciclo económico já inverteu, a recuperação da actividade continua muito dependente das medidas de estímulo que foram implementadas no ano passado, já que a sustentabilidade da procura interna depende da recuperação do mercado de trabalho.

Do lado dos governos há pressões crescentes para a retirada, ainda que progressiva, das medidas de estímulo, seja porque surgem os sinais de reanimação, seja porque a deterioração das contas públicas, numa óptica de mais longo prazo, começa a penalizar os *spreads* de crédito e a avaliação que os agentes económicos fazem do risco de crédito dos vários emitentes soberanos.

A recente subida de *spreads* na Grécia, e que se estendeu a Portugal e a Irlanda e Espanha, veio recordar a necessidade de travar a subida acentuada da dívida pública, especialmente quando nos próximos anos se sentirá o impacto do agravamento dos encargos com o envelhecimento da população.

Do lado dos bancos centrais, foi já decidido não prolongar as medidas de apoio consubstanciadas na cedência de maior liquidez à economia, através de novas operações, embora mantendo, no imediato, as operações que estão vivas.

O risco é, assim, de que a retirada demasiado cedo dos apoios económicos e financeiros, possa travar a recuperação da actividade económica.

Um segundo conjunto de riscos está associado à sustentabilidade do sistema financeiro. Apesar das medidas adoptadas, o balanço dos principais grupos financeiros mundiais pode ainda estar sujeito a riscos, na medida em que continuam expostos a alguns activos de alto risco, bem como vêem a qualidade da sua carteira de crédito a ser afectada pelo ciclo económico, através de um aumento do incumprimento.

A conjugação destes riscos, financeiro e de crédito, pode afectar o acesso dos bancos nacionais, incluindo o Santander Totta, aos mercados grossistas internacionais, seja pela redução das linhas de crédito disponíveis para Portugal, seja pela subida pronunciada dos custos do crédito, num contexto em que o sistema bancário nacional tem elevadas necessidades de financiamento de médio e longo prazo.

A nível nacional, a conjuntura macroeconómica deve continuar caracterizada por ritmos de crescimento débeis e por uma potencial divergência com a zona euro. Essa situação tem implicações de vária ordem.

Por um lado, o menor crescimento económico vai manter elevado o desemprego, com riscos associados ao nível do crédito em incumprimento, que subiu já em 2009. Por outro, Portugal pode vir a ter políticas monetárias desfasadas do seu ciclo económico, na medida em que as taxas de juro na zona euro são definidas para o conjunto da União Monetária. Uma subida extemporânea das taxas de juro de referência pode contribuir adicionalmente para uma deterioração da qualidade da carteira de crédito.

Os desequilíbrios estruturais da economia, consubstanciados nos défices externo e orçamental, poderão igualmente evidenciar-se como potenciais focos de risco, atendendo ao acima exposto, quanto à mais profunda análise que os investidores (e, em última instância, as agências de *rating*) poderão fazer da qualidade creditícia da República, após a revisão do *outlook* para "negative", efectuado em 2009.

Uma fonte adicional de riscos e incertezas está ligada à regulamentação da actividade bancária, no quadro de redefinição da supervisão financeira a nível global, mas também local.

As medidas propostas e também outras já adoptadas, que entrarão em vigor a partir de meados de 2010 em diante, prendem-se, por um lado, com a qualidade do capital das instituições bancárias e, por outro, com a liquidez das mesmas.

Ao nível do capital, destacam-se medidas relacionadas com a imposição de restrições no tipo e qualidade dos instrumentos que qualificam para os capitais próprios. Também há a discussão de medidas destinadas a regular a concessão de crédito, através da imposição de um rácio de alavancagem, que faz depender a capacidade de conceder crédito ao activo da instituição financeira.

Ao nível da liquidez, as medidas incluem a regulamentação estrita de "níveis de liquidez", para os horizontes de uma semana e um mês, com uma definição restrita dos activos que podem ser considerados (os activos elegíveis junto do BCE, os depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, e emissões de dívida com maturidade superior a um ano). Adicionalmente, no âmbito de Basileia, está a discutir-se a possível criação de um rácio de liquidez (algo que o Banco de Portugal já implementa desde 2000).

Áreas de Negócio

Banca Comercial

Particulares & Negócios

Ao longo do ano de 2009, o Santander Totta continuou a sua estratégia centrada no cliente, focando a sua acção comercial essencialmente na captação e retenção de recursos, na gestão de *spreads* do crédito, no controlo do crédito vencido e na dinamização da área de Negócios.

Para a consolidação de uma estratégia de captação e de relacionamento com os clientes, foram lançadas duas campanhas de clientes no ano de 2009: em Abril, a campanha "I Need a Zero" e em Outubro a campanha "Ordenados Dá", ambas assentes nas vantagens da "Super Conta Ordenado".

As campanhas destinaram-se a clientes que passassem a domiciliar o ordenado no Banco e basearam-se na conjugação de 3 eixos, que já tinham sido utilizados com sucesso em campanhas anteriores, mas que foram oferecidos pela primeira vez em simultâneo: (1) oferta de equipamentos de marcas reconhecidas e valor percebido elevado; (2) isenção de comissões nos principais serviços bancários do dia-a-dia e (3) 0% de juros sobre o *plafond* ordenado utilizado no 1º ano.

De assinalar ainda o lançamento, no último trimestre, do "Programa Energy" que sendo um programa de dinamização e de incentivo transparente, simples e para todos, teve o mérito de envolver todas as equipas comerciais para se superarem nos *driver*s: recursos, crédito à habitação, crédito ao consumo, *factoring + confirming* e novas contas ordenado.

Em 2009, o volume de negócio da área de Particulares e Negócios registou um crescimento de 3,0% face ao ano anterior.

Particulares

Apesar da acentuada crise de liquidez, que acentuou a concorrência na vertente dos recursos, registou-se um crescimento de 3,1% nos recursos de particulares.

Ao longo do ano, efectuaram-se várias campanhas de recursos, através das quais o Santander Totta reforçou o seu posicionamento de solidez, rendibilidade e proximidade com os seus clientes. Foi lançada, em Junho, a campanha "Poupança Mais Prémio", assente numa solução de poupança tradicional com total liquidez (possibilidade de movimentação em todos os canais e recebimento da totalidade dos juros mesmo em caso de mobilização antecipada) e remuneração atractiva (pagamento de juros mensais e de um prémio adicional de permanência no final do prazo de 5%). Em Setembro, foi lançada a campanha "Poupança Cresce Mais", um produto de poupança com remuneração atractiva e crescente ao longo de cinco anos, atingindo nos últimos dois anos uma TANB de 4%.

Dado o contexto de manutenção das taxas de juros em níveis mínimos históricos, a oferta de recursos foi complementada com diversas alternativas de produtos, valorizando as melhores oportunidades dos vários mercados e das tendências económicas. Foram lançados, ao longo do ano, 16 produtos estruturados (quer em euros e em dólares americanos), 4 seguros especiais de investimento, 3 fundos especiais de investimento e 7 seguros financeiros.

O Santander Totta lançou ainda diversas campanhas destinadas a determinados segmentos de clientes, designadamente para Jovens (Campanhas Já Ká Konta III e Conta a Crescer III) e Universitários (Campanha de Matrículas). Também para os segmentos *Premium* e Não Residentes, foram lançados produtos de poupança específicos, proporcionando a diversificação e rendibilidade dos investimentos destes clientes.

No último trimestre do ano, a comunicação assentou nos benefícios fiscais previstos no orçamento de Estado, tendo sido lançada a Campanha Fiscal baseada na oferta de brindes pela subscrição de produtos de reforma e no lançamento de uma solução - PPR Plano Reforma 2009 + - de taxa garantida e bastante atractiva durante 5 anos.

O mercado de crédito à habitação acompanhou a evolução da economia mundial e nacional, iniciando o ano com volumes de contratação reduzidos e assistindo-se, a partir do 3º trimestre, a uma ligeira recuperação do negócio. Esta recuperação foi também impulsionada pelos níveis de taxas de juro, atractivos para quem pretendia contrair crédito. Nesta conjuntura, com uma redução do volume de novos créditos face a 2008, a carteira de crédito à habitação cresceu 1,4% (saldo médio).

A estratégia da actividade passou, por um lado, pela oferta de soluções que permitissem aos clientes beneficiar dos valores baixos de taxas de juro, durante um período

mais alargado, protegendo-se contra eventuais subidas. Em Janeiro, foi relançada a campanha "Crédito Habitação Super Tranquilo", onde se ofereceu às famílias a possibilidade de fixar o valor da sua prestação mensal durante 5 anos e, em Junho, foi feito o lançamento do produto "Supercobertura Santander", um instrumento para a protecção contra a subida das taxas de juro.

Por outro lado, como estratégia de combate ao incumprimento foram reduzidos os rácios "Financiamento/Garantia" máximos nas novas contratações e reforçados os instrumentos disponíveis para actuação sobre a carteira, com a melhoria dos produtos já existentes para renegociação de dívida, um maior foco na oferta de soluções pré-aprovadas para reestruturação do crédito e a criação de novos produtos para dar resposta a segmentos mais fragilizados, como sejam os clientes desempregados. Como já foi referido anteriormente, foi assinado, em Abril, um protocolo com o Estado para a implementação das medidas de apoio a desempregados, tendo disponibilizado aos clientes com crédito à habitação, o acesso à "Linha de Crédito Moratória" (em que o Estado comparticipa 50% da prestação do cliente durante 24 meses) e condições mais benéficas para titulares de empréstimos em regime bonificado e jovem bonificado.

No que respeita ao crédito ao consumo, a situação da economia nacional e a forte regulação/supervisão bancária (através da transposição da Directiva Europeia reguladora do crédito ao consumo para a legislação nacional) marcaram a evolução da actividade nesta área de negócio. O valor total da carteira de crédito pessoal atingiu 1,4 mil milhões de euros (saldo médio), representando um crescimento de 7% face a 2008.

Da actividade desenvolvida em 2009 assinala-se ainda a aposta no lançamento de produtos estratégicos e diferenciadores, enquadrados no âmbito de protocolos celebrados ao abrigo de programas do Governo com grande impacto mediático nas áreas das Energias Renováveis (Energia Solar Térmica) e do Ensino Universitário (Toshiba/Prológica e-Universidade).

Antecedendo o início do ano escolar, a aposta na área do Ensino foi reforçada através da colocação do "Crédito Material Escolar" e da optimização estratégica da oferta do *package* dirigido aos estudantes universitários, sublinhando assim o compromisso assumido no apoio ao sistema educativo em Portugal.

Paralelamente, procedeu-se à diversificação da oferta através do lançamento de financiamento do prémio do Seguro do Plano de Protecção Emprego (cobertura, em caso de desemprego, do capital em dívida do empréstimo associado ao financiamento do prémio).

Negócios

Em 2009, foi continuada a estratégia de consolidação da área de Negócios, que, apesar da crise financeira, registou um aumento de 8,2% no volume de negócio (saldo médio), com uma contribuição muito equilibrada entre crédito e recursos, com variações de 8,2% e 8,3% respectivamente em relação aos valores alcançados em 2008.

Foi lançado o projecto *STEP 2n*, que visa consolidar o Santander Totta como principal parceiro no apoio financeiro para o segmento de Negócios, com incrementos significativos em número de clientes e quota de mercado.

O Santander Totta reforçou o seu posicionamento como Banco de apoio às Empresas, fruto de um grande dinamismo no segmento, em que foram lançadas diversas soluções, das quais se destacam:

- Solução Restauração
- Solução Comércio Retalho Alimentar
- Super Conta Negócios Plus
- Solução QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional)

  Oferta de condições de apoio através do adiantamento de incentivos, de consultadoria e de linhas de apoio ao investimento via linhas de crédito "PME Investe", onde foram captados, nas linhas III e IV, 6.400 operações no total de 256 milhões de euros. O Santander Totta atingiu quotas muito significativas situando-se, em todas as linhas, nos primeiros lugares.

Private Banking e *Premium*

Com o objectivo de aumentar a proximidade com os clientes e de proporcionar um serviço mais personalizado e especializado, o Santander Totta tem vindo a apostar no segmento *Private* e mais recentemente no segmento *Premium*.

Estes dois segmentos, geridos de uma forma complementar de modo a aproveitar as sinergias, permitiram uma mais adequada segmentação de clientes particulares com ofertas direccionadas.

O ano de 2009 caracterizou-se por um início muito conturbado, fruto da falta de confiança dos mercados financeiros, o que gerou uma tendência para o refúgio em activos sem risco, muito particularmente em depósitos a prazo. Por outro lado, a falta de liquidez de alguns bancos nacionais também incentivou as aplicações em depósitos acima das taxas de referência para os respectivos prazos.

Já no 2º semestre, com o estreitamento dos *spreads* de crédito e com expectativas de resultados das empresas acima do esperado, os mercados recuperaram, o que gerou alguma confiança junto dos clientes, para gradualmente diversificarem os seus portefólios por outros activos. Nesse âmbito, os fundos de investimento recomeçaram a ser procurados bem como produtos de seguros.

No *Private Banking* verificou-se um crescimento moderado, em património gerido, de cerca de 2,7% no ano e de 9% em produtos de activo, em que a colocação de obrigações de bom *rating* foi um instrumento bastante interessante na captação de negócio e que proporcionou uma boa rendibilidade para os clientes.

A dinâmica incentivada pela abertura de mais 6 centros *Premium* foi importante, quer para a notoriedade do segmento, quer para a melhoria de serviço prestado aos clientes. Em cerca de 100 balcões universais, encontra-se um gestor *Premium*, dedicado a clientes do segmento, com atendimento reservado.

A preocupação com o rigor do processamento de operações, associado à implementação de medidas de prevenção ao branqueamento de capitais, continuará a ser um dos objectivos para 2010.

Empresas

2009 foi um ano difícil que exigiu toda a capacidade comercial e de gestão das equipas comerciais.

As principais orientações estratégicas assentaram principalmente no crescimento do produto bancário, nomeadamente adequando os *spreads* do activo à conjuntura económica nacional e internacional e ao custo de *funding*, e no controlo da carteira de crédito vencido.

Ao longo do ano, foi revisto o projecto *Step* (Santander Totta Empresas Portugal), quer nas medidas, quer nos seus objectivos, de forma a dotar as equipas comerciais dos meios para alcançar os fins previstos nas estratégias delineadas, adaptar os mesmos às condições de mercado e preparar o ponto de inflexão da eventual retoma económica. De salientar que o projecto *Step* é um projecto que envolve toda a rede de empresas e respectivas áreas de suporte visando tornar a rede de Empresas num segmento prioritário, no triénio 2008-2010.

O produto bancário registou uma subida de 12,5%, tendo esta evolução sido fundamentalmente determinada pelo incremento da margem financeira, que contou com um aumento do volume de negócio de 4,6%.

No que diz respeito à qualidade da carteira de crédito, é de destacar que, apesar da conjuntura económica muito difícil, se mantiveram, neste segmento, os indicadores de crédito vencido ao nível dos alcançados no final de 2008.

A prossecução da estratégia de transparência e de proximidade aos clientes traduziu-se num aumento de 25% no número de clientes vinculados.

Em termos de produtos destaca-se a produção de *factoring* e *confirming* com valores de produção acima da quota do Banco neste segmento.

Linhas PME Investe

A conjuntura económica de recessão que caracterizou o ano de 2009, justificou a intervenção do Estado com vista a tornar mais fácil e efectivo o acesso ao crédito por parte das PMEs Portuguesas.

A intervenção do Estado fez-se, quer bonificando os juros do crédito, quer suportando os custos da emissão de garantias bancárias por parte do Sistema Nacional de Garantias Mútuas.

As "Linhas Investe", que serviram como principal instrumento de apoio do Estado às PMEs, acabaram por ser, ao longo do ano, uma importante fonte de financiamento das empresas que se financiaram junto do Santander Totta.

A quota média do Banco nestas linhas foi cerca de 17%, significativamente acima da sua quota natural no segmento Empresas, ocupando, em praticamente todas as linhas, a 2ª ou 3ª posição do *ranking* de quotas de mercado.

Também na agricultura, via linha "PME IFAP", e "Linha de Apoio de Curto Prazo", verificou-se o apoio do Estado na concessão de crédito aos empresários.

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores lançaram também linhas específicas, com características semelhantes, tendo o Banco em alguns casos chegado a atingir quotas de mercado de cerca de 40%.

Grandes Empresas

O ano de 2009 marcou, fortemente, a presença do Santander Totta junto dos grandes clientes. A conjuntura adversa e a instabilidade macroeconómica mantiveram-se ao logo de todo o ano exigindo uma estratégia de rigor e de maior aproximação.

Num contexto desfavorável, evidenciou-se a competência e organização do Santander Totta, traduzida num modelo comercial corporativo, que apresenta soluções integradas e ajustadas às suas necessidades, permitindo ao Banco

posicionar-se como um parceiro de destaque na relação de proximidade com todos os seus clientes.

Os contratos de crédito foram adequados às novas condições de mercado, desde o alongamento de prazos e condições financeiras à dinamização do *cross-selling,* permitindo a ampliação do negócio existente às outras áreas do Banco.

A área de Grandes Empresas demonstrou a sua solidez e reforçou a sua competência dentro da esfera do Grupo, seja pela participação significativa nos resultados, seja pela capacidade de inovar nas soluções apresentadas aos clientes.

Promotores e Mediadores

A actividade dos canais de promotores e mediadores foi fortemente condicionada pela difícil conjuntura económico-financeira que caracterizou este período.

É de realçar contudo que, em termos relativos, a contribuição de ambos os canais foi positiva. O *share of wallet* do canal mediador na produção de crédito à habitação do Banco manteve-se dentro dos objectivos, e o contributo relativo do canal de promotores para o incremento do volume de negócio das redes cresceu em 2009.

Dado que é fundamental manter os níveis de colaboração e de confiança dos principais parceiros mediadores e consultores financeiros, o Santander Totta esteve, como habitualmente, presente nos mais importantes eventos relacionados com estes parceiros, nomeadamente no salão imobiliário de Lisboa, na Imobitur no Porto e nas convenções anuais das principais redes que actuam neste mercado.

Ao nível do canal de promotores externos, implementou-se, em 2009, um conjunto de acções que tiveram como objectivo ajustar a organização e aproximar e dinamizar de forma segmentada os parceiros promotores externos. Dessas acções destacam-se:

- A especialização das equipas em função das especificidades de cada tipo de promotor;
- A organização por todo o país de eventos locais de troca de informação e dinamização;
- A implementação de novos veículos de comunicação como são exemplos o portal de promotores, a *NewsDigital*, a atribuição de telemóveis e o envio de SMS;
- A revisão do preçário, tornando-o mais competitivo na captação de clientes e de recursos;
- O lançamento do 1º PIPE - Plano de Incentivos de Promotores Externos -, que consiste num plano de concursos dedicados em exclusivo a estes parceiros.

As iniciativas acima referidas e sobretudo o aumento da proximidade a estes parceiros foram os factores chave para o sucesso conseguido no cumprimento do objectivo de produto bancário.

Relativamente às lojas de promotor, o ano de 2009 terminou com uma rede de 200 lojas abertas o que representa um incremento de mais 75 lojas face ao fecho de 2008. É de salientar que no seu conjunto as lojas de promotor têm vindo a ganhar peso nos contributos do canal de promotores externos, confirmando-se cada vez mais como uma rede complementar à rede de balcões.

Meios de Pagamento

Na actividade de Meios de Pagamento destacam-se os lançamentos comerciais de 2 novos cartões de crédito totalmente inovadores no mercado nacional.

No primeiro trimestre de 2009, foi lançado o cartão Desconto, que oferece 5% de desconto sobre todas as compras realizadas, sendo o desconto creditado na conta do cartão do cliente. Uma oferta muito interessante, pois não requer mínimos de facturação, nem limita locais de compra, constituindo assim o maior desconto absoluto dado por um cartão de crédito generalista de utilização universal.

No último trimestre do ano, foi lançado um cartão baseado na segurança total: o cartão *Titanium*. Trata-se de um cartão de crédito que protege especialmente de utilizações fraudulentas, com seguro de protecção às compras e seguro de acidentes pessoais. Adicionalmente, o *Titanium* tem associado um cartão *Titanium online*, totalmente gratuito e que permite comprar com toda a segurança na internet.

Para suportar as épocas do ano em que é necessário um meio de pagamento rápido e eficaz, foi lançada, no Verão, a campanha *Light* Vila Galé. A campanha de Verão constitui uma oferta muito apreciada e esperada pelos clientes pois, com base na utilização de cartão nas férias de Verão, ganham vales dos hotéis Vila Galé, garantindo assim as suas próximas épocas de lazer. Realizou-se também um sorteio de Natal, em que com uma compra de 5€ os clientes habilitavam-se a ganhar um conjunto alargado de prémios, destacando-se 2 automóveis da marca *Smart*.

O ano de 2009 fica igualmente marcado pelas alterações regulamentares, com importantes impactos operativos para a actividade de meios de pagamento, ao nível de processos, contratos e informação a disponibilizar aos clientes.

Apesar da conjuntura económica desfavorável, registou-se um crescimento homólogo de 5% nas compras realizadas com cartões. O parque de cartões activos em circulação cresceu 5,7% e o parque de POS cresceu 9,6%.

Banca Transaccional

Cash Management e Negócio Internacional

Prosseguindo o trabalho desenvolvido nos últimos anos no segmento de Empresas, foi reforçada a imagem do Santander Totta como o Banco de soluções inovadoras, quer na área de *Cash Management*, quer na área de Negócio Internacional.

Efectuaram-se várias campanhas comerciais nos vários segmentos de negócio, que visaram:

- Captar novos clientes;
- Aumentar a transaccionalidade fidelizando as empresas;
- Dinamizar a utilização das diferentes soluções de pagamentos e cobranças quer domésticas quer internacionais;
- Fomentar o uso da plataforma Internet – Netbanco Empresas.

O segmento de Institucionais mereceu uma atenção particular, tendo sido estabelecidos planos específicos de trabalho em conjunto com a área comercial, o que permitiu aumentar significativamente a quota de mercado do Banco nesta área de negócio.

Também as PMEs foram objecto de acções comerciais específicas. A formação interna neste segmento foi uma constante ao longo do ano, com especial relevância na área do Negócio Internacional.

Prosseguiu-se o estabelecimento de contactos com vista à celebração de parcerias com empresas e a disponibilização dos produtos do Banco junto dos clientes dessas organizações.

Nos últimos anos, o Santander tem privilegiado o apoio quer às empresas portuguesas a operar em Espanha quer às empresas espanholas instaladas em Portugal. Em 2009, o Banco consolidou a sua posição neste segmento, reforçando a liderança do Mercado Ibérico, conquistada pela permanente procura de soluções, produtos e serviços adequados à actividade dos vários agentes económicos.

Customer Service

Em 2009, manteve-se o esforço de investimento em novas formas de seguimento e controlo na resolução de incidentes, melhorando os tempos de resposta e satisfazendo as necessidades das empresas.

Foi ainda consolidada a vertente comercial, tendo sido efectuadas visitas aos principais clientes em conjunto com a área comercial, apoiando e fortalecendo a relação comercial com as empresas.

O Santander Totta, como membro exclusivo para Portugal da Associação IBOS, usufrui da estreita parceria comercial entre os 12 grupos internacionais que a integram e que cobre designadamente países da União Europeia e da América do Norte.

Canais Complementares

Selfbanking

Em 2009, a nível da rede Multibanco, a actividade do *Selfbanking* concentrou-se na renegociação do actual parque de ATM's instaladas junto de clientes, para optimização destas; e em novas instalações, sempre com foco nos locais de elevado potencial de transaccionalidade.

No conjunto das ATM's instaladas, em balcões e junto de clientes, a quota de mercado situou-se em 11,8%. No que respeita à rede interna – equipamentos de depósitos e cheques - registou-se um crescimento face ao ano anterior, ultrapassando já os 500 equipamentos instalados e representando uma cobertura de mais de 60% dos balcões da rede comercial do Santander Totta. A externalização de operações para *Selfbanking* tem manifestado uma tendência crescente, suportada na clara aposta feita no canal.

Netbanco

Com vista a prestar melhor serviço aos clientes, ao longo de 2009, foram lançadas novas funcionalidades e melhorias no NetBanco Particulares e Empresas.

Nos Particulares destacam-se os lançamentos da 2ª via de avisos, dos extractos digitais de cartões de crédito, das primeiras campanhas no âmbito das mensagens personalizadas, com destaque para a venda do crédito à distância, um *redesign* da área pública e melhorias decorrentes do plano das Directivas Europeias e ao normativo MIFID. Estas melhorias das Directivas também se verificaram no NetBanco Empresas, que, paralelamente, desenvolveu um novo sistema de segurança para assinatura das operações, onde cada utilizador assina através de um código dinâmico que é gerado através de um cartão matriz ou por um código de

assinatura enviado por SMS para o telemóvel do utilizador.

Em 2009, registou-se, igualmente, um crescimento de cerca de 11 p.p. nos utilizadores frequentes no NetBanco Particulares e Empresas. A quota de transacções migráveis no canal NetBanco Particulares foi na ordem dos 70%, o que reflecte um crescimento de cerca de 13 p.p, face ao ano anterior. O número de visitas ao *site* público apresentou um crescimento de cerca de 17 p.p..

Banca Telefónica

Durante o ano em análise, o *Contact Center* do Santander Totta recebeu várias distinções.
Foi considerado pela Associação Portuguesa de *Contact Centers* o "Melhor *Contact Center* de Portugal", tendo ganho também o prémio de "Melhor *Contact Center* do Sector Financeiro". Foi ainda distinguido pela AIAREC - Associação Ibero Americana de Relações Empresa Cliente - com o prémio *"Melhor Experiência do Cliente"*, no sector da Banca em Portugal, com base num estudo da IZO System, para apurar o grau de satisfação dos clientes.

Implementou-se uma mudança de estratégia de comunicação com o cliente, que passou por efectuar menos contactos proactivos e incentivar o contacto para o *Contact Center* e para outros canais, potenciando as vendas em *inbound*. Foram ainda implementadas iniciativas de contacto a clientes que demonstraram, noutros canais, interesse em adquirir produtos e serviços do Banco. O número de contactos com clientes (*in* e *out*), em 2009, superou os 2,2 milhões.

Actividade Internacional

Em 2009, num enquadramento económico difícil e em que as principais economias ensaiaram uma débil recuperação, a actividade Internacional pautou-se por reforçar a proximidade com os clientes, transmitir a segurança e solidez que o balanço do Grupo inspira e procurando consolidar a dinamização da oferta de soluções dirigidas aos residentes no estrangeiro em estreita relação com a rede comercial em Portugal.

Nesta vertente, assumiu especial importância a oferta da "Super Conta Residentes no Estrangeiro" e de produtos de poupança, com maior foco nas moedas de maior significado. Proporcionou-se ainda um conjunto de vantagens ao nível do preçário e diversidade de aplicações.

Foi garantida a oferta de produtos diversificados, nomeadamente seguros financeiros, "Seguros Especiais de Investimento (SEI)" e produtos estruturados em dólares, com expectativas de rendibilidade muito interessantes no actual contexto de taxas de juro.

Com o objectivo de apoiar as comunidades, realizaram-se em alguns países, nomeadamente na África do Sul e Venezuela, eventos onde se apresentaram oportunidades de negócio em determinados sectores da economia portuguesa, assim como o desempenho do Banco e do Grupo em que está inserido de forma a incutir maior confiança aos portugueses residentes no estrangeiro.

Realizou-se ainda a "Campanha de Verão", com um conjunto de iniciativas que visam receber da melhor forma os clientes que vivem e trabalham no exterior. Incluiu-se neste apartado um maior esforço de comunicação e a montagem de uma estrutura de "assistentes" que garantiram maior atenção aos clientes. No início do segundo semestre concluiu-se, com sucesso, um conjunto de acções que permitiram o encerramento da sucursal do Luxemburgo, em 31 de Julho, com salvaguarda do interesse dos clientes e cumprindo estritamente as directrizes das autoridades locais.

A sucursal de Londres, tendo presente as alterações do ciclo económico, vem oferecendo boas soluções para crédito à 2ª habitação em Portugal, para residentes no Reino Unido. Paralelamente, foram introduzidos mecanismos de maior controlo sobre a carteira de crédito.

Na área de residentes no estrangeiro, o volume de negócio cresceu 4,2%, após um primeiro semestre moderado mas com o último trimestre caracterizado por um acréscimo muito significativo.

Num esforço realizado para garantir uma forte relação entre clientes, escritórios de representação e balcões em Portugal promoveram-se 39 visitas de directores de balcão e comerciais, provenientes de zonas com forte significado na emigração, numa procura contínua de soluções mais adequadas.

O produto bancário do segmento registou uma evolução razoável embora menor do que em conjunturas anteriores, sendo ainda de destacar a evolução no crédito, que se situou em 10,9%.

No que respeita a transferências de emigrantes canalizadas para o Santander Totta, foram realizadas acções promocionais nas principais comunidades, em que se informou a melhor e mais económica forma de procederem. Apesar de alguma redução global no volume de transferências no sistema, a quota de mercado manteve-se.

Também a informação com os clientes do segmento foi consolidada através do *NetBanco*, com o *site* específico para a área de Emigração, "Portugueses no Estrangeiro", com *link* à página inicial do Banco.

Banco Caixa Geral Totta de Angola

O ano de 2009 implicou alterações significativas no Banco Totta de Angola.

Durante o ano, foi concretizado o acordo celebrado pelo Banco Santander Totta com a Caixa Geral de Depósitos e um conjunto de investidores angolanos, incluindo a Sonangol, permitindo um reajustamento na estrutura accionista do Banco e um significativo ganho de novas valências que reforçam a estratégia de crescimento no mercado financeiro angolano.

A nova composição accionista do agora denominado "Banco Caixa Geral Totta de Angola" está distribuída pela Partang em 51%, detida em parcelas iguais pelo Banco Santander Totta e pela Caixa Geral de Depósitos, e por um conjunto de investidores angolanos em 49%, incluindo a Sonangol com 26% do capital.

Simultaneamente, ocorreu um aumento de capital de 100 milhões de dólares e foi nomeada uma Comissão Executiva alargada, possibilitando dotar o Banco dos meios necessários ao seu crescimento futuro.

O Banco Caixa Geral Totta de Angola manterá um grande enfoque no segmento de Empresas, área onde sempre conservou uma dinâmica importante e reconhecida pelo mercado. A credibilidade dos seus accionistas financeiros de referência, Banco Santander Totta e Caixa Geral de Depósitos, permitirá reforçar a imagem da instituição junto de clientes e parceiros de negócio.

Finalmente, é importante realçar que a instituição registou um desempenho forte e profissional em 2009, durante um período de maior fragilidade na jovem economia angolana, tendo conseguido capitalizar o seu tradicional rigor e adequada posição financeira no relacionamento com os seus clientes.

Perspectivas para 2010

A evolução de alguns indicadores económicos no final de 2009 perspectiva que 2010 seja já um ano de retoma, embora de fracos crescimentos, persistindo ainda alguma incerteza quanto à sustentabilidade desta recuperação.

Num cenário que se afigura de grande exigência na gestão bancária, o Santander Totta está preparado para enfrentar as dificuldades e os desafios deste enquadramento, caracterizado por menores crescimentos dos volumes de negócio, maiores custos de financiamento e aumento dos níveis de imparidade e provisões derivados do aumento dos rácios de incumprimento.

Com um balanço sólido, bem provisionado e sem restrições de capital e de liquidez, o Santander Totta irá manter uma estratégia assente no modelo de banca comercial muito focado em clientes, disciplinado e criterioso nas linhas de acção prioritárias.

A gestão de margens, o controlo de custos e a gestão activa dos riscos e da qualidade da carteira de crédito continuarão a ser linhas de actuação fundamentais para 2010.

O Santander Totta continuará a capitalizar na solidez da marca e do balanço, bem como na eficiência operativa mantendo o apoio ao tecido empresarial português. No mercado de particulares iremos consolidar a aposta na oferta em segmentos específicos, como os Jovens Universitários, ou os clientes *Premium*.

Áreas de Suporte ao Negócio

Recursos Humanos

O apoio directo à concretização dos objectivos estratégicos do Santander Totta, a proximidade diária com todas as áreas, o desenvolvimento das capacidades e competências dos colaboradores e o reforço das medidas de conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional foram os pilares de actuação da área de Recursos Humanos em 2009, reforçando assim o seu posicionamento como um empregador de referência em Portugal.

Durante o ano, o programa "Santander és Tu" consolidou-se com uma *marca* amplamente conhecida pelos colaboradores e associada a uma gestão moderna de Recursos Humanos. O progressivo desenvolvimento de iniciativas, que têm por objectivo reforçar as vantagens de trabalhar no Santander e promover o diálogo entre os directivos e as suas equipas, constituem os traços dominantes deste programa que visa ainda desenvolver o sentimento de orgulho e pertença à instituição. Uma marca também reconhecida e distinguida no mercado, que mereceu o "Prémio Excelência 2009" atribuído pela *RH Magazine,* pela diferença que o Santander Totta tem vindo a introduzir no modo de fazer a gestão das pessoas nas organizações, destacando-se no panorama da gestão em Portugal.

Os resultados que o Santander Totta tem obtido na medição regular do índice de satisfação dos seus colaboradores mostram este percurso. Em 2009, a 3ª medição do "Que Tal de Clima" registou uma participação de 74% do universo dos colaboradores, a mais elevada das 3 edições, revelou uma melhoria nos resultados face às dimensões apreciadas e melhores níveis de satisfação quando comparados com outras empresas.

	2006	2007	2009	Referências de mercado 09
Credibilidade	74%	78%	83%	77%
Dinâmica	52%	56%	59%	38%
Espírito de Equipa	59%	69%	76%	61%
Imparcialidade	49%	57%	63%	48%
Inovação	70%	75%	80%	66%
Liderança	71%	73%	77%	69%
Orgulho	64%	71%	89%	69%
Qualidade	68%	75%	82%	64%
Respeito	64%	64%	73%	68%
Santander És Tu	n.a.	n.a.	87	n.a.

A política de mobilidade e carreiras, que tem vindo a ser concretizada, mereceu particular atenção em 2009, tendo sido publicados, na *Intranet*, 77 recrutamentos internos, efectivadas 33 movimentações de colaboradores dos serviços centrais para as redes comerciais e efectuadas cerca de 1.505 movimentações de colaboradores, indicadores que dão nota de uma dinâmica contínua.

A formação continuou a ser um dos pilares de actuação da área de Recursos Humanos tendo-se registado mais de 300.000 horas de formação.

De destacar ainda o apoio em termos de formação dado à implementação do Projecto Partenón, plataforma única geradora de sinergias e de uma maior agilidade no negócio e na qualidade de serviço ao cliente, que envolveu cerca de 8.000 assistentes nas 187 acções de formação realizadas.

Nº horas de formação	301.198
Nº horas de formação por colaborador	59
Investimento formação	2,5 milhões €
Investimento formação / massa salarial	1,48%
% formação *e-learning*	22%

No âmbito da política de igualdade de género, realizou-se a 2ª Conferência Gestão no Feminino**,** com a participação de mais de 150 Directivas e que este ano teve como tema principal "Prepararmo-nos para o pós-crise".

A comunicação com os colaboradores foi, em 2009, um vector reforçado, através de inúmeras iniciativas: a publicação quase diária de noticias na Intranet sobre assuntos de RH, a elaboração do filme "Eurecos o que é um Banco" em que os protagonistas foram os filhos dos colaboradores e a organização da 2ª edição da "Semana Santander És Tu" cujo programa contemplou os distintos patamares da Instituição através de iniciativas como o "Dia do Colaborador" associado às comemorações do "Dia Mundial da Criança", o "Contacto Directo" com a visita dos Administradores a balcões e serviços centrais dos diversos distritos do país, as "Jornadas de Saúde e Bem Estar" e o "Mega Intercâmbio", são algumas das iniciativas que merecem ser destacadas pelo impacto e nível de aceitação registado.

Em 2009, reforçaram-se as medidas que permitem proporcionar aos colaboradores condições para conciliarem a sua vida profissional e a sua vida pessoal. De entre estas medidas destaca-se a inovação que o Banco demonstrou com a realização de *workshops* sobre "Coaching Parental" que tiveram lugar em Lisboa, Porto,

Coimbra e Faro e contaram com a participação de mais de 130 colaboradores, proporcionando os meios para desenvolver soluções e estratégias de melhoria do seu desempenho como pais e profissionais.

De forma a permitir um acesso mais facilitado a melhores condições de vida familiar, o Santander Totta decidiu, em linha com o que tem sido prática nos últimos anos, considerar favoravelmente todos os pedidos apresentados no âmbito do concurso de crédito à habitação à taxa ACT, tendo para o efeito disponibilizado um montante total da ordem de 63 milhões de euros.

Foi mantido ainda o prémio "Melhores Alunos" que premiou 25 filhos de colaboradores que terminaram o 12º ano com média superior a 16 valores e concretizaram-se dois programas de ocupação de férias de filhos de colaboradores, Páscoa e Natal, que contaram com a participação de 60 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

A campanha "Sermos Solidários" assumiu lugar de destaque em 2009, através das iniciativas "Camisola Solidária", "Natal Numa Caixa de Sapatos" e "Pão de Todos", as quais contaram com a participação e envolvimento de milhares de colaboradores. A resposta dada e o entusiasmo evidenciado em cada uma destas iniciativas ilustram que a solidariedade para além duma vantagem é um sentimento presente no Banco.

Na iniciativa "Camisola Solidária" todos foram comerciais por um dia, tendo sido vendidas mais de 10.000 camisolas, apurando-se 50.415 euros que reverteram a favor da Associação Portuguesa de Trissomia 21.

O espírito que se vive na quadra natalícia serviu de mote à iniciativa "O Natal numa Caixa de Sapatos" que tinha como proposta despertar nos filhos dos colaboradores o sentimento de solidariedade com base numa ideia simples: pedir-lhes que enchessem uma caixa de sapatos com presentes para oferecer a crianças e jovens que vivem em instituições de acolhimento. Foram entregues mais de 2.500 presentes em 46 instituições de acolhimento de todo o país. Por último, e pelo 6º ano consecutivo, foi apadrinhada a iniciativa "Pão de Todos", que contou com a participação de mais de 100 voluntários do Banco.

Tecnologia e Sistemas

A área de Tecnologia e Sistemas do Santander Totta é responsável pela identificação junto das áreas utilizadoras, dos meios tecnológicos necessários ao sistema de informação, de forma a adequar as respectivas plataformas de *hardware*, *software* e comunicações, integradas na divisão mundial de Tecnologia e Operações do Grupo Santander, potenciando todas as vantagens em termos de escala, novas tecnologias e gestão integrada de recursos.

Fazendo parte da estratégia do Grupo Santander, de ter uma plataforma tecnologicamente uniformizada para todas as unidades do grupo, prosseguiu-se com o projecto Partenón/Alhambra, capturando sinergias e partilhando estruturas e desenvolvimentos de funcionalidades tecnológicas, com o objectivo de melhorar e de padronizar os serviços mundiais aos seus clientes. Com o primeiro passo deste projecto, implementou-se em todas as unidades do Banco uma nova plataforma de portais para suportar a actividade, migrando-se as contas do sistema *legacy* para esta plataforma corporativa. A implementação das aplicações iniciou-se em Maio de 2009, com vagas crescentes de balcões a serem migrados para a nova plataforma e terminou em Dezembro com a migração dos grandes balcões do Banco. Esta migração sistematizada por vagas de balcões permitiu que a implementação não tivesse qualquer impacto negativo junto dos clientes.

Numa política de alinhamento das ferramentas tecnológicas com o negócio continuaram os investimentos em áreas estratégicas como sejam todos os sistemas de apoio à decisão de riscos standardizados, ferramentas de análise de risco, todas as medidas decorrentes de Basileia. Por aplicação de directivas específicas, foram também implementadas soluções para meios de pagamentos internacionais, MIFID/DMIF, centralização de risco, crédito ao consumo e medidas de protecção da habitação na situação de desemprego. Adicionalmente foram reforçadas as aplicações de gestão e dinamização comercial, com a disponibilização de ferramentas de apoio à gestão comercial dos balcões para particulares e empresas, *cross-selling*, nomeadamente em produtos mútuos comerciais, e foram igualmente dinamizadas as ferramentas de CRM e marketing centralizado. Foram ainda efectuados investimentos relevantes para adaptar e manter actualizada a plataforma tecnológica, por força da legislação e regulamentação publicadas.

Na área do Netb@anco, alargou-se o leque de serviços e funcionalidades, onde se destacam o extracto digital de cartões e as segundas vias dos pagamentos electrónicos.

Acompanhando ainda políticas e legislações, nas áreas de Desenvolvimento de Software, foi determinante a implementação de um conjunto de projectos críticos, destacando-se em Mercados Financeiros e Banca de Investimento (Global Banking and Markets), num contexto de grande volatilidade e instabilidade, um grande foco na entrega de soluções e produtos alinhados com as oscilações e tendências do mercado.

Por fim, e privilegiando as disciplinas de *compliance,* continuidade operacional e qualidade, desenvolveu-se e

foi implementado um conjunto de medidas que visam melhorar a gestão eficiente e sustentável das tecnologias de informação, com o objectivo de reduzir continuamente os níveis de risco operacional da actividade e garantir a sustentabilidade e continuidade de negócio. Nesta linha destaca-se uma maior abrangência do plano de testes de "Disaster Recovery", visando assegurar a reposição dos sistemas de informação em caso de desastre.

Na óptica de governo e cumprimento em tecnologias, foram ainda reforçadas as acções de monitorização e reporte sobre níveis de disponibilidade de serviços, bem como as de conferência de perfis, utilizadores e níveis de autorização, cumprindo recomendações do Banco de Portugal, garantindo evidências para auditorias e promovendo uma melhoria contínua do Modelo de Controlo Interno.

Qualidade

O Banco Santander Totta mantém e desenvolve o seu compromisso com a Qualidade de Serviço e Excelência no Atendimento procurando aumentar o nível de satisfação e fidelização de clientes.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade foram dinamizadas, pela Direcção de Coordenação de Qualidade, as mesas de qualidade das diversas áreas de negócio e de apoio ao negócio, destacando-se a realizada para revisão dos níveis de serviço ao cliente.

Destacam-se igualmente as auditorias de qualidade, internas e externas (neste caso realizadas pela APCER, organismo responsável pela certificação) tendo sido realizadas mais de 100 auditorias, dando origem a cerca de 220 recomendações de melhoria, abrangendo cerca de 1.700 colaboradores.

Assim, e ao nível da satisfação de clientes com o seu balcão registou-se, no ano 2009, um aumento da percentagem de clientes satisfeitos para 82% bem como na percentagem de clientes que recomendam o banco que atingiu os 88%.

Estes resultados, associados aos excelentes resultados obtidos nas métricas de qualidade prestada, avaliada através de visitas mistério aos balcões, foram cruciais para o incremento verificado nos balcões que cumpriram o "Meta 100", indicador que incorpora métricas de qualidade percebida e qualidade prestada, uma vez que a percentagem de balcões que cumpriram o "Meta 100" subiu para 88%.

No total foram realizados cerca de 70.000 inquéritos telefónicos a clientes, mais de 4.000 visitas mistério e cerca de 2.700 auditorias telefónicas aos balcões.

O Santander Totta manteve a melhor avaliação, quando comparado com os principais competidores, nas visitas mistério efectuadas pela empresa Multimétrica a todos os balcões da Banca em Portugal.

No que respeita a reclamações de clientes registou-se um aumento das reclamações formais recebidas, motivadas em forte medida pelo clima desfavorável dos mercados que se viveu ao longo no primeiro semestre do ano.

O Santander Totta assume nas reclamações uma importante fonte de detecção de potenciais problemas e reais oportunidades de melhorar a relação com os seus clientes.

Mantendo um processo centralizado de tratamento de reclamações são também fornecidos à rede de Balcões importantes instrumentos que permitem uma mais célere resolução de pequenas incidências permitindo, paralelamente, o respectivo registo avaliado periódica e sistematicamente.

Níveis de serviço e outros indicadores

Durante o ano 2009 assistiu-se a uma melhoria dos níveis de serviço dos serviços centrais, tendo sido implementadas, no âmbito do Projecto Radar, uma centena de melhorias ao nível das áreas intervencionadas, alargadas, neste ano, a toda a actividade.

O Projecto Radar continuou assim a sua missão de detecção e avaliação de factores de potencial melhoria, sendo estes articulados com as respectivas áreas, responsáveis finais na sua implementação.

Adicionalmente foram implementadas novas métricas ao nível dos indicadores de satisfação, relativos à percepção dos serviços prestados pelas áreas centrais, bem como implementada uma avaliação sistemática do atendimento telefónico dos mesmos.

Mensalmente foram reportados em Comissão Executiva os resultados dos níveis de serviço das principais áreas dos serviços centrais com impacto no negócio.

Informação Económica e Financeira

Actividade Consolidada

Introdução

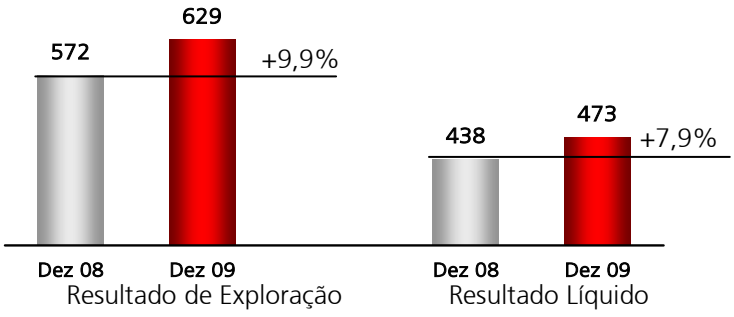
O Banco Santander Totta encerrou o exercício de 2009 com um resultado líquido consolidado de 473,0 milhões de euros, representando um crescimento de 7,9% em relação aos 438,4 milhões de euros registados no ano anterior.

Operando numa conjuntura económica e financeira desfavorável, o incremento do resultado líquido resultou do modelo de negócio seguido pelo Banco, assente na captação e vinculação de clientes e na gestão eficiente de custos e riscos, permitindo um crescimento sustentado das receitas e o controlo de custos que acomodaram a necessidade de reforço do provisionamento.

O Banco Santander Totta manteve um desempenho muito sólido e rentável, com uma rendibilidade do capital próprio (ROE) a alcançar 24,4% e um rácio de eficiência (com amortizações) de 45,3%, reflectindo uma nova redução de 1,3 p.p..

Reflexo de um forte abrandamento da actividade económica, o Banco direccionou a sua estratégia para um crescimento selectivo, de apoio ao sector empresarial nacional, mediante avaliação rigorosa do risco associado aos financiamentos, evidenciando um aumento de 4,6% no crédito concedido aos segmentos de negócios e de médias empresas. A salientar a forte actividade na colocação das linhas PME Investe, tendo atingido quotas de mercado de 16%, muito superiores à quota natural.

milhões de euros



Demonstração de Resultados*

milhões de euros	2009	2008	Var.
Margem Financeira Estrita	761,8	705,8	+7,9%
Rendimento de Instrumentos de Capital	5,0	5,9	-14,2%
Margem Financeira	**766,9**	**711,6**	**+7,8%**
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Actividade Bancária	311,8	307,8	+1,3%
Margem Comercial	**1.078,7**	**1.019,4**	**+5,8%**
Resultado de Operações Financeiras	71,4	50,7	+40,8%
Produto Bancário	**1.150,1**	**1.070,1**	**+7,5%**
Custos Operacionais	(521,5)	(498,3)	+4,7%
Custos com Pessoal	(302,3)	(283,2)	+6,7%
Gastos Gerais	(154,7)	(151,8)	+1,9%
Amortizações	(64,5)	(63,3)	+1,9%
Resultado de Exploração	**628,6**	**571,9**	**+9,9%**
Imparidade e Outras Provisões e Resultados	(61,9)	(43,3)	+42,9%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	**566,7**	**528,6**	**+7,2%**
Impostos	(87,1)	(90,1)	-3,4%
Interesses Minoritários	(6,7)	(0,0)	>+200,0%
Resultado Consolidado do Exercício	**473,0**	**438,4**	**+7,9%**

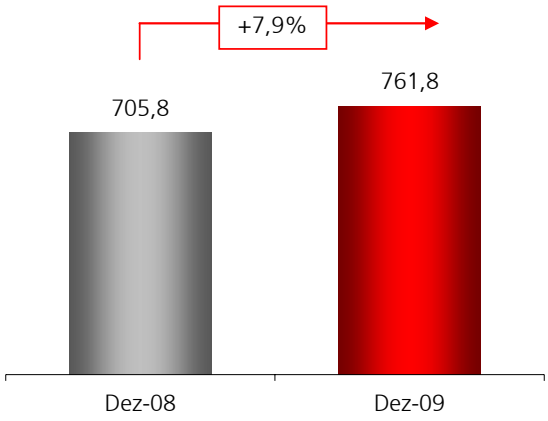
* Inclui a reclassificação da mais valia da venda da participação no Banco Totta Angola (28,1 M€) em 2009 e das mais-valias da venda da carteira (1,5 M€ em 2008 e 4,3 M€ em 2009) de resultados em operações financeiras para imparidade e outras provisões e resultados

O Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido consolidado de 473,0 milhões de euros no final de 2009, um incremento de 7,9% em relação ao montante de 438,4 milhões de euros contabilizado em 2008.

Para a evolução do resultado líquido, destaca-se o desempenho positivo da margem financeira estrita, das comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária e dos resultados de operações financeiras que cresceram respectivamente 7,9%, 1,3% e 40,8%. A evolução das rubricas mencionadas levou o produto bancário a aumentar 7,5%. Os custos operacionais evidenciaram um acréscimo de 4,7% face ao contabilizado em igual período de 2008. Dado o crescimento das receitas ser superior ao dos custos operacionais, o resultado de exploração aumentou 9,9%, em relação a 2008. Efectuou-se um reforço no provisionamento visando reforçar a cobertura da imparidade da carteira de crédito a clientes e de outras contingências, que absorveram parte da mais-valia obtida com a redução da participação em Angola.

A margem financeira estrita, principal componente das receitas, elevou-se a 761,8 milhões de euros, montante que traduz um aumento de 7,9% relativamente ao valor observado no período homólogo do ano anterior, quando se contabilizou 705,8 milhões de euros. Esta evolução resultou de uma política de gestão prudente de *spreads* e de volumes de negócio, em simultâneo com a cobertura adequada da sensibilidade da margem financeira e uma confortável posição de liquidez, num contexto de aumento dos custos de financiamento, de permanência das taxas de juro em níveis muito baixos e de abrandamento acentuado no crescimento do crédito.

Margem Financeira Estrita (milhões euros)



As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária aumentaram 1,3% para 311,8 milhões de euros em 2009, valor que compara com 307,8 milhões de euros atingidos no ano anterior. Salienta-se o aumento verificado no agregado das comissões de serviços, de meios de pagamento, de crédito, de seguros de risco e da banca de investimento que compensou a redução das comissões associadas a fundos de investimento, a seguros financeiros e a crédito à habitação, fruto da queda do volume comercializado destes produtos.

Os resultados de operações financeiras totalizaram 71,4 milhões de euros, valor que compara favoravelmente com os 50,7 milhões de euros obtidos em 2008, aumentando 40,8%, mas representando apenas 6% na geração de proveitos do Banco. Registou-se um desempenho positivo dos resultados com grandes clientes e *project finance*, que compensou a descida da venda de derivados a clientes de retalho, condicionada pelo baixo nível das taxas de juro.

O Banco Santander Totta registou, em 2009, um produto bancário de 1.150,1 milhões de euros, apresentando um crescimento sustentado e equilibrado de 7,5%, conseguido num contexto macroeconómico recessivo e com uma evolução moderada da actividade.

Os custos operacionais somaram 521,5 milhões de euros, traduzindo um aumento de 4,7%, em relação a 2008, devido especialmente à evolução dos custos com pessoal, a qual foi influenciada pela diferença contabilística entre a rendibilidade esperada do fundo de pensões e a sua taxa de desconto. Caso se expurgue este efeito, os custos operacionais teriam subido 3,1%. O incremento de 1,9% nas amortizações foi impactado por gastos não recorrentes relacionados com o investimento na plataforma informática Partenón.

O crescimento do produto bancário de 7,5% superior ao dos gastos operacionais de 4,7% traduziu-se numa nova melhoria de 1,3 p.p. do rácio de eficiência com amortizações, o qual passou de 46,6% em 2008 para 45,3% em 2009.

milhões de euros	2009	2008	Variação
Custos com Pessoal	302,3	283,2	+6,7%*
Outros Gastos Administrativos	154,7	151,8	+1,9%
Gastos de Transformação	**457,0**	**435,0**	**+5,0%**
Amortizações	64,5	63,3	+1,9%
Custos Operacionais	**521,5**	**498,3**	**+4,7%**
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	**39,7%**	**40,7%**	**-1,0 p.p.**
Rácio de Eficiência (inclui amortizações)	**45,3%**	**46,6%**	**-1,3 p.p.**

* 4,0%, expurgando a diferença entre a rendibilidade esperada e a taxa de desconto do fundo de pensões

O Banco Santander Totta apresentou indicadores de produtividade favoráveis.

milhões de euros	2009	2008	Variação
Crédito(*) por Empregado	5,5	5,3	+3,3%
Recursos por Empregado	4,2	3,9	+8,4%

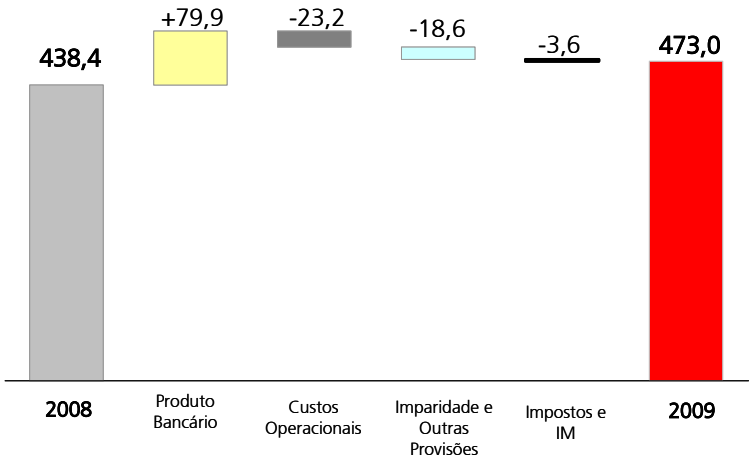
(*) Inclui garantias

Tendo em consideração os valores alcançados pelo produto bancário e pelos custos operacionais, o resultado de exploração foi de 628,6 milhões de euros no final de 2009, valor superior ao do período homólogo do ano anterior em 9,9%.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões e resultados atingiu 61,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 42,9%, relativamente a 2008, reflectindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico. Caso se exclua a mais-valia obtida na redução da participação no Banco Totta Angola (28,1 milhões de euros), a rubrica de perdas em imparidade e outras provisões e resultados seria 90,0 milhões de euros.

O resultado antes de impostos e de interesses minoritários situou-se em 566,7 milhões de euros e o resultado líquido atingiu 473,0 milhões de euros, representando um incremento de 7,9% em relação a 2008.

Evolução do Resultado Líquido (milhões de euros)



Balanço e Actividade

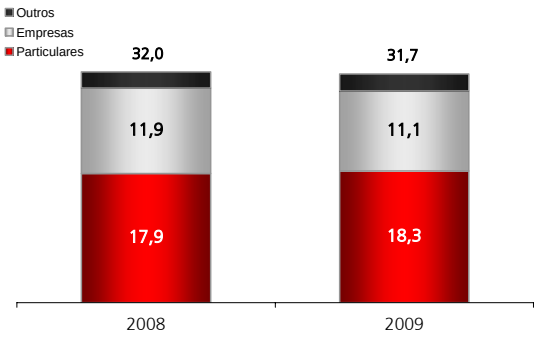
No final de 2009, o volume de negócio ascendeu a 56,1 mil milhões de euros, representando uma evolução homóloga de 1,2%, justificada pelo crédito (incluindo garantias) que totalizou 31,7 mil milhões de euros (-0,9% de variação homóloga) e pelos recursos de clientes que atingiram 24,4 mil milhões de euros (4,0% de variação homóloga).

milhões de euros	2009	2008	Var.
Volume de Negócio [1]	**56.097**	**55.457**	**+1,2%**
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	**31.737**	**32.038**	**-0,9%**
Crédito Bruto	**30.010**	**30.424**	**-1,4%**
do qual			
Crédito a Empresas	11.087	11.852	-6,5%
Negócios	3.095	2.769	+11,8%
Rede Empresas	4.530	4.523	+0,1%
PME's/Negócios + Empresas	7.625	7.292	+4,6%
Grandes Empresas e Institucionais	3.462	4.561	-24,1%
Crédito a Particulares	18.289	17.929	+2,0%
do qual			
Habitação (incluindo securitização)	16.236	15.983	+1,6%
Consumo	1.638	1.522	+7,6%
Recursos de Clientes	**24.361**	**23.419**	**+4,0%**
Recursos em Balanço	16.059	16.593	-3,2%
Depósitos	15.281	15.525	-1,6%
Débitos representados por títulos colocados em clientes	778	1.068	-27,1%
Recursos fora do Balanço	8.302	6.826	+21,6%
Fundos de investimento	3.582	2.498	+43,4%
Seguros e outros recursos	4.719	4.328	+9,0%

[1] Inclui securitização, papel comercial e garantias e avales

A carteira de crédito (incluindo garantias) totalizou 31,7 mil milhões de euros no final de 2009, ligeiramente abaixo do valor alcançado no período homólogo do ano anterior (-0,9%), pela evolução pontual do segmento de Grandes Empresas, num enquadramento caracterizado por uma menor procura de crédito.

Crédito a clientes* (mil milhões de €)



* Incluindo securitização e garantias

Prosseguindo uma política de concessão de crédito selectiva às empresas economicamente viáveis, realça-se a dinâmica do crédito concedido aos segmentos de negócios e de médias empresas com um crescimento de 4,6%, com destaque para o contributo dos programas de financiamento com apoio estatal, nomeadamente o Programa PME Investe. A evolução da carteira de crédito das grandes empresas foi condicionada pela evolução dos *spreads*, que no actual contexto levam a uma crescente desintermediação neste segmento.

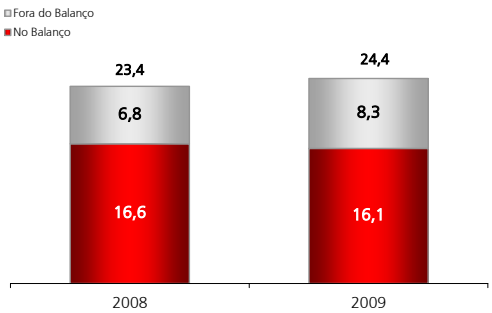
O crédito concedido a particulares atingiu 18,3 mil milhões de euros, observando-se um incremento homólogo de 2,0%, impactado pela desaceleração do ritmo de crescimento do crédito à habitação, o qual aumentou 1,6%, atingindo 16,2 mil milhões de euros, em consonância com a retracção do sector imobiliário e a diminuição do poder de compra dos particulares, embora com uma melhoria nos volumes de produção no segundo semestre. O crédito ao consumo evidenciou um comportamento mais dinâmico com uma subida de 7,6% face ao período homólogo de 2008.

Nos indicadores de qualidade da carteira de crédito, observa-se um aumento do rácio do crédito vencido a mais de 90 dias, passando de 0,78% para 1,21%, fruto do abrandamento da actividade económica e do crescimento do desemprego, mas situando-se dentro dos parâmetros previstos para a actual conjuntura e abaixo da média do sector. A cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias por provisões atingiu 124,8%.

	2009	2008	Var.
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	1,30%	0,87%	+0,43 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	1,21%	0,78%	+0,43 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,23%	0,78%	+0,45 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	116,4%	156,1%	-39,6 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	124,8%	175,5%	-50,7 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	122,6%	173,9%	-51,3 p.p.

Os recursos de clientes cifraram-se em 24,4 mil milhões de euros, subindo 4,0% face ao período homólogo, suportados pelo incremento dos fundos de investimento de 43,4% e pelos seguros de capitalização de 9,0%, que consolidaram a sua recuperação a partir do final do primeiro trimestre do ano, substituindo as aplicações em depósitos, que decresceram -1,6%, reflectindo a forte pressão pela liquidez.

Recursos de clientes (mil milhões de €)



Solvabilidade

No enquadramento regulamentar de Basileia II, com a aplicação do método de notações internas (IRB advanced) no cálculo dos requisitos de fundos próprios para parte substancial da carteira de crédito e do método *standard* para risco de mercado, tendo sido utilizado o método do indicador básico para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, no final de 2009, o Tier I e o Core Capital elevaram-se a 9,1% e 7,6% (incluindo resultados do ano 2009 que não serão distribuídos) respectivamente, atestando a solidez do balanço.

milhões de euros	2009	2008	Var.
	IRB misto	Standard	
Total de Fundos Próprios	2.564	2.576	-0,5%
Fundos Próprios de Base	2.193	2.091	+4,9%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	371	486	-23,6%
Activos e Extrapatrimoniais Ponderados	24.074	24.956	-3,5%
Rácio Core Capital	**7,6%**	**6,7%**	**+0,9 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	**9,1%**	**8,4%**	**+0,7 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	**10,7%**	**10,3%**	**+0,4 p.p.**

Actividade Individual

Demonstração de Resultados

O Banco Santander Totta contabilizou um resultado líquido, em termos de contas individuais, de 439,0 milhões de euros no final de 2009, representando um crescimento de 23,6% face aos 355,2 milhões de euros registados no ano anterior.

Apesar de desenvolver a sua actividade numa conjuntura económica e financeira desfavorável, o Banco registou um crescimento de 7,0% no produto bancário, em relação ao valor atingido no ano anterior, destacando-se a contribuição da margem financeira estrita com um incremento de 14,3%.

Os custos operacionais aumentaram 4,5%, em relação a 2008, devido especialmente à evolução dos custos com pessoal, a qual foi influenciada pela diferença contabilística entre a rendibilidade esperada do fundo de pensões e a sua taxa de desconto. Caso se expurgue este efeito, os custos operacionais teriam subido 2,9%. Refere-se também o aumento de 2,8% nas amortizações, impactado por gastos não recorrentes relacionados com o investimento na plataforma informática Partenón. O rácio de eficiência com amortizações atingiu 48,6%, espelhando uma nova melhoria de 1,2 p.p. em relação aos 49,8% registados em 2008.

No seguimento da política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico, reforçou-se em 2009 a dotação para perdas em imparidade e outras provisões no valor de 34,7 milhões de euros. No entanto, caso se exclua a mais-valia obtida na redução da participação no Banco Totta Angola (56,1 milhões de euros), a rubrica de perdas em imparidade e outras provisões seria 90,8 milhões de euros, ou seja +63,0% face ao ano anterior.

O resultado líquido atingiu 439,0 milhões de euros, representando um incremento de 23,6% em relação a 2008.

Balanço e Actividade

No final de 2009, o volume de negócio ascendeu a 54,4 mil milhões de euros, representando uma evolução homóloga de 1,5%, justificada pelo crédito (incluindo garantias) que se situou em 30,1 mil milhões de euros (-1,1% de variação homóloga) e pelos recursos de clientes que ascenderam a 24,3 mil milhões de euros (4,9% de variação homóloga).

milhões de euros	2009	2008	Var.
Volume de Negócio [1]	**54.398**	**53.586**	**+1,5%**
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	**30.065**	**30.391**	**-1,1%**
Crédito Bruto	**28.346**	**28.775**	**-1,5%**
Recursos de Clientes	**24.333**	**23.196**	**+4,9%**
Recursos em Balanço	16.032	16.370	-2,1%
Depósitos	15.254	15.302	-0,3%
Débitos representados por títulos colocados em clientes	778	1.068	-27,1%
Recursos fora do Balanço	8.302	6.826	+21,6%
Fundos de investimento (geridos)	3.582	2.498	+43,4%
Seguros e outros recursos	4.719	4.328	+9,0%

[1] Inclui securitização, papel comercial e garantias e avales

Não obstante uma conjuntura desfavorável com uma menor procura de crédito, maiores riscos e indicadores macroeconómicos PIB e inflação a registarem taxas de crescimento negativas, a carteira de crédito (incluindo garantias) desceu ligeiramente (-1,1%).

Os recursos de clientes aumentaram 4,9% face ao período homólogo, suportados pelo incremento dos fundos de investimento de 43,4% e pelos seguros de capitalização de 9,0%, que consolidaram a sua recuperação a partir do final do primeiro trimestre do ano, substituindo as aplicações em depósitos, que decresceram -0,3%, reflectindo a forte pressão pela liquidez.

Solvabilidade

No âmbito da regulamentação de Basileia II, no final de 2009, o Tier I e o Core Capital situaram-se em 7,6% e 6,3%, respectivamente.

milhões de euros	2009	2008	Var.
	IRB misto	Standard	
Total de Fundos Próprios	2.527	2.238	+12,9%
Fundos Próprios de Base	1.783	1.227	+45,3%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	743	1.011	-26,5%
Activos e Extrapatrimoniais Ponderados	23.505	24.470	-3,9%
Rácio Core Capital	**6,3%**	**5,8%**	**+0,5 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	**7,6%**	**5,0%**	**+2,6 p.p.**
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	**10,7%**	**9,1%**	**+1,6 p.p.**

Gestão de Risco

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura de grande volatilidade nos mercados financeiros.

Risco de Crédito

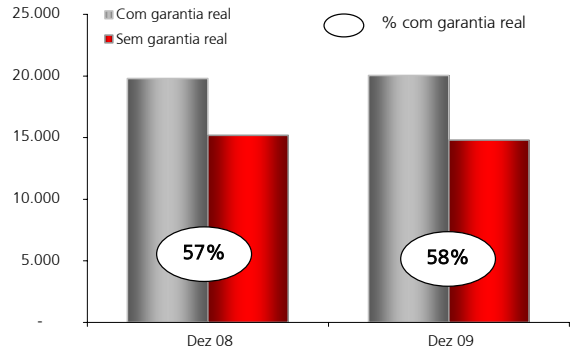
Principais vectores da actividade

No exercício de 2009, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

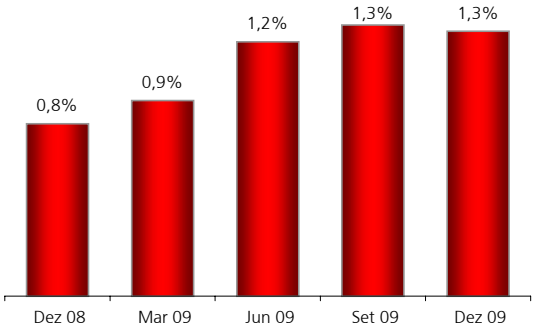
- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento do risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço da qualidade dos instrumentos de análise de admissão dos riscos, ajustados e diferenciados em função de cada um dos segmentos, permitindo incrementar a qualidade da admissão e seguimento dos riscos com a consequente melhoria da qualidade das carteiras de crédito;
- Reforço do binómio áreas comerciais/área visando o crescimento do negócio e mantendo uma estrita observância dos critérios de admissão de riscos do Grupo, permitindo o controlo dos níveis de morosidade e consequentemente a manutenção de carteiras de crédito sãs;
- Ao nível dos clientes encarteirados incrementou-se o número de clientes pré-classificados e reforçou-se o apoio à área comercial na captação de novos clientes;
- Nos riscos standardizados, ao nível dos particulares, reforçou-se a utilização do *scoring* comportamental *Triad*. Trata-se de uma ferramenta com carácter mais preditivo e que permite simultaneamente uma intervenção mais proactiva junto dos clientes, potenciando o crescimento do negócio, o reforço da qualidade de serviço prestado e a preservação da qualidade da carteira;
- Nos riscos standardizados, ao nível do segmento de Negócios, entrou em funcionamento um sistema automático de decisão de operações com consequentes impactos, não só ao nível da qualidade / custo de serviço aos clientes mas também ao nível da consistência e coerência da qualidade de serviço da área de Riscos;
- Em resultado da qualidade da admissão dos riscos e dos instrumentos utilizados, ao nível de Basileia (BIS II), o Banco Santander Totta obteve autorização do Banco de Portugal e do Banco de Espanha para, a partir de 30 de Junho 2009, utilizar modelos internos avançados (IRB advanced) para o tratamento do risco de crédito da maior parte das suas carteiras (aproximadamente 90%);
- Na função de seguimento, manteve-se uma particular atenção no controlo do crédito vencido, reforçando a qualidade da informação de gestão, de molde a permitir uma maior intervenção proactiva na identificação de problemas e procura de soluções. Apostou-se numa vigilância contínua da carteira, efectuada por equipas especializadas, e na promoção de novos produtos com vista ao saneamento de dívidas, com o objectivo de diminuir o crédito vencido e a morosidade de gestão preservando a qualidade da carteira de crédito;
- Maior foco na área de recuperações, na gestão de activos irregulares, com reforço da política de acordos de reestruturação e obtenção de dações em pagamento, em alternativa aos processos judiciais.

Indicadores

Evolução da carteira de crédito por garantias
(milhões €)



Evolução do rácio de crédito vencido > 90 dias



Modelo de risco

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados):

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, tem atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas especializados nesta tipologia de riscos.

Métricas e ferramentas de medição

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, entre os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco País, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos.

Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, complementado pela análise efectuada manualmente pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Saliente-se que as próprias ferramentas de apoio à decisão são alvo de revisão/avaliação de *performance*.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, encontram-se implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão para riscos standardizados são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como são exemplo o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes.

Desta forma, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o momento do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

Estes factores constituem os principais parâmetros de risco de crédito. A sua combinação permite o cálculo da

perda provável ou perda esperada, a qual é considerada como mais um custo de actividade, reflectindo o prémio de risco, sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

São estes parâmetros de risco que permitem efectuar o cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II). Com efeito, este capital regulatório é determinado pela diferença entre a perda inesperada e a perda esperada.

A estimação dos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD) baseia-se na experiência interna, na análise das operações contratadas, observação dos incumprimentos e experiência de recuperação nos principais incumprimentos registados.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento tendo em conta, não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas, no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Escala de *rating*

Com a finalidade de estabelecer uma equivalência entre os *ratings* internos dos diferentes modelos existentes – corporativo, risco país, instituições financeiras, etc. – e permitir a sua comparação com os *ratings* externos atribuídos pelas agências internacionais, o Banco utiliza uma tabela de equivalência.

A equivalência estabelece-se a através da probabilidade de incumprimento associada a cada *rating*. As probabilidades calibradas internamente comparam com as taxas de incumprimento associadas aos *ratings* externos os quais são periodicamente publicados pelas agências de *rating*.

A tabela é a seguinte:

Rating interno	Equivalência S&P	Equivalência Moody's
9,3	AAA	Aaa
9,2	AA+	Aa1
9,0	AA	Aa2
8,5	AA-	Aa3
8,0	A+	A1
7,5	A	A2
7,0	A-	A3
6,5	BBB+	Baa1
6,0	BBB	Baa2
5,5	BBB-	Baa3
5,0	BB+	Ba1
4,5	BB	Ba2
4,0	BB/BB-	Ba2/Ba3
3,5	BB-/B+	Ba3/B1
3,0	B+/B	B1/B2
2,5	B	B2
2,0	B-	B3
1,5	CCC	Caa1
1,0	CC/C	Caa1/Caa2

Perda efectiva

De forma complementar à utilização dos métodos avançados atrás descritos, utilizam-se, de forma habitual, outras métricas que permitem uma gestão prudente e efectiva do risco de crédito, fundamentada nas perdas ocorridas.

No Santander Totta, o custo do risco de crédito mede-se sobretudo através do indicador variação da mora de gestão - VMG - (duvidosos finais – duvidosos iniciais + abatidos – recuperação de abatidos).

Estas 3 abordagens medem a mesma realidade pelo que, em consequência, convergem no médio-longo prazo ainda que representem momentos sucessivos do custo do crédito: fluxos de morosidade (VMG), cobertura dos duvidosos e para falidos respectivamente.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são, ou não, aprovados em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas, através da Comissão Executiva, no Conselho Superior de crédito (CSC).

É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Os limites assentam sobre duas estruturas de base: os clientes/segmentos e os produtos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos, utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado, num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta pela área de riscos e de negócio de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco e processo de classificação creditícia

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação no Banco Santander Totta.

Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco. Isto implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rendibilidade.

O estudo do risco realiza-se de cada vez que se trata de um novo cliente ou operação, com uma periodicidade pré-estabelecida, dependente do segmento que se trate.

Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

Decisão de operações

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

Seguimento e Controlo

De modo a manter um adequando controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria interna, na área de Riscos está estabelecida a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios.

Esta função de seguimento assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar, antecipadamente, as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio.

Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Obter o pagamento ou a regularização dos saldos dos pagamentos em falta, de modo a que a situação regresse ao seu estado normal. Caso não seja possível, o objectivo é a recuperação total, ou parcial, das dívidas, em qualquer das situações que as mesmas se possam encontrar;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações, também ela se diferencia pelos segmentos comerciais: standardizados e riscos encarteirados, com modelos de gestão específicos

A gestão de recuperações, assim segmentada, identifica as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de "repos", empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo actual de Substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 31/12/2009 (Milhares de Euros)

Total	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	87.804	329.406	164.335	473.617	1.055.162
Derivados Taxa de Câmbio	29.730	2.760	0	0	32.489
Derivados Equity	2.590	0	0	0	2.590
Total	**120.124**	**332.166**	**164.335**	**473.617**	**1.090.242**

Grupos Financeiros	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	0	25	0	0	25
Derivados Taxa de Câmbio	0	0	0	0	0
Derivados Equity	0	0	0	0	0
Total	**0**	**25**	**0**	**0**	**25**

Grupos Não Financeiros	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	87.804	329.382	164.335	473.617	1.055.138
Derivados Taxa de Câmbio	29.730	2.760	0	0	32.489
Derivados Equity	2.590	0	0	0	2.590
Total	**120.124**	**332.141**	**164.335**	**473.617**	**1.090.218**

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O segmento de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados da actividade bancária em que o Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de balanço: o risco de juro e liquidez surge em resultado dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, incluem-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço da actividade bancária do Santander Totta.
- Riscos Estruturais:
  - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
  - Rendimento Variável Estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em companhias que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia padrão, aplicada no exercício de 2009, no âmbito da actividade bancária do Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de simulação histórica, com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as actividades. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Back-testing*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *back-testing.* O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *back-testing* que são realizadas no Santander Totta, para a actividade bancária, cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *back-testing* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

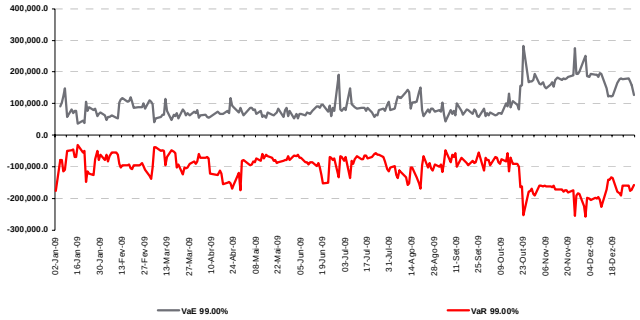
Limites

Para as carteiras de negociação, utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV ou gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2009, quantificado através do VaR e do VaE, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, entre um valor mínimo de 31 mil euros e máximo de 259 mil euros.

Risco de Balanço

As decisões sobre gestão do risco estrutural são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, no qual participam os órgãos directivos máximos do Grupo. O comité reúne mensalmente, sendo analisados os riscos do balanço e tomadas as decisões estruturais a implementar.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2009, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis baixos.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez prosseguida assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada, com mais qualidade.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis para funcionarem como uma almofada de liquidez.

Todos os processos de gestão de liquidez do Santander Totta centram-se na prevenção de crises e não na reacção às mesmas. Esta ideia é subjacente ao plano de contingência que se centra em modelar potenciais crises através da análise de diversos cenários, na identificação do tipo de crises, na definição das comunicações internas e externas, assim como das responsabilidades de cada uma das áreas envolvidas no processo.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

Durante o ano de 2009, contribuiu para o equilíbrio estrutural: uma operação de titularização de cerca de mil milhões de euros, uma emissão de obrigações hipotecárias de mil milhões de euros, emissões ao abrigo do programa de EMTN de 1,57 mil milhões de euros e a emissão de passivos de médio longo prazo, sob a forma de depósito ou obrigação, colocados junto dos clientes de retalho.

O mercado de capitais, ao longo de 2009, funcionou de forma irregular. Neste contexto, o BCE assumiu-se como contraparte do sistema, através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. No final de 2009, o Banco tinha 9,8 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma almofada de liquidez bastante confortável, diminuindo consideravelmente o risco de liquidez. Há também a considerar a possibilidade de o Banco recorrer à emissão até 2 mil milhões de euros no âmbito da garantia do Estado Português.

Risco Operacional

O risco operacional no Santander Totta define-se como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas".

O modelo de gestão e controlo do risco operacional está baseado na gestão directa e activa por parte de todas as áreas na totalidade das fases do ciclo operacional e que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidade, existindo uma área central que controla e supervisiona, sendo responsável pela implementação do projecto corporativo.

Por outro lado, o "Marco de Gestão" define as directrizes de gestão, sendo o controlo deste risco determinado pela alta direcção da organização. O modelo, no seu conjunto, cumpre os requisitos estabelecidos por Basileia II, bem como os estabelecidos pelo Banco de Portugal.

A implementação e constante melhoria do Marco de Gestão permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com as directrizes de Basileia II;
- Realizar um seguimento contínuo das exposições de risco operacional com o objectivo de detectar níveis de risco, implementar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e mitigar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem e/ou minimizem o risco operacional.

As acções atrás enunciadas irão permitir uma gestão integral e efectiva do risco operacional, a melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e o seu enquadramento nas linhas de negócio, assim como a melhoria dos processos e controlos, com redução de perdas.

No âmbito do risco operacional:

- Estão designados coordenadores de risco operacional em todas as áreas relevantes;
- Estão definidos indicadores, quer de controlo quer de actividade, que são reportados periodicamente pelas respectivas áreas, existindo uma base de dados de eventos de erros e incidências operativas com reporte mensal;
- Os eventos são identificados e classificados de acordo com as categorias de risco e linhas de negócio definidas em BIS II;
- São identificados e analisados os eventos mais significativos e mais frequentes, com a adopção de medidas de mitigação;
- São realizados controlos de forma a validar e analisar os eventos de risco operacional;
- É realizada uma conciliação entre a contabilidade e base de dados, de forma a garantir a fiabilidade da informação;
- Sobre o registo de eventos são estabelecidos mecanismos de informação e reporte que incluem tanto a situação actual como a tendência ou evolução por comparação com exercícios anteriores.

Risco Reputacional

Entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política de risco reputacional tem por finalidade a gestão do mesmo, tal como definido na alínea anterior, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem o risco reputacional entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ou terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Política de novos produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2009,
foi de € 439.048.460,88 (quatrocentos e trinta e nove milhões quarenta e oito mil quatrocentos e sessenta euros e oitenta e oito cêntimos) e o resultado líquido do exercício, consolidado, em 2009,
foi de € 472.995.735 (quatrocentos e setenta e dois milhões novecentos e noventa e cinco mil e setecentos e trinta e cinco euros).

O Conselho de Administração vem, nos termos do artº 19º dos Estatutos, propor a seguinte distribuição de Resultados:

- Reserva Legal: € 43.904.846,09 (quarenta e três milhões novecentos e quatro mil oitocentos e quarenta e seis euros e nove cêntimos);
- Distribuição de Dividendos: € 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de euros) para a totalidade das acções emitidas;
- O remanescente, no montante de € 155.143.614,79 (cento e cinquenta e cinco milhões cento e quarenta e três mil seiscentos e catorze euros e setenta e nove cêntimos), para resultados transitados.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação Complementar e Anexos

Práticas de Governo

A actuação do Conselho de Administração e de cada um dos seus membros é regida pelos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade, com vista a maximizar a rendibilidade do Santander Totta e a optimizar os interesses dos seus accionistas, clientes e colaboradores.

As regras respeitantes ao Governo do Santander Totta têm tradução, não só nos próprios estatutos, como também nas normas e procedimentos internos, aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva. Contêm um conjunto de medidas práticas relativas à actuação destes órgãos e de todos os outros integrantes da estrutura da sociedade.

Sublinha-se o facto de o estatuto não conter qualquer norma de blindagem, estando excluídas quaisquer disposições susceptíveis de conduzir a idêntico resultado.

Importa também destacar o facto de, na sequência do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008, o Conselho de Administração ter aprovado um vasto conjunto de documentos que respeitam às políticas e procedimentos relativos aos diversos riscos relevantes, os quais constituem o quadro matricial que enquadra o ambiente, sistema, princípios, regras, actuações e procedimentos de controlo interno praticados pela Instituição, constituindo um referencial fundamental do governo da sociedade.

Estão concretamente definidas metodologias, procedimentos e controlos especialmente concebidos e executados para assegurar o máximo rigor aos registos contabilísticos e financeiros, de modo a que as respectivas contas reflictam exactamente a situação da sociedade.

Foi, além disso, criado um Comité de Controlo e Cumprimento Normativo que faz o seguimento desta temática.

Por outro lado, estão em vigor diversos códigos de conduta, aplicáveis, nomeadamente, aos membros do Conselho de Administração, responsáveis da hierarquia da instituição e colaboradores directamente envolvidos nas diversas actividades de intermediação financeira que, sem prejuízo dos deveres gerais, determinam um conjunto acrescido de obrigações destinadas a garantir a confidencialidade, isenção e transparência na actuação, a assegurar a prevenção de conflitos de interesses e a sua adequada solução na eventualidade de poderem ocorrer e, também, a protecção e reserva de informação privilegiada, de acordo com os imperativos legais e os mais elevados padrões de ética.

Constitui preocupação constante do Banco a satisfação escrupulosa das normas legais e regulamentares vigentes e a condução de todas as suas actividades com subordinação a exigentes princípios éticos e em conformidade com as melhores práticas. De modo a dar expressão prática a esse desiderato, dispõe o Banco da Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC), colocada no primeiro plano da hierarquia da Instituição, que exerce a função de cumprimento com carácter transversal no Grupo e à qual compete, precisamente, entre outras funções, promover e zelar pelo cumprimento das disposições vigentes, nomeadamente através do estabelecimento de orientações e procedimentos, divulgação das alterações normativas verificadas, definição de regras de conduta e controlo das práticas instituídas.

As competências e actuação da referida Direcção estão ajustadas ao enquadramento regulatório da função de Cumprimento actualmente definido pelo citado Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008 de 1 de Julho – que define os princípios normas e objectivos a que deve obedecer o sistema de controlo interno das instituições. Satisfazem igualmente o disposto no art. 305-A do Código de Valores Mobiliários, introduzido pelo Decreto-Lei nº 357-A/2007, de 31 de Outubro, que procedeu à transposição, entre outras, da Directiva relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros.

Neste contexto, cabe salientar o facto de, em cumprimento das determinações consignadas nos citados diplomas, o responsável da DCAIC ter apresentado oportunamente o relatório de desempenho da função de cumprimento que, entre os vários aspectos relevantes, confirma o exercício independente da função, segundo os critérios e parâmetros normativos vigentes.

Sublinha-se o facto de, no decurso do exercício de 2009, apesar do incremento legislativo e regulatório com consequente densificação das obrigações exigidas ao Banco, não se terem identificado situações relevantes com impacto no risco de cumprimento.

O exercício da função cumprimento com a abrangência com que se desenvolve constitui, por sua vez, um factor relevante do bom governo societário.

Branqueamento de Capitais

Dada a relevância que o Santander Totta atribui à prevenção e controlo dos fenómenos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, o Banco segue políticas e aplica procedimentos por forma a desenvolver o seu negócio em conformidade com a legislação em vigor nestas matérias, colaborando activamente com as Autoridades na detecção e/ou impedimento de situações de eventual risco.

O Banco dispõe de regulamentos em linha com o normativo legal, dispõe de uma estrutura orgânica dirigida exclusivamente para a prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais. O quadro de pessoal está formado e actualizado nesta matéria para facilitar a detecção de situações de eventual risco e a comunicação imediata ao órgão competente, dispondo de aplicações informáticas para exploração da movimentação atípica e para a monitorização das transacções de eventual risco, avaliando as transacções que se enquadram em tipologias de risco com vista à sua eventual comunicação às Autoridades. A efectividade do sistema de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo é objecto de verificação através de auditoria independente.

Às Unidades sedeadas no exterior são efectuadas revisões, através de visitas à unidade ou através de seguimento centralizado, com o objectivo de comprovar o efectivo funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Estas Unidades vêm aplicando os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	574.356.881	97,38
TaxaGest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	14.593.315	2,47

Adopção das recomendações do *Financial Stability Forum* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à transparência da informação e valorização de activos

Para dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal através de carta circular nº 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário solicitado.

I.	**Modelo de Negócio**	
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 11, 22 e 44.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Áreas de suporte ao negócio; - Informação económica e financeira Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 3 e 27.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 1.3 e) e f).
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
II.	**Riscos e Gestão de Riscos**	
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 47 – divulgação das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo e sua monitorização.
7	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver ponto 6 supra.

III.	Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados	
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	N.A.
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Informação económica e financeira; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 47.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Informação económica e financeira Os passivos emitidos pelo Grupo Santander Totta encontram-se registados ao custo amortizado.

IV.	Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência	
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f) e 47.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 f), 7, 12 e 47.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g ratings, vintages) - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 3, 11, e 47.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por rating ou contraparte;	O Grupo Santander Totta não tem exposição a seguradoras tipo "monoline".

V.	**Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização**	
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A:
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f), 7, 8, 12 e 47.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e inputs chave); - Stress scenários.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e), f) e 47.
VI.	**Outros Aspectos Relevantes na Divulgação**	
26.	Descrição das politicas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.

Estrutura Orgânica por Pelouros

Nuno Manuel Amado

Dir. Auditoria Interna
- Dep. Riscos Operativos
- Dep. Riscos de Crédito
- Dep. Riscos Financeiros

Dir. Coord. Recursos Humanos
- Dep. Gestão de Recursos Humanos
- Dep. Gestão Administrativa
- Gab. Compensação e Informação
- Gab. Formação
- Gab. Gestão de Directivos

Gab. Presidente Comissão Executiva

António Vieira Monteiro

Gab. de Controlo / Função Gestão de Riscos

Dir. Coord. Recuperações
- Div. de Telecobranças
- Dep. de Gestão de Recuperações
- Dep. de Recuperações Norte
- Dep. de Recuperações Sul
- Gab. de Acompanhamento e Controlo Jurídico

Dir. Coord. Riscos Standardizados
- Gab. de Sistemas de Informação de Riscos
- Dep. de Riscos de Particulares
- Dep. UDO Negócios Norte
- Dep. UDO Negócios Sul
- Dep. de Seguimento de Clientes não Encarteirados

Dir. Coord. Riscos Banca Wholesale e Empresas
- Gab. Serviços Técnicos
- Dep. Banca Wholesale
- Dep. Banca Comercial
- Dep. de Seguimento de Clientes Encarteirados

Dir. Coord. de Solvência, Mercados e Controlo de Crédito
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Comerciais
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Maioristas
- Dep. de Infra-estrutura e Informação de Riscos
- Dep. de Riscos Financeiros
- Dep. de Capital – BIS II

Gab. Planificação e Projectos de Risco

Gab. Universidades

Conselho Superior de Crédito

Carlos Amaral de Pinho

Dir. Coord.Canais Complementares
- Gab. Contact Center
- Dep. Self-Banking
- Dep. NetB@nco

Dir. Coord. Internacional
- Gab. Apoio e Dinamização da Rede
- Dep. Sucursais e de Controlo de Gestão
- Dep. Comercial de Emigração

José Manuel Elias da Costa

Dir. Coord. Empresas - Norte
- Dir. Especialistas-Dinamizadores Norte
- Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 1
- Dir. Com. Empresas Braga
- Dir. Com. Empresas Guimarães
- Dir. Com. Empresas Maia
- Dir. Com. Empresas Boavista - Porto
- Dir. Com. Empresas Aveiro
- Dir. Com. Empresas Viseu
- Dir. Com. Empresas Coimbra
- Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 2
- Dep. Riscos de Empresas Norte

Dir. Coord. Empresas - Sul
- Dir. Especialistas-Dinamizadores Sul
- Dir. Com. Empresas Rua do Ouro - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Conde Valbom - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Montijo
- Dir. Com. Empresas Odivelas
- Dir. Com. Empresas Estoril
- Dir. Com. Empresas Leiria
- Dir. Com. Empresas Faro
- Dir. Com. Empresas Funchal
- Dir. Com. Empresas Columbano B. Pinheiro – Lisboa
- Dir. Com. Empresas Rodrigo da Fonseca - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Ibéricas - Lisboa
- Dep. Riscos de Empresas Sul

Dir. Coord. de Crédito Predial/Fomento à Construção
- Dir. Com. de Fomento à Construção Norte
- Dir. Com. de Fomento à Construção Sul
- Dep. Riscos Imobiliários

Dir. Coord. de Clientes Institucionais
- Dir. Com. Clientes Institucionais
- Dir. Dinamização de Clientes Institucionais
- Gab. Protocolos Colectivos

João Baptista Leite

Dir. Coord. Tecnologia e Sistemas de Negócio
- Gab. de Planificação e Controlo Financeiro
- Gab. de Governo e Cumprimento
- Dep. de Gestão do Plano e Implementação Técnica
- Dep. de Processos de Negócio
- Dep. de Meios da Rede

Dir. Coord. Imóveis, Serviços Gerais e Segurança
- Gab. Segurança
- Dep. Obras e Manutenção
- Dep. Gestão de Espaços e Património
- Dep. Serviços Gerais

Dir. Coord. Operações
- Gab. Assessoria Técnica
- Dep. Estrangeiro e Pagamentos
- Dep. Operacional de Contas e Mercados
- Dep. de Controlo Operacional e Clientes
- Dep. de Expedição, Arquivo e Compensação
- Dep. Custódia e Liquidação de Valores

Dir. Coord. de Crédito e Hipotecário
- Gab. Apoio Jurídico a Empréstimos
- Dep. de Empréstimos e Apoio às Redes
- Dep. de Apoio Técnico a Empréstimos

Dir. de Organização
- Gab. de Estruturas
- Gab. de Planeamento e Controlo

Dir. de Gestão Integral do Gasto
- Gab. de Gestão de Compras
- Gab. de Optimização e Controlo de Gastos

Dir. de Risco Tecnológico e Operacional
- Gab. de Risco Operacional
- Gab. de Risco Operacional de Tesouraria e Intermediação
- Gab. de Segurança Informática e Risco Tecnológico

José Carlos Sítima

Dir. Coord. Assessoria Jurídica do Negócio
- Dep. de Assessoria Corporativa
- Dep. de Assessoria da Rede

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento
- Gab. de Cumprimento
- Unid. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Gab. de Inspecção

José Leite Maia

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Norte
- Dir. de Empresas - Norte
- Dir. de Particulares - Norte
- Dir. de Dinamização Premium-Private Norte
- Dir. de Apoio ao Negócio - Norte
- Dir. de Controlo de Irregulares - Norte
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 4
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 5
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 6
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 7
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 8
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 9
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 10
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 11
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 12
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 13
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 14
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 15

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Sul
- Dir. de Empresas - Sul
- Dir. de Particulares - Sul
- Dir. de Dinamização Premium-Private Sul
- Dir. Apoio ao Negócio - Sul
- Dir. Controlo de Irregulares - Sul
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 5
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 6
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 7
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 8
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 9
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 10
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 11
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 12
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 13
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 14
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 15
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 16
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 17
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 18

Dir. Coord. de Dinamização e Seguimento de Negócios
- Dir. Com. Dinamização e Seguimento de Negócios Norte
- Dir. Com. Dinamização e Seguimento de Negócios Sul

Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede
- Dep. Planeamento e Controlo de Gestão da Rede
- Dep. Marketing Operacional da Rede
- Dep. Gestão e Dinamização Comercial da Rede
- Gab. de Apoio a Projectos da Rede

Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários
- Gab. Apoio à Gestão
- Dir. Com. PMI Norte
- Dir. Com. PMI Sul
- Dir. Com. Lojas de Promotores

Projecto Vulcão
Dir. Coord. Private Banking Norte
Dir. Coord. Private Banking Sul
- Dir. Com. Private Banking Sul 1
- Dir. Com. Private Banking Sul 2

Dep. Apoio ao Negócio Private
Gab. Gestão de Activos Private

Luís Bento dos Santos

Dir. Coord. Qualidade
- Dep. Atenção ao Cliente
- Dep. Avaliação e Controlo

Gab. Imagem, Comunicação Externa e Interna
Gab. Informação e Seguimento
Gab. Relações Públicas e Eventos

Miguel Bragança

- Dir. Coord. Contabilidade e Controlo de Gestão
  - Gab. Controlo Interno e Normas
  - Gab. Controlo Prudencial
  - Div. de Pagamentos
  - Dep. de Contabilidade
  - Dep. de Controlo de Gestão
  - Dep. de Consolidação do Grupo
- Dir. Coord. Financeira
  - Dep. Finanças Corporativas
  - Dep. Participações Financeiras e Fiscalidade
  - Dep. Gestão Activos e Passivos
  - Dep. Mercados de Curto Prazo
  - Gab. Planeamento Estratégico e Relações com Investidores
  - Gab. de Economic Research
- Dir. Coord. Marketing
  - Dep. Planeamento de Marketing e Segmentos
  - Dep. Publicidade e Comunicação
- Dir. Produtos e Serviços de Particulares
  - Gab. Passivo e Preçário
  - Gab. Crédito ao Consumo
  - Gab. Crédito Hipotecário
- Dir. Produtos e Serviços de Empresas
  - Dep. Produtos Crédito, Recursos e Parcerias
  - Gab. Banca Transacional
  - Gab. Negócio Internacional
  - Div. Customer Service
- Dir. Meios de Pagamento
  - Gab. Técnico e de Controlo
  - Gab. de POS
  - Gab. Risco de Cartões
  - Div. Operacional de Meios de Pagamento
  - Dep. de Cartões
- Dir. Estudos e CRM
  - Gab. Técnico e de Suporte
  - Gab. Analítico e de Estudos

Pedro Castro e Almeida

- Dir. Coord. Corporate and Investment Banking
- Dir. Coord. Credit Markets
- Dir. Coord. Global Transaction Banking
  - Gab. Customer Service
  - Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 1
  - Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 2
  - Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Porto
  - Dep. Dinamização Produtos Clientes Globais
- Dir. Coord. Tesouraria
  - Dep. Vendas Corporate
  - Dep. Vendas Institucionais
  - Dep. Global Connect
  - Gab. Market-Making
  - Gab. Middle-Office
  - Dep. Cash Equity
  - Dep. Custódia Institucional
  - Gab. Produtos de Bolsa
  - Gab. Equity Research
  - Dep. Trading Proprietário
- Gab. Controlo de Negócio

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A., desempenham fora da sociedade, significativas em relação à mesma, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
António Mota de Sousa Horta Osório	Banco Santander, S.A. (Espanha)	Director Geral Membro do Comité de Direcção
	Santander Investment, S.A. (Espanha)	Administrador
	Abbey National, Plc. (Reino Unido)	Presidente da Comissão Executiva
	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
	Banco de Inglaterra	Administrador
Nuno Manuel Silva Amado	Banco Santander, S.A (Espanha)	Director Geral Membro do Comité de Direcção
	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola	Vice-Presidente da Junta Directiva
Matias Rodrigues Inciarte	Banco Santander, S.A (Espanha)	Vice-Presidente Terceiro do Conselho de Administração
	Banco Espanhol de Crédito, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
	Financeira Ponferrada, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	SCH Seguros e Reseguros, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	União de Crédito Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Operador do Mercado Ibérico de Energia Pólo Espanhol, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Sanitas, S.A.	Consejero
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva
	Taxagest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
António José Sacadura Vieira Monteiro	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Partang, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eduardo José Stock da Cunha	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.*	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.*	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	SIBS – Soc. Interbancária de Serviços, S.A. *	Vogal do Conselho de Administração
	Sovereign Bank	Membro do Management Executive Commitee Head of Manufacturing

* Renunciou em 13/03/09

José Manuel Alves Elias da Costa	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt**	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.**	Vogal do Conselho de Administração
José Carlos Brito Sítima	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.***	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Tottaurbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
António Mendo Castel-Branco Borges	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
	Hedge Fund Standards Board	Chairman
	CNP Assurances (França)	Administrador
	SCOR (França)	Administrador
	Caixa Seguros (Brasil)	Administrador
	Jerónimo Martins	Administrador
	Heidrick and Struggles (EUA)	Administrador
	Fundação Champalimaud	Administrador
Eurico Silva Teixeira de Melo	Socitrel – Santo Tirso	Presidente do Conselho Fiscal
	RAR Holding	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Banco Rural Europa, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra	Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	Vogal Suplente do Conselho Fiscal
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Vogal Suplente do Conselho Fiscal

**Renunciou com efeitos a 19/06/09

*** Cooptado em 23/07/09

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447° do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2009, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/08	Movimentos em 2009				Posição 31/12/09
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
António Mota de Sousa Horta Osório	Acções Banco Santander Totta, SA	157	-	-	-	-	157
	Acções Santander Totta, SGPS, SA	142.571	-	-	-	-	142.571
	Acções Banco Santander Negócios Portugal, SA	2	-	-	-	-	2
	Obrig. BTA-Estratégia Valor Mais 05/09	50	4/05	-	50	50	0
Nuno Manuel Silva Amado	Obrig. BST-Inv. Premium 2011-8,25% Cx	100					100
	Obrig. BST-Premium Energias Cx 08/2010	120					120
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Acções BST, SA	6.053					6.053
	Obrig. BTA-Rendimento Certo Cx. 05/2013	300					300
António José Sacadura Vieira Monteiro	Obrig BST – Euro Banca 7% - 7/2011 CX	100					100
	Obrig. BTA-Rend. Certo Cx.05/2013	300					300
Eurico Silva Teixeira de Melo	Acções Santander Totta, SGPS, SA	142.571					142.571
	Acções Banco Santander Totta, SA	157					157
	Obrig. Rendimento Mundial 2004	500	29/07		500	50	500
	Obrig. BSP – Rend. Certo CX.05/2013	500					500
	Obrig. BST – Competição Mundial	1.240					1.240
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Acções ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário	1					1
	Obrigações BTA – Estratégia Valor Mais 05/09	100	4/03		100	50	0
	Obrig. BST – Super Rendimento Mercados Emergentes CX.-06/2010	200					200
	Obrig. BST – Gás Natural Premium CX. 10%-2010	100					100
	Obrig. BTA – Rendimento China 8%	280					280
	Obrig. BST – Rendimento Best of Sectors CX-08/2010	120					120
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Obrig. Totta – Rendimento Certo CX. 05/2013 CÔNJUGE	200					200
	Obrig. Rendimento Crescente 6 CÔNJUGE	500					500
	Obrig. BST – Super Rendimento Mercados Emergentes CX.-06/2010	300					300
	Obrig. BST – Rendimento China 8% 07/2011 CÔNJUGE	400					400

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2009, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho de Administração

António Mota de Sousa Horta Osório
Presidente

Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Vice-Presidente

Nuno Manuel da Silva Amado
Vice-Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogal

Carlos Manuel Amaral de Pinho
Vogal

Eduardo José Stock da Cunha
Vogal

Eurico Silva Teixeira de Melo
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Miguel de Campos Pereira de Bragança
Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Santander Totta, S.A., aqui identificado nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:
"Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2009, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam".

Conselho Fiscal

Presidente: António Mendo Castel-Branco Borges

Vogais: Fernando Jorge Marques Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2009 Valor antes de Imparidade e Amortizações	2009 Amortizações e Imparidade	2009 Valor líquido	2008 Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	756.400	-	756.400	550.031
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	217.000	-	217.000	358.766
Activos financeiros detidos para negociação	7	1.949.102	-	1.949.102	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	599.894	-	599.894	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	9	5.616.487	43.587	5.572.900	1.725.032
Aplicações em instituições de crédito	10	5.465.940	-	5.465.940	3.808.725
Crédito a clientes	11	30.010.477	453.431	29.557.046	30.009.931
Derivados de cobertura	12	271.269	-	271.269	256.506
Activos não correntes detidos para venda	13	139.391	41.612	97.779	100.542
Outros activos tangíveis	14	820.450	417.603	402.847	416.018
Activos intangíveis	14	253.165	182.901	70.264	57.049
Investimentos em associadas	15	22.217	500	21.717	21.225
Activos por impostos correntes	16	3.825	-	3.825	5.887
Activos por impostos diferidos	16	220.071	-	220.071	214.732
Outros activos	17	479.750	4.841	474.909	373.278
Total do Activo		46.825.438	1.144.475	45.680.963	40.139.028

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
Passivo			
Recursos de bancos centrais	18	2.026.830	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.508.334	1.272.088
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19	502.639	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	20	7.695.715	5.198.698
Recursos de clientes e outros empréstimos	21	15.280.787	15.525.260
Responsabilidades representadas por títulos	22	14.833.491	11.836.335
Derivados de cobertura	12	244.441	155.127
Provisões	23	81.510	81.675
Passivos por impostos correntes	16	22.157	7.120
Passivos por impostos diferidos	16	31.771	35.933
Passivos subordinados	24	346.380	347.411
Outros passivos	25	375.889	277.228
Total do Passivo		42.949.944	37.641.798
Capital Próprio			
Capital	26	589.811	589.811
Prémios de emissão	26	163.703	163.703
Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000
Reservas de reavaliação	26	(5.206)	4.878
Outras reservas e resultados transitados	26	786.492	606.769
(Acções próprias)		(230)	(230)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	27	472.996	438.401
Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		2.142.566	1.938.332
Interesses minoritários	28	588.453	558.898
Total do Capital Próprio		2.731.019	2.497.230
Total do Passivo e do Capital Próprio		45.680.963	40.139.028

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	30	2.330.700	3.384.422
Juros e encargos similares	31	(1.568.888)	(2.678.653)
Margem financeira		761.812	705.769
Rendimentos de instrumentos de capital	32	5.040	5.874
Rendimentos de serviços e comissões	33	364.425	361.328
Encargos com serviços e comissões	34	(47.399)	(51.534)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	32.623	27.086
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	6.640	815
Resultados de reavaliação cambial	37	18.593	17.269
Resultados de alienação de outros activos	38	45.920	7.079
Outros resultados de exploração	39	(5.199)	(1.993)
Produto bancário		1.182.455	1.071.693
Custos com o pessoal	40	(302.257)	(283.190)
Gastos gerais administrativos	41	(154.717)	(151.825)
Amortizações do exercício	14	(64.495)	(63.264)
Provisões líquidas de anulações	23	8.829	(8.259)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	(87.825)	(17.288)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(1.504)	(759)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(16.193)	(22.338)
Resultados de associadas	42	2.428	3.791
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		566.721	528.561
Impostos			
Correntes	16	(95.748)	(62.939)
Diferidos	16	8.682	(27.205)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		479.655	438.417
Interesses minoritários	28	6.659	16
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	27	472.996	438.401
Acções em circulação		589.757.747	589.766.295
Resultado por acção (em Euros)		0,80	0,74

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2009		31 de Dezembro de 2008	
	Atribuível aos accionistas do BST	**Atribuível a Interesses Minoritários**	**Atribuível aos accionistas do BST**	**Atribuível a Interesses Minoritários**
Resultado consolidado do exercício	472.996	6.659	438.401	16
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	(11.053)	(15.515)	4.028	14.127
. Transferência para resultados de reservas de flutuação cambial por alienação de participadas	2.184	-	-	-
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda				
. Justo valor	31.194	-	(51.166)	-
. Impacto fiscal	(7.797)	-	5.529	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	(32.545)	-	58.366	-
. Impacto fiscal	8.625	-	(15.467)	-
Rendimento integral consolidado do exercício	463.604	(8.856)	439.691	14.143

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação				Reservas de flutuação cambial	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Acções próprias	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial	Por impostos diferidos								
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	**589.811**	**163.703**	**135.000**	**23.245**	**(18.239)**	**-**	**673**	**(5.219)**	**102.068**	**624.471**	**(276.662)**	**(177)**	**387.619**	**517.147**	**2.243.440**
Aplicação dos resultados															
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	1.034	-	34.340	46.159	106.088	-	(187.619)	(2)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)	-	(200.000)
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	2.095	-	-	-	(29.703)	-	-	-	27.608	-
Reclassificação das reservas de flutuação cambial	-	-	-	-	-	(5.219)	-	5.219	-	-	-	-	-	-	-
Compra de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53)	-	-	(53)
Outros	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	8	-	-	-	2	9
Rendimento integral consolidado do exercício de 2008	-	-	-	-	7.200	4.028	(9.938)	-	-	-	-	-	438.401	14.143	453.834
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**589.811**	**163.703**	**135.000**	**23.245**	**(11.039)**	**903**	**(8.231)**	**-**	**136.408**	**640.935**	**(170.574)**	**(230)**	**438.401**	**558.898**	**2.497.230**
Aplicação dos resultados															
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	153	-	35.520	61.125	111.602	-	(208.401)	(16)	(17)
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230.000)	-	(230.000)
. Acções preferenciais	-	-	-	-	-	(840)	-	-	-	(28.536)	-	-	-	(1.373)	(30.749)
Venda de participadas a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.458	22.458
Aumento de capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.334	17.334
Outros	-	-	-	-	-	(5)	-	-	-	-	12	-	-	8	15
Rendimento integral consolidado do exercício de 2009	-	-	-	-	(1.351)	(8.869)	828	-	-	-	-	-	472.996	(8.856)	454.748
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**589.811**	**163.703**	**135.000**	**23.245**	**(12.390)**	**(8.811)**	**(7.250)**	**-**	**171.928**	**673.524**	**(58.960)**	**(230)**	**472.996**	**588.453**	**2.731.019**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	2.690.457	3.596.400
Pagamento de juros e comissões	(1.567.074)	(2.196.917)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(476.320)	(443.836)
Contribuições para o fundo de pensões	(72.772)	(212.400)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	7.074	15.276
Recuperação de créditos incobráveis	7.146	13.314
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	588.511	771.837
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(1.679.343)	584.054
Activos financeiros detidos para negociação	(323.777)	(257.775)
Créditos a clientes	214.699	(2.097.944)
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	54.304	326.454
Activos não correntes detidos para venda	(11.628)	(55.901)
Outros activos	(3.884)	26.908
	(1.749.629)	(1.474.204)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	2.152.618	86.709
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.804	3.566.912
Passivos financeiros detidos para negociação	236.255	21.067
Outros passivos	9.974	(4.279)
	2.410.651	3.670.409
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1.249.533	2.968.042
Impostos pagos	(66.761)	(91.408)
Caixa líquida das actividades operacionais	1.182.772	2.876.634
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	5.040	5.874
Aquisição de activos disponíveis para venda	(3.863.703)	(31.580)
Alienação de activos disponíveis para venda	139.370	111.982
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	60.797	109.679
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(78.879)	(78.211)
Vendas de activos tangíveis	1.282	13.857
Investimentos em empresas filiais e associadas	66.871	-
Caixa líquida das actividades de investimento	(3.669.222)	131.601
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(230.000)	(200.000)
Emissão (reembolso) de dívida titulada	2.990.924	(2.263.455)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(162.006)	(421.282)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(8.599)	(20.189)
Caixa líquida das actividades de financiamento	2.590.319	(2.904.926)
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	103.869	103.309
Caixa e seus equivalentes no início do período	908.797	805.488
Saída do perímetro de consolidação	(57.308)	-
Entrada no perímetro de consolidação	18.042	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	973.400	908.797

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BST") foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sedeado em Portugal. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição do Banco Totta & Açores, S.A. (totta) pelo Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2009 e 2008 encontram-se detalhados na Nota 45.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 698 balcões (692 balcões em 31 de Dezembro de 2008) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas. No exercício de 2007 foi deliberado pelo Conselho de Administração do BST proceder ao encerramento da Sucursal do Luxemburgo, o que se concretizou durante o ano de 2009.

Em Outubro de 2009 o Conselho de Administração do Banco aprovou um projecto de fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A., nos termos dos artigos 97º e 98º do Código das Sociedades Comerciais. A fusão para efeitos contabilísticos e fiscais será efectuada com data de 1 de Janeiro de 2010. A concretização desta fusão por incorporação foi autorizada pelo Banco de Portugal em carta de 11 de Fevereiro de 2010.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

No exercício de 2009, o Banco adoptou a Norma IFRS 8 – "Segmentos operacionais", que define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo a Norma IAS 14 – "Relato por Segmentos". A informação sobre os segmentos operacionais, que correspondem aos segmentos de negócio do Banco, é apresentada na Nota 3.

Adicionalmente, o Banco adoptou as alterações efectuadas na Norma IAS 1 – "Apresentação de demonstrações financeiras", sendo o principal impacto ao nível dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras. Nesse sentido, o Banco passou a apresentar a "Demonstração do rendimento integral" requerida pela Norma e alterou a "Demonstração de alterações nos capitais próprios" em conformidade.

No exercício de 2009, o Banco adoptou as alterações à Norma IFRS 7 que introduziu requisitos adicionais de divulgação em termos de risco de liquidez e determinação de justo valor. Essas divulgações estão incluídas na Nota 47.

O Banco considerou ainda durante o exercício de 2009 as alterações às Normas IAS 1 e IAS 32 – "Instrumentos financeiros: apresentação", que esclarecem os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação de instrumentos financeiros com uma opção de venda, nomeadamente, se em passivos financeiros ou em instrumentos de capital. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

No exercício de 2009, o Banco considerou as alterações às Normas IFRIC 9 e IAS 39 (Alterações) – "Derivados embutidos", que clarificam que em caso de reclassificação de instrumentos financeiros para fora da categoria de "ao justo valor por contrapartida de resultados", nos termos da alteração da IAS 39, devem ser analisados os derivados embutidos e se necessário, contabilizá-los separadamente nas demonstrações financeiras. Estas alterações também não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

O Banco analisou ainda a Norma IFRIC 16, sobre a cobertura de um investimento líquido numa operação no estrangeiro, mas a aplicação desta interpretação não teve igualmente impacto nas suas demonstrações financeiras.

No exercício de 2008, o Banco analisou as alterações verificadas nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, endossadas pela União Europeia, sobre reclassificação de instrumentos financeiros. No entanto, o Banco optou por não efectuar quaisquer reclassificações.

O Banco analisou ainda em 2008 a alteração na IFRIC 14 – "Limite no reconhecimento de activos em planos de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção", a qual não teve impacto nas suas contas, dado que o Banco cumpre os requisitos mínimos de financiamento definidos para o plano de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2009, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e pelo "Internacional Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 3 (Alteração) – "Concentrações de actividades empresariais" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do "Goodwill" apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer como resultado de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

  A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IAS 39 (Alteração) – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" – A revisão efectuada ao texto desta norma pretende clarificar dois aspectos relacionados com contabilidade de cobertura, nomeadamente a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções. Com esta alteração, apenas se pode designar como risco coberto a componente de inflação relacionada com fluxos de caixa de instrumentos financeiros se essa componente estiver especificada contratualmente. As opções podem ser designadas como de cobertura de justo valor ou de fluxos de caixa, mas esta alteração esclarece que apenas o valor intrínseco da opção e não o valor temporal reflecte o risco e, como tal, se for designada a opção na sua totalidade para cobertura de um risco, deverá existir ineficácia de cobertura. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IFRIC 17 – "Distribuição de dividendos em espécie" – Esta interpretação clarifica o tratamento contabilístico dos dividendos em espécie a distribuir a accionistas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não implicará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 2 (Alteração) – "Pagamento com base em acções" – As alterações efectuadas ao texto desta norma clarificam o tratamento contabilístico numa subsidiária em caso de transacções em que o pagamento seja efectuado em dinheiro ou acções por outra empresa do grupo. Caso uma subsidiária receba bens ou serviços de empregados ou fornecedores que sejam pagos em dinheiro ou acções pela empresa mãe ou outra empresa do grupo, a subsidiária deve contabilizar esses bens e serviços recebidos independentemente da empresa do grupo que proceda ao seu pagamento, seja este bem dinheiro ou em acções. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010.

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IAS 24 (Alteração) – Entidades relacionadas" – A revisão efectuada ao texto desta Norma implica alterações às divulgações apresentadas relativas a entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.

- IFRIC 14 – "O limite sobre o activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção". A alteração efectuado ao texto desta interpretação pretende clarificar a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades de serviços futuros. É de aplicação obrigatória por exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.

- IFRIC 19 – "Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio". Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico relativo à liquidação de passivos mediante emissão de tratamentos de capital próprio, bem como os critérios de valorização desses instrumentos. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

As demonstrações financeiras do BST e das empresas subsidiárias e associadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, estão pendentes de aprovação pelas correspondentes Assembleias Gerais de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco detém directa ou indirectamente o controlo. Entende-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%, se detém a maioria dos direitos de voto ou o poder de gerir a política financeira e operacional de uma entidade de forma a obter benefícios das suas actividades.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que o BST assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa.

Os saldos, as transacções e os correspondentes proveitos e custos entre empresas subsidiárias são eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses Minoritários” (Nota 28).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. São também classificadas como associadas as empresas nas quais a percentagem de participação do Banco seja inferior a 20%, mas que sejam detidas maioritariamente pelo Grupo Santander Totta SGPS. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a Norma IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela Norma IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a Norma IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

O Banco consolida pelo método da integração global as entidades de finalidade especial (SPE), nomeadamente os veículos relativos às operações de titularização de crédito à habitação.

As empresas sob controlo conjunto do Banco e de outras entidades são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, sendo integradas nas demonstrações financeiras consolidadas os seus activos, passivos e resultados na proporção da participação de capital detida pelo Grupo.

O Grupo decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a Norma IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;

- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e

- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco, na rubrica de “Reservas de flutuação cambial”.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Empréstimos e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos do manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito; e
- Outros créditos a particulares.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Situações de mora com responsabilidades superiores a mEuros 75 (acompanhados por gestores de recuperações);
- Situações de incumprimento superior a 90 dias:
  - Todas as responsabilidades superiores a mEuros 300; e
  - Responsabilidades entre mEuros 50 e mEuros 300 que sejam acompanhadas por gestores de risco.
- Todos os clientes que estejam classificados em “morosidade de gestão” no sistema de acompanhamento do Banco por apresentarem algum tipo de indícios que possam potencialmente levar a situações de imparidade.

Os clientes analisados individualmente para os quais não forem apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
  - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percepcionada pelo Grupo ("Incurred but not reported"). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considerou um período de emergência de 12 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a esta reflicta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e para os quais os respectivos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e as perdas de imparidade são totais. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 38). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com as Normas IAS 32 e IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo e variável que o Banco optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, bem como o respectivo funding.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados que sejam transaccionados em mercados activos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash-flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash-flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" da demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Grupo considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestração recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Grupo são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O BST utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo BST.

Nos termos previstos na Norma IAS 39.88 é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
  - Identificação do instrumento de cobertura;
  - Identificação do elemento coberto;
  - Identificação do tipo de risco coberto; e
  - Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O BST tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Adicionalmente, o Banco tem instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros a pagar em passivos emitidos.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior. Em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na Norma IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor do imóvel não é recuperado através do seu uso nas operações. Para esses casos, o valor da imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido do imóvel e o seu valor de avaliação.

Os critérios seguidos nas avaliações consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a Norma IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e imparidades acumuladas) e são igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

O Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes activos, em virtude de não existir uma expectativa suficientemente comprovada da sua realização e tendo em conta a evolução do mercado imobiliário.

O Conselho de Administração do Banco considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a pensões de Administradores, riscos fiscais, processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade do BST, de acordo com a Norma IAS 37 (Nota 23).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Os empregados do ex – totta estão inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores consiste no pagamento de complementos. Para os trabalhadores abrangidos pelo plano de benefício definido e que não estão inscritos na Segurança Social, o Banco é responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco estão inscritos na Segurança Social e estão abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões separado (Nota 43). Em 2009 o Banco reconheceu na rubrica de “Custos com o pessoal” o custo do exercício e uma contribuição extraordinária para o financiamento do plano.

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da Norma IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados; e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo. O seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do total das responsabilidades ou do valor do Fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O BST regista em "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;
- Custo dos serviços correntes; e
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

Em 2008 o Banco utilizou parte da provisão para reestruturação ("Provisões para pensões e outros encargos") de que dispunha para fazer face aos acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, e corrigidas pela ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados devido ao método do corredor, são registadas na rubrica de "Outros activos" (Nota 17).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo.

O BST dotou o Fundo de Pensões de forma a proceder à cobertura da totalidade das suas responsabilidades com benefícios de empregados, incluindo o SAMS.

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de "Outros passivos – prémios de antiguidade" (Nota 25).

m) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 33º-A do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

De acordo com o Artigo 86º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 83º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 60% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 40º e no Artigo 69º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implica que a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis seja de 25%, aplicando-se os 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Para efeito de registo dos impostos diferidos activos relativos ao ajustamento das responsabilidades com pensões, calculado com referência a 1 de Janeiro de 2004, quando da transacção para IAS/IFRS, foi excluído da base de cálculo um montante de aproximadamente mEuros 88.684 que correspondeu a mEuros 24.388 de imposto. Este imposto diferido activo não foi registado na parcela em que o Banco considera que existe o risco de não vir a ser recuperável.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa.

n) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de "Custos com pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor em 2009 e 2008 está incluída na Nota 46.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando nomeadamente tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Por outro lado, o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões estimado. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3 e) e f) supra. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3 c) supra. Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos futuros de caixa esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável. Para o efeito, o Orçamento do Estado para 2007 consagrou um conjunto de normas, aplicáveis ao exercício de 2006, as quais irão vigorar até que sejam introduzidas no Código do IRC as necessárias alterações no sentido de o adequar às novas realidades introduzidas pelas IAS/IFRS.

As normas transitórias em apreço, relativas a um conjunto de realidades decorrentes da introdução das NCA, foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2008 e 2009, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela Norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Banco são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2009 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem Financeira Estrita	48.175	513.214	88.108	112.315	761.812
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	5.040	5.040
Margem Financeira Alargada	**48.175**	**513.214**	**88.108**	**117.355**	**766.852**
Comissões líquidas	33.108	263.129	21.255	(466)	317.026
Outros Resultados da Actividade Bancária	-	6.102	49	(11.350)	(5.199)
Margem Comercial	**81.283**	**782.445**	**109.412**	**105.539**	**1.078.679**
Resultado de Operações Financeiras	15.254	1.007	24.856	62.659	103.776
Produto Bancário	**96.537**	**783.452**	**134.268**	**168.198**	**1.182.455**
Custos de transformação	(10.786)	(407.509)	(35.340)	(3.339)	(456.974)
Amortizações do exercício	(1.176)	(59.600)	(4.338)	619	(64.495)
Margem de Exploração	**84.575**	**316.343**	**94.590**	**165.478**	**660.986**
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(3.147)	(80.595)	(16.316)	3.365	(96.693)
Resultados de associadas	-	-	-	2.428	2.428
Resultado antes de Impostos	**81.428**	**235.748**	**78.274**	**171.271**	**566.721**
Impostos	(12.510)	(36.218)	(12.026)	(26.312)	(87.066)
Interesses minoritários	-	(1)	-	(6.658)	(6.659)
Resultado líquido do exercício	**68.918**	**199.529**	**66.248**	**138.301**	**472.996**

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2009, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito Hipotecário	-	16.239.517	-	-	16.239.517
Crédito ao Consumo	-	1.662.209	-	-	1.662.209
Outros Créditos	3.409.848	3.729.879	4.515.593	-	11.655.320
	3.409.848	21.631.605	4.515.593	-	29.557.046
Total de activos afectos	3.409.848	21.631.605	4.515.593	-	29.557.046
Activos não afectos					16.123.917
Total do Activo					45.680.963
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	231.296	13.014.621	2.034.870	-	15.280.787
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	766.407	1.550.948	12.516.136	14.833.491
	231.296	13.781.028	3.585.818	12.516.136	30.114.278
Garantias e Avales	393.861	233.813	1.098.636	-	1.726.310
Fundos de Investimento	-	2.317.102	1.265.280	-	3.582.382

A demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2008 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem Financeira Estrita	23.462	505.221	74.214	102.872	705.769
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	5.874	5.874
Margem Financeira Alargada	**23.462**	**505.221**	**74.214**	**108.746**	**711.643**
Comissões líquidas	18.426	265.011	27.175	(818)	309.794
Outros Resultados da Actividade Bancária	-	8.325	190	(10.508)	(1.993)
Margem Comercial	**41.888**	**778.557**	**101.579**	**97.420**	**1.019.444**
Resultado de Operações Financeiras	27.771	10.416	18.022	(3.960)	52.249
Produto Bancário	**69.659**	**788.973**	**119.601**	**93.460**	**1.071.693**
Custos de transformação	(5.546)	(397.781)	(34.423)	2.735	(435.015)
Amortizações do exercício	(331)	(57.997)	(4.244)	(692)	(63.264)
Margem de Exploração	**63.782**	**333.195**	**80.934**	**95.503**	**573.414**
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(743)	(8.737)	(3.339)	(35.825)	(48.644)
Resultados de associadas	-	-	-	3.791	3.791
Resultado antes de Impostos	**63.039**	**324.458**	**77.595**	**63.469**	**528.561**
Impostos	(10.751)	(55.335)	(13.234)	(10.824)	(90.144)
Interesses minoritários	-	(7)	(30)	21	(16)
Resultado líquido do exercício	**52.288**	**269.116**	**64.331**	**52.666**	**438.401**

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2008, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito Hipotecário	-	15.988.456	-	-	15.988.456
Crédito ao Consumo	-	1.547.890	-	-	1.547.890
Outros Créditos	4.518.238	3.223.145	4.732.202	-	12.473.585
	4.518.238	20.759.491	4.732.202	-	30.009.931
Total de activos afectos	4.518.238	20.759.491	4.732.202	-	30.009.931
Activos não afectos					10.129.097
Total do Activo					40.139.028
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	733.789	13.243.775	1.547.696	-	15.525.260
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	1.052.529	1.226.841	9.556.965	11.836.335
	733.789	14.296.304	2.774.537	9.556.965	27.361.595
Garantias e Avales	456.840	257.360	913.854	-	1.628.054
Fundos de Investimento	-	2.026.326	471.672	-	2.497.998

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2009, o balanço por segmento geográficos era como segue:

	Actividade doméstica						Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns e outros	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Activo													
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.448	61	-	-	-	699.509	-	56.891	-	-	56.891	-	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217.858	2.497	4.298	400	(14.034)	211.019	12.923	10.192	8.253	12.534	43.902	(37.921)	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.929.490	30.131	-	-	(15.192)	1.944.429	-	13.636	231	-	13.867	(9.194)	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	-	-	599.894	-	-	-	-	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.709.581	-	-	-	-	10.709.581	2.140.787	71.842	-	-	2.212.629	(7.349.310)	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	9.261.935	1.407.200	53.769	-	(2.825.551)	7.897.353	3.432.400	37.922	439.847	328.099	4.238.268	(6.669.681)	5.465.940
Crédito a clientes	27.745.765	1.443.385	7.290	-	-	29.196.440	299.633	60.973	-	-	360.606	-	29.557.046
Derivados de cobertura	271.403	-	-	-	-	271.403	-	-	346	-	346	(480)	271.269
Activos não correntes detidos para venda	97.779	-	-	-	-	97.779	-	-	-	-	-	-	97.779
Outros activos tangíveis	393.977	347	-	-	-	394.324	-	8.441	-	82	8.523	-	402.847
Activos intangíveis	69.657	483	-	-	-	70.140	-	124	-	-	124	-	70.264
Investimentos em associadas	21.717	-	-	-	-	21.717	-	-	-	-	-	-	21.717
Activos por impostos correntes	3.761	-	6	-	-	3.767	58	-	-	-	58	-	3.825
Activos por impostos diferidos	214.911	579	-	-	-	215.490	4.575	6	-	-	4.581	-	220.071
Outros activos	526.278	1.615	-	1	(26.511)	501.383	69	1.229	5	2.454	3.757	(30.231)	474.909
Total do Activo Líquido	52.763.454	2.886.298	65.363	401	(2.881.288)	52.834.228	5.890.445	261.256	448.682	343.169	6.943.552	(14.096.817)	45.680.963
Passivo													
Recursos de bancos centrais	2.026.809	2	-	-	-	2.026.811	-	19	-	-	19	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.502.625	30.082	-	-	(15.192)	1.517.515	-	7	473	-	480	(9.661)	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	-	-	502.639	-	-	-	-	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	13.344.285	841.217	3.126	-	(2.837.964)	11.350.664	2.181.969	34	212	69	2.182.284	(5.837.233)	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.626.368	586.710	63.134	-	-	15.276.212	-	174.678	176.680	225	351.583	(347.008)	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	17.906.408	500.293	-	-	-	18.406.701	3.382.398	-	-	-	3.382.398	(6.955.608)	14.833.491
Derivados de cobertura	244.364	-	-	-	-	244.364	-	-	90	-	90	(13)	244.441
Provisões	63.140	16.647	73	287	-	80.147	-	1.363	-	-	1.363	-	81.510
Passivos por impostos correntes	13.358	875	3.026	-	-	17.259	1.808	2.275	815	-	4.898	-	22.157
Passivos por impostos diferidos	31.004	-	-	-	-	31.004	767	-	-	-	767	-	31.771
Passivos subordinados	334.584	847.922	-	-	-	1.182.506	-	-	-	-	-	(836.126)	346.380
Outros passivos	373.627	4.153	11	137	(3.134)	374.794	44	1.797	131	136	2.108	(1.013)	375.889
Total do Passivo	50.969.211	2.827.901	69.370	424	(2.856.290)	51.010.616	5.566.986	180.173	178.401	430	5.925.990	(13.986.662)	42.949.944
Capital próprio	1.794.243	58.397	(4.007)	(23)	(24.998)	1.823.612	323.459	81.083	270.281	342.739	1.017.562	(110.155)	2.731.019
Total do passivo e do capital próprio	52.763.454	2.886.298	65.363	401	(2.881.288)	52.834.228	5.890.445	261.256	448.682	343.169	6.943.552	(14.096.817)	45.680.963

Em 31 de Dezembro de 2008, o balanço por segmento geográficos era como segue:

	Actividade doméstica						Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns e outros	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Activo													
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	490.441	67	-	26	-	490.534	-	59.497	-	-	59.497	-	550.031
Disponibilidades em outras instituições de crédito	352.485	2.145	6.284	183	(14.202)	346.895	13.497	20.225	10.770	13.211	57.703	(45.832)	358.766
Activos financeiros detidos para negociação	1.525.720	2.066	-	-	-	1.527.786	-	137.616	161	-	137.777	(23.075)	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	598.818	-	-	-	-	598.818	-	-	-	-	-	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	7.736.098	-	-	-	-	7.736.098	2.308.292	50.084	-	-	2.358.376	(8.369.442)	1.725.032
Aplicações em instituições de crédito	8.761.270	2.259.605	71.699	5.020	(4.956.556)	6.141.038	908.618	16.274	522.718	328.842	1.776.452	(4.108.765)	3.808.725
Crédito a clientes	27.838.626	2.016.536	14.704	2.368	-	29.872.234	-	136.719	-	-	136.719	978	30.009.931
Derivados de cobertura	256.497	-	-	-	-	256.497	-	-	1.368	-	1.368	(1.359)	256.506
Activos não correntes detidos para venda	100.542	-	-	-	-	100.542	-	-	-	-	-	-	100.542
Outros activos tangíveis	401.193	407	-	34	-	401.634	1	14.308	-	75	14.384	-	416.018
Activos intangíveis	56.453	30	-	16	-	56.499	-	550	-	-	550	-	57.049
Investimentos em associadas	21.225	-	-	-	-	21.225	-	-	-	-	-	-	21.225
Activos por impostos correntes	5.861	-	26	-	-	5.887	-	-	-	-	-	-	5.887
Activos por impostos diferidos	210.017	-	-	-	-	210.017	4.700	15	-	-	4.715	-	214.732
Outros activos	427.219	210	1	42	(26.074)	401.398	187	759	8	2.420	3.374	(31.494)	373.278
Total do Activo Líquido	48.782.465	4.281.066	92.714	7.689	(4.996.832)	48.167.102	3.235.295	436.047	535.025	344.548	4.550.915	(12.578.989)	40.139.028
Passivo													
Recursos de bancos centrais	2.404.137	14	-	-	-	2.404.151	-	8	-	-	8	-	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	1.293.866	1.918	-	-	-	1.295.784	-	22	351	-	373	(24.069)	1.272.088
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	-	-	-	-	500.764	-	-	-	-	-	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	9.308.560	2.036.095	-	6.962	(4.970.720)	6.380.897	2.042.330	31.290	4.390	-	2.078.010	(3.260.209)	5.198.698
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.832.796	386.077	107.501	782	-	15.327.156	-	312.487	248.437	234	561.158	(363.054)	15.525.260
Responsabilidades representadas por títulos	18.024.586	929.004	-	-	-	18.953.590	858.611	-	-	-	858.611	(7.975.866)	11.836.335
Derivados de cobertura	155.101	-	-	-	-	155.101	-	-	375	-	375	(349)	155.127
Provisões	51.228	27.720	145	270	-	79.363	-	2.096	-	216	2.312	-	81.675
Passivos por impostos correntes	57	1.021	-	-	-	1.078	2.542	3.500	-	-	6.042	-	7.120
Passivos por impostos diferidos	34.661	-	-	-	-	34.661	1.272	-	-	-	1.272	-	35.933
Passivos subordinados	335.909	857.247	-	-	-	1.193.156	-	-	-	-	-	(845.745)	347.411
Outros passivos	272.746	3.310	4	244	(38)	276.266	46	1.740	159	95	2.040	(1.078)	277.228
Total do Passivo	47.214.411	4.242.406	107.650	8.258	(4.970.758)	46.601.967	2.904.801	351.143	253.712	545	3.510.201	(12.470.370)	37.641.798
Capital próprio	1.568.054	38.660	(14.936)	(569)	(26.074)	1.565.135	330.494	84.904	281.313	344.003	1.040.714	(108.619)	2.497.230
Total do passivo e do capital próprio	48.782.465	4.281.066	92.714	7.689	(4.996.832)	48.167.102	3.235.295	436.047	535.025	344.548	4.550.915	(12.578.989)	40.139.028

No exercício de 2009, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica						Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Juros e rendimentos similares	2.306.893	354.151	1.953	82	(107.139)	2.555.940	171.623	6.013	23.770	13.481	214.887	(440.127)	2.330.700
Juros e encargos similares	(1.725.207)	(325.049)	(1.088)	(37)	107.139	(1.944.242)	(57.846)	(874)	(6.279)	-	(64.999)	440.353	(1.568.888)
Margem financeira	581.686	29.102	865	45	-	611.698	113.777	5.139	17.491	13.481	149.888	226	761.812
Rendimentos de instrumentos de capital	5.040	-	-	-	-	5.040	-	-	-	-	-	-	5.040
Rendimentos de serviços e comissões	372.433	6.603	-	12	(73)	378.975	-	2.104	-	1.589	3.693	(18.243)	364.425
Encargos com serviços e comissões	(63.723)	(400)	-	(9)	73	(64.059)	(285)	(80)	-	(992)	(1.357)	18.017	(47.399)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32.481	-	-	-	-	32.481	-	(50)	192	-	142	-	32.623
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.186	-	-	-	-	1.186	-	5.454	-	-	5.454	-	6.640
Resultados de reavaliação cambial	6.883	161	(4)	-	-	7.040	-	11.776	(236)	13	11.553	-	18.593
Resultados de alienação de outros activos	38.374	(2)	7.546	2	-	45.920	-	-	-	-	-	-	45.920
Outros resultados de exploração	(1.173)	(115)	(52)	27	-	(1.313)	-	155	(3)	(87)	65	(3.951)	(5.199)
Produto bancário	973.187	35.349	8.355	77	-	1.016.968	113.492	24.498	17.444	14.004	169.438	(3.951)	1.182.455
Custos com o pessoal	(293.880)	(4.958)	-	(139)	-	(298.977)	(174)	(2.126)	(192)	(788)	(3.280)	-	(302.257)
Gastos gerais administrativos	(154.023)	(1.185)	(11)	(474)	-	(155.693)	(423)	(2.057)	(126)	(369)	(2.975)	3.951	(154.717)
Amortizações do exercício	(63.975)	(257)	-	-	-	(64.232)	(1)	(241)	-	(21)	(263)	-	(64.495)
Provisões líquidas de anulações	(1.784)	11.073	-	(259)	72	9.102	-	(282)	-	9	(273)	-	8.829
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(81.193)	(3.202)	72	670	(72)	(83.725)	(336)	(3.764)	-	-	(4.100)	-	(87.825)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.504)	-	-	-	-	(1.504)	-	-	-	-	-	-	(1.504)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(16.193)	-	-	-	-	(16.193)	-	-	-	-	-	-	(16.193)
Resultados de associadas	2.428	-	-	-	-	2.428	-	-	-	-	-	-	2.428
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	363.063	36.820	8.416	(125)	-	408.174	112.558	16.028	17.126	12.835	158.547	-	566.721
Impostos correntes	(73.075)	(1.800)	(3.036)	102	-	(77.809)	(14.619)	(2.442)	(845)	(33)	(17.939)	-	(95.748)
Impostos diferidos	7.583	579	-	-	-	8.162	520	-	-	-	520	-	8.682
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	297.571	35.599	5.380	(23)	-	338.527	98.459	13.586	16.281	12.802	141.128	-	479.655
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.659)	(6.659)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	297.571	35.599	5.380	(23)	-	338.527	98.459	13.586	16.281	12.802	141.128	6.659	472.996

No exercício de 2008, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica						Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Juros e rendimentos similares	3.639.364	316.847	4.227	777	(269.955)	3.691.260	264.860	27.590	28.929	14.268	335.647	(642.485)	3.384.422
Juros e encargos similares	(3.149.113)	(297.212)	(3.353)	(444)	269.955	(3.180.167)	(134.623)	(6.250)	(11.994)	-	(152.867)	654.381	(2.678.653)
Margem financeira	490.251	19.635	874	333	-	511.093	130.237	21.340	16.935	14.268	182.780	11.896	705.769
Rendimentos de instrumentos de capital	5.874	-	-	-	-	5.874	-	-	-	-	-	-	5.874
Rendimentos de serviços e comissões	367.613	4.884	3	16	(59)	372.457	-	4.313	-	1.381	5.694	(16.823)	361.328
Encargos com serviços e comissões	(53.360)	(1.019)	-	(7)	59	(54.327)	(259)	(340)	-	(986)	(1.585)	4.378	(51.534)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27.721	-	-	-	-	27.721	(789)	(400)	4	-	(1.185)	550	27.086
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	766	-	-	-	-	766	-	49	-	-	49	-	815
Resultados de reavaliação cambial	8.964	119	17	-	-	9.100	(453)	8.314	(14)	322	8.169	-	17.269
Resultados de alienação de outros activos	7.152	(28)	-	(65)	-	7.059	-	20	-	-	20	-	7.079
Outros resultados de exploração	793	(55)	(52)	621	-	1.307	-	803	28	(87)	744	(4.044)	(1.993)
Produto bancário	855.774	23.536	842	898	-	881.050	128.736	34.099	16.953	14.898	194.686	(4.043)	1.071.693
Custos com o pessoal	(273.978)	(2.211)	-	(308)	-	(276.497)	(169)	(5.651)	(183)	(690)	(6.693)	-	(283.190)
Gastos gerais administrativos	(149.498)	(1.301)	-	(475)	-	(151.274)	(396)	(3.702)	(145)	(353)	(4.596)	4.045	(151.825)
Amortizações do exercício	(62.125)	(138)	-	(73)	-	(62.336)	(1)	(886)	-	(41)	(928)	-	(63.264)
Provisões líquidas de anulações	(5.834)	(1.864)	-	(211)	73	(7.836)	-	(423)	-	-	(423)	-	(8.259)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(16.122)	(884)	73	545	(73)	(16.461)	-	(827)	-	-	(827)	-	(17.288)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(759)	-	-	-	-	(759)	-	-	-	-	-	-	(759)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(21.389)	-	-	(949)	-	(22.338)	-	-	-	-	-	-	(22.338)
Resultados de associadas	3.791				-	3.791	-	-	-	-	-	-	3.791
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	329.860	17.138	915	(573)	-	347.340	128.170	22.610	16.625	13.814	181.219	2	528.561
Impostos correntes	(42.990)	(1.276)	-	4	-	(44.262)	(15.284)	(3.368)	-	(25)	(18.677)	-	(62.939)
Impostos diferidos	(26.539)	-	-	-	-	(26.539)	(666)	-	-	-	(666)	-	(27.205)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	260.331	15.862	915	(569)	-	276.539	112.220	19.242	16.625	13.789	161.876	2	438.417
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-				-	-	(16)	(16)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	260.331	15.862	915	(569)	-	276.539	112.220	19.242	16.625	13.789	161.876	(14)	438.401

De notar que o Banco apresentava a informação por segmentos de negócio e por segmentos geográficos nos termos da IAS 14. Os actuais segmentos operacionais correspondem essencialmente aos segmentos de negócio, dado que esta informação é utilizada pelos órgãos de gerência do Banco para gestão do mesmo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do exercício	
Empresa	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	51.488.163	46.686.716	2.102.201	1.908.844	439.048	355.201
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA	-	99,98	25,50	99,98	534.269	447.351	166.035	89.839	36.382	19.083
TOTTA & AÇORES FINANCING [1] [b]	100,00	100,00	100,00	100,00	311.786	312.396	311.786	312.396	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	30.417	31.321	30.109	30.857	300	965
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	966	831	846	749	126	71
TOTTA IRELAND, PLC [4]	100,00	100,00	100,00	100,00	5.927.895	3.258.128	360.188	354.491	8.311	12.684
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	100,00	100,00	100,00	100,00	93.851	37.226	66.471	12.020	4.959	1.251
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. [2]	100,00	100,00	100,00	100,00	121.191	121.749	116.060	111.331	4.729	1.655
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. [3]	-	-	25,00	25,00	11.584	11.631	6.609	7.204	(596)	(666)
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC,S.A. [3]	16,12	16,12	16,12	16,12	4.237.517	2.661.587	134.234	129.831	16.403	24.024
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO [1] [6]	100,00	100,00	100,00	100,00	448.479	534.890	270.418	281.393	16.346	17.440
PARTANG, SGPS	50,00	-	50,00	0,00	87.493	-	87.483	-	(2)	-
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	323.381	400.834	(2.748)	(2.859)	(468)	(875)
HIPOTOTTA nº 2 PLC	-	-	-	-	1.022.421	1.199.260	(10.385)	(10.188)	(2.235)	(3.362)
HIPOTOTTA nº 3 PLC	-	-	-	-	1.743.436	1.971.694	(15.519)	(14.607)	(4.713)	(3.786)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.592.660	1.762.278	(15.399)	(14.274)	(3.276)	(4.220)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	1.423.277	1.545.700	6.187	(7.150)	(1.537)	(1.309)
HIPOTOTTA nº 6 Ltd	-	-	-	-	1.821.552	1.956.637	(7.430)	(7.713)	(2.463)	(826)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	-	-	-	-	1.785.966	1.906.911	(6.541)	(559)	(1.982)	(559)
HIPOTOTTA nº 8 Ltd	-	-	-	-	1.104.171	1.201.083	(3.857)	(62)	(1.327)	(62)
HIPOTOTTA nº 9 Ltd	-	-	-	-	-	1.580.007	-	(28)	-	(28)
HIPOTOTTA nº 10 Ltd	-	-	-	-	876.806	-	(24)	-	(24)	-
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	313.811	392.386	309.421	385.362	(1.454)	(1.086)
HIPOTOTTA nº 2 FTC	-	-	-	-	1.009.324	1.186.618	992.861	1.162.760	(4.005)	(3.391)
HIPOTOTTA nº 3 FTC	-	-	-	-	22.259.671	1.968.952	1.713.727	1.934.134	(6.975)	(5.431)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.579.952	1.767.577	1.558.174	1.739.369	(6.432)	(4.294)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	1.419.228	1.550.385	1.407.666	1.527.346	(4.025)	(1.325)
HIPOTOTTA nº 6 FTC	-	-	-	-	1.816.362	1.953.289	1.799.534	1.917.351	(4.023)	(870)
HIPOTOTTA nº 7 FTC	-	-	-	-	1.767.804	1.887.652	1.753.669	1.867.862	(3.013)	(597)
HIPOTOTTA nº 8 FTC	-	-	-	-	1.085.914	1.178.940	1.074.774	1.161.857	(1.363)	(62)
HIPOTOTTA nº 9 FTC	-	-	-	-	-	1.556.595	-	1.549.972	-	(28)
HIPOTOTTA nº 10 FTC	-	-	-	-	856.650	-	854.522	-	(24)	-

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA	Bancária	Angola	Proporcional
TOTTA & AÇORES FINANCING (1) (5)	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA & AÇORES FINANCE IRELAND	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA IRELAND, PLC	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	Gestão de participações sociais	Madeira	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. (2)	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. (3)	Promoção imobiliária	Portugal	Excluída de consolidação
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC, S.A. (3)	Leasing, Factoring, Consumo e ALD	Portugal	Excluída de consolidação
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO (1) (6)	Bancária	Porto Rico	Integral
PARTANG, SGPS	Gestão de participações sociais	Portugal	Proporcional
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 2 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 3 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 6 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 8 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 9 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 10 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 2 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 3 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 6 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 8 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 9 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 10 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral

(1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 28).

(2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.

(3) Valorizada por equivalência patrimonial.

(4) Os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos anos, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2009 e 2008, o resultado líquido da Totta Ireland, Plc. ascendeu a mEuros 93.787 e mEuros 94.873, respectivamente.

(5) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.

(6) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.

De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade (Nota 44). Estas entidades estão acima indicadas como Hipototas FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipototas PLC ou Ltd. (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 3 de Junho de 2009 o Banco aumentou o capital social da Madeisisa no montante de mEuros 50.898 através de transferência de acções correspondentes a 50,50% do Banco Totta de Angola, S.A.. Em 4 de Junho de 2009 foi constituída uma nova sociedade, Partang SGPS, S.A. (Partang), mediante a entrega de acções do Banco Totta de Angola correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, pela Madeisisa e pelo BST, respectivamente. No âmbito desta operação, o Banco vendeu 48,985% do Banco Totta de Angola, S.A. a entidades angolanas pelo valor de venda de mEuros 66.590. Nos termos do acordo inicial de Março de 2006, o BST recebeu mEuros 15.000 da CGD, que transferiu para a Madeisisa a 30 de Junho de 2009. Este montante foi reembolsado pela Madeisisa à CGD acrescido de juros (Nota 25). Adicionalmente, foi efectuado um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida em 50% pelo Grupo. Para o efeito, previamente o BST e a Madeisisa cederam à CGD por mEuros 150 e mEuros 15.130, respectivamente, os seus direitos de subscrição nesse aumento de capital. Como resultado de toda a operação foi reconhecida uma mais valia consolidada no montante de mEuros 28.096 (Notas 27, 37 e 38) e a participação efectiva do Grupo no Banco Totta de Angola passou a ser de 25,50%. Nesse sentido, o método de consolidação para esta entidade passou a ser o proporcional. Em 2 de Julho de 2009, o Banco Totta de Angola alterou a sua designação para Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Em 2 de Julho de 2009, o Banco Totta de Angola procedeu ao aumento do seu capital social de 793.609.000 Kwanzas para 8.575.000.000 Kwanzas. Este aumento de capital foi efectuado com a entrada em dinheiro de 7.780.600.000 Kwanzas, corrrespondentes a 100.000.000 Dólares Norte Americanos por todos os accionistas na proporção da participação detida, tendo por conseguinte a Partang efectuado uma contribuição de 51.000.000 Dólares Norte Americanos. Os remanescentes 791.000 Kwanzas do aumento de capital foram registados por integração de reservas livres. Após este aumento, o valor unitário das 857.000.000 acções que passaram a constituir o capital, foram redenominadas para 17.150.000 acções, tendo o seu valor unitário passado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas.

Em 13 de Novembro 2009, a Madeisisa – SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. alterou a sua designação para Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda..

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	231.987	232.631
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco de Portugal	473.910	275.585
Em Bancos Centrais no Estrangeiro	50.503	41.815
	756.400	550.031

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	23.216	76.433
Cheques a cobrar	109.863	165.949
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	82.003	114.303
Cheques a cobrar	1.918	2.081
	217.000	358.766

7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Títulos		
Unidades de Participação	477.919	412.246
Títulos do Banco Central de Angola	13.636	137.616
	491.555	549.862
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.457.547	1.092.626
	1.949.102	1.642.488

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander.

	2009	2008
Fundos especiais de investimento	227.839	158.669
Fundos de investimento mobiliário	227.538	231.597
Fundos de investimento imobiliário	22.542	21.980
	477.919	412.246

A rubrica de instrumentos financeiros derivados, tem a seguinte composição:

	2009			2008		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)
Forwards	5.139	5.101	38	8.814	4.923	3.891
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	26.655	176	26.479	-	80.481	(80.481)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	795.902	855.918	(60.016)	705.575	809.470	(103.895)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	13.590	17.116	(3.526)	47.612	48.954	(1.342)
Opções	165.119	175.964	(10.845)	99.320	93.471	5.849
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	451.142	454.059	(2.917)	231.305	234.789	(3.484)
	1.457.547	1.508.334	(50.787)	1.092.626	1.272.088	(179.462)

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
- Obrigações do tesouro	99.894	98.818
Instrumentos de capital		
- Outros títulos emitidos por não residentes	500.000	500.000
	599.894	598.818

A rubrica de “Instrumentos de Capital – outros títulos emitidos por não residentes” corresponde a unidades de participação adquiridas em Agosto de 2008 e com vencimento em 2017, passível de antecipação.

Para financiamento deste activo, o Banco contratou operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal pelo mesmo montante, as quais se encontram registadas na rubrica de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” (Nota 19).

Os dividendos, juros e os resultados da valorização destas operações ao seu justo valor são reflectidos em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 35).

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009							
			Correcções de valor por	Reserva de justo valor				
	Custo de aquisição	Juros a receber	operações de cobertura	Positiva	Negativa	Total (Nota 26)	Imparidade (Nota 23)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	1.513.241	15.130	7.767	4.391	(2.834)	1.557	(187)	1.537.508
Outros emissores públicos nacionais	135.000	1.013	-	-	(2.976)	(2.976)	-	133.037
Outros residentes								
Dívida não subordinada	787.474	8.540	-	13.063	(1.850)	11.213	(260)	806.967
Dívida subordinada	119.745	211	-	1	(3.590)	(3.589)	-	116.367
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	718.685	25.893	-	29	(2.630)	(2.601)	-	741.977
Outros não residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	2.222.585	4.506	-	-	(36.482)	(36.482)	-	2.190.609
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	64.159	-	-	-	(5.680)	(5.680)	(35.312)	23.167
Valorizados ao custo histórico	26.917	-	-	-	-	-	(5.547)	21.370
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	2.447	-	-	295	-	295	(1.535)	1.207
Valorizados ao custo histórico	1.437	-	-	-	-	-	(746)	691
	5.591.690	55.293	7.767	17.779	(56.042)	(38.263)	(43.587)	5.572.900

	2008						
			Reserva de justo valor				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Positiva	Negativa	Total (Nota 26)	Imparidade (Nota 23)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
Obrigações do Tesouro	102.870	3.626	1.707	-	1.707	(267)	107.936
Outros emissores públicos nacionais	15.000	3	-	(3.570)	(3.570)	-	11.433
Outros residentes							
Dívida não subordinada	226.977	1.831	-	(11.515)	(11.515)	(284)	217.009
Dívida subordinada	119.741	536	-	(10.438)	(10.438)	-	109.839
Emitidos por não residentes							
De emissores públicos estrangeiros	49.673	106	-	-	-	-	49.779
Outros não residentes							
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	1.220.709	10.888	-	(37.597)	(37.597)	-	1.194.000
Instrumentos de capital							
Emitidos por residentes							
Valorizados ao justo valor	60.013	-	-	(8.048)	(8.048)	(36.052)	15.913
Valorizados ao custo histórico	23.010	-	-	-	-	(5.547)	17.463
Emitidos por não residentes							
Valorizados ao justo valor	944	-	4	-	4	-	948
Valorizados ao custo histórico	1.457	-	-	-	-	(745)	712
	1.820.394	16.990	1.711	(71.168)	(69.457)	(42.895)	1.725.032

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a nível consolidado o BST detinha 6.064.200 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 18.418 e reserva de justo valor antes de impostos negativa no montante de mEuros 5.562 e mEuros 7.805, respectivamente, representando uma menos valia potencial face ao custo de aquisição de 30,20% e 42,38%.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de obrigações do tesouro inclui valias reconhecidas em resultados no montante de mEuros 7.767 relativos a correcções de valor de operações de cobertura.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de instrumentos de dívida – outros residentes inclui os seguintes títulos:

	2009					2008				
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Dívida não subordinada										
PARPUBLICA 3.5 07-2013	139.681	2.377	867	-	142.925	-	-	-	-	-
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY/	110.200	184	-	-	110.384	-	-	-	-	-
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	104.798	93	(101)	-	104.790	120.000	254	(534)	-	119.720
GALP ENERGIA 05-2013	90.000	432	7.888	-	98.320	-	-	-	-	-
BANCO ESPIRITO SANTO 3.75% 01/12	78.002	2.750	1.390	-	82.142	-	-	-	-	-
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 12/	74.680	156	1.325	-	76.161	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	352	(1.749)	-	68.603	70.000	1.192	(10.876)	-	60.316
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25 5/	59.958	1.272	1.137	-	62.367	-	-	-	-	-
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	23.812	813	415	-	25.040	-	-	-	-	-
PORTUCEL FLTG 2005/2010	19.940	105	42	-	20.087	-	-	-	-	-
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	4	-	-	15.004	-	-	-	-	-
MODELO CONTINENTE/2004 - 1EM 03/	-	-	-	-	-	20.000	370	(20)	-	20.350
AUTO-SUECO 2004/2009	-	-	-	-	-	15.000	8	(56)	-	14.952
Outros	1.403	2	(1)	(260)	1.144	1.977	7	(29)	(284)	1.671
	787.474	8.540	11.213	(260)	806.967	226.977	1.831	(11.515)	(284)	217.009
Dívida subordinada										
BSNP/2004 - PERPETUAS SUBORDINADAS	100.000	205	(2.869)	-	97.336	100.000	520	(8.754)	-	91.766
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	2	1	-	14.003	14.000	4	(662)	-	13.342
Outros	5.745	4	(721)	-	5.028	5.741	12	(1.022)	-	4.731
	119.745	211	(3.589)	-	116.367	119.741	536	(10.438)	-	109.839

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de instrumentos de dívida – outros não residentes inclui os seguintes títulos:

	2009					2008				
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
LEASETOTTA NO.1 LTD CL A VAR	1.040.000	2.348	-	-	1.042.348	-	-	-	-	-
FTPYME SANTANDER 1 B2	91.578	130	(747)	-	90.961	128.960	747	(1.482)	-	128.225
SANTANDER EMPRESAS 3 - SERIE C NOTES	117.265	266	(5.123)	-	112.408	117.260	1.394	(4.568)	-	114.086
SANTANDER EMPRESAS 1 SERIE C	96.178	157	(1.983)	-	94.352	96.193	782	(2.835)	-	94.140
FTPYME SANTANDER 2 C	81.406	172	(980)	-	80.598	81.488	885	(1.250)	-	81.123
SANTANDER EMPRESAS 1 SERIE B	80.628	121	(655)	-	80.094	80.634	645	(925)	-	80.354
SANTANDER HIPOTERCAIO 3 - CLASS B	79.200	157	(2.117)	-	77.240	79.200	853	(1.308)	-	78.745
SANTANDER CONSUMER SPAIN-SERIE B	78.000	24	(4.542)	-	73.482	78.000	74	(5.183)	-	72.891
SANTANDER EMPRESAS 2 B	74.154	81	(1.418)	-	72.817	74.166	378	(1.682)	-	72.862
SANTANDER FINANCIACION 1 C	61.719	125	(3.134)	-	58.710	61.724	669	(3.652)	-	58.741
FTPYME SANTANDER 2 D	59.773	174	(2.028)	-	57.919	60.025	687	(2.617)	-	58.095
SANTANDER HIPOTECARIO 1 SERIE B	53.880	121	(1.683)	-	52.318	53.943	650	(1.188)	-	53.405
SANTANDER HIPOTECARIO 2 B	51.843	99	(1.456)	-	50.486	51.847	556	(941)	-	51.462
SANTANDER HIPOTECARIO 3 - CLASS C	47.500	102	(2.293)	-	45.309	-	-	-	-	-
SANTANDER HIPOTECARIO 1 C	47.820	126	(2.767)	-	45.179	-	-	-	-	-
SANTANDER EMPRESAS 3-SERIE B NOTES	39.688	87	(903)	-	38.872	-	-	-	-	-
SANTANDER EMPRESAS 2 C	36.385	44	(1.565)	-	34.864	-	-	-	-	-
SANTANDER HIPOTECARIO 2 C	32.408	69	(1.667)	-	30.810	-	-	-	-	-
FTPYME SANTANDER 1 C	27.452	55	(802)	-	26.705	-	-	-	-	-
SANTANDER FINANCIACION 1 B	25.708	48	(619)	-	25.137	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	257.269	2.568	(9.966)	-	249.871
	2.222.585	4.506	(36.482)	-	2.190.609	1.220.709	10.888	(37.597)	-	1.194.000

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital inclui os seguintes títulos:

	2009				2008			
Descrição	Valor de aquisição	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao Justo Valor								
BPI	18.418	(5.562)	-	12.856	18.418	(7.805)	-	10.613
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	2.469	-	-	2.469	1.165	-	-	1.165
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	2.157	-	-	2.157	-	-	-	-
UNICAMPUS-FEI IMOBILIARIO FECHADO	1.500	-	-	1.500	-	-	-	-
FAFER-EMMP.URBANIST CONSTRUC S.A	1.366	-	(1.144)	222	1.366	-	(1.071)	295
FIQ INOVCAPITAL	1.342	-	(574)	768	-	-	-	-
FCR INOVCAPITAL 2	1.247	-	(289)	958	1.247	-	(289)	958
VISA Inc Class c	912	295	-	1.207	944	4	-	948
FCR INOVCAPITAL VALOR	783	-	(55)	728	783	-	(55)	728
FCR INOVCAPITAL VALOR 2	783	-	(223)	560	783	-	(223)	560
FCR INOVCAPITAL	-	-	-	-	1.342	-	(575)	767
FITOR-COMP.PORT. DE TEXTEIS	-	-	-	-	804	-	(804)	-
Títulos com imparidade a 100%	34.173	-	(34.173)	-	23.717	-	(23.717)	-
Outros	1.456	(118)	(389)	949	10.388	(243)	(9.318)	827
	66.606	(5.385)	(36.847)	24.374	60.957	(8.044)	(36.052)	16.861
Valorizados ao custo histórico								
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	3.752	-	(5)	3.747	1.188	-	(5)	1.183
AENOR - AUTO ESTRADAS NORTE S.A. (Prestações Suplementares)	3.749	-	-	3.749	3.748	-	-	3.748
AENOR - AUTO ESTRADAS NORTE S.A.	3.749	-	(4)	3.745	3.748	-	(4)	3.744
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
LISGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	2.844	-	(2)	2.842	1.526	-	(3)	1.523
FINANGEST - EMP.FIN.GEST E DESENV.	1.160	-	(568)	592	1.160	-	(569)	591
PME INVESTIMENTOS - SOC.INVESTIMENTOS S.A.	1.131	-	(460)	671	1.132	-	(462)	670
INOV CAPITAL - SOC.CAP.RISCO S.A	1.065	-	(215)	850	1.065	-	(214)	851
UNICRE - CARTÃO INTERNACIONAL CRÉDITO S.A.	1.032	-	-	1.032	1.032	-	-	1.032
Títulos com imparidade a 100%	4.281	-	(4.281)	-	5.026	-	(5.026)	-
Outros	2.130	-	(758)	1.372	1.381	-	(9)	1.372
	28.354	-	(6.293)	22.061	24.467	-	(6.292)	18.175

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2009				2008			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida								
. entre 0% e 25%	2.232.155	28.049	(49.641)	2.210.563	1.576.402	13.246	(62.098)	1.527.550
. entre 25% e 50%	2.752	4	(721)	2.035	2.748	11	(1.022)	1.737
	2.234.907	28.053	(50.362)	2.212.598	1.579.150	13.257	(63.120)	1.529.287
Instrumentos de Capital								
. entre 0% e 25%	500	-	(85)	415	-	-	-	-
. entre 25% e 50%	18.418	-	(5.562)	12.856	18.918	-	(8.010)	10.908
. superior a 50%	63	-	(33)	30	63	-	(38)	25
	18.981	-	(5.680)	13.301	18.981	-	(8.048)	10.933
	2.253.888	28.053	(56.042)	2.225.899	1.598.131	13.257	(71.168)	1.540.220

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito no País		
Aplicações a muito curto prazo	12.457	8.623
Depósitos	611	1.202
Empréstimos	3.569.575	2.978.021
Aplicações subordinadas	50.000	50.000
Juros a receber	5.692	15.320
	3.638.335	3.053.166
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	1.143.036	54.747
Depósitos	651.715	651.816
Outras aplicações	5.253	22.064
Juros a receber	27.601	26.932
	1.827.605	755.559
	5.465.940	3.808.725

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.831.168	1.937.842
Empréstimos	4.752.213	4.422.306
Locação financeira	1.140	1.552
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	292.491	389.427
Descobertos	346.799	688.084
Outros créditos	9.317	9.421
A particulares		
Habitação	4.844.315	2.916.390
Consumo e outros	2.114.893	2.022.772
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	209.872	496.628
Empréstimos	618.786	577.765
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	421	1.089
Descobertos	766	1.250
Outros créditos	1.693	8
A particulares		
Habitação	442.557	464.773
Consumo e outros	32.327	26.972
	15.498.758	13.956.279
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos por residentes		
Papel comercial	2.658.983	2.916.567
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	307.146	380.352
. Hipototta nº 2	982.608	1.146.895
. Hipototta nº 3	1.700.765	1.914.184
. Hipototta nº 4	1.547.175	1.720.812
. Hipototta nº 5	1.397.600	1.511.377
. Hipototta nº 6	1.777.772	1.893.342
. Hipototta nº 7	1.739.359	1.851.314
. Hipototta nº 8	1.058.856	1.147.271
. Hipototta nº 9	-	1.530.908
. Hipototta nº 10	852.133	-
	11.363.414	13.096.455
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	23.748	24.656
Há mais de 90 dias	259.133	158.877
Activos titularizados não desreconhecidos	106.536	81.643
	389.417	265.176
	29.910.572	30.234.477

	2009	2008
Juros a receber		
Crédito não titulado	55.297	90.157
Crédito titulado	3.571	13.550
Activos titularizados não desreconhecidos	25.404	66.443
Despesas com encargo diferido	121.344	127.372
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(109.793)	(111.239)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.082	3.010
	99.905	189.293
	30.010.477	30.423.770
Imparidade em crédito a clientes (Nota 23)	(453.431)	(413.839)
	29.557.046	30.009.931

Em 2009 e 2008 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas, maioritariamente constituídas por crédito vencido e por crédito já abatido ao activo. Como resultado destas operações foram registados ganhos líquidos no valor de mEuros 4.278 e mEuros 1.551, respectivamente (Nota 38).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	2009	2008
Até três meses	26.101	29.333
Entre três e seis meses	29.471	36.515
Entre seis meses e um ano	129.620	104.131
Entre um ano e três anos	186.100	88.614
Mais de três anos	18.125	6.583
	389.417	265.176

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2009			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	178.177	3.837	182.014	0,61%
Pescas	3.191	5	3.196	0,01%
Indústrias extractivas	338.781	280	339.061	1,13%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	283.806	700	284.506	0,95%
Têxteis, vestuário e couro	176.370	2.383	178.753	0,60%
Madeira e cortiça	121.856	5.145	127.001	0,42%
Papel, gráficas e editoriais	56.223	926	57.149	0,19%
Indústria química	141.562	676	142.238	0,48%
Indústrias Cerâmicas, do vidro e do cimento	103.286	800	104.086	0,35%
Metalurgia	133.161	1.333	134.494	0,45%
Máquinas e material de transporte	158.419	6.291	164.710	0,55%
Electricidade, água e gás	469.547	157	469.704	1,57%
Construção e obras públicas	1.881.456	40.329	1.921.785	6,43%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	618.677	10.816	629.493	2,10%
Comércio de retalho	779.114	12.332	791.446	2,65%
Restaurantes e hotéis	306.961	3.317	310.278	1,04%
Transportes e comunicações	681.191	2.653	683.844	2,29%
Instituições financeiras não monetárias	1.130.739	533	1.131.272	3,78%
Sector público administrativo	484.817	-	484.817	1,62%
Outras empresas de serviços	2.419.915	34.289	2.454.204	8,21%
Crédito a particulares	6.908.968	151.219	7.060.187	23,60%
Activos titularizados não desreconhecidos	11.363.414	106.536	11.469.950	38,35%
Crédito ao exterior	193.934	2.091	196.025	0,66%
Outros créditos	587.590	2.769	590.359	1,96%
	29.521.155	389.417	29.910.572	100,00%

	2008			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	159.726	3.336	163.062	0,54%
Pescas	2.914	88	3.002	0,01%
Indústrias extractivas	358.851	273	359.124	1,19%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	237.640	505	238.145	0,79%
Têxteis, vestuário e couro	169.710	1.349	171.059	0,57%
Madeira e cortiça	139.483	1.324	140.807	0,47%
Papel, gráficas e editoriais	59.953	413	60.366	0,20%
Indústria química	103.293	189	103.482	0,34%
Indústrias Cerâmicas, do vidro e do cimento	106.185	381	106.566	0,35%
Metalurgia	133.388	859	134.247	0,44%
Máquinas e material de transporte	214.490	1.725	216.215	0,72%
Electricidade, água e gás	672.270	248	672.518	2,22%
Construção e obras públicas	1.815.111	42.275	1.857.386	6,14%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	589.039	4.044	593.083	1,96%
Comércio de retalho	765.966	6.437	772.403	2,55%
Restaurantes e hotéis	235.881	811	236.692	0,78%
Transportes e comunicações	1.247.403	1.516	1.248.919	4,13%
Instituições financeiras não monetárias	1.504.795	2	1.504.797	4,98%
Sector público administrativo	453.560	488	454.048	1,50%
Outras empresas de serviços	2.176.357	11.053	2.187.410	7,23%
Crédito a particulares	4.992.000	104.808	5.096.808	16,86%
Activos titularizados não desreconhecidos	13.096.455	81.643	13.178.098	43,59%
Crédito ao exterior	93.902	694	94.596	0,31%
Outros créditos	640.929	715	641.644	2,13%
	29.969.301	265.176	30.234.477	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2009, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	11.084.902	11.084.902
. Com indícios de imparidade	128.545	191.756	320.301
	128.545	11.276.658	11.405.203
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	15.302.418	15.302.418
. Com indícios de imparidade	199.295	1.021.664	1.220.959
	199.295	16.324.082	16.523.377
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.165.513	1.165.513
. Com indícios de imparidade	21.458	135.361	156.819
	21.458	1.300.874	1.322.332
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	252.577	252.577
. Com indícios de imparidade	12.098	29.728	41.826
	12.098	282.305	294.403
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	242.701	242.701
. Com indícios de imparidade	28.021	94.535	122.556
	28.021	337.236	365.257
	389.417	29.521.155	29.910.572

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	11.876.273	11.876.273
. Com indícios de imparidade	76.188	150.469	226.657
	76.188	12.026.742	12.102.930
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	14.927.121	14.927.121
. Com indícios de imparidade	151.865	1.180.104	1.331.969
	151.865	16.107.225	16.259.090
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.098.288	1.098.288
. Com indícios de imparidade	13.889	112.050	125.939
	13.889	1.210.338	1.224.227
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	241.402	241.402
. Com indícios de imparidade	5.802	16.269	22.071
	5.802	257.671	263.473
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	307.986	307.986
. Com indícios de imparidade	17.432	59.339	76.771
	17.432	367.325	384.757
	265.176	29.969.301	30.234.477

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009			2008		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	21.769	33.358	(11.589)	144.636	48.635	96.001
"Equity swaps"	169.356	186.895	(17.539)	53.424	106.492	(53.068)
Opções AutoCallable	12.205	24.188	(11.983)	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	67.939	-	67.939	58.446	-	58.446
	271.269	244.441	26.828	256.506	155.127	101.379

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

		Valor nocional						Valor nocional	
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	38	83.566	14.554	30.240	18.193	-	146.553	73.867	72.686
. Vendas		83.385	14.645	30.258	18.197	-	146.485	74.131	72.354
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	26.479	2.244.810	25.860	-	-	-	2.270.670	-	2.270.670
. Vendas		2.219.301	25.383	-	-	-	2.244.684	2.244.684	-
Swaps de taxa de juro									
Outros	(60.016)	584.658	855.825	2.482.544	7.846.680	9.194.266	20.963.973	20.733.079	230.894
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(3.526)	65.257	144.139	641.205	2.062.889	4.360.523	7.274.013	7.273.999	14
FRA's	-	100.000	-	-	-	-	100.000	100.000	-
Opções de moeda									
. Compras	(2.607)	38.130	41.847	96.501	572	-	177.050	-	177.050
. Vendas		38.164	42.368	96.501	-	-	177.033	-	177.033
Opções sobre cotações									
. Compras	37.271	100	5.892	735	6.772	469.873	483.372	482.852	520
. Vendas		100	5.372	735	6.434	469.873	482.514	481.942	572
Opções de taxa de juro									
. Compras	(45.509)	5	-	2	6	10.000	10.013	10.008	5
. Vendas		5	-	2	6	10.000	10.013	10.008	5
Caps	3.698	149.752	13.370	2.089.808	960.801	1.712.591	4.926.322	4.926.322	-
Floors	(6.615)	13.299	-	-	122.500	674.847	810.646	792.598	18.048
	(50.787)	5.620.532	1.189.255	5.468.531	11.043.050	16.901.973	40.223.341	37.203.490	3.019.851
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	1.760	22.227	7.428	1.279.822	1.083.330	1.163.286	3.556.093	3.525.196	30.897
. Outros activos valorizados ao justo valor	(6.732)	-	-	-	-	90.000	90.000	90.000	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(6.617)	-	-	-	-	400.000	400.000	400.000	-
Opções AutoCallable	(11.983)	162.416	6.000	155.931	709.788	252.160	1.286.295	1.285.942	353
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(17.539)	195.053	243.905	495.635	1.029.170	485.314	2.449.077	2.367.848	81.229
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	67.939	-	-	12.607.293	2.918.200	-	15.525.493	15.525.493	-
	26.828	379.696	257.333	14.538.681	5.740.488	2.390.760	23.306.958	23.194.479	112.479

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

		Valor nocional						Valor nocional	
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	3.891	109.184	372.881	11.417	-	-	493.482	271.891	221.591
. Vendas		99.247	367.374	11.551	-	-	478.172	266.259	211.913
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	(80.481)	1.494.985	-	-	-	-	1.494.985	-	1.494.985
. Vendas		1.577.138	-	-	-	-	1.577.138	1.577.138	-
Swaps de taxa de juro									
Outros	(103.895)	1.040.716	101.083	404.448	5.675.420	9.535.456	16.757.123	16.720.253	36.870
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(1.342)	107.483	411.349	478.026	2.188.015	6.500.417	9.685.290	9.685.290	-
Futuros	-	5.932	10.538	34.489	54.025	-	104.984	104.984	-
Opções de moeda									
. Compras	2	78.577	41.681	58.210	25.868	-	204.336	-	204.336
. Vendas		78.434	41.366	58.210	25.868	-	203.878	-	203.878
Opções sobre cotações									
. Compras	5.871	17.100	35.197	66.518	900	-	119.715	119.715	-
. Vendas		17.100	35.197	66.518	900	-	119.715	119.715	-
Opções de taxa de juro									
. Compras	(24)	1	12.504	-	4	-	12.509	12.506	3
. Vendas		1	12.504	-	4	-	12.509	12.506	3
Caps	(297)	1.222.029	166.533	356.029	2.480.974	3.026.962	7.252.527	7.252.527	-
Floors	(3.187)	-	-	426.677	162.392	543.587	1.132.656	1.013.579	119.077
	(179.462)	5.847.927	1.608.207	1.972.093	10.614.370	19.606.422	39.649.019	37.156.363	2.492.656
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	99.885	126.731	717.524	226.274	1.642.722	219.530	2.932.781	2.830.641	102.140
. Outros activos valorizados ao justo valor	(3.884)	-	-	-	-	90.000	90.000	90.000	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(53.068)	278.819	87.764	397.204	2.064.768	81.214	2.909.769	2.857.758	52.011
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	58.446	-	-	2.500.000	-	-	2.500.000	2.500.000	-
	101.379	405.550	805.288	3.123.478	3.707.490	390.744	8.432.550	8.278.399	154.151

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Imóveis recebidos em dação em pagamento	119.343	126.358
Imóveis de serviço próprio para venda	20.048	17.877
	139.391	144.235
Imparidade acumulada (Nota 23)	(41.612)	(43.693)
	97.779	100.542

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, pode ser apresentado como segue:

	2009											
	31 de Dezembro de 2008									31 de Dezembro de 2009		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transfe-rências	Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 14)	Aumentos de imparidade	Reversões de imparidade	Utilização de imparidade	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	126.358	(41.242)	91.437	(98.452)	-	-	(15.393)	-	18.716	119.343	(37.919)	81.424
Imóveis de serviço próprio para venda	17.877	(2.451)	-	(920)	-	3.091	(1.710)	-	468	20.048	(3.693)	16.355
	144.235	(43.693)	91.437	(99.372)	-	3.091	(17.103)	-	19.184	139.391	(41.612)	97.779

	2008											
	31 de Dezembro de 2007									31 de Dezembro de 2008		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transfe-rências	Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 14)	Aumentos de imparidade	Reversões de imparidade	Utilização de imparidade	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	96.338	(34.350)	384	(78.612)	108.248	-	(21.623)	18	14.713	126.358	(41.242)	85.116
Imóveis de serviço próprio para venda	17.525	(1.672)	117	(991)	-	1.226	(779)	-	-	17.877	(2.451)	15.426
	113.863	(36.022)	501	(79.603)	108.248	1.226	(22.402)	18	14.713	144.235	(43.693)	100.542

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2008			Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de avaliação				Abates			Transferências: De/Para activos detidos para venda (Nota 16)		Transferências: Entre activos fixos		Amortizações do exercício		Reversões de Imparidade	Diferenças de câmbio			31-12-2009			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Imparidade (Nota 23)	(Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido
Activos tangíveis																								
Imóveis																								
. Imóveis de serviço próprio	411.743	101.512	1.026	(2.682)	(178)	(21)	6.872	-	-	-	(4.445)	(1.362)	2.649	-	7.778	1.385	-	(561)	(47)	(4)	413.576	107.703	2.386	303.487
. Despesas em edifícios arrendados	121.175	86.121	-	(81)	(20)	-	6.084	1.251	1.148	-	(5)	-	419	(5)	5.593	-	-	(22)	(11)	-	126.319	90.530	-	35.789
. Outros imóveis	7.675	2.053	4.995	-	-	-	-	6.137	1.800	4.040	-	-	-	-	21	-	(248)	-	-	-	1.538	274	707	557
Activos tangíveis em curso																								
. Imóveis de serviço próprio	8.726	-	-	(4.172)	-	-	4.591	-	-	-	-	-	(2.895)	-	-	-	-	(832)	-	-	5.418	-	-	5.418
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	171	-	-	-	-	-	(171)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	549.320	189.686	6.021	(6.935)	(198)	(21)	17.718	7.388	2.948	4.040	(4.450)	(1.362)	2	(5)	13.392	1.385	(248)	(1.415)	(58)	(4)	546.852	198.507	3.093	345.252
Equipamento																								
. Mobiliário e material	19.680	10.248	-	(246)	(78)	-	1.452	67	45	-	-	-	(5)	-	2.231	-	-	(52)	(20)	-	20.762	12.336	-	8.426
. Máquinas e ferramentas	3.176	2.712	-	(146)	(59)	-	44	29	26	-	-	-	-	-	147	-	-	(32)	(15)	-	3.013	2.759	-	254
. Equipamento informático	100.994	77.587	-	(475)	(200)	-	9.495	197	179	-	-	-	-	-	9.906	-	-	(97)	(49)	-	109.720	87.065	-	22.655
. Instalações interiores	87.871	73.039	-	(244)	(67)	-	1.153	132	99	-	(51)	(48)	-	-	3.490	-	-	(50)	(17)	-	88.547	76.298	-	12.249
. Material de transporte	17.299	9.946	-	(463)	(308)	-	4.207	3.680	3.477	-	-	-	-	4	3.522	-	-	(100)	(81)	-	17.263	9.606	-	7.657
. Equipamento de segurança	26.980	25.015	-	(60)	(15)	-	505	67	67	-	-	-	-	-	711	-	-	(13)	(4)	-	27.345	25.640	-	1.705
. Outro equipamento	4.789	1.391	-	(3)	(1)	-	345	30	8	-	-	-	5	-	597	-	-	(1)	-	-	5.105	1.979	-	3.126
. Activos tangíveis em curso	25	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	260.814	199.938	-	(1.637)	(728)	-	17.201	4.227	3.901	-	(51)	(48)	-	4	20.604	-	-	(345)	(186)	-	271.755	215.683	-	56.072
Outros activos tangíveis																								
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.529	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(1)	-	-	1.523	-	-	1.523
Outros	39	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	39	-	-
	1.849	320	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(1)	-	-	1.843	320	-	1.523
	811.983	389.944	6.021	(8.575)	(926)	(21)	34.919	11.615	6.849	4.040	(4.501)	(1.410)	-	(1)	33.996	1.385	(248)	(1.761)	(244)	(4)	820.450	414.510	3.093	402.847
Activos intangíveis																								
Software adquirido a terceiros	169.871	129.525	-	(582)	(378)	-	21.806	(19.748)	(19.764)	-	-	-	38.857	-	30.499	-	-	(120)	(94)	-	249.580	179.316	-	70.264
Activos intangíveis em curso	16.703	-	-	-	-	-	22.154	-	-	-	-	-	(38.857)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
	190.159	133.110	-	(582)	(378)	-	43.960	(19.748)	(19.764)	-	-	-	-	-	30.499	-	-	(120)	(94)	-	253.165	182.901	-	70.264

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2007				Abates			Transferências: De/Para activos detidos para venda (Nota 16)		Transferências: Entre activos fixos					Diferenças de câmbio			31-12-2008			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Amortização do exercício	Imparidade (Nota 23)	Reversões de Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido
Activos tangíveis																					
Imóveis																					
. Imóveis de serviço próprio	400.935	95.748	1.023	11.359	3.183	1.733	-	(1.455)	(229)	4.048	-	7.715	1	-	39	11	2	411.743	101.512	1.026	309.205
. Despesas em edifícios arrendados	111.222	81.200	-	8.216	-	120	-	-	-	1.724	-	5.032	-	-	13	9	-	121.175	86.121	-	35.054
. Outros imóveis	16.879	4.268	4.986	-	9.204	2.355	30	-	-	-	-	140	39	-	-	-	-	7.675	2.053	4.995	627
Activos tangíveis em curso																					
. Imóveis de serviço próprio	8.218	-	-	4.085	-	-	-	-	-	(3.769)	-	-	-	-	192	-	-	8.726	-	-	8.726
. Despesas em edifícios arrendados	1.251	-	-	753	-	-	-	-	-	(2.003)	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	538.505	181.216	6.009	24.413	12.387	4.208	30	(1.455)	(229)	-	-	12.887	40	-	244	20	2	549.320	189.686	6.021	353.613
Equipamento																					
. Mobiliário e material	18.162	8.209	-	1.546	190	179	-	-	-	146	1	2.210	-	-	16	7	-	19.680	10.248	-	9.432
. Máquinas e ferramentas	3.137	2.550	-	117	88	88	-	-	-	-	1	243	-	-	10	6	-	3.176	2.712	-	464
. Equipamento informático	89.743	66.269	-	9.279	477	440	-	-	-	2.425	-	11.744	-	-	24	14	-	100.994	77.587	-	23.407
. Instalações interiores	86.472	69.168	-	1.494	144	131	-	-	-	39	(2)	4.001	-	-	10	3	-	87.871	73.039	-	14.832
. Material de transporte	15.304	8.430	-	3.904	1.940	1.880	-	-	-	-	-	3.374	-	-	31	22	-	17.299	9.946	-	7.353
. Equipamento de segurança	26.418	24.253	-	529	36	27	-	-	-	67	-	788	-	-	2	1	-	26.980	25.015	-	1.965
. Outro equipamento	9.953	6.262	-	247	5.443	5.432	-	-	-	32	-	561	-	-	-	-	-	4.789	1.391	-	3.398
. Activos tangíveis em curso	3.848	-	-	92	1.206	-	-	-	-	(2.709)	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-	25
	253.037	185.141	-	17.208	9.524	8.177	-	-	-	-	-	22.921	-	-	93	53	-	260.814	199.938	-	60.876
Outros activos tangíveis																					
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.529	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.529	-	-	1.529
Outros	39	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	39	-	-
	1.849	320	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.849	320	-	1.529
	793.391	366.677	6.009	41.622	21.912	12.385	30	(1.455)	(229)	-	-	35.808	40	-	337	73	2	811.983	389.944	6.021	416.018
Activos intangíveis																					
Software adquirido a terceiros	188.797	135.265	5.525	21.442	38.840	33.219	5.514	-	-	(1.556)	-	27.456	-	(11)	28	23	-	169.871	129.525	-	40.346
Activos intangíveis em curso	-	-	-	15.147	-	-	-	-	-	1.556	-	-	-	-	-	-	-	16.703	-	-	16.703
Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
	192.382	138.850	5.525	36.589	38.840	33.219	5.514	-	-	-	-	27.456	-	(11)	28	23	-	190.159	133.110	-	57.049

Parte da imparidade reconhecida em activos tangíveis – outros imóveis com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, no montante de mEuros 653 e mEuros 4.942, respectivamente, corresponde à perda potencial num imóvel denominado “Centro Comercial Gemini”, que se encontra reflectido nos livros da participada Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.. Em Abril de 2009, foi vendida a maior parte das fracções deste imóvel, tendo sido utilizadas imparidades no montante de mEuros 4.040. Nesse sentido não foi registada qualquer valia.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontram-se registados mEuros 67.571 e mEuros 51.295, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, que foi adquirido à ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A., a qual efectua o desenvolvimento informático de todas as aplicações corporativas. Esta empresa é detida integralmente por entidades do Grupo Santander.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi registada imparidade em activos intangíveis – software no montante de mEuros 5.525, correspondente ao valor líquido contabilístico do software aplicacional denominado “Sintra” que foi descontinuado com a entrada em funcionamento de parte do novo software - “Partenon”. Em Janeiro de 2008, foram abatidos mEuros 5.621 ao valor daquele software, líquido de depreciação, tendo sido utilizadas perdas por imparidade no montante de mEuros 5.514.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009		2008	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A	25,00	1.801	25,00	1.968
. Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	16,12	20.416	16,12	19.757
		22.217		21.725
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 23)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A.		(500)		(500)
		21.717		21.225

A Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, em termos de participação efectiva, a Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A. é detida a 99,98% pela Santander Totta, SGPS, S.A. que detém uma participação efectiva no Banco de 99,86%.

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	3.767	1.934
. Outros	58	3.953
	3.825	5.887
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	4.425	3.557
. Outros	17.732	3.563
	22.157	7.120
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	218.309	212.970
. Prejuízos fiscais reportáveis	1.762	1.762
	220.071	214.732
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	27.644	31.648
. Por créditos fiscais	4.127	4.285
	31.771	35.933

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	2009	2008
Impostos correntes		
. Do exercício	(81.830)	(63.387)
. Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	(1.802)	(2.220)
. Outros	(12.116)	2.668
	(95.748)	(62.939)
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias	8.524	(27.358)
. (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	158	153
	8.682	(27.205)
	(87.066)	(90.144)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldos em 31-12-2007	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldos em 31-12-2008	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldos em 31-12-2009
Aplicação das IAS/IFRS									
Pensões de reforma	72.096	-	(9.839)	-	62.257	-	(12.522)	-	49.735
Activos tangíveis	440	-	(145)	1	296	-	(80)	(9)	207
Activos intangíveis	189	-	(189)	-	-	-	-	-	-
Diferimento de comissões	6.235	-	(2.078)	-	4.157	-	(2.078)	-	2.079
Prémio de antiguidade	6.184	-	228	-	6.412	-	505	-	6.917
Reformas antecipadas reconhecidas por reservas em exercícios anteriores a 2001	9.398	-	(4.012)	-	5.386	-	17.584	-	22.970
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	125.169	-	(11.157)	-	114.012	-	(1.362)	-	112.650
Prejuízos fiscais reportáveis da Totta Urbe	-	-	147	-	147	-	2.487	-	2.634
Valias fiscais não contabilísticas	1.616	-	145	-	1.761	-	-	-	1.761
Reavaliação do imobilizado corpóreo	(4.638)	-	159	-	(4.479)	-	324	-	(4.155)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(488)	-	3	-	(485)	-	44	-	(441)
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	-	-	-	-	-	-	579	-	579
	216.201	-	(26.738)	1	189.464	-	5.481	(9)	194.936
Reclassificações									
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(6.028)	-	2.009	-	(4.019)	-	2.009	-	(2.010)
Resultados em compras de títulos intragrupo	-	-	(664)	-	(664)	-	(2.718)	-	(3.382)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	5.308	-	5.308
Aplicação IAS 32 e IAS 39									
Derivados de cobertura:									
. Fluxos de caixa	(14)	(15.467)	-	-	(15.481)	8.625	-	-	(6.856)
. Justo valor de activos	10.911	-	182	(3.813)	7.280	-	181	(3.813)	3.648
. Justo valor de passivos	(11.440)	-	-	3.813	(7.627)	-	-	3.813	(3.814)
Activos financeiros disponíveis para venda:									
. Impostos diferidos passivos	(1.429)	975	-	-	(454)	(6.482)			(6.936)
. Impostos diferidos activos	7.976	4.554	-	(1)	12.529	(1.315)	-	-	11.214
Dívida emitida	677	-	(182)	-	495	-	(126)	-	369
Valias das Unidades de Participação	(307)	-	103	-	(204)	-	103	-	(101)
Acréscimo de proveitos - Periodificação de Hipototas	(605)	-	(1.915)	-	(2.520)	-	(1.556)	-	(4.076)
	215.942	(9.938)	(27.205)	-	178.799	828	8.682	(9)	188.300
Activo por impostos diferidos	241.036				214.732				220.071
Passivo por impostos diferidos	(25.094)				(35.933)				(31.771)
	215.942				178.799				188.300

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2009 e 2008, é como segue:

	2009		2008	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		**566.721**		**528.561**
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as subsidiárias	23,25%	131.766	21,34%	112.815
Reformas antecipadas	-4,61%	(26.100)	-2,18%	(11.500)
Lucros isentos de impostos (SFE)	-0,03%	(197)	-0,03%	(166)
Prejuízos fiscais dedutíveis	-0,62%	(3.525)	-0,45%	(2.396)
Dividendos não tributáveis, líquidos de impostos pagos no estrangeiro	-3,17%	(17.984)	-4,00%	(9.226)
Provisões	0,56%	3.152	1,21%	6.379
Benefícios fiscais	-0,86%	(4.858)	-0,93%	(4.899)
Custos não dedutíveis	0,32%	1.799	0,55%	2.891
(Excesso)/Insuficiência de estimativa	-0,89%	(5.049)	0,16%	826
Liquidações adicionais/ (reembolsos)	0,67%	3.801	-0,66%	(3.494)
Alienação de imóveis	-0,13%	(716)	-0,16%	(842)
Alienação de participações	-1,56%	(8.851)	-	-
Outros	2,44%	13.828	-0,05%	(244)
Imposto sobre os lucros do exercício	**15,36%**	**87.066**	**14,80%**	**90.144**

Quando da transição para o registo contabilístico de acordo com as IAS/IFRS, o Grupo não reconheceu nas suas demonstrações financeiras parte dos impostos diferidos activos relativos a responsabilidades com pensões de reforma dado existirem dúvidas quanto à sua recuperação. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante do imposto diferido activo não registado ascende a mEuros 11.229 e mEuros 37.329, correspondente a matéria colectável de mEuros 42.374 e mEuros 140.864, respectivamente.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2007, com excepção do exercício de 2006.

Como resultado das referidas inspecções foi sujeito a liquidações adicionais, essencialmente em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos com reformas antecipadas, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, impostos de outras Sucursais e variações patrimoniais positivas, entre outras. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere a custos com reformas antecipadas e provisões constituídas acima dos limites mínimos requeridos pela autoridade de supervisão.

Em 2009 o Banco pagou um montante adicional de mEuros 4.424 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2007. As correcções efectuadas são relativas à não aceitação de reintegrações e amortizações extraordinárias, ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, a provisões acima dos mínimos e a outras correcções à matéria colectável. Para este efeito, o Banco reconheceu custos no montante de mEuros 3.541.

O Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou quando aplicável à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa.

O BST tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal.

Em 2008, no âmbito da inspecção fiscal ao exercício de 2004, o Banco pagou um montante adicional de mEuros 9.169 relativo a provisões acima dos mínimos e à não aceitação de benefícios fiscais. Para fazer face a este encargo o Banco utilizou provisões no montante de mEuros 5.979 (Nota 23) e reconheceu por resultados o remanescente.

Em 2008 o BST pagou ainda um montante de mEuros 2.644 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2005. As correcções efectuadas são relativas a provisões acima dos mínimos a favor do Banco, tratamento fiscal do período transitório dos benefícios com pensões de acordo com NCA's e perda de isenção da Sucursal Financeira Exterior. Para fazer face a este encargo, o BST utilizou provisões no montante de mEuros. 2.510 (Nota 23), reconheceu ganhos de mEuros 1.676 e reconheceu um activo no montante de mEuros 1.810.

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Proveitos a receber:		
. de colocação de fundos mobiliários geridos pela Santander SGFIM	5.208	1.636
. de operações de crédito	1.179	1.240
. de outros serviços prestados	50.741	23.891
. outros	2.482	2.022
Despesas com custo diferido	8.688	8.753
Devedores diversos	12.010	11.822
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	33.260	32.791
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.483	2.472
Bonificações a receber do Estado Português	8.323	957
Outras disponibilidades	332	338
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 43)	329.083	282.460
Contratos de suprimentos:		
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.430	2.416
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A. (Fafer)	513	513
. Benim, S.A.	250	250
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Outras imobilizações financeiras:		
. Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	3.680	4.477
. Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	1.225	1.614
. Trem I - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem I)	171	221
. Outras	-	9
Outros	17.566	4.266
	479.750	382.274
Imparidade (Nota 23):		
. Contratos de suprimentos	(2.050)	(1.911)
. Outros	(2.791)	(7.085)
	(4.841)	(8.996)
	474.909	373.278

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos do Banco de Portugal		
Operações de venda com acordo de recompra – Obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	2.013.326	2.404.130
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	13.497	29
Juros a pagar	7	-
	2.026.830	2.404.159

A rubrica de “Recursos do Banco de Portugal" corresponde a operações de venda com acordo de recompra de obrigações em carteira associadas às operações de securitização, com o seguinte detalhe:

2009

Títulos	Quantidade	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Correcções de valor	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA N6 PLC-CLASS A2	8.326	450.000	4.638	(2.263)	998	453.373	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA N7 PLC-CLASS A2	15.440	800.000	8.244	(4.022)	1.773	805.995	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA N10 PLC-CLASS A	8.987	752.167	5.562	(3.771)	-	753.958	07-10-2009	01-07-2010	1,00
		2.002.167	18.444	(10.056)	2.771	2.013.326			

2008

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA N1 PLC-CLASS A	6.429	200.000	97	(69)	200.028	30-12-2008	06-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N3 PLC-CLASS A	563.700	300.000	146	(104)	300.042	30-12-2008	06-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N6 Ltd-CLASS A2	7.119	500.000	1.458	(694)	500.764	10-11-2008	21-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N7 Ltd-CLASS A2	5.814	400.000	3.286	(1.518)	401.768	13-11-2008	12-02-2009	3,25
HIPOTOTTA N7 Ltd-CLASS A2	4.858	300.000	875	(417)	300.458	10-11-2008	21-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N8 Ltd-CLASS A2	9.687	700.000	2.042	(972)	701.070	10-11-2008	21-01-2009	2,50
		2.400.000	7.904	(3.774)	2.404.130			

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos de Bancos Centrais:		
. Capital	500.000	500.000
. Juros	5.153	1.458
. Despesas com encargo diferido	(2.514)	(694)
	502.639	500.764

Os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal que tiveram por objectivo financiar a aquisição das unidades de participação referidas na Nota 8. Estes recursos têm vindo a ser renovados e o próximo vencimento ocorrerá em 1 de Julho de 2010. O detalhe destas operações é o seguinte:

2009

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA NO. 1 PLC-CL A FLTG 11	6.080	120.000	1.237	(603)	120.634	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA NO. 3 PLC-CL A FLTG 12/204	5.185	180.000	1.855	(905)	180.950	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA NO. 6 PLC-CLASS A2 07/206	3.701	200.000	2.061	(1.006)	201.055	25-06-2009	01-07-2010	1,00
		500.000	5.153	(2.514)	502.639			

2008

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA NO. 6 PLC-CLASS A2 07/206	7.119	500.000	1.458	(694)	500.764	09-12-2008	21-01-2009	2,50

20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	2.305.005	680.306
Empréstimos	5	-
Operações de venda com acordo de recompra	17.853	16.655
Recursos de muito curto prazo	135.684	161.977
Outros recursos	22	9.337
Juros a pagar	7.553	15.295
Despesas com encargos diferidos	(102)	(308)
	2.466.020	883.262
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Recursos consignados	420.000	400.000
Operações de venda com acordo de recompra	1.587.609	-
Recursos a muito curto prazo	34.034	116.210
Depósitos	3.183.052	3.770.693
Outros recursos	741	2.178
Juros a pagar	4.259	26.355
	5.229.695	4.315.436
	7.695.715	5.198.698

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação. O detalhe dos empréstimos é o seguinte:

	2009	2008	Reembolso
Projecto BTA Empréstimo Global II	100.000	100.000	15 de Março de 2014
Projecto BTA Empréstimo Global III	150.000	150.000	15 de Dezembro de 2011
Projecto Santander Totta GL IV - Tranche A	50.000	50.000	15 de Setembro de 2014
Projecto Santander Totta GL IV - Tranche B	100.000	100.000	15 de Junho de 2015
Projecto SCUT Açores	20.000	-	15 de Setembro de 2034
	420.000	400.000	

Como garantia do pagamento do empréstimo denominado “Projecto BTA Empréstimo Global III”, o Banco deu em penhor créditos concedidos a Municípios no montante de mEuros 150.000.

Como garantia do pagamento do empréstimo denominado “Projecto Santander Totta GL IV – Tranche B”, o Banco deu em penhor 1.500 obrigações classe A2 do Hipototta nº 6 Ltd, no montante de mEuros 145.793.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” corresponde a operações de venda com acordo de recompra com o Catter Allen International, Ltd, com o seguinte detalhe:

	2009							
Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
BONOS Y OBLIG DEL ESTAD 4.4%0115	500.000	550.000	715	(604)	550.111	18-12-2009	18-03-2010	0,52%
OT 3.6 OUT 2014	20.000.000.000	205.720	434	(163)	205.991	10-09-2009	10-03-2010	0,42%
OT 3.6 OUT 2014	30.000.000.000	312.750	676	(284)	313.142	18-09-2009	18-03-2010	0,43%
OT 3.6 OUT 2014	50.000.000.000	517.750	1.453	(838)	518.365	16-10-2009	16-04-2010	0,56%
		1.586.220	3.278	(1.889)	1.587.609			

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem	5.014.680	4.815.493
Depósitos a prazo	8.775.682	8.738.935
Depósitos de poupança	249.464	371.385
Depósitos com pré-aviso	25.504	20.040
Cheques e ordens a pagar	82.241	147.705
Outros recursos de clientes	1.103.522	1.266.089
Operações de venda com acordo de recompra	132	51.565
Juros e custos a pagar	44.937	124.285
Correcções de valor por operações de cobertura	(15.375)	(10.237)
	15.280.787	15.525.260

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias	2.000.000	1.000.000
Juros a pagar	33.184	29.020
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização	4.729.369	5.595.749
Juros a pagar	304	5.666
Obrigações de caixa		
Emitidas	2.078.171	2.315.297
Readquiridas	-	(175.000)
Juros a pagar	31.896	28.365
	8.872.924	8.799.097
Outros		
Programa EMTN	2.564.570	2.151.650
Certificados de depósito	-	-
Euro Commercial Paper	3.379.765	849.247
Juros a pagar	23.632	39.666
	5.967.967	3.040.563
Correcção de valor por operações de cobertura	(7.400)	(3.325)
	14.833.491	11.836.335

As condições das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Em Maio de 2008 e Outubro de 2009, o BST procedeu a duas emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa "€ 5.000.000 Covered Bonds Programme", de Abril de 2008, de mEuros 1.000.000 cada. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito	523.275	146.608
Juros de aplicações	402	673
	523.677	147.281
Crédito a clientes	1.744.094	938.151
Juros de crédito	2.255	3.377
Comissões	(10.518)	(5.156)
Despesas com encargo diferido	7.968	5.582
	1.743.799	941.954
Derivados de cobertura	32.946	54.422
	2.300.422	1.143.657

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco e a Sucursal de Londres procederam à emissão das seguintes obrigações, ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
12ª	7 de Dezembro de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,125%	500.000
22ª	2 de Junho de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,75% (1)	200.000
23ª	7 de Julho de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,60% (2)	120.000
25ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
26ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
27ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
28ª	6 de Outubro de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5% (3)	31.350
29ª	7 de Maio de 2014	Indexada a cabaz de acções	51.530
30ª	26 de Fevereiro de 2014	Indexada a cabaz de acções	34.180
31ª	2 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	26.610
32ª	26 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	2.600
33ª	20 de Março de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.200
34ª	25 de Janeiro de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.050
35ª	12 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,75%	1.000.000
36ª	15 de Julho de 2011	Euribor a 3 meses mais 0,15% (4)	404.000
37ª	26 de Outubro de 2017	Taxa fixa de 4,156%(5)	20.000
38ª	30 de Novembro de 2017	Taxa fixa de 4,152%(6)	43.400
39ª	31 de Dezembro de 2017	Taxa fixa de 3,77%(7)	28.350
			2.564.570

(1) Remuneração aplicável até 1 de Março de 2010. O “spread” é 0,9% no período seguinte.
(2) Remuneração aplicável até 6 de Janeiro de 2010. O “spread” aumenta nos períodos subsequentes.
(3) Remuneração aplicável até 5 de Outubro de 2012. O “spread” diminui nos períodos subsequentes.
(4) Remuneração aplicável até 14 de Janeiro de 2010. O “spread” aumenta nos períodos seguintes.
(5) Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2010. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.
(6) Remuneração aplicável até 29 de Novembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.
(7) Remuneração aplicável até 28 de Dezembro de 2010. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

23. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2009 e 2008 é o seguinte:

	2009							
	31-12-2008	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	31-12-2009
Provisões para contingências fiscais (Nota 16)	9.221	-	543	(4.600)	-	11.700	-	16.864
Provisão para pensões e outros encargos	8.687	(520)	2.041	(431)	(242)	-	(133)	9.402
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	33.485	(184)	7.053	(10.888)	-	-	(53)	29.413
Outras provisões	30.282	(617)	10.279	(12.826)	(1.128)	-	(159)	25.831
	81.675	(1.321)	19.916	(28.745)	(1.370)	11.700	(345)	81.510

	2008					
	31-12-2007	Dotações	Reversões	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2008
Provisões para contingências fiscais (Nota 16)	20.883	2.000	(5.173)	(8.489)	-	9.221
Provisão para pensões e outros encargos	10.861	2.215	(90)	(4.339)	40	8.687
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	28.537	11.152	(6.217)	-	13	33.485
Outras provisões	30.186	11.195	(6.823)	(4.328)	52	30.282
	90.467	26.562	(18.303)	(17.156)	105	81.675

	2009							
	31-12-2008	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de avaliação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2009	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):								
Crédito interno	233.142	-	43.564	(79.121)	(235)	-	197.350	-
Crédito ao exterior	3.507	(1.153)	1.934	(1.346)	-	(315)	2.627	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	65.989	-	5.296	(13.747)	-	-	57.538	-
Outros créditos e valores a receber titulados								
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):								
. Crédito interno	82.379	-	116.066	(1.699)	(50.270)	-	146.476	(6.934)
. Crédito ao exterior	2.762	(590)	11.872	(6.761)	(708)	(588)	5.987	(210)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	26.060	-	18.968	(57)	(1.518)	-	43.453	-
	413.839	(1.743)	197.700	(102.731)	(52.731)	(903)	453.431	(7.144)
Imparidade de outros activos financeiros:								
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	42.895	-	5.451	(3.947)	(813)	1	43.587	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	500	-	-	-	-	-	500	-
	43.395	-	5.451	(3.947)	(813)	1	44.087	-
Imparidade em activos não financeiros:								
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	43.693	-	17.103	-	(19.184)	-	41.612	
Activos tangíveis (Nota 14)	6.021	(21)	1.385	(248)	(4.040)	(4)	3.093	-
Outros activos (Nota 17)	8.996	-	1.164	(3.211)	(2.108)	-	4.841	-
	58.710	(21)	19.652	(3.459)	(25.332)	(4)	49.546	-
	515.944	(1.764)	222.803	(110.137)	(78.876)	(906)	547.064	(7.144)

	2008						
	31-12-2007	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2008	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):							
Crédito interno	313.747	38.574	(119.179)	-	-	233.142	-
Crédito ao exterior	3.270	1.208	(1.067)	-	96	3.507	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	52.516	23.892	(10.419)	-	-	65.989	-
Outros créditos e valores a receber titulados							
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):							
. Crédito interno	57.363	81.500	(439)	(56.045)	-	82.379	(12.106)
. Crédito ao exterior	3.792	2.928	(1.149)	(2.874)	65	2.762	(1.208)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	11.307	14.787	(34)	-	-	26.060	-
	441.995	162.889	(132.287)	(58.919)	161	413.839	(13.314)
Imparidade de outros activos financeiros:							
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	42.858	2.439	(2.180)	(222)	-	42.895	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	-	500	-	-	-	500	-
	42.858	2.939	(2.180)	(222)	-	43.395	-
Imparidade em activos não financeiros:							
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	36.022	22.402	(18)	(14.713)	-	43.693	
Activos tangíveis (Nota 14)	6.009	40	-	(30)	2	6.021	-
Activos intangíveis (Nota 14)	5.525	-	(11)	(5.514)	-	-	-
Outros activos (Nota 17)	9.316	3.509	(3.584)	(245)	-	8.996	-
	56.872	25.951	(3.613)	(20.502)	2	58.710	-
	541.725	191.779	(138.080)	(79.643)	163	515.944	(13.314)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a provisão para pensões e outros encargos inclui mEuros 8.529 e mEuros 7.392 para um plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 45).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 12.463 e mEuros 12.822, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo acompanhamento do processo;

- Provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 11.983 e de mEuros 11.551, respectivamente.

24. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Programa EMTN – Subordinadas	300.000	300.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	284.315	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	172.833	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	54.359	54.359
	811.507	811.507
Títulos readquiridos	(465.641)	(465.641)
Juros a pagar	514	1.545
	346.380	347.411

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Fornecedores	2.913	8.330
Facturas em recepção e conferência	30.340	24.565
Retenção de impostos na fonte	12.676	18.334
Contribuições para a Segurança Social	2.688	2.672
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.507	1.490
IVA a pagar	2.138	2.825
Encargos com o pessoal:		
. Prémio de antiguidade	26.102	24.198
. Férias e subsídio de férias	28.679	27.440
. Outras remunerações variáveis	29.105	27.926
. Outros custos com pessoal	11.160	9.143
Recursos cativos	22.058	16.875
Outros recursos	1.371	3.913
Credores por valores a liquidar	14.287	12.891
Dividendos	153	123
Valores a regularizar com bancos e clientes	77.215	61.491
Valor a pagar na aquisição de títulos para a carteira própria	98.827	-
Adiantamento pela alienação do Banco Totta de Angola (Nota 4)	-	15.000
Operações passivas a regularizar	7.243	6.509
Outros	7.427	13.503
	375.889	277.228

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor a pagar na aquisição de títulos para carteira própria corresponde a uma operação de compra de Notes Classe A do Hipototta nº 4 PLC, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data de balanço.

26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o capital do Banco estava representado por 589.810.510 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2009			2008
	Número de acções	% de participação	Montante	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	574.356.881	97,38	574.357	574.357
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,47	14.593	14.593
Outros	807.551	0,14	808	808
Acções próprias	52.763	0,01	53	53
	589.810.510	100,00	589.811	589.811

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 163.703, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os outros instrumentos de capital referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Reservas de reavaliação -		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	(38.263)	(69.457)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	25.873	58.418
Reservas de reavaliação legais à data de transição	23.245	23.245
Diferenças de câmbio na consolidação	(8.811)	903
	2.044	13.109
Reservas por impostos diferidos -		
Por diferenças temporárias:		
Relativas a activos financeiros disponíveis para venda	4.280	12.077
Relativas a instrumentos de cobertura	(6.856)	(15.481)
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(4.674)	(4.827)
	(7.250)	(8.231)
	(5.206)	4.878

Reservas de reavaliação

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 2008 o Grupo passou a classificar as reservas de flutuação cambial na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Reserva legal	171.928	136.408
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	120.257	88.438
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	11.403	10.632
Reserva de fusão	541.334	541.334
Outras	530	531
	673.524	640.935
Resultados transitados	(58.960)	(170.574)
	786.492	606.769

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

27. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2009 e 2008, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2009		2008	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (actividade individual)	439.048	439.048	355.201	355.201
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Serfin International Bank & Trust (SIBT)	300	300	965	965
Santotta - Internacional, SGPS	4.959	4.959	1.251	1.251
Totta Ireland, Plc.	102.098	102.098	107.557	107.557
Banco Caixa Geral Totta - Angola	36.382	9.277	19.083	19.080
Totta Urbe	4.729	4.729	1.655	1.655
Totta Crédito Especializado - IFIC	16.403	2.645	24.024	3.873
Totta & Açores, Inc. - Newark	126	126	71	71
Totta & Açores, Financing, Ltd (TAF)	12.360	12.360	12.360	12.360
BST International Bank, Inc	16.346	16.346	17.440	17.440
Partang, SGPS	(2)	(1)	-	-
	193.701	152.839	184.406	164.252
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.		(106.471)		(107.093)
Totta Crédito Especializado - IFIC		(1.935)		(3.031)
Santotta - Internacional, SGPS		(1.190)		-
		(109.596)		(110.124)
Proporção de 75% dos resultados do primeiro semestre de 2009 do Banco Totta de Angola		7.627		-
Anulação dos resultados individuais registados com a operação do Banco Totta de Angola		(70.007)		-
Reconhecimento da mais valia consolidada com a operação do Banco Totta de Angola (Nota 4)		28.096		-
Anulação da equivalência patrimonial da Santotta Internacional sobre a SIBT		(310)		(965)
Anulação da equivalência patrimonial da Santotta Internacional sobre a Partang		7.584		-
Aplicação dos IAS/IFRS - Pensões de reforma		1.079		10.692
Provisões para titulos registados na Totta Urbe que não correspondem a imparidade		(427)		3.476
Anulação de impostos diferidos activos		-		1.364
Anulação de impostos diferidos passivos		-		9
Reversão da anulação da provisão pelo BST para a participação no Banco Totta Angola		-		(2.842)
Ajustamentos relacionados com as operações de titularização (Hipotottas):				
. Anulação da valia do BST na venda das Notes		350		506
. Anulação da provisão do BST para os empréstimos subordinados		(428)		2.000
. Valias na recompra de Notes		7.539		1.841
. Reconhecimento da periodificação de juros das Notes de maior grau de subordinação		10.922		13.404
. Write offs de perdões de divida de créditos securitizados		(1.518)		-
Outros		198		(413)
Resultado consolidado do exercício		472.996		438.401

28. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2009 e 2008, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2009		2008	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Acções preferenciais BST International Bank, Inc	249.896	-	258.676	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Dividendos antecipados	(1.373)	-	-	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola (ex- Banco Totta de Angola)	39.731	6.657	13	3
Outros	199	2	209	13
	588.453	6.659	558.898	16

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da Norma IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do Emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

29. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	2009	2008
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.726.310	1.628.054
Créditos documentários abertos	531.317	313.193
Fianças e indemnizações	-	17
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	150.000	150.000
Fundo de Garantia de Depósitos	63.110	61.977
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.038	4.920
Outros passivos eventuais	6	6
	2.475.781	2.158.167
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	5.188.709	4.501.587
Irrevogáveis	2.240.834	1.684.001
Contratos a prazo de depósitos	844	392.115
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não reconhecidas	378	441
Fundo de Garantia de Depósitos	53.142	52.742
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.353	8.114
Outros compromissos irrevogáveis	15.954	17.774
Outros compromissos revogáveis	115	115
	7.502.329	6.656.889
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	8.799.389	7.278.485
Valores recebidos para cobrança	107.485	142.017
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	41.583	45.621
	8.948.457	7.466.123

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2009 e 2008, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, nos montantes de mEuros 3.604 e mEuros 2.844, respectivamente (Nota 39). Nestes exercícios, o Banco assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2009 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 53.142 (mEuros 52.742 em 31 de Dezembro de 2008). Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

Sistema de Indemnização aos Investidores

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português.
Em 31 de Dezembro de 2009 estas responsabilidades ascendem a mEuros 2.353 (mEuros 8.114 em 31 de Dezembro de 2008).

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	5.291	13.184
Sobre instituições de crédito	111	1.500
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	305	327
Em outras instituições de crédito	61.236	128.640
Em instituições de crédito no estrangeiro	34.454	74.559
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	586.529	870.071
Crédito ao exterior	43.510	82.617
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	55.891	116.264
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	36.456	18.616
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	406.806	648.523
Juros de crédito vencido (Nota 47)	4.129	6.333
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	271	4.845
Instrumentos derivados	-	11.579
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	76.747	46.067
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	22.758	63.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.209	-
Derivados de cobertura	989.930	1.283.632
Devedores e outras aplicações	117	993
Outros juros e rendimentos similares	1.950	13.058
	2.330.700	3.384.422

31. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	5.736	12.870
De emigrantes	9.017	10.296
De outros residentes	209.511	269.952
Não residentes	30.434	47.273
	254.698	340.391
Juros de outros recursos de clientes	4.417	3.315
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	21.604	67.420
Outros Bancos Centrais	57	220
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	35.184	45.999
No estrangeiro	77.884	198.573
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Sem carácter subordinado		
Obrigações	152.858	457.131
Comissões	57	421
Euro Commercial Paper	31.708	28.972
EMTN	82.983	118.046
Outros	-	12
Juros de passivos financeiros de negociação - derivados	-	12.818
Juros de derivados de cobertura	898.623	1.385.139
Juros e comissões de passivos subordinados	7.640	19.839
Comissões pagas associadas ao custo amortizado do crédito	375	113
Outros juros e encargos similares	800	244
	1.314.190	2.338.262
	1.568.888	2.678.653

32. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	2009	2008
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Unicre	2.894	1.899
Visa	-	1.573
Banco BPI	405	956
SIBS	943	734
Imovest	681	665
Outros	117	47
	5.040	5.874

33. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	17.028	15.665
Créditos documentários abertos	3.476	2.092
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	5.126	1.877
Por serviços prestados		
Cobrança e administração de valores	15.690	15.094
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	27.224	34.519
Por transacções de cartões	62.682	59.360
Anuidades	14.880	15.098
Operações de crédito	51.072	53.762
Outros	4.881	4.497
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	12.513	6.320
Outras	194	209
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	107.505	117.040
Crédito especializado	4.198	3.935
Depósitos à ordem	14.581	12.247
Cheques	16.926	12.655
Cadernetas	5.556	5.340
Outras	893	1.618
	364.425	361.328

34. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.581	989
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	3.768	3.481
Operações de crédito	10.535	12.411
Transacções de clientes	24.898	24.938
Outros	3.084	4.056
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.112	954
Outras	1.861	3.750
Outras comissões pagas	560	955
	47.399	51.534

35. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Instrumentos de dívida	299	-	299	-	-	-
Instrumentos de capital	11.295	(8.240)	3.055	7.297	(10.601)	(3.304)
Instrumentos derivados:						
"FRA's"	126	-	126	912	(912)	-
"Swaps"						
. Contratos de taxa de câmbio	594.268	(594.482)	(214)	36.058	(31.834)	4.224
. Contratos de taxa de juro	3.410.226	(3.390.938)	19.288	20.548.134	(20.554.487)	(6.353)
. Contratos sobre cotações	282.260	(292.788)	(10.528)	282.776	(252.867)	29.909
. Outros	96.745	(86.169)	10.576	87.041	(80.533)	6.508
Futuros						
. Contratos de taxa de juro	2.120	(2.646)	(526)	54.045	(53.450)	595
. Contratos sobre cotações	73	(59)	14	3.452	(2.605)	847
. Outros		(3)	(3)	-	(22)	(22)
Opções:						
. Contratos de taxa de câmbio	94.256	(93.339)	917	161.486	(159.127)	2.359
. Contratos de taxa de juro	2.369	(2.267)	102	94.372	(94.356)	16
. Contratos sobre cotações	1.614.893	(1.616.052)	(1.159)	2.739.735	(2.750.868)	(11.133)
. Outros	1.021.354	(1.026.150)	(4.796)	884.996	(884.908)	88
Contratos de garantia de taxa de juro	715.966	(715.630)	336	7.492.350	(7.495.133)	(2.783)
	7.846.250	(7.828.763)	17.487	32.392.654	(32.371.703)	20.951
Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	165.798	(152.107)	13.691	79.396	(71.825)	7.571
Derivados de cobertura de justo valor:						
"Swaps"						
. Contratos de taxa de juro	4.252	(60.657)	(56.405)	70.649	(16.859)	53.790
. Contratos sobre cotações	82.109	(19.492)	62.617	92.530	-	92.530
Opções						
. "Auto-callable"	376.055	(385.908)	(9.853)	-	-	-
Correcções de valor de Activos e Passivos objecto de cobertura	103.922	(98.836)	5.086	51.225	(198.981)	(147.756)
	566.338	(564.893)	1.445	214.404	(215.840)	(1.436)
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	8.578.386	(8.545.763)	32.623	32.686.454	(32.659.368)	27.086

36. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	9.166	(2.796)	6.370	367	(318)	49
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	260	-	260	1.028	-	1.028
Valorizados ao custo histórico	17	-	17	128	(389)	(261)
Outros		(7)	(7)	-	(1)	(1)
	9.443	(2.803)	6.640	1.523	(708)	815

37. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Ganhos na reavaliação da posição cambial	37.981	36.473
Perdas na reavaliação da posição cambial		
. Alienação do Banco Totta de Angola (Nota 4)	(2.184)	-
. Outras	(17.204)	(19.204)
	18.593	17.269

38. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	5.037	5.279
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	1.047	1.123
Ganhos em activos tangíveis	626	3.584
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	10.257	2.505
Outros	198	53
Ganho na alienação do Banco Totta de Angola (Nota 4)	30.280	-
	47.445	12.544
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(664)	(1.180)
Perdas em activos tangíveis	(86)	(557)
Perdas na alienação de crédito a clientes (Nota 11)	(759)	(3.728)
Outras	(16)	-
	(1.525)	(5.465)
	45.920	7.079

39. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas de locação operacional	366	391
Reembolso de despesas	5.224	6.124
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.559	2.917
Outros	20.395	18.753
	28.544	28.185
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(2.294)	(1.576)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 29)	(3.604)	(2.844)
Outros encargos e gastos operacionais	(25.641)	(23.380)
Outros impostos		
Directos	(1.201)	(1.240)
Indirectos	(1.003)	(1.138)
	(33.743)	(30.178)
	(5.199)	(1.993)

40. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 45)	5.218	6.652
Empregados	190.117	185.685
Outras remunerações variáveis	34.226	30.517
	229.561	222.854
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	36.626	36.578
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 43)	17.494	8.544
Pensões pagas	168	286
Reformas antecipadas (Nota 43)	3.159	3.222
Outros encargos sociais obrigatórios	1.843	1.024
Amortizações de desvios fora do corredor (Nota 43)	5.654	-
	64.944	49.654
Outros custos com pessoal		
Indemnizações por reformas antecipadas (Nota 43)	697	1.232
Transferências de pessoal	630	501
Outros	6.425	8.949
	7.752	10.682
	302.257	283.190

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Serviços especializados	43.154	44.265
Comunicações	18.989	18.680
Manutenção de equipamento informático	31.686	28.278
Conservação e reparação	4.789	3.936
Publicidade e edição de publicações	15.169	13.535
Rendas e alugueres	12.234	13.213
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	7.727	7.933
Material de consumo corrente	3.165	3.202
Outros	479	659
Deslocações, estadas e representação	6.277	8.102
Transportes	2.364	2.261
Formação de pessoal	2.665	2.298
Seguros	817	484
Outros	5.202	4.979
	154.717	151.825

42. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	2.594	3.802
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(166)	(11)
	2.428	3.791

43. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2009 e 2008 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal (ex-Watson Wyatt). O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram os seguintes:

	2009	2008
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,25%	5,50%
Taxa de crescimento salarial	3,20%	3,20%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,50%
Taxa de inflação	1,75%	2,00%

Na determinação do custo com pensões para o exercício de 2010 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009.

A base para a taxa esperada de retorno dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2009 efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano. Neste sentido, a alteração na taxa de desconto entre anos resultou da redução das referidas taxas em 2009.

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, o índice iBoxx para obrigações em Euros com qualidade de crédito AA (Iboxx Corporate AA).

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2009 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, relativas ao plano de pensões de benefícios definidos apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008	2007	2006	2005
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	255.009	231.114	241.071	223.396	191.705
. Pensionistas	34.692	34.895	35.054	31.698	30.097
. Reformados e reformados antecipadamente	896.251	973.904	1.045.467	1.028.912	988.996
	1.185.952	1.239.913	1.321.592	1.284.006	1.210.798
- Cuidados de saúde (SAMS)	127.877	132.522	139.806	140.619	130.641
- Subsídio por morte	17.728	17.994	18.767	19.189	17.105
	1.331.557	1.390.429	1.480.165	1.443.814	1.358.544
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	1.395.849	1.391.585	1.486.078	1.446.847	1.010.705
Valor financiado em excesso / (não financiado)	64.292	1.156	5.913	3.033	(347.839)
Desvios actuariais e financeiros					
- Alteração de pressupostos	(51.086)	(100.674)	(54.502)	-	47.611
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(21.172)	(4.100)	76.028	17.144	(92)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	61.639	306.680	4.221	(32.174)	(6.888)
	40.467	302.580	80.249	(15.030)	(6.980)
	(10.619)	201.906	25.747	(15.030)	40.631

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.448	23.760	32.400
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	100	6	8
Pensionistas	879	4.006	5.462
Reformados e reformados antecipadamente	5.430	80.432	109.680
	11.857	108.204	147.550

O movimento nas responsabilidades por serviços passados no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 pode ser detalhado como segue:

	2009	2008
Responsabilidades no início do período	1.390.429	1.480.165
Custo dos serviços correntes	14.455	16.124
Custo dos juros	74.207	71.945
(Ganhos)/Perdas actuariais	(72.258)	(104.774)
Reformas antecipadas	3.159	6.706
Valores pagos	(80.946)	(82.107)
Contribuições dos empregados	2.511	2.370
Responsabilidades no fim do período	1.331.557	1.390.429

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 40):

	2009	2008
Custo dos serviços correntes	14.455	16.124
Custo dos juros	74.207	71.945
Rendimento esperado	(74.337)	(79.525)
Custo do exercício – Plano de benefício definido	14.325	8.544
Custo do exercício – Plano de contribuição definida	9	-
Custo do exercício – Plano da Sucursal de Londres	3.160	-
	17.494	8.544

O movimento na flutuação de valores em 2008 e 2009 foi o seguinte:

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2007	79.398
. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2008	(93.268)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2008	272.696
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2008	(11.506)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2008	33.984
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2008	281.304
. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2009	(64.152)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2009	54.934
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	(8.106)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	6.705
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 40)	(5.654)
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	265.031

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue (Nota 17):

	2009	2008
Flutuação de valores	265.031	281.304
Excesso de financiamento	64.292	1.156
	329.323	282.460
Flutuação de valores – fundo de pensões da Sucursal de Londres	(240)	-
	329.083	282.460

Os desvios actuariais com pensões em 2009 e 2008 podem ser explicados como segue:

	2009	2008
Alteração de pressupostos actuariais	(44.621)	(88.745)
Alteração da tabela salarial em 2009/ 2008 com impacto em pensões e salários	(13.748)	(1.711)
Alterações na população	(175)	903
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(8.270)	(5.989)
. Por permanência	6.555	7.103
Passagem de reformas antecipadas a reformados	(3.893)	(4.829)
	(64.152)	(93.268)

Em 2009 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da redução da taxa de desconto e das alterações da taxa de crescimento das pensões e da taxa de inflação. Em 2008 inclui apenas o impacto da subida da taxa de desconto de 5% para 5,5%.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2009 e 2008 são explicados como se segue:

	2009	2008
Alteração da taxa de desconto	(6.465)	(11.929)
Alterações salariais	(1.353)	229
Outros	(288)	194
	(8.106)	(11.506)

O aumento das responsabilidades com reformas antecipadas realizadas nos exercícios de 2009 e 2008 relativas a 12 e 30 colaboradores, nos montantes de mEuros 3.159 e mEuros 6.706, respectivamente, bem como as indemnizações pagas pela passagem à situação de reforma, nos montantes de mEuros 697 e mEuros 1.736, respectivamente, foram registadas por resultados (mEuros 3.159 e mEuros 3.222 por reformas antecipadas e mEuros 697 e mEuros 1.232 por indemnizações, respectivamente) (Nota 40). Em 2008 foi ainda utilizada a provisão para reestruturação (mEuros 3.484 por reformas antecipadas e mEuros 504 por indemnizações).

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2009 e 2008 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 3,5% e 5,8%, respectivamente.

O aumento efectivo das pensões e salários foi de 1,5% em 2009 e 2,6% em 2008.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2009	2008
Empregados no activo [(1)]	5.548	5.583
Pensionistas	879	842
Reformados e reformados antecipadamente	5.430	5.479
	11.857	11.904

(1) Dos quais 100 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida.

As principais alterações demográficas em 2008 e 2009 foram as seguintes:

	Activos	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31-12-2007	5.501	5.500	807
Saídas:			
. De activos	(227)	-	-
. Por mortalidade	-	(66)	(20)
. Outras	-	-	(11)
Transferências	(33)	33	-
Entradas	342	12	66
Número total em 31-12-2008	5.583	5.479	842
Saídas:			
. De activos	(116)	-	-
. Por mortalidade	(6)	(72)	(23)
. Outras	-	-	(8)
Transferências	(15)	15	-
Entradas	102	8	68
Número total em 31-12-2009	5.548	5.430	879

O movimento no Fundo de Pensões durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2007	1.486.078
Contribuições do Banco	212.400
Contribuições dos empregados	2.370
Rendimento líquido do Fundo	(227.156)
Valores pagos	(82.107)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	1.391.585
Contribuições do Banco	70.000
Contribuições dos empregados	2.511
Rendimento líquido do Fundo	12.699
Valores pagos	(80.946)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	1.395.849

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2009 e 2008 foram de 0,9% e -15,29%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	2009	2008
Instrumentos de dívida	800.575	777.465
Fundos de Investimento Imobiliário	238.881	234.283
Fundos de Investimento Mobiliário	76.017	198.191
Instrumentos de capital próprio	152	152
Imóveis	88.273	87.765
Depósitos	180.638	75.116
Outros activos	11.313	18.613
	1.395.849	1.391.585

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	2009	2008
Imóveis arrendados	23.799	23.797
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos)	247.382	348.490
	271.181	372.287

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2009, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativo ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	AM92/AF92
Taxa de rendimento do fundo de pensões	6,20%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,70%
Taxa de crescimento salarial	4,70%
Taxa de crescimento das pensões	3,50%
Taxa de inflação	3,70%

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

Estimativa de responsabilidades por serviços passados	24.012
Cobertura – valor patrimonial do fundo	21.457
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(2.555)

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades no início do período	19.510
Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Perdas actuariais	3.630
Valores pagos	(544)
Responsabilidades no fim do período	24.012

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	16.697
Rendimento líquido do fundo	2.343
Contribuição do Banco	2.772
Contribuições dos empregados	189
Valores pagos	(544)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	21.457

O custo do exercício de 2009 da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

Contribuição do Banco – financiamento do fundo	2.772
Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Rendimento esperado	(1.028)
	3.160

Em 31 de Dezembro de 2009, a flutuação de valores da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)
Valor não financiado	(2.555)
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	(240)

Em 31 de Dezembro de 2009, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

Instrumentos de dívida	11.073
Instrumentos de capital	9.399
Depósitos	985
	21.457

44. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Agosto de 2009 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de dez operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 19.950.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um "Mortgage Retransfer Agreement", mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados, por um montante de mEuros 1.462.000.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando aos Fundos Hipototta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, estes Fundos emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Hipototta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta PLC/Ltd, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta PLC/Ltd emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas dívidas apresentam as seguintes características:

Hipottta nº 1 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	285.313	AAA	Aaa	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	18.397	A+	A1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	8.108	BBB+	Baa1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1.100.000	311.818						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.117.600	322.818						

Hipottta nº 2 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Fitch	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.557.200	931.628	AAA	AAA	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,22%	Euribor 3 m + 0,44%
Classe B	39.800	30.053	AA+	AA+	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,5%	Euribor 3 m + 1%
Classe C	53.000	40.070	A	A	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 1,30%
	2.650.000	1.001.751						
Classe D	18.550	18.550			Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.668.550	1.020.301						

Hipottta nº 3 PLC

	Montante				Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	Rating Fitch	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	3.206.200	1.534.105	AAA	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	122.400	122.400	AA	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,23%	Euribor 3 m + 0,46%
Classe C	71.400	71.400	A	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,33%	Euribor 3 m + 0,66%
	3.400.000	1.727.905					
Classe D	17.000	17.000		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	3.417.000	1.744.905					

Hipottta nº 4 PLC

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado	Remuneração Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.388.415	AAA	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	44.240	AA-	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	139.720	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	2.800.000	1.572.375					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.814.000	1.586.375					

Hipottta nº 5 PLC

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado	Remuneração Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	1.306.839	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	2.000.000	1.413.839						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.010.000	1.423.839						

Hipottta nº 6 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	224.400	-	AAA	Aaa	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.800.400	1.630.947	AAA	Aaa	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	52.400	52.400	AA	Aa2	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	36.300	36.300	A	A1	Julho de 2060	Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	40.700	40.700	BBB	Baa1	Julho de 2060	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	45.800	45.800	BB-	Ba3	Julho de 2060	Euribor 3 m + 4,75%
	2.200.000	1.806.147				
Classe F	11.450	11.450	CCC-	Ca	Julho de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.211.450	1.817.597				

Hipototta nº 7 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.596.000	1.555.489	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	60.000	60.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	50.000	50.000	A	A2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	44.000	44.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	50.000	50.000	BB	B1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	2.000.000	1.759.489				
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.020.000	1.779.489				

Hipototta nº 8 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	125.000	-	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.021.900	975.115	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	40.600	40.600	Aa3	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	25.000	25.000	A2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	12.500	12.500	Baa2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	25.000	25.000	Ba2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	1.250.000	1.078.215			
Classe F	22.550	22.550	Ca	Julho de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.272.550	1.100.765			

Hipototta nº 10 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A	927.500	782.046	Aaa	2062	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	20.000	20.000	Aa3	2062	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	20.000	20.000	A3	2062	Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	20.000	20.000	Ba1	2062	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	12.500	12.500	B1	2062	Euribor 3 m + 4,75%
	1.000.000	854.546			
Classe F	20.000	20.000		2062	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.020.000	874.546			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC, Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC, Hipototta nº 4 PLC e Hipototta nº 10 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 6 Ltd e Hipototta nº 8 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototas, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, do Hipototta nº 6 Ltd, do Hipototta nº 7 Ltd, Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos primeiros quatro Hipototas, e as obrigações da classe F, para os restantes, constituem o último passivo a liquidar pelos Hipototta PLC/Ltd.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos Hipototta FTC);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1, 2, 3 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1%, 1%, 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 6 Ltd correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F dos Hipototta nº 7, 8 e 10 Ltd correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

As obrigações com maior grau de subordinação (classe D, no caso dos primeiros quatro Hipototta e classe F para os outros) foram adquiridas por uma subsidiária do BST. As restantes obrigações emitidas pelos quatro primeiros Hipototta PLC, as obrigações das classes B a E emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e as obrigações das classes A1 e A2 do Hipototta nº 6 Ltd, do Hipototta nº 7 Ltd, do Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, foram adquiridas pelo BST e registadas na sua carteira de activos financeiros disponíveis para venda. Em 2006 o Banco vendeu a totalidade das obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC e do Hipototta nº 4 PLC e parte das obrigações classe A do Hipototta nº 1 PLC e do Hipototta nº 3 PLC.

Em 2008 e 2009 o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC e obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC. Em 2009 recomprou ainda obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC. Conforme referido anteriormente, em Outubro de 2009 o Hipototta nº 9 Ltd foi liquidado.

Foi igualmente celebrado um “Liquidity swap” entre o Grupo Santander e o Hipototta nº 1 PLC que corresponde a uma facilidade/linha de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte do Hipototta nº 1 PLC.

Registo contabilístico

De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC e os Hipottota PLC/Ltd foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Banco detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, os créditos à habitação relativos às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd que são detidas pelo BST e suas subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação.

45. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais mantém saldos ou transacções nos exercícios de 2009 e 2008 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Empresas controladas conjuntamente pelo Grupo	
Pinto Totta International Finance, Ltd	Ilhas Cayman
Partang,SGPS.SA	Portugal
Banco Caixa Geral Totta De Angola	Angola
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	Portugal
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Gestão de Activos, SGPS	Portugal
Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
ISBANP - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Multirent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Banco Santander Internacional Miami	EUA
Santander Central Hispano Bank and Trust	Espanha
CC Bank Aktiengesellschaft	Alemanha
Banco Santander Serfin S.A.	México
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Bahamas International	Bahamas
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
HBF Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.	Portugal
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
Unión de Créditos Imobiliários, S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
FTPYME Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Grupo Alliance & Leicester	Reino Unido
Catter Allen International LTD	Reino Unido

Nome da entidade relacionada	Sede
Entidades Propósito Especial, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 2 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 3 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 6 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 8 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 9 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 10 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 2 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 3 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 6 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 8 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 9 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 10 FTC	Portugal
Entidades Propósito Especial significativamente influenciadas pelo Grupo	
Leasetotta NO. 1 Ltd	Irlanda
Leasetotta NO. 1 FTC	Portugal

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

Activos:	Empresa que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	Entidades de Propósito Especial significativamente influenciadas pelo Grupo
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.111	-	-	23.009	-
Activos financeiros detidos para negociação	501.121	-	8.157	44.475	8.836
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.993	1.142.384	1.042.348
Aplicações em instituições de crédito	687.892	-	2.869.341	22.174	3
Crédito a clientes	-	-	-	173.453	-
Derivados de cobertura	224.217	-	-	27.092	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	-	22.717	-	-
Outros activos	18	3	1.428	56.684	1.052
Passivos:					
Passivos financeiros detidos para negociação	1.001.529	-	8.864	88.212	8.129
Recursos de outras instituições de crédito	1.583.673	19.340	1.042.348	3.077.331	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	139.105	258	86	181.458	253.420
Responsabilidades representadas por títulos	97.008	-	-	3.168.238	-
Derivados de cobertura	190.280	-	-	9.601	-
Passivos subordinados	25.016	-	-	67.529	-
Outros passivos	23	3	18	10	-
Custos:					
Juros e encargos similares	653.891	33	12.043	107.433	6.000
Encargos com serviços e comissões	1.334	-	-	225	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	5.260.171	-	-	762.413	-
Resultados de reavaliação cambial	4.436	8	-	-	-
Custos com o pessoal	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	62	31.592	-
Proveitos:	-	-	-	-	-
Juros e rendimentos similares	760.147	-	49.386	51.840	12.018
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	- 5.028.428	- -	- -	- 1.248.621	- -
Resultados de reavaliação cambial	-	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	4.256	125.165	175
Resultados de activos financeiros disponiveis para venda	-	-	-	-	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.428	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	-	217	-
Extrapatrimoniais:					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	415.514	-	115.634	3.087	-
Garantias recebidas	715	-	1.247	52.000	-
Compromissos perante terceiros	2.450	25	100.914	55.213	-
Operações cambiais e instrumentos derivados	63.883.583	869	1.106.947	8.350.210	1.106.947

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresa que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.059	-	-	76.306
Activos financeiros detidos para negociação	164.547	-	-	288.025
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.994	1.144.601
Aplicações em instituições de crédito	709.965	-	2.456.081	35.838
Crédito a clientes	-	-	-	213.037
Derivados de cobertura	174.625	-	-	76.914
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	-	21.725	-
Outros activos	-	-	1.489	29.422
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	411.495	-	-	526.757
Recursos de outras instituições de crédito	1.718.914	-	-	2.322.356
Recursos de clientes e outros empréstimos	122.991	-	78	213.796
Responsabilidades representadas por títulos	49.992	-	-	3.292.867
Derivados de cobertura	13.741	-	-	128.296
Passivos subordinados	-	-	-	68.211
Outros passivos	16	-	-	654
Custos:				
Juros e encargos similares	1.048.812	-	101.655	489.760
Encargos com serviços e comissões	750	-	-	764
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	3.823.205	-	-	21.162.513
Resultados de reavaliação cambial	-	6	-	3
Custos com o pessoal	-	-	61	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	24.918
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	955.736	-	-	231.256
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	3.800.464	-	-	12.436.530
Resultados de reavaliação cambial	494	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	3.935	141.915
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	3.799	-
Outros resultados de exploração	-	-	-	211
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	156.402	-	134	3.320
Garantias recebidas	724	-	1.247	52.000
Compromissos perante terceiros	37.615	-	253.187	392.953
Operações cambiais e instrumentos derivados	37.116.294	-	-	17.546.858

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascendiam a mEuros 1.178 e mEuros 1.238, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 5.218 e mEuros 6.652, respectivamente (Nota 40).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 46 e que está dividido em ciclos. Para os órgãos sociais, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal nos exercícios de 2009 e 2008 é apresentado de seguida:

	2009	2008
Primeiro ciclo – PI09 - atribuídas em 2007 e exercidas em Julho de 2009	281	618
Segundo ciclo – PI10 - atribuídas em 2007 e a exercer em Julho de 2010	793	793
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2009 e a exercer em Julho de 2011	948	474
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2012	384	-
	2.406	1.885

Em 6 de Julho de 2009, foi finalizado o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 97.676, ao valor por acção de 8,49 Euros.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3 k). Em 31 de Dezembro de 2009 as responsabilidades com este benefício ascendiam a mEuros 140 (mEuros 201 em 31 de Dezembro de 2008).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST e cujo tempo de desempenho no cargo tenha sido superior a quinze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social. A comissão de vencimentos deliberou definir a atribuição e o montante da pensão complementar de reforma por velhice ou invalidez, podendo esta complementar entre 65% a 80% do vencimento fixo bruto anual, dependendo da antiguidade dos mesmos no cargo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 8.529 e mEuros 7.392, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para reestruturação – Benefícios dos empregados” (Nota 23).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

46. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Na Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. de 23 de Junho de 2007 foi aprovado o "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander", para os períodos de 23 de Junho de 2007 a 31 de Dezembro de 2009 (com data de entrega das acções respeitantes ao primeiro ciclo até 31 de Julho de 2009 e do segundo ciclo até 31 de Julho de 2010). O BST está também inserido neste plano, o qual foi aprovado em reunião da comissão executiva do Conselho de Administração do Banco de 19 de Dezembro de 2007 e abrange cerca de 277 colaboradores.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção.

Em 2009 foi concluído o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos (PI09). A percentagem aplicada sobre o número máximo de acções que foram atribuídas no início do ciclo foi de 90,79%. Esta percentagem reflecte a evolução do Banco Santander face aos dois parâmetros supra referidos. Em termos do retorno total para o accionista o Banco Santander classificou-se em sétimo lugar com 53,79%. Em termos do crescimento do lucro por acção, o Banco Santander ficou em primeiro lugar do grupo de referência com 7,70%. A entrega das referidas acções ocorreu em 6 de Julho de 2009, ao preço de abertura da acção do Banco Santander nesse dia (8,49 Euros por acção).

Em 2008, este Plano foi alargado para um terceiro ciclo até 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 para um quarto ciclo até 31 de Dezembro de 2011 (com datas de entrega das acções previstas até 31 de Julho de 2011 e até 31 de Julho de 2012, respectivamente). Estas extensões abrangeram cerca de 280 e 277 colaboradores, respectivamente.

Conforme descrito na Nota 1.3 n), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de "Custos com pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2009 e 2008, o custo total do plano para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

	2009	2008
PI09	533	1.067
PI10	1.052	1.052
PI11	1.105	563
PI12	497	-
	3.187	2.682

PI09 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 1º ciclo
PI10 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 2º ciclo
PI11 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 3º ciclo
PI12 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 4º ciclo

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2007:					
PI09	371.239	5,7474	Jul-2009	277	2007
PI10	554.323	5,6936	Jul-2010	277	2007
Movimento em 2008:					
PI09 - Anulações (*)	(11.550)			-7	
PI10 - Anulações (*)	(17.300)			-7	
PI11 - Atribuição do direito	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2008:					
PI09	359.689	5,7474	Jul-2009	270	2007
PI10	537.023	5,6936	Jul-2010	270	2007
PI11	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
Movimento em 2009:					
PI09 - Anulações (*)	(540)			-1	
PI09 - Acções disponibilizadas	(326.681)		Jul-2009	-269	
PI09 - Acções não disponibilizadas (**)	(32.468)				
PI10 - Anulações (*)	(800)			-1	
PI12 - Atribuição do direito	660.497	4,5112	Jul-2012	277	2009
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2009:					
PI10	536.223	5,6936	Jul-2010	269	2007
PI11	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
PI12	660.497	4,5112	Jul-2012	277	2009

Notas:

(*) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(**) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

Adicionalmente, o Grupo Santander, no qual está inserido o BST, teve um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial (PI06), abrangendo 2.601 colaboradores, e que consistiu em opções sobre acções do Banco Santander, S.A. (Banco Santander) condicionadas à valorização relativa da cotação da respectiva acção e ao crescimento do resultado líquido por acção em relação a um grupo de bancos comparáveis. As datas de início e de conclusão do direito verificaram-se entre 15 de Janeiro de 2008 e 15 de Janeiro de 2009.

No caso do BST, estiveram abrangidos por este plano 157 colaboradores, incluindo o pessoal chave da gerência. As condições do plano foram cumpridas o que permitiu o exercício das opções durante o exercício de 2008 a 9,09 Euros.

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2009 (2º, 3º e 4º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.

- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo "MonteCarlo" com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI10	PI11	PI12
Volatilidade (*)	15,67%	19,31%	42,36%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	3,24%	3,47%	4,88%
Taxa de juro sem risco	4,497%	4,835%	2,040%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 42,3% para PI10, 44,9% para PI11 e 55,42% para PI12, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição;

- Dada a elevada correlação entre o RTA e o crescimento do lucro por acção (BPA), a valorização do RTA é também válida para o BPA. Esta valorização, por se referir a uma condição que não é de mercado, é revista e ajustada anualmente.

47. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2009				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	524.413	231.987	-	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	105.219	111.781	-	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.102	-	-	-	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	5.588.133	-	28.354	(43.587)	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	-	5.465.940	-	-	5.465.940
Crédito a clientes	77.203	29.933.274	-	(453.431)	29.557.046
Derivados de cobertura	271.269	-	-	-	271.269
Investimentos em associadas	22.217	-	-	(500)	21.717
	8.507.818	36.028.846	372.122	(497.518)	44.411.268
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.462	-	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.508.334	-	-	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	-	7.695.715	-	-	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.135.202	14.145.585	-	-	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	5.276.042	9.557.449	-	-	14.833.491
Derivados de cobertura	244.441	-	-	-	244.441
Passivos subordinados	-	346.380	-	-	346.380
	9.926.026	32.512.591	-	-	42.438.617

	2008				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	317.400	232.631	-	550.031
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	190.736	168.030	-	358.766
Activos financeiros detidos para negociação	1.642.488	-	-	-	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	598.818	-	-	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	1.743.460	-	24.467	(42.895)	1.725.032
Aplicações em instituições de crédito	-	3.808.725	-	-	3.808.725
Crédito a clientes	88.318	30.335.452	-	(413.839)	30.009.931
Derivados de cobertura	256.506	-	-	-	256.506
Investimentos em associadas	21.725	-	-	(500)	21.225
	4.351.315	34.652.313	425.128	(457.234)	38.971.522
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	2.404.159	-	-	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	1.272.088	-	-	-	1.272.088
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	-	-	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	-	5.198.698	-	-	5.198.698
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.532.888	13.992.372	-	-	15.525.260
Responsabilidades representadas por títulos	3.781.446	8.054.889	-	-	11.836.335
Derivados de cobertura	155.127	-	-	-	155.127
Passivos subordinados	-	347.411	-	-	347.411
	7.242.313	29.997.529	-	-	37.239.842

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	8.125.699	(8.267.923)	(142.224)	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	171.779	-	171.779	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	125.701	(8.254)	117.447	31.194	-	31.194
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	101.396	-	101.396	-	-	-
Crédito a clientes	1.294.377	(211.232)	1.083.145	-	-	-
Investimentos em associadas	30.280	(2.184)	28.096	-	-	-
Derivados de cobertura	1.173.167	(1.071.158)	102.009	-	(32.545)	(32.545)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(6.469)	(6.469)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(137.501)	(137.501)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	92.680	(275.730)	(183.050)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	64.622	(347.056)	(282.434)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(7.640)	(7.640)	-	-	-
	11.179.701	(10.335.147)	844.554	31.194	(32.545)	(1.351)
Garantias prestadas	21.359	(642)	20.717			

	2008					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	32.978.797	(33.010.232)	(31.435)	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	89.084	-	89.084	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	119.256	(3.146)	116.110	-	(51.166)	(51.166)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	218.211	-	218.211	-	-	-
Crédito a clientes	1.950.987	(179.164)	1.771.823	-	-	-
Derivados de cobertura	877.091	(839.735)	37.356	58.366	-	58.366
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(8.375)	(8.375)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(312.211)	(312.211)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.806	(392.281)	(337.475)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	33.565	(754.988)	(721.423)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(19.839)	(19.839)	-	-	-
	36.321.797	(35.519.971)	801.826	58.366	(51.166)	7.200
Garantias prestadas	18.175	(1.949)	16.226			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 18.593 e mEuros 17.269, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2009			2008		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.291	-	5.291	13.184	-	13.184
Disponibilidades em outras instituições de crédito	111	-	111	1.500	-	1.500
Activos financeiros disponíveis para venda	99.505	-	99.505	109.681	-	109.681
Aplicações em instituições de crédito	95.995	-	95.995	203.526	-	203.526
Crédito a clientes	1.139.383	(375)	1.139.008	1.748.136	(113)	1.748.023
	1.340.285	(375)	1.339.910	2.076.027	(113)	2.075.914
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(21.661)	(21.661)	-	(67.640)	(67.640)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(113.068)	(113.068)	-	(244.572)	(244.572)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.818	(259.115)	(250.297)	9.386	(343.706)	(334.320)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(267.606)	(267.606)	-	(604.582)	(604.582)
Passivos subordinados	-	(7.640)	(7.640)	-	(19.839)	(19.839)
	8.818	(669.090)	(660.272)	9.386	(1.280.339)	(1.270.953)
Garantias prestadas	20.504	-	20.504	17.757	-	17.757

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2009			2008		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	37.862	(12.396)	25.466	41.809	(16.161)	25.648
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.717)	-	(44.717)	42.194	-	42.194

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2009 e 2008 proveitos financeiros referentes a "Juros e rendimentos similares" com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 4.129 e mEuros 6.333, respectivamente (Nota 30).

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor bruto	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	72.573	73.121	4.082	77.203	72.575	(4.469)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.000	93.937	5.957	99.894	90.000	(6.732)
Activos financeiros disponíveis para venda	400.000	403.077	7.767	410.844	400.000	(6.617)
Recursos de bancos centrais	(1.250.000)	(1.256.597)	(2.771)	(1.259.368)	1.250.000	7.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.035.831)	(1.150.577)	15.375	(1.135.202)	1.035.831	(24.231)
Responsabilidades representadas por títulos	(5.203.528)	(5.283.442)	7.400	(5.276.042)	5.203.528	(6.481)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	9.512.747	9.512.747	-	9.512.747	9.512.747	90.674
Recursos de outras instituições de crédito	(1.659.100)	(1.659.100)	-	(1.659.100)	1.659.100	(7.801)
Passivos emitidos	(4.353.646)	(4.353.646)	-	(4.353.646)	4.353.646	(14.934)
	(3.426.785)	(3.620.480)	37.810	(3.582.670)	23.577.427	26.828

	2008					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor bruto	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	84.707	85.308	3.010	88.318	84.708	(2.924)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.000	94.632	4.186	98.818	90.000	(3.884)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.517.192)	(1.543.125)	10.237	(1.532.888)	1.522.781	3.753
Responsabilidades representadas por títulos	(3.710.295)	(3.784.771)	3.325	(3.781.446)	3.700.761	45.988
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.500.000	2.500.000	-	2.500.000	2.500.000	58.446
	(2.552.780)	(2.647.956)	20.758	(2.627.198)	7.898.250	101.379

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	4.171	35.314	3.117	25.337	-	67.939

	2008					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	(14.949)	(12.375)	85.770	-	-	58.446

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as ineficiências de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados em operações financeiras					
	2009			2008		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	1.073	(1.073)	-	4.746	(4.746)	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.771	(1.796)	(25)	9.688	(11.573)	(1.885)
Activos financeiros disponíveis para venda	7.767	(6.617)	1.150	-	-	-
Recursos de bancos centrais	(2.771)	2.771	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.530	(22.612)	(82)	(45.350)	45.828	478
Responsabilidades representadas por títulos	(25.284)	25.686	402	(116.134)	116.457	323
Passivos subordinados	-	-	-	(706)	354	(352)
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-
	5.086	(3.641)	1.445	(147.756)	146.320	(1.436)

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2009		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	756.400	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	217.000	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.102	-	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	5.550.838	22.062	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	-	5.465.940	5.465.940
Crédito a clientes	77.203	29.479.843	29.557.046
Derivados de cobertura	271.629	-	271.629
Investimentos em associadas	21.717	-	21.717
	8.470.383	35.941.245	44.411.628
Passivo			
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.462	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.508.334	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	-	7.695.715	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.135.202	14.145.585	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	5.276.042	9.557.449	14.833.491
Derivados de cobertura	244.441	-	244.441
Passivos subordinados	-	346.380	346.380
	9.926.026	32.512.591	42.438.617

	2008		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	550.031	550.031
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	358.766	358.766
Activos financeiros detidos para negociação	1.642.488	-	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	598.818	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	1.706.857	18.175	1.725.032
Aplicações em instituições de crédito	-	3.808.725	3.808.725
Crédito a clientes	88.318	29.921.613	30.009.931
Derivados de cobertura	256.506	-	256.506
Investimentos em associadas	21.225	-	21.225
	4.314.212	34.657.310	38.971.522
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	2.404.159	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	1.272.088	-	1.272.088
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	-	5.198.698	5.198.698
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.532.888	13.992.372	15.525.260
Responsabilidades representadas por títulos	3.781.446	8.054.889	11.836.335
Derivados de cobertura	155.127	-	155.127
Passivos subordinados	-	347.411	347.411
	7.242.313	29.997.529	37.239.842

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2009					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	498.138	(562)	1.451.526	-	-	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	592.593	1.344	5.957	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	5.563.337	55.292	(38.263)	7.767	(37.295)	5.550.838
Crédito a clientes	72.573	548	-	4.082	-	77.203
Derivados de cobertura	-	-	271.629	-	-	271.629
Investimentos em associadas	8.490	-	13.727	-	(500)	21.717
	6.735.131	56.622	1.704.576	11.849	(37.795)	8.470.383
Passivo						
Recursos de bancos centrais	1.250.000	6.597	-	2.771	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.508.334	-	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	2.639	-	-	-	502.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.146.721	3.856	-	(15.375)	-	1.135.202
Responsabilidades representadas por títulos	5.199.341	84.101	-	(7.400)	-	5.276.042
Derivados de cobertura	-	-	244.441	-	-	244.441
	8.096.062	97.193	1.752.775	(20.004)	-	9.926.026

	2008					
	Custo de aquisição	Periodi-ficações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	557.165	(5.234)	1.090.557	-	-	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	593.288	1.344	4.186	-	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	1.746.254	16.884	(69.457)	-	(36.603)	1.657.078
Crédito a clientes	84.707	601	-	3.010	-	88.318
Derivados de cobertura	-	-	256.506	-	-	256.506
Investimentos em associadas	8.490	-	13.235	-	(500)	21.225
	2.989.904	13.595	1.295.027	3.010	(37.103)	4.264.433
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.272.088	-	-	1.272.088
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	764	-	-	-	500.764
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.517.192	25.933	-	(10.237)	-	1.532.888
Responsabilidades representadas por títulos	3.710.295	74.476	-	(3.325)	-	3.781.446
Derivados de cobertura	-	-	155.127	-	-	155.127
	5.727.487	101.173	1.427.215	(13.562)	-	7.242.313

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2009			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	477.919	1.457.547	13.636	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	99.894	-	500.000	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	2.743.321	535.179	2.272.338	5.550.838
Crédito a clientes	-	77.203	-	77.203
Derivados de cobertura	-	271.629	-	271.629
Investimentos em associadas	-	21.717	-	21.717
	3.321.134	2.363.275	2.785.974	8.470.383
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	1.259.368	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.508.334	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	502.639	502.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.135.202	-	1.135.202
Responsabilidades representadas por títulos	-	5.276.042	-	5.276.042
Derivados de cobertura	-	244.441	-	244.441
	-	9.423.387	502.639	9.926.026

	2008			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	412.246	1.092.626	137.616	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	98.818	-	500.000	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	141.681	316.196	1.248.980	1.706.857
Crédito a clientes	-	88.318	-	88.318
Derivados de cobertura	-	256.506	-	256.506
Investimentos em associadas	-	21.225	-	21.225
	652.745	1.774.871	1.886.596	4.314.212
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.272.088	-	1.272.088
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	500.764	500.764
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.532.888	-	1.532.888
Derivados de cobertura	-	3.781.446	-	3.781.446
Outros passivos subordinados	-	155.127	-	155.127
	-	6.741.549	500.764	7.242.313

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor por cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada e acções cotadas em mercados activos

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos das carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização dos cash flows futuros e a modelos de valorizados baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível a valorização de instrumentos financeiros que utilizam modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2009		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	756.400	756.400	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217.000	217.000	-
Activos financeiros disponíveis para venda	22.062	22.062	-
Aplicações em instituições de crédito	5.465.940	5.542.790	76.850
Crédito a clientes	29.479.843	29.420.050	(59.793)
	35.941.245	35.958.302	17.057
Passivo			
Recursos de bancos centrais	767.462	767.688	(226)
Recursos de outras instituições de crédito	7.695.715	7.732.082	(36.367)
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.145.585	14.173.365	(27.780)
Responsabilidades representadas por títulos	9.557.449	9.504.657	52.792
Passivos subordinados	346.380	343.959	2.421
	32.512.591	32.521.751	(9.160)

	2008		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	550.031	550.031	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	358.766	358.766	-
Activos financeiros disponíveis para venda	18.175	18.175	-
Aplicações em instituições de crédito	3.808.725	3.861.713	52.988
Crédito a clientes	29.921.613	29.654.883	(266.730)
	34.657.310	34.443.568	(213.742)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	2.404.159	2.404.159	-
Recursos de outras instituições de crédito	5.198.698	5.200.766	(2.068)
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.992.372	13.999.794	(7.422)
Responsabilidades representadas por títulos	8.054.889	7.976.312	78.577
Passivos subordinados	347.411	302.914	44.497
	29.997.529	29.883.945	113.584

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Em 31 de Dezembro de 2009, os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário. Em 31 de Dezembro de 2008, para as aplicações e recursos de instituições de crédito com prazo inferior a 6 meses, foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para as restantes operações, os fluxos futuros foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.

- O justo valor do crédito concedido a taxa variável a empresas foi considerado igual ao valor de balanço. Para o crédito concedido a particulares (habitação e consumo) e pequenos negócios (empréstimos), foi considerado o *spread* médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa a empresas ou particulares, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;

- Para os depósitos à ordem de clientes, foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;

- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;

- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, nomeadamente em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi levado a cabo na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da Norma IAS 39, atendendo ao facto de na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);

- Clientes de Retalho.

Em 31 de Dezembro de 2009, os ganhos a reconhecer relativamente a estas operações ascendem a mEuros 23.300 e encontram-se reflectidos na rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” (mEuros 31.798 em 31 de Dezembro de 2008).

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2009		2008	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	756.400	756.400	550.031	550.031
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217.000	217.422	358.766	475.183
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.102	1.949.102	1.642.488	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	599.894	598.818	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	5.572.900	5.572.900	1.725.032	1.725.032
Aplicações em instituições de crédito	5.465.940	5.465.940	3.808.725	3.808.725
Crédito a clientes	29.557.046	36.986.589	30.009.931	36.195.519
Derivados de cobertura	271.269	271.269	256.506	256.506
Investimentos em associadas	21.717	21.717	21.225	21.225
	44.411.268	51.841.233	38.971.522	45.273.527
Garantias prestadas	2.257.627	2.257.627	1.941.247	1.941.247

A exposição máxima em "Crédito a clientes" em 31 de Dezembro de 2009, inclui mEuros 2.240.834 e mEuros 5.188.709 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.684.001 e mEuros 4.501.587 em 31 de Dezembro de 2008, respectivamente).

Crédito concedido

Periodicamente, o Banco analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Crédito ao consumo	1.165.513	1.098.288
Crédito à habitação	15.302.418	14.927.121
Outros créditos concedidos a particulares	242.701	307.986
Cartões de crédito de particulares	240.268	229.424
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	16.950.900	16.562.819
Crédito concedido a grandes empresas	1.820.274	2.372.739
Crédito concedido a médias empresas	5.661.127	5.645.569
Crédito concedido a pequenas empresas	943.507	940.346
Cartões de crédito de empresas	12.309	11.978
Crédito concedido a instituições financeiras	1.011	1.052
Papel comercial	2.658.983	2.916.567
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	11.097.211	11.888.251
Garantias prestadas	2.215.386	1.904.950
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	30.263.497	30.356.020

As análises de risco são suportadas por um modelo de rating desenvolvido pelo Banco, de elaboração obrigatória, excepto no que se refere a clientes particulares e a empresários em nome individual. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, determinado com base nos seguintes factores:

. Procura/Mercado;
. Sócios/Gestão;
. Acesso ao crédito;
. Rentabilidade;
. Geração de fluxos;
. Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2009		2008	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	1.206.588	137.090	1.570.686	221.572
Rating 4 - 6	5.795.519	1.325.342	6.503.526	1.194.738
Rating 1 - 3	511.293	70.065	191.294	43.645
	7.513.400	1.532.497	8.265.506	1.459.955
Sem Rating	911.508	130.649	693.148	394.054
	8.424.908	1.663.146	8.958.654	1.854.009
Cartões de crédito de empresas	12.309	-	11.978	-
Instituições Financeiras	1.011	552.240	1.052	50.941
Papel comercial	2.658.983	-	2.916.567	-
	11.097.211	2.215.386	11.888.251	1.904.950

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 ascendem a mEuros 53.355 e mEuros 50.120, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,31% e 0,30%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação entre 2006 e 2009, pode ser detalhado como segue:

	2009			2008		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas						
Grandes empresas	-	-	-	4.579	-	4.579
Médias empresas	24.596	5.471	30.067	11.872	3.918	15.790
Pequenas empresas	12.567	2.487	15.054	9.207	2.077	11.284
	37.163	7.958	45.121	25.658	5.995	31.653
Particulares	124.890	20.350	145.240	74.099	10.712	84.811
	162.053	28.308	190.361	99.757	16.707	116.464

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Vincendo	1.473.044	1.518.231
Vencido		
. Até 90 dias	26.101	29.333
. Entre 90 e 180 dias	29.471	36.515
. Mais de 180 dias	333.845	199.328
	1.862.461	1.783.407
Garantias prestadas	26.515	10.686

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colaterizado por garantia hipotecária, por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	2009		2008	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Crédito vencido ou em imparidade apurado através de análise individual:				
Garantia superior ao capital em dívida	333.436	771.064	309.957	725.738
Garantia inferior ao capital em dívida	89.386	39.463	178.452	111.925
Sem garantia	394.667	-	311.793	-
	817.489	810.527	800.202	837.663

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 113.561 e mEuros 114.069, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	119.343	126.358
Outros activos recebidos em dação em pagamento	33.261	32.791
Activos financeiros disponíveis para venda	22.122	22.122
	174.726	181.271
Imparidade de imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	(37.919)	(41.242)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento	(1.122)	(3.838)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.122)	(22.122)
	(61.163)	(67.202)
	113.563	114.069

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe, por rating externo:

	2009	2008
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P		
Sem rating externo	13.636	137.616
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
AA -	-	98.818
A+	99.894	-
	99.894	98.818
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
AAA	1.049.375	-
AA	258.647	482.820
AA+	715.710	-
AA -	45.179	107.936
A	317.850	199.397
A +	1.652.541	46.085
A -	178.102	239.586
BBB	123.968	72.891
BBB+	112.408	-
BBB-	2.035	-
BB	76.119	-
BB+	77.240	-
Sem rating externo	917.291	541.281
	5.526.465	1.689.996
	5.639.995	1.926.430

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM),* o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.
No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2009, o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) no montante global de mEuros 10.000.000, do qual ainda falta utilizar mEuros 7.135.430.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os cashflows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2009							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	282.846	777	3.620	479.439	-	-	-	766.682
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217.000	-	-	-	-	-	-	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.102	-	-	-	-	-	-	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	501.070	5.046	10.096	97.636	-	-	613.848
Activos financeiros disponíveis para venda	2	58.714	220.122	518.774	2.280.135	3.286.786	89.575	6.454.108
Aplicações em instituições de crédito	1.697.820	100.038	202.683	2.929.353	77.893	709.167	-	5.716.954
Crédito a clientes	787.838	3.497.253	4.434.740	5.319.940	3.281.802	18.964.099	-	36.285.672
Derivados de cobertura	271.269	-	-	-	-	-	-	271.269
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	22.217	22.217
	5.205.877	4.157.852	4.866.211	9.257.602	5.737.466	22.960.052	111.792	52.296.852
Passivo								
Recursos de bancos centrais	18.510	8.480	2.020.611	-	-	-	-	2.047.601
Passivos financeiros detidos para negociação	1.508.334	-	-	-	-	-	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	505.153	-	-	-	-	505.153
Recursos de outras instituições de crédito	971.668	3.518.670	580.831	1.869.489	183.722	660.883	-	7.785.263
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.624.585	4.351.956	3.261.025	677.731	1.523.256	29.986	-	15.468.539
Responsabilidades representadas por títulos	177.531	4.198.330	1.379.190	3.918.680	1.972.888	4.472.240	-	16.118.859
Derivados de cobertura	244.441	-	-	-	-	-	-	244.441
Passivos subordinados	-	1.187	3.079	8.544	8.533	393.666	-	415.009
	8.545.069	12.078.623	7.749.889	6.474.444	3.688.399	5.556.775	-	44.093.199

	2009							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	282.846	777	3.620	479.439	-	-	-	766.682
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217.000	-	-	-	-	-	-	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.102	-	-	-	-	-	-	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	501.070	5.046	10.096	97.636	-	-	613.848
Activos financeiros disponíveis para venda	2	58.714	220.122	518.774	2.280.135	3.286.786	89.575	6.454.108
Aplicações em instituições de crédito	1.697.820	100.038	202.683	2.929.353	77.893	709.167	-	5.716.954
Crédito a clientes	787.838	3.497.253	4.434.740	5.319.940	3.281.802	18.964.099	-	36.285.672
Derivados de cobertura	271.269	-	-	-	-	-	-	271.269
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	22.217	22.217
	5.205.877	4.157.852	4.866.211	9.257.602	5.737.466	22.960.052	111.792	52.296.852
Passivo								
Recursos de bancos centrais	18.510	8.480	2.020.611	-	-	-	-	2.047.601
Passivos financeiros detidos para negociação	1.508.334	-	-	-	-	-	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	505.153	-	-	-	-	505.153
Recursos de outras instituições de crédito	971.668	3.518.670	580.831	1.869.489	183.722	660.883	-	7.785.263
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.624.585	4.351.956	3.261.025	677.731	1.523.256	29.986	-	15.468.539
Responsabilidades representadas por títulos	177.531	4.198.330	1.379.190	3.918.680	1.972.888	4.472.240	-	16.118.859
Derivados de cobertura	244.441	-	-	-	-	-	-	244.441
Passivos subordinados	-	1.187	3.079	8.544	8.533	393.666	-	415.009
	8.545.069	12.078.623	7.749.889	6.474.444	3.688.399	5.556.775	-	44.093.199

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados com "não estruturais" foram considerados como exigíveis "à vista", com excepção dos investimentos em associadas e instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em associadas) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Grupo Santander Totta, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente procedem-se a outras medidas que permitem um controlo adicional dos riscos. Para condições anormais de mercado procede-se à Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua imediata correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	473.910	282.490	-	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	217.000	-	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	14.198	-	477.357	1.457.547	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	592.593	-	7.301	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	2.728.089	2.768.642	76.169	-	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	1.911.161	2.984.986	569.793	-	5.465.940
Crédito a clientes	4.748.055	24.763.609	45.382	-	29.557.046
Derivados de cobertura	-	-	-	271.629	271.629
Investimentos em associadas	-	-	21.717	-	21.717
	9.994.096	30.991.147	1.697.209	1.729.176	44.411.628
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2.013.471	-	13.359	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.508.334	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	-	2.639	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	4.783.828	2.328.996	582.891	-	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.238.083	4.932.449	110.255	-	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	8.579.107	6.172.768	81.616	-	14.833.491
Derivados de cobertura	-	-	-	244.441	244.441
Passivos subordinados	-	345.866	514	-	346.380
	26.114.489	13.780.079	791.274	1.752.775	42.438.617

	2008				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	275.585	274.446	-	550.031
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	358.766	-	358.766
Activos financeiros detidos para negociação	142.850	-	407.012	1.092.626	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	593.288	-	5.530	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	155.344	1.579.626	(9.938)	-	1.725.032
Aplicações em instituições de crédito	870.088	2.776.870	161.767	-	3.808.725
Crédito a clientes	5.537.370	24.431.933	40.628	-	30.009.931
Derivados de cobertura	-	-	-	256.506	256.506
Investimentos em associadas	-	-	21.225	-	21.225
	7.298.940	29.064.014	1.259.436	1.349.132	38.971.522
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2.407.933	-	(3.774)	-	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.272.088	1.272.088
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	-	764	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	1.854.581	3.302.776	41.341	-	5.198.698
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.346.382	1.918.053	260.825	-	15.525.260
Responsabilidades representadas por títulos	3.989.542	7.747.401	99.392	-	11.836.335
Derivados de cobertura	-	-	-	155.127	155.127
Passivos subordinados	-	345.866	1.545	-	347.411
	22.098.438	13.314.096	400.093	1.427.215	37.239.842

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- são identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;

- os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

- para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);

- por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

- definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;

- por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;

- para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;

- para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;

- supõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro;

- não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro supõem uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise.

- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis.

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente.

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc) – utilizam-se a condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	2009		2008	
Activo	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.726	(4.412)	2.726	(2.728)
Activos financeiros disponíveis para venda	14.150	(13.730)	81.152	(81.117)
Aplicações em instituições de crédito	29.133	(26.499)	25.338	(24.760)
Crédito a clientes	222.598	(216.267)	226.259	(226.122)
	270.607	(260.908)	335.475	(334.727)
Derivados de cobertura	(24.326)	19.606	(49.452)	49.424
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(9.389)	9.389	(26.887)	26.894
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	(942)	943
Recursos de outras instituições de crédito	(64.024)	63.276	(57.214)	57.109
Recursos de clientes e outros empréstimos	(72.817)	66.993	(84.749)	84.396
Responsabilidades representadas por títulos	(43.947)	43.670	(114.873)	114.774
Outros passivos subordinados	(2.830)	2.822	(5.935)	5.936
	(193.007)	186.150	(290.600)	290.052

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.

- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos).

- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, a moeda de reporte dos valores do VaR é dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades.

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	VAR
VaR Percentil 99%	(244)
VaR Weighted Percentil 99%	(125)

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco utilizava outras medidas de sensibilidade para o risco de taxa de juro. O cálculo da sensibilidade a variações da taxa de juro era efectuado pelas plataformas de contratação Kondor+ e Murex, de acordo com a metodologia descrita em seguida.

Cada instrumento de um portfolio era repartido nos cash flows que o constituem e, desta forma, era criado um portfolio de cash flows de todos os instrumentos. O risco era analisado utilizando a curva de reavaliação das posições. As taxas forward e os cash flows futuros eram também calculados.

Em primeiro lugar era calculado um NPV inicial, com base na curva cupão zero de reavaliação das posições. Em seguida era adicionado um basis point à taxa da curva par do prazo especificado, com as restantes taxas constantes, sendo recalculada uma nova curva cupão zero para determinação um novo NPV.

Em seguida calculava-se um vector de sensibilidades, que correspondia à subtracção entre o novo NPV e o NPV inicial para cada prazo temporal, isto é, uma série de medidas de risco de taxa de juro ao longo de toda a estrutura temporal. Este vector indicava qual a variação do valor do portfolio para cada variação independente de um basis point em cada uma das taxas.

Em 31 de Dezembro de 2008, a sensibilidade do valor patrimonial de instrumentos financeiros de negociação à variação positiva de 1 basis point (bp), ao nível do BST, pode ser detalhada como segue:

Maturidade	2008
1 dia	(1)
1 mês	3
6 meses	1
9 meses	-
1 ano	(1)
2 anos	(3)
3 anos	14
4 anos	(10)
5 anos	(3)
> 5 anos	(1)
	(1)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2009			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	694.870	49.066	12.464	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	188.666	16.903	11.431	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.888.700	36.893	23.509	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	5.492.820	19.485	60.595	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	4.958.052	453.751	54.137	5.465.940
Crédito a clientes	29.322.805	201.006	33.235	29.557.046
Derivados de cobertura	270.473	1.156	-	271.629
Investimentos em associadas	21.717	-	-	21.717
	43.437.997	778.260	195.371	44.411.628
Passivo				
Recursos de bancos centrais	2.023.340	3.471	19	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.484.364	13.887	10.083	1.508.334
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	6.766.143	344.145	585.427	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.252.473	802.732	225.582	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	13.967.869	166.525	699.097	14.833.491
Derivados de cobertura	240.581	3.860	-	244.441
Passivos subordinados	346.380	-	-	346.380
	39.583.789	1.334.620	1.520.208	42.438.617

	2008			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	486.577	13.716	49.738	550.031
Disponibilidades em outras instituições de crédito	331.959	17.524	9.283	358.766
Activos financeiros detidos para negociação	1.439.744	65.128	137.616	1.642.488
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	598.818	-	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	1.673.997	24.749	26.286	1.725.032
Aplicações em instituições de crédito	3.411.755	364.004	32.966	3.808.725
Crédito a clientes	29.745.035	230.633	34.263	30.009.931
Derivados de cobertura	249.193	7.313	-	256.506
Investimentos em associadas	21.225	-	-	21.225
	37.958.303	723.067	290.152	38.971.522
Passivo				
Recursos de bancos centrais	2.404.151	-	8	2.404.159
Passivos financeiros detidos para negociação	1.211.841	60.227	20	1.272.088
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	-	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	4.675.038	489.923	33.737	5.198.698
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.274.398	957.986	292.876	15.525.260
Responsabilidades representadas por títulos	11.541.044	-	295.291	11.836.335
Derivados de cobertura	153.717	1.410	-	155.127
Passivos subordinados	347.411	-	-	347.411
	35.108.364	1.509.546	621.932	37.239.842

Em 31 de Dezembro de 2009, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	VaR
VaR Percentil 99%	(86)
VaR Weighted Percentil 99%	(32)

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco utilizava outras medidas de sensibilidade, nomeadamente a exposição cambial do Banco ("delta taxa de câmbio") por moeda, que corresponde à perda máxima no valor patrimonial de instrumentos financeiros de negociação associada a variações da taxa de câmbio. Considerando a exposição de balanço em 31 de Dezembro de 2008, o “delta taxa de câmbio” tinha o seguinte detalhe:

Moeda	2008
USD	1.126
GBP	1.356
JPY	(123)
CHF	2.196
SEK	92
NOK	39
DKK	45
CAD	114
AUD	127
SGD	34
HKD	7
MOP	17
ZAR	(35)
BRL	1
PLN	1
NZD	(11)
	4.986

Risco de cotações de activos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco analisava a exposição total líquida de cada instrumento financeiro de negociação em cada mercado, medida pelo "delta equity". A exposição do balanço do Banco em 31 de Dezembro de 2008, a variações no mercado de cotações, tinha o seguinte detalhe:

Instrumento financeiro	Moeda	2008
Acções, futuros e opções de mercado	EUR	(294)

A exposição a risco do mercado de cotações no Grupo Santander Totta para 31 de Dezembro de 2008, tinha o seguinte detalhe:

Instrumento financeiro	Moeda	2008
Acções, futuros e opções de mercado	EUR	(978)

Risco de volatilidade

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2008, a sensibilidade do valor patrimonial de instrumentos financeiros sujeitos a risco de volatilidade (opções e outros instrumentos financeiros derivados) decorrente do aumento de 1% na volatilidade corresponde a:

	2008
Maturidade	Taxa de juro
1 dia	-
1 mês	-
2 meses	-
3 meses	-
6 meses	-
1 ano	8
2 anos	24
3 anos	19
4 anos	13
> 4 anos	5
	69

48. GESTÃO DO CAPITAL

O Banco Santander Totta a nível consolidado procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos. Relativamente ao exercício de 2009, o Conselho de Administração do Banco propõe a distribuição de dividendos no montante de mEuros 240.000, o que corresponde a um dividendo de 0,41 Euros por acção.

No ano de 2008, e ao abrigo de Basileia II, o BST passou a utilizar o método standard para o risco de crédito e risco de mercado e o método do indicador básico para o risco operacional. A partir de Junho de 2009, utilizou o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método standard para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios).

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e os rácios prudenciais do Banco a nível consolidado no final dos exercícios de 2009 e 2008 (montantes expressos em milhões de Euros):

	Dez09 (*)	**Dez08**
	BIS II	BIS II
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.193	2.091
Capital Elegível	888	889
Reservas e Resultados Elegíveis (excluindo Interesses Minoritários)	860	725
Interesses Minoritários Elegíveis	489	421
Impactos de transição IAS (regime transitório)	114	143
Deduções aos F.P. Base	(158)	(87)
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	380	494
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	46	46
Passivos subordinados com vencimento determinado	300	300
Reservas de reavaliação	23	24
Outros Elementos	11	124
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	(9)	(8)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.564	2.577
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	24.074	24.956

RÁCIOS	**Dez09**	**Dez08**
TIER I (A/E)	9,1%	8,4%
CORE CAPITAL	7,6%	6,7%
TIER II (B/E)	1,6%	2,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	10,7%	10,3%

(*) De acordo com a Instrução 16/2004 do BdP, excluindo os resultados gerados em 2009, o rácio de adequação de fundos próprios é 9,7%, o Tier I é 7,9% e o Core Tier I é 6,6%.

O Banco Santander Totta a nível consolidado mantém níveis sólidos de capital, tal como é demonstrado pelo rácio core Tier I de 7,6% e rácio TIER I de 9,1% em 31 de Dezembro de 2009. O rácio de adequação de fundos próprios subiu de 10,3% em Dezembro de 2008 (Basileia II – método standard) para 10,7% em Dezembro de 2009 (Basileia II – método misto), tendo beneficiado da adopção de modelos avançados em algumas carteiras.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009(Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações em Circulação													
Obrigações de Caixa													
Agro(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	-	246	(10)	14.509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Archer-Daniels Midland Co; Monsanto Co; Syngenta AG; K+S AG; Agrium Inc
Agua(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	-	246	(10)	14.509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Veolia Environnement SA; ITT Industries Inc; Severn Trent, Plc; Suez SA; Aqua America Inc
Aqua Rendimento	EUR	59.669	-	59.669	1.002	-	1.002	21	60.692	Variável	21-Ago-2006	22-Ago-2011	Cabaz de Acções: Veolia Environnement SA; ITT Industries Inc; Severn Trent, Plc; Suez SA; Aqua America Inc; Pentair Inc; Geberit AG Reg; Pennon Group Plc; Aguas de Barcelona - Class A; Kurita Water Industries Ltd
Banca(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	-	288	101	16.183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Best Index	EUR	2.391	-	2.391	-	-	-	(3)	2.388	Variável	30-Mar-2007	30-Mar-2010	Cabaz de indices
Best of Sectors	EUR	69.547	-	69.547	-	-	-	118	69.665	Variável	4-Fev-2008	4-Fev-2010	Indice accionista
Bio Energia(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	-	246	(10)	14.509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Abengoa SA; AES Corp; Pacifc Ethanol Inc; Medis Technologies Ltd; Earth Biofuels Inc
Cabaz Mundial Euribor	EUR	7.650	-	7.650	-	-	-	(329)	7.321	Variável	21-Jan-2008	21-Jan-2011	Cabaz de 3 indices
Cabaz Mundial Euribor II	EUR	5.500	-	5.500	-	-	-	(269)	5.231	Variável	7-Mar-2008	7-Mar-2011	3 indices
Cabaz Mundial Euribor III	EUR	2.000	-	2.000	-	-	-	(575)	1.425	Variável	21-Mai-2008	21-Mai-2010	Euribor 3 meses
Cabaz Mundial Euribor IV	EUR	7.150	-	7.150	-	-	-	170	7.320	Variável	28-Jul-2008	28-Jul-2010	3 índices
Cabaz Mundial Outubro 2012	EUR	7.050	-	7.050	-	-	-	(2.399)	4.651	Variável	12-Out-2009	12-Out-2012	Cabaz de indices
Chumbo & Estanho (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	-	464	50	22.347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
Cobre & Niquel (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	-	464	50	22.347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
Competição Mundial	EUR	77.618	-	77.618	1.369	-	1.369	(129)	78.858	Variável	19-Jun-2006	21-Jun-2010	Cabaz de fundos: UBS (Lux) Equity Fund – European Opportunity B JPMorgan Funds– Middle East Equities A (Acc) DWS Invest TOP 50 Asia Fund Dexia Equities L Australia JPMorgan Funds – America Equity A (Acc) MLIIF Latin America Fund – Class A Non-distributing
Converg. Europeia (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	190	-	190	122	15.236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	2 indices accionistas
Distressed Securities Strategy (HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.276	-	18.276	418	-	418	28	18.722	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Diversificaçao Premium 7,50%	EUR	7.487	-	7.487	128	-	128	5	7.620	Variável	31-Jul-2006	2-Ago-2010	Indices: Dow Jones Euro Stoxx 50 - Price Return (Eur); iBoxx€ Sovereigns Eurozone Performance; Taxa Câmbio EUR/USD; HFRX Global Hedge Fund (USD)
Dividendos (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	190	-	190	122	15.236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	2 indices accionistas
Energias Renováveis 10% VI	EUR	5.900	-	5.900	-	-	-	(6)	5.894	Variável	25-Mar-2008	25-Mar-2011	Cabaz de acções
Eolica(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	-	246	(10)	14.509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Vestas Wind Systems AS; Gamesa Corporation tecnologica SA; FPL Group Inc; Clipper Windpower Plc; Iberdrola SA
Equity Hedge Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.276	-	18.276	418	-	418	28	18.722	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Euro Banca 7,00%	EUR	85.000	-	85.000	-	-	-	539	85.539	Variável	30-Abr-2007	30-Mai-2011	Cabaz de 5 acçoes e indice accionista
Euro Dolar Premium	EUR	10.846	-	10.846	-	-	-	(177)	10.669	Variável	6-Ago-2007	8-Ago-2011	Taxa Jur EUR3M e Tx.cambio EUR/USD
Euro Premium 7,00%	EUR	12.940	-	12.940	-	-	-	152	13.092	Variável	30-Abr-2007	2-Mai-2011	Cabaz de 10 acções e indice accionista
Event Driven Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.276	-	18.276	418	-	418	28	18.722	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Exposição Ásia 2010	EUR	3.375	-	3.375	-	-	-	(21)	3.354	Variável	29-Out-2007	29-Out-2010	Cabaz composto por 5 indices
Farmaceuticas I (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	-	279	50	14.510	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções: Akzo Nobel NV; Stada Arzneimittel A.G.; Roche Holding A.G.; Abbott Laboratories; Sonofi-Aventis

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009(Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações em Circulação													
Farmaceuticas II (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	-	279	50	14.510	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções: Swiss Life Holding; Takeda Pharmaceutical Co. Ltd; Pfizer Inc.; Novartis AG; GlaxoSmithkline Plc.
Gas Natural Premium 10%	EUR	9.189	-	9.189	-	-	-	(1)	9.188	Variável	25-Set-2006	27-Set-2010	Cabaz de Acções: Eni Spa; Iberdrola SA; RWE AG; Gaz de France; E.ON AG; ENEL Spa
Gasolina & Gas Natural (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	-	464	50	22.347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
Infra estrutura Global 2010	EUR	2.900	-	2.900	-	-	-	(23)	2.877	Variável	27-Dez-2007	27-Dez-2010	Indice accionista S&P Global infrastructure
Infra-estruturas Aeronautica (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	-	265	192	18.987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Infra-estruturas Energia (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	-	265	192	18.987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Infra-estruturas Telecomunicações (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	-	265	192	18.987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Infra-estruturas Transportes (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	-	265	192	18.987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Infra-estruturas Utilities (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	-	265	192	18.987	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acçoes
Investimento Premium 8,25%	EUR	15.020	-	15.020	-	-	-	(92)	14.928	Variável	26-Mar-2007	28-Mar-2011	Cabaz de 4 acções
Japão (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	190	-	190	122	15.236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	1 indice accionista
Macro Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.276	-	18.276	418	-	418	29	18.723	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Media (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	-	288	101	16.183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Mercado Accionista (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	-	112	(6)	13.944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	Dow Jones Euro Stoxx 50
Mercado Hedge Funds (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	-	112	(6)	13.944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	HFRX Global Hedge Fund (USD)
Mercado Imobiliario (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	-	112	(6)	13.944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	FTSE EPRA/NAREIT Europe Index
Mercado Monetário (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	-	112	(6)	13.944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	Indice European Central Bank Eonia Capitalization 7 day
Mercado Obrigaccionista (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	-	112	(6)	13.944	Variável	20-Dez-2005	17-Dez-2010	Indice iBoxx € Corporates A 5-7 - total return, com o código Bloomberg 'QX5T <INDEX>'
Obrigaçoes Europa 2ªSerie	EUR	1.210	-	1.210	-	-	-	(93)	1.117	Variável	9-Nov-2009	9-Nov-2012	Cabaz de acções
Oleo & Petroleo (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	-	464	50	22.347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
OPV Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	-	159	(6)	10.536	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Asia Pacific - price return; Nikkei 225
OPV E.U.A(OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	-	159	(6)	10.536	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 U.S. - price return; Standard&Poors 500 Composite price
OPV Europa e Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	-	159	(6)	10.536	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; IPOX - 30 Asia Pacific - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR ; Nikkei 225
OPV Europa e E.U.A (OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	-	159	(6)	10.536	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; IPOX - 30 U.S. - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR ; Standard&Poors 500 Composite price
OPV Europa(OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	-	159	(6)	10.536	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR
Ouro & Prata (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	-	464	50	22.347	Variável	3-Out-2005	29-Set-2010	Cabaz de Commodities
Performance Mais	EUR	63.096	-	63.096	67	-	67	(4.197)	58.966	Variável	24-Nov-2009	24-Nov-2014	Cabaz indices
Performance Mais II	EUR	13.731	-	13.731	4	-	4	(1.750)	11.985	Variável	22-Dez-2009	15-Jan-2015	Cabaz indices
Premium Bens de Luxo	EUR	11.778	-	11.778	-	-	-	(150)	11.628	Variável	17-Set-2007	19-Dez-2011	Cabaz de acções
Premium Energias	EUR	29.766	-	29.766	-	-	-	42	29.808	Variável	3-Mar-2008	3-Mar-2010	2 cabazes de acções (12 acções cada)
Relative Value Arbitrage Strategy (HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.275	-	18.275	418	-	418	29	18.722	Variável	7-Jun-2005	4-Jun-2010	HFRX Global Hedge Fund
Rendimento China 8%	EUR	100.447	-	100.447	1.475	-	1.475	426	102.348	Variável	22-Jan-2007	24-Jan-2011	Indice FTSE Xinhua China 25
Rendimento China Premium 10%	EUR	15.000	-	15.000	216	-	216	(97)	15.119	Variável	12-Fev-2007	14-Fev-2011	Indice FTSE Xinhua China 25
Rendimento Europeu	EUR	99.796	-	99.796	469	-	469	(5.205)	95.060	Variável	6-Ago-2009	6-Ago-2014	Indice accionista
Rendimento Premium 7,5% 2ª Serie	EUR	9.020	-	9.020	-	-	-	(47)	8.973	Variável	1-Jun-2006	1-Jun-2012	Indices: ABN AMRO Alfa Index Europe e Dow Jones Euro Stoxx 50 - Price Return

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009(Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações em Circulação													
Rendimento Valor Global	EUR	68.900	-	68.900	-	-	-	(1.312)	67.588	Variável	25-Set-2006	26-Set-2011	Indices Accionistas: FTSEuroFirst 80 - price return (EUR); FTSE Xinhua China 25 - price return; S&P Latin America 40; Stndard & Poor's 500 Composite Price; Nikkei 225
Santander Estrategia Rendimento Mais	EUR	13.332	-	13.332	311	-	311	(15)	13.628	Variável	2-Mai-2005	3-Mai-2010	Índice Deutsche Bank Forward Rate Bias EUR ("Índice FRB EUR")
Santander Rendimento Certo	EUR	19.963	-	19.963	-	-	-	612	20.575	5,30%	31-Jan-2005	31-Jan-2013	Euribor 1 ano
Santander Rendimento Cresce 6%	EUR	15.719	-	15.719	342	-	342	321	16.382	Variável	25-Ago-2005	25-Ago-2011	Dow Jones Stoxx Small 200 Index; Dow Jones Stoxx Small 50 Index
Santander Totta Diversificaçao Invest	EUR	95.651	-	95.651	891	-	891	(5.217)	91.325	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2017	Cabaz indices
Sector Banca Abril 2010	EUR	1.235	-	1.235	-	-	-	(1)	1.234	Variável	28-Abr-2008	28-Abr-2010	Cabaz de acções
Seguros (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	-	288	101	16.183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Solar (ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	-	246	(10)	14.509	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Solarworld AG; Q-Cells AG; Energy Conversion Devices Inc; Conergy AG; Evergreen Solar Inc
Super Rendimento Campeão	EUR	58.907	-	58.907	-	-	-	(592)	58.315	Variável	23-Ago-2007	23-Nov-2012	Cabaz de 5 acções
Super Rendimento Mercados Emergentes	EUR	91.771	-	91.771	1.805	-	1.805	(49)	93.527	Variável	23-Jan-2006	25-Jan-2010	Cabaz de Fundos
Taxas de Câmbio (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	190	-	190	122	15.236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	taxas de cambio
Taxas de Juro (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	190	-	190	122	15.236	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	taxa de juro swap usd
Tecnologias Médicas I (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	-	279	50	14.510	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções;: McKesson Corp.; T&D Holdings Inc; Boston Scientific Corp.; GenzymeCorp.; Allergan Inc.
Tecnologias Médicas II (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	-	279	50	14.510	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções: Amgen Inc.; Wellpoint Inc.; Merck KGaA; Cardinal Health Inc.; Nobel Biocare Holdig A.G.
Tecnologias Médicas III (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	-	279	50	14.510	Variável	7-Nov-2006	8-Nov-2010	Cabaz de Acções: UnitedHealth Group Inc; Aetna Inc; Johnson&Jonhson; CSL Limited; IMS Health Inc.
Telecomunicações(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	-	288	101	16.183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Totta Asia Investimento	EUR	59.243	-	59.243	3.705	-	3.705	(396)	62.552	Variável	3-Abr-2006	5-Abr-2010	Cabaz de Fundos
Totta MultInvestimento	EUR	84.511	-	84.511	6.766	-	6.766	534	91.811	Variável	28-Fev-2006	28-Fev-2011	Cabaz de Fundos
Totta Rendimento Certo	EUR	54.986	-	54.986	-	-	-	1.685	56.671	Variável	31-Jan-2005	31-Jan-2013	Euribor a 1 ano
Totta Rendimento Cresce 6%	EUR	57.053	-	57.053	1.241	-	1.241	1.165	59.459	Variável	25-Ago-2005	25-Ago-2011	Dow Jones Stoxx Small 200 Index; Dow Jones Stoxx Small 50 Index
Utilities (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	-	288	101	16.183	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Valor Premium	EUR	11.665	-	11.665	-	-	-	(51)	11.614	Variável	25-Jun-2007	27-Jun-2011	Indice Accionista FtseUROFIRST 80
		2.078.171	**-**	**2.078.171**	**31.896**	**-**	**31.896**	**(14.799)**	**2.095.268**				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias													
Covered Bonds Hipotecárias	EUR	1.000.000	-	1.000.000	28.695	-	28.695	34.783	1.063.478	Variável	23-Mai-2008	23-Mai-2011	Tx Fixa
Covered Bonds Hipotecárias 2ª Emissão	EUR	1.000.000	-	1.000.000	4.489	-	4.489	(1.925)	1.002.564	Variável	21-Out-2009	21-Out-2014	Tx Fixa
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	285.313	195.807	89.506	422	11	411	-	89.917	Variável	25-Jul-2003	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 2 - Classe A - Notes	EUR	931.627	81.971	849.656	3.154	4	3.150	-	852.806	Variável	23-Dez-2003	30-Set-2036	Euribor 3m+0,22% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2012); Euribor 3m+0,44% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 3 - Classe A - Notes	EUR	1.534.105	270.916	1.263.189	(468)	13	(481)	-	1.262.708	Variável	13-Dez-2004	30-Dez-2047	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2013); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1.388.416	108.800	1.279.616	(2.893)	5	(2.898)	-	1.276.718	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009(Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações em Circulação													
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	1.306.839	59.437	1.247.402	167	45	122	-	1.247.524	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
		7.446.300	**716.931**	**6.729.369**	**33.566**	**78**	**33.488**	**32.858**	**6.795.715**				
		9.524.471	**716.931**	**8.807.540**	**65.462**	**78**	**65.384**	**18.059**	**8.890.983**				
Outros													
EMTN's	EUR	2.564.570	-	2.564.570	20.999	-	20.999	(25.459)	2.560.110				
EURO COMMERCIAL PAPER	EUR	2.514.972	-	2.514.972	1.803	-	1.803	-	2.516.775				
EURO COMMERCIAL PAPER	GBP	698.363	-	698.363	735	-	735	-	699.098				
EURO COMMERCIAL PAPER	USD	166.430	-	166.430	95	-	95	-	166.525				
		5.944.335	**-**	**5.944.335**	**23.632**	**-**	**23.632**	**(25.459)**	**5.942.508**				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS		**15.468.806**	**716.931**	**14.751.875**	**89.094**	**78**	**89.016**	**(7.400)**	**14.833.491**				

ANEXO II

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
EMTN	EUR	300.000	-	300.000	191	-	191	300.191	1,00%	9 Dezembro de 2015	9 de Dezembro de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	284.315	270.447	13.868	203	193	10	13.878	2,61%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	172.833	145.110	27.723	406	135	271	27.994	2,73%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	54.359	50.084	4.275	532	490	42	4.317	2,73%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		811.507	465.641	345.866	1.332	818	514	346.380			

Relatórios e Pareceres Consolidados

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 do Banco Santander Totta, S.A. e subsidiárias ("Banco" ou "BST"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 45.680.963 mEuros e capital próprio total de 2.731.019 mEuros, incluindo um resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST de 472.996 mEuros, as Demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Totta, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2009, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 21 de Abril de 2010

Augusta Francisco

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Santander Totta

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, SA**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2009.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **BANCO SANTANDER TOTTA, SA** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.

4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respectivo relatório anual do Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.

5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2009, Demonstração dos resultados, Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pelo **BANCO SANTANDER TOTTA, SA**, no fim do exercício e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.

6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

Santander Totta

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, SA**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2009.

Lisboa, 22 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

António Mendo Castel-Branco Borges (Presidente)

Mazars & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2009 Valor antes de Imparidade e Amortizações	2009 Amortizações, Provisões e Imparidade	2009 Valor líquido	2008 Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	699.509	-	699.509	490.533
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	170.694	-	170.694	275.750
Activos financeiros detidos para negociação	6	1.710.543	-	1.710.543	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	599.894	-	599.894	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	8	10.612.966	43.344	10.569.622	7.587.181
Aplicações em instituições de crédito	9	7.575.665	-	7.575.665	5.780.877
Crédito a clientes	10	28.345.755	239.600	28.106.155	28.576.123
Derivados de cobertura	11	246.133	-	246.133	256.496
Activos não correntes detidos para venda	12	136.099	40.480	95.619	100.070
Outros activos tangíveis	13	770.921	406.508	364.413	369.211
Activos intangíveis	13	252.643	182.502	70.141	56.498
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	458.182	-	458.182	468.933
Activos por impostos correntes	15	2.689	-	2.689	5.319
Activos por impostos diferidos	15	190.985	-	190.985	178.076
Outros activos	16	635.845	7.926	627.919	572.239
Total do Activo		52.408.523	920.360	51.488.163	46.686.716

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
Passivo			
Recursos de bancos centrais	17	2.026.812	2.404.151
Passivos financeiros detidos para negociação	6	1.276.727	1.122.852
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18	502.639	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	19	11.339.497	6.380.898
Recursos de clientes e outros empréstimos	20	15.253.588	15.301.954
Responsabilidades representadas por títulos	21	6.721.419	5.447.219
Passivos financeiros associados a activos transferidos	22	10.170.904	11.680.788
Derivados de cobertura	11	219.093	155.102
Provisões	23	288.425	289.350
Passivos por impostos correntes	15	12.485	1.021
Passivos por impostos diferidos	15	24.212	32.069
Outros passivos subordinados	24	1.178.253	1.188.879
Outros passivos	25	371.908	272.825
Total do Passivo		49.385.962	44.777.872
Capital Próprio			
Capital	26	589.811	589.811
Prémios de emissão	26	163.703	163.703
Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000
Reservas de reavaliação	26	21.218	8.278
Outras reservas e resultados transitados	26	753.651	657.081
(Acções próprias)	26	(230)	(230)
Resultado líquido do exercício		439.048	355.201
Total do Capital Próprio		2.102.201	1.908.844
Total do Passivo e do Capital Próprio		51.488.163	46.686.716

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	28	2.129.627	2.959.416
Juros e encargos similares	29	(1.552.738)	(2.454.779)
Margem financeira		576.889	504.637
Rendimentos de instrumentos de capital	30	114.541	115.809
Rendimentos de serviços e comissões	31	362.758	359.224
Encargos com serviços e comissões	32	(47.078)	(50.882)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	32.716	27.721
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	403	672
Resultados de reavaliação cambial	34	3.726	9.103
Resultados de alienação de outros activos	34	61.187	1.528
Outros resultados de exploração	35	979	10.907
Produto bancário		1.106.121	978.719
Custos com o pessoal	36	(293.928)	(275.881)
Gastos gerais administrativos	37	(151.180)	(149.030)
Amortizações do exercício	13	(63.385)	(61.681)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	11.566	(22.456)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(89.780)	(13.583)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(1.431)	(254)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(15.407)	(20.954)
Resultado antes de impostos		502.576	434.880
Impostos			
Correntes	15	(87.063)	(64.023)
Diferidos	15	23.535	(15.656)
Resultado líquido do exercício		439.048	355.201
Acções em circulação		589.757.747	589.766.295
Resultado por acção (em Euros)		0,74	0,60

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de	
	2009	2008
Resultado líquido do exercício	439.048	355.201
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados		
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda	49.602	3.497
. Impacto fiscal	(12.896)	(3.179)
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa	(32.544)	58.366
. Impacto fiscal	8.625	(15.467)
	12.787	43.217
Rendimento integral do exercício	451.835	398.418

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

				Reservas de Reavaliação			Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reavaliação	Por impostos	Total	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Acções próprias	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	**589.811**	**163.703**	**135.000**	**(52.189)**	**16.216**	**(35.973)**	**643.932**	**(80.432)**	**563.500**	**(177)**	**343.399**	**1.759.263**
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2007	-	-	-	-	1.034	1.034	34.340	108.025	142.365	-	(143.399)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(48.784)	(48.784)	-	-	(48.784)
Compra de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53)	-	(53)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	61.863	(18.646)	43.217	-	-	-	-	355.201	398.418
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**589.811**	**163.703**	**135.000**	**9.674**	**(1.396)**	**8.278**	**678.272**	**(21.191)**	**657.081**	**(230)**	**355.201**	**1.908.844**
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2008	-	-	-	-	153	153	35.520	89.528	125.048	-	(125.201)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230.000)	(230.000)
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(28.478)	(28.478)	-	-	(28.478)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	17.058	(4.271)	12.787	-	-	-	-	439.048	451.835
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**589.811**	**163.703**	**135.000**	**26.732**	**(5.514)**	**21.218**	**713.792**	**39.859**	**753.651**	**(230)**	**439.048**	**2.102.201**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	2.355.613	2.989.790
Pagamento de juros e comissões	(1.647.763)	(2.246.459)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(470.794)	(439.804)
Contribuições para o fundo de pensões	(72.772)	(212.400)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(2.200)	6.865
Recuperação de créditos incobráveis	7.039	12.922
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	169.123	110.914
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(1.807.414)	(59.471)
Activos financeiros detidos para negociação	(336.896)	(26.627)
Créditos a clientes	340.688	(2.539.805)
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	61.888	326.099
Activos não correntes detidos para venda	(14.567)	(56.356)
Outros activos	2.416	20.868
	(1.753.885)	(2.335.292)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	4.619.430	(258.572)
Recursos de clientes e outros empréstimos	33.895	3.751.122
Passivos financeiros detidos para negociação	153.875	(90.508)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(1.469.368)	3.135.646
Outros passivos	369	7.200
	3.338.201	6.544.888
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1.753.439	4.320.510
Impostos pagos	(46.952)	(69.497)
Caixa líquida das actividades operacionais	1.706.487	4.251.013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	114.541	115.809
Aquisição de activos disponíveis para venda	(4.905.676)	(4.462.917)
Alienação/reembolso de activos disponíveis para venda	2.085.039	736.298
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	180.055	284.768
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(73.687)	(70.680)
Vendas de activos tangíveis	688	2.544
Investimentos em empresas filiais e associadas	66.590	23
Caixa líquida das actividades de investimento	(2.532.450)	(3.394.155)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(230.000)	(200.000)
Emissão/(reembolso) de dívida titulada e subordinada	1.268.825	(423.625)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(59.513)	(80.674)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(49.429)	(68.275)
Caixa líquida das actividades de financiamento	929.883	(772.574)
Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	103.920	84.284
Caixa e seus equivalentes no início do período	766.283	681.999
Caixa e seus equivalentes no fim do período	870.203	766.283

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BST") foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sedeado em Portugal. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição do Banco Totta & Açores, S.A. (totta) pelo Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2009 e de 2008 encontram-se detalhados na Nota 40.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporada por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 698 balcões (692 balcões em 31 de Dezembro de 2008) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas. No exercício de 2007 foi deliberado pelo Conselho de Administração do BST proceder ao encerramento da Sucursal do Luxemburgo, o que se concretizou durante o ano de 2009.

Em Outubro de 2009 o Conselho de Administração do Banco aprovou um projecto de fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A., nos termos dos artigos 97º e 98º do Código das Sociedades Comerciais. A fusão para efeitos contabilísticos e fiscais será efectuada com data de 1 de Janeiro de 2010. A concretização desta fusão por incorporação foi autorizada pelo Banco de Portugal em carta de 11 de Fevereiro de 2010.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da Norma IAS 19.

Até Junho de 2008 inclusive, de acordo com os Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro e nº 12/2005 de 30 de Dezembro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto decorrente da transição para os IAS/IFRS relativo a benefícios aos empregados, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, podia ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, cujo plano de amortização podia ir até 31 de Dezembro de 2011 (Nota 38). A partir de Junho de 2008, de acordo com o Aviso nº 7/2008 do Banco de Portugal de 14 de Outubro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto ainda por reconhecer em 30 de Junho de 2008, passa a poder ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à prevista nos avisos anteriores, isto é, até 31 de Dezembro de 2014 para a parte referente aos impactos da alteração da tábua de mortalidade e das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e 31 de Dezembro de 2012 para os restantes impactos.

iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

No exercício de 2009, o Banco adoptou a Norma IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, que define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo a Norma IAS 14 – “Relato por Segmentos”. A informação sobre os segmentos operacionais, que correspondem aos segmentos de negócio do Banco, é apresentada na Nota 3.

Adicionalmente, o Banco adoptou as alterações efectuadas na Norma IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras”, sendo o principal impacto ao nível dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras. Nesse sentido, o Banco passou a apresentar a “Demonstração de rendimento integral” requerida pela Norma e alterou a “Demonstração de alterações nos capitais próprios” em conformidade.

No exercício de 2009, o Banco adoptou as alterações à Norma IFRS 7 que introduziu requisitos adicionais de divulgação em termos de risco de liquidez e determinação de justo valor. Essas divulgações estão incluídas na Nota 42.

O Banco considerou ainda 2009 as alterações às Normas IAS 1 e IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação”, que esclarecem os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação de instrumentos financeiros com uma opção de venda, nomeadamente, se em passivos financeiros ou em instrumentos de capital. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

No exercício de 2009, o Banco considerou as alterações às Normas IFRIC 9 e IAS 39 (Alterações) – “Derivados embutidos”, que clarificam que em caso de reclassificação de instrumentos financeiros para fora da categoria de “ao justo valor por contrapartida de resultados”, nos termos da alteração da IAS 39, devem ser analisados os derivados embutidos e se necessário, contabilizá-los separadamente nas demonstrações financeiras. Estas alterações também não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

O Banco analisou ainda a Norma IFRIC 16, sobre a cobertura de um investimento líquido numa operação no estrangeiro, mas a aplicação desta interpretação não teve igualmente impacto nas suas demonstrações financeiras.

Em 2009, o Banco analisou as alterações à Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada". As alterações efectuadas ao texto desta norma correspondem essencialmente à clarificação dos critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, no âmbito de uma operação de reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. Estas alterações também não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras.

No exercício de 2008, o Banco analisou as alterações verificadas nas Normas IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, endossadas pela União Europeia, sobre reclassificação de instrumentos financeiros. No entanto, o Banco optou por não efectuar quaisquer reclassificações.

O Banco analisou ainda em 2008 a alteração na IFRIC 14 – Limite no reconhecimento de activos em planos de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção, a qual não teve impacto nas suas contas dado que o Banco cumpre os requisitos mínimos definidos para o plano de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2009, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e pelo "Internacional Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 3 (Alteração) – "Concentrações de actividades empresariais" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do "Goodwill" apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer como resultado de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

  A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IAS 39 (Alteração) – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" – A revisão efectuada ao texto desta norma pretende clarificar dois aspectos relacionados com contabilidade de cobertura, nomeadamente a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções. Com esta alteração, apenas se pode designar como risco coberto a componente de inflação relacionada com fluxos de caixa de instrumentos financeiros se essa componente estiver especificada contratualmente. As opções podem ser designadas como de cobertura de justo valor ou de fluxos de caixa, mas esta alteração esclarece que apenas o valor intrínseco da opção e não o valor temporal reflecte o risco e, como tal, se for designada a opção na sua totalidade para cobertura de um risco, deverá existir ineficácia de cobertura. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IFRIC 17 – "Distribuição de dividendos em espécie" – Esta interpretação clarifica o tratamento contabilístico dos dividendos em espécie a distribuir a accionistas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

  Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas, nas demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não implicará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 2 (Alteração) – "Pagamento com base em acções" – As alterações efectuadas ao texto desta norma clarificam o tratamento contabilístico numa subsidiária em caso de transacções em que o pagamento seja efectuado em dinheiro ou acções por outra empresa do grupo. Caso uma subsidiária receba bens ou serviços de empregados ou fornecedores que sejam pagos em dinheiro ou acções pela empresa mãe ou outra empresa do grupo, a subsidiária deve contabilizar esses bens e serviços recebidos independentemente da empresa do grupo que proceda ao seu pagamento, seja este bem dinheiro ou em acções. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010.

- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

- IAS 24 (Alteração) – Entidades relacionadas" – A revisão efectuada ao texto desta Norma implica alterações às divulgações apresentadas relativas a entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.

- IFRIC 14 – "O limite sobre o activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção". A alteração efectuado ao texto desta interpretação pretende clarificar a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades de serviços futuros. É de aplicação obrigatória por exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.

- IFRIC 19 – "Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio". Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico relativo à liquidação de passivos mediante emissão de tratamentos de capital próprio, bem como os critérios de valorização desses instrumentos. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

As demonstrações financeiras do BST relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que o mesmo opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais o Banco exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que o Banco exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análise de perdas por imparidade.

As participações em empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (activos não monetários valorizados ao custo histórico) são convertidas à taxa de câmbio histórica da data da transacção, conforme previsto na Norma IAS 21.

d) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e empréstimos titulados (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo.

O Banco classifica nas rubricas de crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e para os quais os respectivos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e as perdas de imparidade são totais. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de "Outros resultados de exploração".

Crédito titularizado não desreconhecido

O BST não desreconheceu do activo os créditos à habitação titularizados nas operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004 (Nota 39), dado que reteve a maior parte dos riscos e benefícios associados à posse dos créditos. As operações de titularização realizadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004 foram desreconhecidas.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados em conta própria "Activos titularizados não desreconhecidos" (Nota 10) e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o prazo das operações de crédito.

Os fundos recebidos pelas operações de titularização são registados, na data de recebimento, na rubrica de "Passivos financeiros associados a activos transferidos" (Nota 22).

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

Provisões para riscos de crédito

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro) e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

A partir do exercício de 2007, os reforços das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, relativamente ao crédito que se encontre garantido por direitos reais sobre bens imóveis, deixaram de ser aceites como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

  . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
  . Estarem em incumprimento há mais de: (a) seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos; (b) doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos; e c) vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

É ainda constituída uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de créditos. Esta provisão não foi aceite como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

- Das participações financeiras;

- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do Artigo 15º do Aviso nº 3/95, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido e garantias e avales prestados, não identificados especificamente.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário; e

- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003, os reforços desta provisão deixaram de ser aceites para efeitos de cálculo dos impostos correntes. Em 2008 e 2009, não foram aceites como custo fiscal o líquido entre constituições e reposições da provisão para riscos gerais de crédito.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 34). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses créditos, líquido de provisões. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

e) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com o preconizado nas Normas IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados e passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como instrumentos financeiros derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados que o Banco optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, bem como o respectivo funding.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash-flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash-flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade, como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Empréstimos e contas a receber

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

Correspondem a activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No momento do reconhecimento inicial, estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período de vida das operações.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponderá à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Outros passivos subordinados” e “Responsabilidades representadas por títulos”.

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

vi) Imparidade em activos financeiros

O Banco efectua análises periódicas de imparidade dos seus activos financeiros, com excepção dos correspondentes a crédito concedido a clientes e outros valores a receber, conforme referido na alínea d) supra.

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente a estes critérios objectivos de imparidade, o BST considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Banco considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento, sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O BST utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo BST.

Nos termos previstos na Norma IAS 39.88, é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
  - Identificação do instrumento de cobertura;
  - Identificação do elemento coberto;
  - Identificação do tipo de risco coberto; e
  - Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação do justo valor do elemento coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação do justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O BST tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Adicionalmente, o Banco tem instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros a pagar em passivos emitidos.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura será reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior. Em média corresponde a um período de 10 anos.

Conforme previsto na Norma IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuadas avaliações aos imóveis de modo a apurar perdas por imparidade. No caso de balcões, é efectuada uma análise aos resultados de cada unidade geradora de fluxos de caixa, sendo consideradas perdas por imparidade nas situações em que o valor do imóvel não é recuperado através do seu uso nas operações. Para estes casos, o valor da imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido do imóvel e o seu valor de avaliação. Os critérios referidos nas avaliações consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante do relatório de avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a Norma IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e imparidades acumuladas) e são igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

O Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos, em virtude de não existir uma expectativa suficientemente comprovada da sua realização e tendo em conta a evolução do mercado imobiliário.

O Conselho de Administração do Banco considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade do mercado.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a riscos fiscais, processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade do BST, de acordo com a Norma IAS 37 (Nota 23).

k) Benefícios de empregados

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Os empregados do ex – totta estão inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores consiste no pagamento de complementos. Para os trabalhadores abrangidos pelo plano de benefício definido e que não estão inscritos na Segurança Social, o Banco é responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco estão inscritos na Segurança Social e estão abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões separado (Nota 38). Em 2009, o Banco reconheceu na rubrica de "Custos com o pessoal" o custo do exercício e uma contribuição extraordinária para o financiamento do plano.

Em 1 de Janeiro de 2005, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo então efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2005, bem como os decorrentes da adopção da Norma IAS 19 estão a ser amortizados por contrapartida de resultados transitados durante o período transitório estabelecido pelo Banco de Portugal.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados; e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são registados como um activo ou um passivo. O seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do total das responsabilidades ou do valor do fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O BST regista em "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;

- Custo dos serviços correntes; e

- Custo com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

Em 2008 o Banco utilizou o remanescente da provisão para reestruturação de que dispunha para fazer face aos acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada.

Nos termos dos Avisos nº 7/2008 e nº 4/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação da Norma IAS 19 em 1 de Janeiro de 2005 (no montante de mEuros 636.659) foi reconhecido na rubrica de "Outros activos" e está a ser amortizado por contrapartida de resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e à alteração da tábua de mortalidade, cuja amortização será efectuada até 31 de Dezembro de 2014. De notar que este plano de amortização de prestações uniformes até 30 de Junho de 2008 tinha como datas limite 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2011, respectivamente.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da Norma IAS 19.

O Banco dotou o Fundo de Pensões de forma a proceder à cobertura da totalidade das suas responsabilidades com benefícios de empregados, incluindo o SAMS.

l) Prémio de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de "Outros passivos – prémios de antiguidade" (Nota 25).

m) Impostos sobre os lucros

O BST está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 33º-A do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

De acordo com o Artigo 86º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 83º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 60% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 40º e no Artigo 69º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implica que a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis seja de 25%, aplicando-se os 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Para efeito de registo dos impostos diferidos activos relativos ao ajustamento das responsabilidades com pensões para IAS/IFRS, calculado com referência a 1 de Janeiro de 2005, foi excluído da base de cálculo um montante de aproximadamente mEuros 94.259 que correspondia a mEuros 25.921 de imposto. Este imposto diferido activo não foi registado pelo facto do Banco considerar que existia o risco de não vir a ser recuperável.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, a amortização das responsabilidades relativas a benefícios a empregados registadas na rubrica de "Outros activos" em 1 de Janeiro de 2005, bem como os ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa.

n) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O BST paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor em 2009 e 2008 está incluída na Nota 41.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios de empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando nomeadamente tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Por outro lado, o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões estimado. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.2 e) e f) supra. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as NCA, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável. Para o efeito, o Orçamento do Estado para 2007 consagrou um conjunto de normas, aplicáveis ao exercício de 2006, as quais irão vigorar até que sejam introduzidas no Código do IRC as necessárias alterações no sentido de o adequar às novas realidades introduzidas pelas IAS/IFRS.

As normas transitórias em apreço, relativas a um conjunto realidades decorrentes da introdução das NCA, foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 e 2008, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela Norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Banco são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2009 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	48.175	513.214	73.607	(58.107)	576.889
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	114.541	114.541
Margem Financeira Alargada	48.175	513.214	73.607	56.434	691.430
Comissões líquidas	33.108	263.677	17.398	1.497	315.680
Outros Resultados da Actividade Bancária	-	12.321	271	(11.613)	979
Margem Comercial	81.283	789.212	91.276	46.318	1.008.089
Resultado de Operações Financeiras	15.254	1.007	1.496	80.275	98.032
Produto Bancário	96.537	790.219	92.772	126.593	1.106.121
Custos de transformação	(10.786)	(407.461)	(25.883)	(978)	(445.108)
Amortizações	(1.176)	(59.600)	(3.488)	879	(63.385)
Margem de Exploração	84.575	323.158	63.401	126.494	597.628
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(3.147)	(87.331)	(11.558)	6.984	(95.052)
Resultado antes de Impostos	81.428	235.827	51.843	133.478	502.576
Impostos	(10.293)	(29.810)	(6.553)	(16.872)	(63.528)
Resultado Líquido do exercício	71.135	206.017	45.290	116.606	439.048

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2009, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito Hipotecário	-	16.239.517	-	-	16.239.517
Crédito ao Consumo	-	1.662.209	-	-	1.662.209
Outros Créditos	3.432.894	2.285.882	4.485.653	-	10.204.429
	3.432.894	20.187.608	4.485.653	-	28.106.155
Total de activos afectos	3.432.894	20.187.608	4.485.653	-	28.106.155
Activos não afectos					23.382.008
Total do activo					51.488.163
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	231.296	13.143.428	1.878.864	-	15.253.588
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	766.407	1.558.625	4.396.387	6.721.419
	231.296	13.909.835	3.437.489	4.396.387	21.975.007
Garantias e Avales	393.861	233.813	1.091.312	-	1.718.986
Fundos de Investimento	-	2.990.285	592.097	-	3.582.382

A demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2008 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	23.462	505.221	52.874	(76.920)	504.637
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	115.809	115.809
Margem Financeira Alargada	23.462	505.221	52.874	38.889	620.446
Comissões líquidas	18.426	265.775	22.469	1.672	308.342
Outros Resultados da Actividade Bancária	-	17.928	2.554	(9.575)	10.907
Margem Comercial	41.888	788.924	77.897	30.986	939.695
Resultado de Operações Financeiras	27.771	10.416	10.039	(9.202)	39.024
Produto Bancário	69.659	799.340	87.936	21.784	978.719
Custos de transformação	(5.546)	(397.781)	(24.950)	3.366	(424.911)
Amortizações	(331)	(57.997)	(3.358)	5	(61.681)
Margem de Exploração	63.782	343.562	59.628	25.155	492.127
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(743)	(19.467)	(4.673)	(32.364)	(57.247)
Resultado antes de Impostos	63.039	324.095	54.955	(7.209)	434.880
Impostos	(11.550)	(59.381)	(10.069)	1.321	(79.679)
Resultado Líquido do exercício	51.489	264.714	44.886	(5.888)	355.201

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2008, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito Hipotecário	-	15.988.455	-	-	15.988.455
Crédito ao Consumo	-	1.547.890	-	-	1.547.890
Outros Créditos	4.539.322	3.372.361	3.128.095	-	11.039.778
	4.539.322	20.908.706	3.128.095	-	28.576.123
Total de activos afectos	4.539.322	20.908.706	3.128.095	-	28.576.123
Activos não afectos					18.110.047
Total do activo					46.686.170
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	733.789	13.322.772	1.245.393	-	15.301.954
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	1.052.529	1.297.752	3.096.938	5.447.219
	733.789	14.375.301	2.543.145	3.096.938	20.749.173
Garantias e Avales	456.840	257.360	901.588	-	1.615.788
Fundos de Investimento	-	2.026.326	471.672	-	2.497.998

De seguida é apresentada a informação geográfica, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2009, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.448	61	-	-	-	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	177.556	2.497	4.275	400	(14.034)	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.695.604	30.131	-	-	(15.192)	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.569.622	-	-	-	-	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	8.960.647	1.407.200	33.369	-	(2.825.551)	7.575.665
Crédito a clientes	26.655.480	1.443.385	7.290	-	-	28.106.155
Derivados de cobertura	246.133	-	-	-	-	246.133
Activos não correntes detidos para venda	95.619	-	-	-	-	95.619
Outros activos tangíveis	364.066	347	-	-	-	364.413
Activos intangíveis	69.658	483	-	-	-	70.141
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	458.182	-	-	-	-	458.182
Activos por impostos correntes	2.689	-	-	-	-	2.689
Activos por impostos diferidos	190.406	579	-	-	-	190.985
Outros activos	653.059	102	-	1	(25.243)	627.919
Total do Activo Líquido	51.438.063	2.884.785	44.934	401	(2.880.020)	51.488.163
Passivo						
Recursos de bancos centrais	2.026.810	2	-	-	-	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	1.261.837	30.082	-	-	(15.192)	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	13.333.118	841.217	3.126	-	(2.837.964)	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.628.092	586.710	38.786	-	-	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	6.221.126	500.293	-	-	-	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.170.904	-	-	-	-	10.170.904
Derivados de cobertura	219.093	-	-	-	-	219.093
Provisões	271.418	16.647	73	287	-	288.425
Passivos por impostos correntes	11.610	875	-	-	-	12.485
Passivos por impostos diferidos	24.212	-	-	-	-	24.212
Outros passivos subordinados	330.331	847.922	-	-	-	1.178.253
Outros passivos	371.038	2.594	5	137	(1.866)	371.908
Total do Passivo	49.372.228	2.826.342	41.990	424	(2.855.022)	49.385.962
Capitais próprios						
Capitais próprios	2.065.835	58.443	2.944	(23)	(24.998)	2.102.201
Total do passivo e dos capitais próprios	51.438.063	2.884.785	44.934	401	(2.880.020)	51.488.163

Em 31 de Dezembro de 2008, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	490.440	67	-	26	-	490.533
Disponibilidades em outras instituições de crédito	281.352	2.145	6.272	183	(14.202)	275.750
Activos financeiros detidos para negociação	1.368.526	2.066	-	-	-	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	598.818	-	-	-	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	7.587.181	-	-	-	-	7.587.181
Aplicações em instituições de crédito	8.407.439	2.259.605	65.369	5.020	(4.956.556)	5.780.877
Crédito a clientes	26.542.515	2.016.536	14.704	2.368	-	28.576.123
Derivados de cobertura	256.496	-	-	-	-	256.496
Activos não correntes detidos para venda	100.070	-	-	-	-	100.070
Outros activos tangíveis	368.770	407	-	34	-	369.211
Activos intangíveis	56.452	30	-	16	-	56.498
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	468.933	-	-	-	-	468.933
Activos por impostos correntes	5.319	-	-	-	-	5.319
Activos por impostos diferidos	178.076	-	-	-	-	178.076
Outros activos	598.061	210	-	42	(26.074)	572.239
Total do Activo Líquido	47.308.448	4.281.066	86.345	7.689	(4.996.832)	46.686.716
Passivo						
Recursos de bancos centrais	2.404.137	14	-	-	-	2.404.151
Passivos financeiros detidos para negociação	1.120.934	1.918	-	-	-	1.122.852
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	-	-	-	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	9.308.561	2.036.095	-	6.962	(4.970.720)	6.380.898
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.832.797	386.077	82.298	782	-	15.301.954
Responsabilidades representadas por títulos	4.518.215	929.004	-	-	-	5.447.219
Passivos financeiros associados a activos transferidos	11.680.788	-	-	-	-	11.680.788
Derivados de cobertura	155.102	-	-	-	-	155.102
Provisões	261.215	27.720	145	270	-	289.350
Passivos por impostos correntes	-	1.021	-	-	-	1.021
Passivos por impostos diferidos	32.069	-	-	-	-	32.069
Outros passivos subordinados	331.632	857.247	-	-	-	1.188.879
Outros passivos	269.308	3.310	1	244	(38)	272.825
Total do Passivo	45.415.522	4.242.406	82.444	8.258	(4.970.758)	44.777.872
Capitais próprios						
Capitais próprios	1.892.926	38.660	3.901	(569)	(26.074)	1.908.844
Total do passivo e dos capitais próprios	47.308.448	4.281.066	86.345	7.689	(4.996.832)	46.686.716

Em 31 de Dezembro de 2009, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total
Juros e rendimentos similares	1.880.720	354.151	1.813	82	(107.139)	2.129.627
Juros e encargos similares	(1.333.703)	(325.049)	(1.088)	(37)	107.139	(1.552.738)
Margem financeira	547.017	29.102	725	45	-	576.889
Rendimentos de instrumentos de capital	114.541	-	-	-	-	114.541
Rendimentos de serviços e comissões	356.216	6.603	-	12	(73)	362.758
Encargos com serviços e comissões	(46.742)	(400)	-	(9)	73	(47.078)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32.716	-	-	-	-	32.716
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	403	-	-	-	-	403
Resultados de reavaliação cambial	3.569	161	(4)	-	-	3.726
Resultados de alienação de outros activos	61.187	(2)	-	2	-	61.187
Outros resultados de exploração	1.116	(115)	(49)	27	-	979
Produto Bancário	1.070.023	35.349	672	77	-	1.106.121
Custos com o pessoal	(288.877)	(4.912)	-	(139)	-	(293.928)
Gastos gerais administrativos	(149.521)	(1.185)	-	(474)	-	(151.180)
Amortizações do exercicio	(63.128)	(257)	-	-	-	(63.385)
Provisões líquidas de reposições e anulações	680	11.073	-	(259)	72	11.566
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(87.248)	(3.202)	72	670	(72)	(89.780)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.431)	-	-	-	-	(1.431)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(15.407)	-	-	-	-	(15.407)
Resultados antes de impostos	465.091	36.866	744	(125)	-	502.576
Impostos correntes	(85.365)	(1.800)	-	102	-	(87.063)
Impostos diferidos	22.956	579	-	-	-	23.535
Resultado líquido do exercício	402.682	35.645	744	(23)	-	439.048

Em 31 de Dezembro de 2008, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total
Juros e rendimentos similares	2.907.810	316.847	3.937	777	(269.955)	2.959.416
Juros e encargos similares	(2.423.725)	(297.212)	(3.353)	(444)	269.955	(2.454.779)
Margem financeira	484.085	19.635	584	333	-	504.637
Rendimentos de instrumentos de capital	115.809	-	-	-	-	115.809
Rendimentos de serviços e comissões	354.381	4.884	3	16	(60)	359.224
Encargos com serviços e comissões	(49.916)	(1.019)	-	(7)	60	(50.882)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27.721	-	-	-	-	27.721
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	672	-	-	-	-	672
Resultados de reavaliação cambial	8.968	119	16	-	-	9.103
Resultados de alienação de outros activos	1.621	(28)	-	(65)	-	1.528
Outros resultados de exploração	10.390	(55)	(49)	621	-	10.907
Produto Bancário	953.731	23.536	554	898	-	978.719
Custos com o pessoal	(273.362)	(2.211)	-	(308)	-	(275.881)
Gastos gerais administrativos	(147.254)	(1.301)	-	(475)	-	(149.030)
Amortizações do exercicio	(61.470)	(138)	-	(73)	-	(61.681)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(20.455)	(1.864)	-	(211)	74	(22.456)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(13.243)	(884)	73	545	(74)	(13.583)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(254)	-	-	-	-	(254)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(20.004)	-	-	(950)	-	(20.954)
Resultados antes de impostos	417.689	17.138	627	(574)	-	434.880
Impostos correntes	(62.751)	(1.276)	-	4	-	(64.023)
Impostos diferidos	(15.656)	-	-	-	-	(15.656)
Resultado líquido do exercício	339.282	15.862	627	(570)	-	355.201

De notar que o Banco apresentava a informação por segmentos de negócio e por segmentos geográficos nos termos da IAS 14. Os actuais segmentos operacionais correspondem essencialmente aos segmentos de negócio, dado que esta informação é utilizada pelos órgãos de gerência do Banco para gestão do mesmo.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	225.599	214.923
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	473.910	275.585
Em Bancos Centrais no Estrangeiro	-	25
	699.509	490.533

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	18.150	76.321
Cheques a cobrar	109.705	165.914
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	41.009	31.893
Cheques a cobrar	1.830	1.622
	170.694	275.750

6. ACTIVOS /PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação tem a seguinte composição:

	2009	2008
Títulos		
Unidades de Participação	477.920	412.246
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.232.623	958.346
	1.710.543	1.370.592

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander.

	2009	2008
Fundos especiais de investimento	227.840	158.669
Fundos de investimento mobiliário	227.538	231.597
Fundos de investimento imobiliário	22.542	21.980
	477.920	412.246

A rubrica de instrumentos financeiros derivados, tem a seguinte composição:

	2009			2008		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)
Forwards	953	915	38	4.382	477	3.905
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio	26.479	-	26.479	-	80.481	(80.481)
Contratos de taxa de juro	757.014	810.143	(53.129)	589.394	665.795	(76.401)
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	13.593	17.129	(3.536)	47.617	49.165	(1.548)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	15.574	18.336	(2.762)	10.823	10.821	2
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	100.909	104.383	(3.474)	70.803	77.302	(6.499)
Contratos de taxa de juro	46.342	51.145	(4.803)	4.054	4.054	-
Contratos de garantia de taxa de juro ("Caps & Floors")	271.759	274.676	(2.917)	231.273	234.757	(3.484)
	1.232.623	1.276.727	(44.104)	958.346	1.122.852	(164.506)

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
- Obrigações do tesouro	99.894	98.818
Instrumentos de capital		
- Outros títulos emitidos por não residentes	500.000	500.000
	599.894	598.818

A rubrica de “Instrumentos de Capital – outros títulos emitidos por não residentes” corresponde a unidades de participação adquiridas em Agosto de 2008 e com vencimento em 2017.

Para financiamento deste activo, o Banco contratou uma operação de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal pelo mesmo montante, a qual se encontra registada na rubrica de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” (Nota 18).

Os dividendos, juros e os resultados da valorização destas operações ao seu justo valor são reflectidos em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total			
Instrumentos de dívida					(Nota 26)		(Nota 23)	
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	1.513.241	15.130	4.391	(2.834)	1.557	7.767	(187)	1.537.508
Outros emissores públicos nacionais	135.000	1.012	-	(2.975)	(2.975)	-	-	133.037
Outros residentes								
Dívida não subordinada	787.475	8.540	13.063	(1.851)	11.212	-	(260)	806.967
Dívida subordinada	119.146	211	1	(3.590)	(3.589)	-	-	115.768
Emitidos por não residentes								
Emissores públicos estrangeiros	648.714	24.306	29	(2.629)	(2.600)	-	-	670.420
Outros não residentes	7.269.154	8.706	9.780	(33.771)	(23.991)	-	-	7.253.869
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	57.973	-	-	(2.296)	(2.296)	-	(35.070)	20.607
Valorizados ao custo histórico	35.379	-	-	-	-	-	(5.547)	29.832
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	2.447	-	295	-	295	-	(1.534)	1.208
Valorizados ao custo histórico	1.152	-	-	-	-	-	(746)	406
	10.569.681	57.905	27.559	(49.946)	(22.387)	7.767	(43.344)	10.569.622

	2008						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total		
Instrumentos de dívida					(Nota 26)	(Nota 23)	
Emitidos por residentes							
Obrigações do Tesouro	102.870	3.626	1.707	-	1.707	(267)	107.936
Outros emissores públicos nacionais	15.000	2	-	(3.569)	(3.569)	-	11.433
Outros residentes							
Dívida não subordinada	226.977	1.831	-	(11.515)	(11.515)	(284)	217.009
Dívida subordinada	119.142	536	-	(10.437)	(10.437)	-	109.241
Emitidos por não residentes							
Outros não residentes	7.107.122	37.504	-	(44.008)	(44.008)	-	7.100.618
Instrumentos de capital							
Emitidos por residentes							
Valorizados ao justo valor	53.824	-	-	(4.171)	(4.171)	(35.880)	13.773
Valorizados ao custo histórico	31.364	-	-	-	-	(5.547)	25.817
Emitidos por não residentes							
Valorizados ao justo valor	944	-	4	-	4	-	948
Valorizados ao custo histórico	1.152	-	-	-	-	(746)	406
	7.658.395	43.499	1.711	(73.700)	(71.989)	(42.724)	7.587.181

A rubrica "Instrumentos de dívida de outros não residentes" refere-se às obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos hipotecários e de leasing efectuados pelo Banco e por outra sociedade do Grupo que foram mantidas em carteira ou adquiridas, de acordo com o seguinte detalhe:

	2009	2008
Hipototta nº 1 PLC	220.547	273.857
Hipototta nº 2 PLC	150.048	80.008
Hipototta nº 3 PLC	454.876	490.461
Hipototta nº 4 PLC	281.052	177.309
Hipototta nº 5 PLC	155.285	131.500
Hipototta nº 6 Ltd	1.633.869	1.765.711
Hipototta nº 7 Ltd	1.556.895	1.671.057
Hipototta nº 8 Ltd	976.863	1.068.375
Hipototta nº 9 Ltd	-	1.442.340
Hipototta nº 10 Ltd	782.086	-
Leasetotta nº 1 Ltd	1.042.348	-
	7.253.869	7.100.618

Em Março, Julho e Novembro de 2008, o Banco manteve em carteira a totalidade das obrigações classe A1 e A2 emitidas nesses meses pelo Hipototta nº 7 Ltd, Hipototta nº 8 Ltd e Hipototta nº 9 Ltd, respectivamente. Em Agosto de 2009, o Banco manteve em carteira a totalidade das obrigações classe A1 e A2 emitidas nesse mês pelo Hipototta nº 10 Ltd. Em Outubro de 2009 foi liquidado o Hipototta nº 9 Ltd (Nota 39).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o BST detinha 5.066.343 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 13.039 e reserva de justo valor antes de impostos negativa no montante de mEuros 2.296 e de mEuros 4.171, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de obrigações do tesouro inclui valias reconhecidas em resultados no montante de mEuros 7.767 relativos a correcções de valor de operações de cobertura.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de instrumentos de dívida – outros residentes inclui entre outros os seguintes títulos:

	2009					2008				
Descrição	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Dívida não subordinada										
PARPUBLICA 3.5 07-2013	139.681	2.376	867	-	142.924	-	-	-	-	-
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY/	110.200	184	-	-	110.384	-	-	-	-	-
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES MAY/	50	-	-	-	50	-	-	-	-	-
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	104.798	92	(101)	-	104.789	120.000	253	(533)	-	119.720
GALP ENERGIA 05-2013	90.000	432	7.888	-	98.320	-	-	-	-	-
BANCO ESPIRITO SANTO 3.75% 01/12	78.002	2.750	1.390	-	82.142	-	-	-	-	-
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 12/	74.680	156	1.325	-	76.161	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	353	(1.749)	-	68.604	70.000	1.193	(10.877)	-	60.316
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25 5/	59.958	1.272	1.137	-	62.367	-	-	-	-	-
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	23.812	813	415	-	25.040	-	-	-	-	-
PORTUCEL FLTG 2005/2010	19.940	105	42	-	20.087	-	-	-	-	-
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	4	-	-	15.004	15.000	8	(56)	-	14.952
MODELO CONTINENTE/2004 - 1EM 03/	-	-	-	-	-	20.000	370	(20)	-	20.350
Outros	1.354	3	(2)	(260)	1.095	1.977	7	(29)	(284)	1.671
	787.475	8.540	11.212	(260)	806.967	226.977	1.831	(11.515)	(284)	217.009
Dívida subordinada										
BSNP/2004 - PERPETUAS SUBORDINAD	100.000	205	(2.869)	-	97.336	100.000	521	(8.753)	-	91.768
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	2	1	-	14.003	14.000	3	(662)	-	13.341
MC FACTOR/98 - PERP SUBORDINADAS	2.394	0	-	-	2.395	2.394	1	-	-	2.395
BPSM/97-TOP'S-OB.PERP.SUB.-1./2.	2.752	4	(721)	-	2.035	2.748	11	(1.022)	-	1.737
	119.146	211	(3.589)	-	115.768	119.142	536	(10.437)	-	109.241

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital inclui os seguintes títulos:

	2009				2008			
Descrição	Valor de aquisição	Valias - reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias - reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao justo valor								
BANCO BPI SA	13.039	(2.296)	-	10.743	13.039	(4.171)	-	8.868
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S	2.469	-	-	2.469	1.165	-	-	1.165
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	2.157	-	-	2.157	-	-	-	-
UNICAMPUS-FEI IMOBILIARIO FECHAD	1.500	-	-	1.500	-	-	-	-
FIQ INOVCAPITAL	1.342	-	(574)	768	1.342	-	(574)	768
FCR INOVCAPITAL 2	1.247	-	(289)	958	1.247	-	(289)	958
FAFER-EMMP.URBANIST CONSTRUC S.A	1.122	-	(900)	222	1.122	-	(900)	222
FCR INOVCAPITAL VALOR	783	-	(55)	728	783	-	(55)	728
FCR INOVCAPITAL VALOR 2	783	-	(223)	560	783	-	(223)	560
Títulos com imparidade a 100%	32.639	-	(32.639)	-	33.450	-	(33.450)	-
Outros	3.339	295	(1.924)	1.710	1.837	4	(389)	1.452
	60.420	(2.001)	(36.604)	21.815	54.768	(4.167)	(35.880)	14.721
Valorizados ao custo histórico								
TOTTA - CRÉDITO ESPECIALIZADO	8.354	-	-	8.354	8.353	-	-	8.353
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	3.752	-	(5)	3.747	1.188	-	(5)	1.183
AENOR - AUTO ESTRADAS NORTE S.A.	3.749	-	(4)	3.745	3.749	-	(4)	3.745
AENOR - AUTO ESTRADAS NORTE S.A. (Prestações Suplementares)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
LISGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	2.844	-	(3)	2.841	1.526	-	(3)	1.523
FINANGEST - EMP.FIN.GEST E DESENV	1.160	-	(569)	591	1.160	-	(569)	591
PME INVESTIMENTOS - SOC.INVESTIMENTOS S.A.	1.131	-	(461)	670	1.131	-	(461)	670
INOV CAPITAL - SOC.CAP.RISCO S.A	1.065	-	(214)	851	1.065	-	(214)	851
UNICRE - CARTÃO INTERNACIONAL CRÉDITO S.A.	1.032	-	-	1.032	1.032	-	-	1.032
Títulos com imparidade a 100%	5.027	-	(5.027)	-	5.027	-	(5.027)	-
Outros	1.207	-	(10)	1.197	1.075	-	(10)	1.065
	36.531	-	(6.293)	30.238	32.516	-	(6.293)	26.223

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	282	8.623
Depósitos	611	179
Empréstimos	3.569.575	2.978.021
Juros a receber	5.678	15.306
	3.576.146	3.002.129
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	1.432.922	54.747
Depósitos	2.531.656	2.669.319
Outras aplicações	5.322	22.065
Juros a receber	29.619	32.617
	3.999.519	2.778.748
	7.575.665	5.780.877

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.831.168	1.937.842
Empréstimos	4.752.212	4.422.306
Locação financeira	1.140	1.553
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	292.491	389.427
Descobertos	346.799	688.084
Outros créditos	9.317	9.421
A particulares		
Habitação	4.844.315	2.916.390
Consumo e outros	2.114.893	2.022.772
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	202.322	463.881
Empréstimos	618.657	577.726
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	421	1.089
Descobertos	766	1.250
Outros créditos	1.693	8
A particulares		
Habitação	390.533	360.870
Consumo e outros	32.327	26.972
	15.439.054	13.819.591
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos por residentes		
Papel comercial	2.359.024	2.916.567
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 3	1.700.765	1.914.184
. Hipototta nº 4	1.547.175	1.720.812
. Hipototta nº 5	1.397.600	1.511.377
. Hipototta nº 6	1.777.772	1.893.342
. Hipototta nº 7	1.739.359	1.851.314
. Hipototta nº 8	1.058.856	1.147.271
. Hipototta nº 9	-	1.530.908
. Hipototta nº 10	852.134	-
	10.073.661	11.569.208
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	25.099	27.064
Há mais de 90 dias	337.362	213.187
	362.461	240.251
Sub-total	28.234.200	28.545.617

	2009	2008
Juros a receber		
Crédito não titulado	54.926	90.001
Crédito titulado	3.560	13.550
Activos titularizados não desreconhecidos	39.671	108.768
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.082	3.010
Despesas com encargo diferido	119.109	125.153
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(109.793)	(111.239)
	111.555	229.243
	28.345.755	28.774.860
Provisões para crédito (Nota 23)	(239.600)	(198.737)
	28.106.155	28.576.123

Em 2008 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas, maioritariamente constituídas por crédito vencido e por crédito já abatido ao activo. Como resultado destas operações, foram registados em 2009 e 2008 ganhos no valor de mEuros 4.109 e mEuros 1.430 (Nota 34), respectivamente.

O movimento ocorrido nas provisões para crédito durante os exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	2009	2008
Até três meses	25.099	27.064
Entre três e seis meses	28.312	34.641
Entre seis meses e um ano	121.200	95.749
Entre um ano e três anos	173.553	77.806
Mais de três anos	14.297	4.991
	362.461	240.251

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2009			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	178.089	3.756	181.845	0,64
Pescas	3.115	5	3.120	0,01
Indústrias extractivas	325.580	280	325.860	1,15
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	283.323	700	284.023	1,01
Têxteis, vestuário e couro	176.370	2.383	178.753	0,63
Madeira e cortiça	121.838	5.145	126.983	0,45
Papel, gráficas e editoriais	56.223	805	57.028	0,20
Indústria química	140.508	661	141.169	0,50
Produtos minerais não metálicos	103.286	800	104.086	0,37
Metalurgia	132.967	1.307	134.274	0,48
Máquinas e material de transporte	158.419	6.291	164.710	0,58
Electricidade, água e gás	469.547	157	469.704	1,66
Construção e obras públicas	1.876.630	40.271	1.916.901	6,79
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	616.926	10.511	627.437	2,22
Comércio de retalho	775.686	12.098	787.784	2,79
Restaurantes e hotéis	306.591	3.317	309.908	1,10
Transportes e comunicações	675.910	2.051	677.961	2,40
Instituições financeiras não monetárias	1.130.739	533	1.131.272	4,01
Sector público administrativo	484.625	-	484.625	1,72
Outras empresas de serviços	2.416.563	34.264	2.450.827	8,68
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados não desreconhecidos	16.953.157	232.266	17.185.423	60,87
Crédito ao exterior	193.934	2.091	196.025	0,69
Outros créditos	291.713	2.769	294.482	1,05
	27.871.739	362.461	28.234.200	100,00

	2008			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	159.525	3.289	162.814	0,57
Pescas	2.739	88	2.827	0,01
Indústrias extractivas	328.628	273	328.901	1,15
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	236.533	505	237.038	0,83
Têxteis, vestuário e couro	169.710	1.349	171.059	0,60
Madeira e cortiça	139.441	1.324	140.765	0,49
Papel, gráficas e editoriais	59.953	343	60.296	0,21
Indústria química	100.880	180	101.060	0,35
Produtos minerais não metálicos	106.185	381	106.566	0,37
Metalurgia	132.943	844	133.787	0,47
Máquinas e material de transporte	214.490	1.725	216.215	0,76
Electricidade, água e gás	672.270	248	672.518	2,36
Construção e obras públicas	1.804.061	42.241	1.846.302	6,47
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	585.031	3.865	588.896	2,06
Comércio de retalho	758.117	6.301	764.418	2,68
Restaurantes e hotéis	235.036	811	235.847	0,83
Transportes e comunicações	1.235.312	1.165	1.236.477	4,33
Instituições financeiras não monetárias	1.504.795	2	1.504.797	5,27
Sector público administrativo	453.120	488	453.608	1,59
Outras empresas de serviços	2.168.683	11.038	2.179.721	7,64
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados não desreconhecidos	16.500.070	162.384	16.662.454	58,37
Crédito ao exterior	93.902	694	94.596	0,33
Outros créditos	643.942	713	644.655	2,26
	28.305.366	240.251	28.545.617	100,00

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009			2008		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	21.644	33.233	(11.589)	144.617	48.610	96.007
"Equity swaps"	149.635	167.040	(17.405)	53.433	106.492	(53.059)
Opções AutoCallable	6.915	18.820	(11.905)	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	67.939	-	67.939	58.446	-	58.446
	246.133	219.093	27.040	256.496	155.102	101.394

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

		Valor nocional							
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional EUR	Valor nocional Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras	38	83.200	14.554	30.240	18.193	-	146.187	73.867	72.320
. Vendas		(83.037)	(14.644)	(30.259)	(18.197)	-	(146.137)	(71.612)	(74.525)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	26.479	2.244.810	25.860	-	-	-	2.270.670	-	2.270.670
. Vendas		(2.219.301)	(25.383)	-	-	-	(2.244.684)	(2.244.684)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	(1.411)	-	-	-	14.924	24.943	39.867	39.867	-
. Vendas		-	-	-	(17.551)	(24.943)	(42.494)	-	(42.494)
Outros	(51.718)	584.222	855.825	2.482.544	7.814.204	9.140.475	20.877.270	20.669.497	207.773
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(3.536)	65.257	144.139	641.205	2.062.889	4.360.523	7.274.013	7.273.999	14
FRA's	-	100.000	-	-	-	-	100.000	100.000	-
Opções de moeda									
. Compras	(2.762)	38.130	41.847	96.501	571	-	177.049	-	177.049
. Vendas		38.164	42.368	96.501	-	-	177.033	-	177.033
Opções sobre cotações									
. Compras	(3.474)	100	5.892	735	6.773	469.873	483.373	482.852	521
. Vendas		100	5.372	735	6.434	469.873	482.514	481.942	572
Opções de taxa de juro									
. Compras	143	-	-	-	-	10.000	10.000	10.000	-
. Vendas		-	-	-	-	10.000	10.000	10.000	-
Opções - Outras									
. Compras	(4.946)	6	-	2	6	-	14	8	6
. Vendas		6	-	2	6	-	14	8	6
Caps	3.698	149.752	13.370	2.089.808	960.801	1.712.591	4.926.322	4.926.322	-
Floors	(6.615)	13.299	-	-	122.500	674.847	810.646	792.598	18.048
	(44.104)	1.014.708	1.109.200	5.408.014	10.971.553	16.848.182	35.351.657	32.544.664	2.806.993
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	1.760	22.227	7.428	1.280.572	1.090.187	1.185.574	3.585.988	3.555.092	30.896
. Outros activos valorizados ao justo valor	(6.732)	-	-	-	-	90.000	90.000	90.000	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(6.617)	-	-	-	-	400.000	400.000	400.000	-
Opções AutoCallable	(11.905)	162.416	6.000	155.931	709.788	252.160	1.286.295	1.285.942	353
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(17.405)	195.053	243.905	495.899	1.033.387	485.363	2.453.607	2.371.310	82.297
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	67.939	-	-	12.607.293	2.918.200	-	15.525.493	15.525.493	-
	27.040	379.696	257.333	14.539.695	5.751.562	2.413.097	23.341.383	23.227.837	113.546

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nocional: Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Valor nocional: EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras	3.905	102.995	377.460	12.035	-	-	492.490	271.891	220.599
. Vendas		(95.036)	(369.981)	(12.166)	-	-	(477.183)	(266.259)	(210.924)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	(80.481)	1.494.985	-	-	-	-	1.494.985	-	1.494.985
. Vendas		(1.577.138)	-	-	-	-	(1.577.138)	(1.577.138)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	(6)	-	-	-	-	25.341	25.341	13.600	11.741
. Vendas		-	-	-	-	(25.341)	(25.341)	(13.600)	(11.741)
Outros	(76.395)	512.267	100.101	413.888	6.165.671	9.514.474	16.706.401	16.706.401	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(1.548)	133.040	414.542	488.029	2.203.974	6.446.887	9.686.472	9.686.472	-
Futuros	-	5.932	10.538	34.489	54.024	-	104.983	104.983	-
Opções de moeda									
. Compras	2	73.497	41.911	63.060	25.868	-	204.336	-	204.336
. Vendas		73.353	41.596	63.060	25.868	-	203.877	-	203.877
Opções sobre cotações									
. Compras	(6.499)	17.100	35.197	66.518	900	-	119.715	119.715	-
. Vendas		17.100	35.197	66.518	900	-	119.715	119.715	-
Opções de taxa de juro									
. Compras	-	-	12.500	-	-	-	12.500	12.500	-
. Vendas		-	12.500	-	-	-	12.500	12.500	-
Opções - Outras									
. Compras	-	1	4	-	4	-	9	6	3
. Vendas	-	1	4	-	4	-	9	6	3
Caps	(297)	1.222.029	166.533	356.029	2.480.974	3.026.962	7.252.527	7.252.527	-
Floors	(3.187)	-	-	426.677	162.392	543.587	1.132.656	1.013.579	119.077
	(164.506)	1.980.126	878.102	1.978.137	11.120.579	19.531.910	35.488.854	33.456.898	2.031.956
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	99.891	118.638	722.590	242.376	1.642.568	220.785	2.946.957	2.841.688	105.269
. Outros activos valorizados ao justo valor	(3.884)	-	-	-	-	90.000	90.000	90.000	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(53.059)	278.820	87.764	397.204	2.062.893	81.214	2.907.895	2.855.884	52.011
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	58.446	-	-	2.500.000	-	-	2.500.000	2.500.000	-
	101.394	397.458	810.354	3.139.580	3.705.461	391.999	8.444.852	8.287.572	157.280

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

	2009	2008
Imóveis recebidos em dação em pagamento	119.342	126.358
Imóveis de serviço próprio para venda	16.757	16.878
	136.099	143.236
Imparidade (Nota 23)	(40.480)	(43.166)
	95.619	100.070

O movimento nos activos não correntes detidos para venda nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009	31 de Dezembro de 2008								31 de Dezembro de 2009		
	Valor Bruto	Imparidade	Entradas	Alienações	Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 13)	Imparidade: Dotações	Imparidade: Reposições	Imparidade: Utilizações	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	126.358	(41.243)	95.683	(102.699)	-	(15.392)	-	18.715	119.342	(37.920)	81.422
Imóveis de serviço próprio para venda	16.878	(1.923)	-	(920)	799	(1.105)	-	468	16.757	(2.560)	14.197
	143.236	(43.166)	95.683	(103.619)	799	(16.497)	-	19.183	136.099	(40.480)	95.619

2008	31 de Dezembro de 2007								31 de Dezembro de 2008		
	Valor Bruto	Provisões	Entradas	Alienações	Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 13)	Imparidade: Dotações	Imparidade: Reposições	Imparidade: Utilizações	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	96.338	(34.351)	108.632	(78.612)	-	(21.622)	18	14.712	126.358	(41.243)	85.115
Imóveis de serviço próprio para venda	16.313	(1.510)	117	-	448	(413)	-	-	16.878	(1.923)	14.955
	112.651	(35.861)	108.749	(78.612)	448	(22.035)	18	14.712	143.236	(43.166)	100.070

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2008				Abates e regularizações			Transferências: De/Para activos detidos para venda (Nota 12)		Transferências: Entre activos fixos	Amortizações do exercício	31-12-2009			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Provisões por imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido
Activos tangíveis															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	356.456	89.226	994	4.793	-	-	1.385	(1.091)	(298)	2.649	6.510	362.807	95.438	2.379	264.990
. Despesas em edifícios arrendados	129.634	88.811	-	7.908	(1.251)	(1.148)	-	(5)	-	417	6.495	136.703	94.158	-	42.545
. Outros imóveis	167	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	167	6	-	161
Activos tangíveis em curso													-		
. Imóveis de serviço próprio	1.646	-	-	1.420	-	-	-	-	-	(3.066)	-	-	-	-	-
. Despesas em edifícios arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	487.903	178.042	994	14.121	(1.251)	(1.148)	1.385	(1.096)	(298)	-	13.006	499.677	189.602	2.379	307.696
Equipamento															
. Mobiliário e material	18.924	9.843	-	1.411	(68)	(46)	-	-	-	(5)	2.190	20.262	11.987	-	8.275
. Máquinas e ferramentas	2.763	2.492	-	32	(29)	(26)	-	-	-	-	120	2.766	2.586	-	180
. Equipamento informático	100.004	77.128	-	9.383	(196)	(175)	-	-	-	-	9.805	109.191	86.758	-	22.433
. Instalações interiores	87.375	72.888	-	1.094	(133)	(98)	-	(49)	(48)	-	3.451	88.287	76.193	-	12.094
. Material de transporte	16.139	9.313	-	4.068	(3.663)	(3.464)	-	-	-	-	3.271	16.544	9.120	-	7.424
. Equipamento de segurança	26.857	24.992	-	502	(67)	(67)	-	-	-	-	702	27.292	25.627	-	1.665
. Outro equipamento	4.782	1.387	-	345	(31)	(8)	-	-	-	5	596	5.101	1.975	-	3.126
. Activos tangíveis em curso	23	-	-	-	(23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	256.867	198.043	-	16.835	(4.210)	(3.884)	-	(49)	(48)	-	20.135	269.443	214.246	-	55.197
Outros activos tangíveis															
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-				-	281	281	-	-
Património artístico	1.520	-	-	-	-	-	-				-	1.520	-	-	1.520
	1.801	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.801	281	-	1.520
	746.571	376.366	994	30.956	(5.461)	(5.032)	1.385	(1.145)	(346)	-	33.141	770.921	404.129	2.379	364.413
Activos intangíveis															
Software															
. Adquirido a terceiros	168.704	128.909	-	21.748	19.749	19.764	-	-	-	38.857	30.244	249.058	178.917	-	70.141
Outros activos intangíveis															
. Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Activos intangíveis em curso	16.703	-	-	22.154	-	-	-	-	-	(38.857)	-	-	-	-	-
	188.992	132.494	-	43.902	19.749	19.764	-	-	-	-	30.244	252.643	182.502	-	70.141

	31-12-2007				Abates			Transferências De/Para activos detidos para venda (Nota 12)		Entre activos fixo	Amortizações	31-12-2008			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Provisões por imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	do exercício	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido
Activos tangíveis															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	348.874	83.280	993	4.893	(321)	(1)	1	(872)	(424)	3.882	6.371	356.456	89.226	994	266.236
. Despesas em edifícios arrendados	117.727	83.212	-	10.304	(287)	(122)	-	-	-	1.890	5.721	129.634	88.811	-	40.823
. Outros imóveis	167	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	167	5	-	162
Activos tangíveis em curso													-		
. Imóveis de serviço próprio	3.137	-	-	2.278	-	-	-	-	-	(3.769)	-	1.646	-	-	1.646
. Despesas em edifícios arrendados	1.251	-	-	752	-	-	-	-	-	(2.003)	-	-	-	-	-
	471.156	166.496	993	18.227	(608)	(123)	1	(872)	(424)	-	12.093	487.903	178.042	994	308.867
Equipamento															
. Mobiliário e material	17.525	7.858	-	1.443	(190)	(180)	-	-	-	146	2.165	18.924	9.843	-	9.081
. Máquinas e ferramentas	2.811	2.374	-	41	(89)	(88)	-	-	-	-	206	2.763	2.492	-	271
. Equipamento informático	89.004	65.929	-	9.050	(477)	(440)	-	-	-	2.427	11.639	100.004	77.128	-	22.876
. Instalações interiores	86.155	69.057	-	1.326	(144)	(131)	-	(1)	(1)	39	3.963	87.375	72.888	-	14.487
. Material de transporte	14.389	7.991	-	3.595	(1.845)	(1.784)	-	-	-	-	3.106	16.139	9.313	-	6.826
. Equipamento de segurança	26.375	24.240	-	450	(35)	(27)	-	-	-	67	779	26.857	24.992	-	1.865
. Outro equipamento	9.946	6.259	-	247	(5.443)	(5.432)	-	-	-	32	560	4.782	1.387	-	3.395
. Activos tangíveis em curso	3.847	-	-	93	(1.206)	-	-	-	-	(2.711)	-	23	-	-	23
	250.052	183.708	-	16.245	(9.429)	(8.082)	-	(1)	(1)	-	22.418	256.867	198.043	-	58.824
Outros activos tangíveis															
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.520	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.520	-	-	1.520
	1.801	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.801	281	-	1.520
	723.009	350.485	993	34.472	(10.037)	(8.205)	1	(873)	(425)	-	34.511	746.571	376.366	994	369.211
Activos intangíveis															
Software															
. Adquirido a terceiros	188.039	134.958	5.525	21.061	(38.840)	(33.219)	(11)	-	-	(1.556)	27.170	168.704	128.909	(11)	39.806
Outros activos intangíveis															
. Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Activos intangíveis em curso	-	-	-	15.147	-	-	-	-	-	1.556	-	16.703	-	-	16.703
	191.624	138.543	5.525	36.208	(38.840)	(33.219)	(11)	-	-	-	27.170	188.992	132.494	(11)	56.509

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontram-se registados mEuros 67.571 e mEuros 51.295, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, que foi adquirido à ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A., entidade do Grupo que efectua o desenvolvimento informático de todas as aplicações corporativas. Esta empresa é detida integralmente por entidades do Grupo Santander.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi registada imparidade em activos intangíveis – software no montante de mEuros 5.525, correspondente ao valor líquido contabilístico do software aplicacional denominado “Sintra” que foi descontinuado com a entrada em funcionamento de parte do novo software - “Partenon”. Em Janeiro de 2008, foram abatidos 5.621 mEuros relativos ao valor daquele software, líquido de depreciação, tendo sido utilizadas as respectivas provisões por imparidade no montante de 5.514 mEuros.

14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em filiais		
No país		
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	100,00	203
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (ex-Madeisisa)	100,00	12.408
No estrangeiro		
Totta & Açores, Inc - Newark	100,00	75
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	45
Totta Ireland, PLC	100,00	285.691
BST Internacional Bank, Inc.	100,00	3.470
		301.892
Prestações suplementares de capital		
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.		99.760
Totta Ireland, PLC		56.115
Totta & Açores, Inc - Newark		415
		156.290
		458.182

	2008	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em filiais		
No país		
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	100,00	203
Madeisisa - SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	100,00	1.573
No estrangeiro		
Banco Totta de Angola, S.A.	99,98	21.452
Totta & Açores, Inc - Newark	100,00	75
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	45
Totta Ireland, PLC	100,00	285.691
BST International Bank, Inc.	100,00	3.592
		312.631
Prestações suplementares de capital		
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.		99.760
Totta Ireland, PLC		56.115
Totta & Açores, Inc - Newark		427
		156.302
		468.933

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 3 de Junho de 2009 o Banco aumentou o capital social da Madeisisa no montante de mEuros 50.898 através de transferência de acções correspondentes a 50,5% do Banco Totta de Angola, S.A.. Em 4 de Junho de 2009 foi constituída uma nova sociedade, Partang SGPS, S.A. (Partang), mediante a entrega de acções do Banco Totta de Angola correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, pela Madeisisa e pelo BST, respectivamente. No âmbito desta operação, o Banco vendeu 48,985% do Banco Totta de Angola, S.A. a entidades angolanas pelo valor de venda de mEuros 66.590. Nos termos do acordo inicial de Março de 2006, o BST recebeu mEuros 15.000 da CGD, que transferiu para a Madeisisa a 30 de Junho de 2009. Este montante foi reembolsado pela Madeisisa à CGD acrescido de juros. Adicionalmente, foi efectuado um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida em 50% pelo Grupo. Como resultado de toda a operação foi reconhecida uma mais valia no montante de mEuros 56.080 (Nota 34) e a participação efectiva do Grupo no Banco Totta de Angola passou a ser de 25,50%. Em 31 de Dezembro de 2009, a participação do Banco na Partang está registada na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” (Nota 8).

Em 2 de Julho de 2009, o Banco Totta de Angola procedeu ao aumento do seu capital social de 793.609.000 Kwanzas para 8.575.000.000 Kwanzas. Este aumento de capital foi efectuado através da entrada por todos os accionistas na proporção da participação detida, tendo por conseguinte a Partang efectuado uma contribuição de 51.000.000 Dólares Norte-Americanos. Os remanescentes 791.000 Kwanzas do aumento de capital foram registados por integração de reservas livres. Após este aumento, o valor unitário das 857.000.000 acções que passaram a constituir o capital, foram redenominadas para 17.150.000 acções, tendo o seu valor unitário passado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas.

Na mesma data o Banco Totta de Angola alterou a sua designação para Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Em 13 de Novembro 2009, a Madeisisa – SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. alterou a sua designação para Santotta Internacional, SGPS, S.A..

15. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	1.806	1.806
. Estimativa de imposto do exercício	-	(30.843)
. Pagamentos por conta	-	33.490
. Retenções na fonte	-	866
. Reembolsos	883	-
	2.689	5.319
Passivos por impostos correntes:		
. Estimativa de imposto do exercício	33.821	-
. Pagamentos por conta	(21.862)	-
. Retenções na fonte	(349)	-
. Sucursal de Londres	875	1.021
	12.485	1.021
Activos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	190.985	178.076
Passivos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	24.212	32.069

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os impostos na demonstração de resultados têm a seguinte composição:

	2009	2008
Impostos correntes		
. Do exercício	(74.809)	(64.471)
. Agrupamentos Complementares de Empresas	(1.802)	(2.220)
. Outros	(10.452)	2.668
	(87.063)	(64.023)
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	23.535	(15.656)
	(63.528)	(79.679)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2008	Capitais próprios	Resultados	Saldo em 31-12-2009
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Outros riscos e encargos	1.239	-	(201)	1.038
Imparidade de crédito concedido	105.804	-	(1.690)	104.114
Activos recebidos em dação em pagamento	5.109	-	584	5.693
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	971	971
Reavaliação de imobilizado				
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(4.285)	-	158	(4.127)
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Imobilizado corpóreo	278	-	(80)	198
Cobertura de fluxos de caixa	(15.481)	8.625	-	(6.856)
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(4.016)	-	2.009	(2.007)
Activos financeiros disponíveis para venda				
. Impostos diferidos activos	18.978	(6.045)	-	12.933
. Impostos diferidos passivos	(454)	(6.851)	-	(7.305)
Contabilidade de cobertura - Derivados e Instrumentos Cobertos				
. Impostos diferidos activos	7.263	-	(3.632)	3.631
. Impostos diferidos passivos	(7.629)	-	3.813	(3.816)
Unidades de participação	(204)	-	103	(101)
Reformas antecipadas	16.885	1.241	17.584	35.710
Pensões de reforma	11.951	261	(398)	11.814
Prémio de antiguidade	6.412	-	505	6.917
Comissões	4.157	-	(2.078)	2.079
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	5.308	5.308
Sucursal de Londres - Fundo de Pensões	-	-	579	579
	146.007	**(2.769)**	**23.535**	**166.773**
Activos	178.076			190.985
Passivos	(32.069)			(24.212)
	146.007			**166.773**

	Saldo em 31-12-2007	Capitais próprios	Resultados	Saldo em 31-12-2008
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Outros riscos e encargos	4.313	-	(3.074)	1.239
Imparidade de crédito concedido	113.649	-	(7.845)	105.804
Activos recebidos em dação em pagamento	4.174	-	935	5.109
Imparidade de partes de capital em filiais e associadas	1.230	-	(1.230)	-
Reavaliação de imobilizado				
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(4.439)	-	154	(4.285)
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Imobilizado incorpóreo	189	-	(189)	-
Imobilizado corpóreo	424	-	(146)	278
Cobertura de fluxos de caixa	(14)	(15.467)	-	(15.481)
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(6.025)	-	2.009	(4.016)
Activos financeiros disponíveis para venda				
. Impostos diferidos activos	23.132	(4.154)	-	18.978
. Impostos diferidos passivos	(1.429)	975	-	(454)
Contabilidade de cobertura - Derivados e Instrumentos Cobertos				
. Impostos diferidos activos	10.898	-	(3.635)	7.263
. Impostos diferidos passivos	(11.445)	-	3.816	(7.629)
Unidades de participação	(307)	-	103	(204)
Reformas antecipadas	9.397	11.500	(4.012)	16.885
Pensões de reforma	12.119	523	(691)	11.951
Prémio de antiguidade	6.185	-	227	6.412
Comissões	6.235	-	(2.078)	4.157
	168.286	**(6.623)**	**(15.656)**	**146.007**
Activos	191.943			178.076
Passivos	(23.657)			(32.069)
	168.286			**146.007**

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2009 e 2008, é como segue:

	2009		2008	
	Taxa de Imposto	Montante	Taxa de Imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		502.576		434.880
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	26,50%	133.183	26,50%	115.243
Lucros isentos de impostos (SFE)	-0,04%	(197)	-0,04%	(166)
Prejuízos fiscais dedutíveis	-0,20%	(986)	-0,32%	(1.391)
Dividendos não tributáveis, líquidos de impostos pagos no estrangeiro	-9,36%	(47.027)	-8,83%	(38.384)
Provisões tributadas	0,32%	1.595	1,05%	4.576
Benefícios fiscais	-0,04%	(199)	-0,09%	(398)
Custos não dedutíveis	0,36%	1.799	0,66%	2.891
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto	-1,00%	(5.049)	0,19%	826
Alienação de participações	-1,56%	(7.833)	0,00%	-
Liquidações adicionais/ (reembolsos)	0,76%	3.801	-0,80%	(3.494)
Reformas antecipadas	-4,57%	(22.981)	0,00%	-
Outros	1,48%	7.422	-0,01%	(24)
Impostos sobre os lucros do exercício	12,64%	63.528	18,32%	79.679

Quando da transição para o registo contabilístico de acordo com as NCA, o Banco não reconheceu nas suas demonstrações financeiras parte dos impostos diferidos activos relativos a responsabilidades com pensões de reforma dado existirem dúvidas quanto à sua recuperação. Em 31 de Dezembro de 2008, o montante do imposto diferido activo não registado ascende a mEuros 27.363, correspondente a matéria colectável de mEuros 103.256. Em 31 de Dezembro de 2009 não existe imposto diferido activo por registar.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2007, com excepção do exercício de 2006.

Como resultado das referidas inspecções foi sujeito a liquidações adicionais, essencialmente em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos com reformas antecipadas, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, impostos de outras Sucursais e variações patrimoniais positivas, entre outras. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere a custos com reformas antecipadas e provisões constituídas acima dos limites mínimos requeridos pela autoridade de supervisão.

Em 2009 o Banco pagou um montante adicional de mEuros 4.424 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2007. As correcções efectuadas são relativas à não aceitação de reintegrações e amortizações extraordinárias, ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, a provisões acima dos mínimos e a outras correcções à matéria colectável. Para este efeito, o Banco reconheceu custos no montante de mEuros 3.541.

O Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou quando aplicável à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa.

O BST tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal.

Em 2008, no âmbito da inspecção fiscal ao exercício de 2004, o Banco pagou um montante adicional de mEuros 9.169 relativo a provisões acima dos mínimos e à não aceitação de benefícios fiscais. Para fazer face a este encargo o Banco utilizou provisões no montante de mEuros 5.979 (Nota 23) e reconheceu por resultados o remanescente.

Em 2008, o BST pagou ainda um montante de mEuros 2.644 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2005. As correcções efectuadas são relativas a provisões acima dos mínimos a favor do Banco, tratamento fiscal do período transitório dos benefícios com pensões de acordo com NCA’s e perda de isenção da Sucursal Financeira Exterior. Para fazer face a este encargo, o BST utilizou provisões no montante de mEuros. 2.510 (Nota 23), reconheceu ganhos no montante de mEuros 1.676 e reconheceu um activo no montante de mEuros 1.810.

16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Proveitos a receber:		
. de colocação de fundos mobiliários geridos pela Santander Asset Management SGFIM	5.208	1.636
. de operações de crédito	1.179	1.240
. de outros serviços prestados	49.090	24.120
. outros	2.103	2.022
Despesas com custo diferido	5.814	6.816
Outras imobilizações financeiras		
. Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	3.680	4.477
. Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	1.225	1.614
. Trem - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem)	171	221
. Outras	9	9
Devedores diversos	14.009	14.658
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	33.262	32.791
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.472	2.446
Bonificações a receber do Estado Português	8.323	957
Outras disponibilidades	332	338
Contratos de suprimentos:		
. Santotta – Internacional, SGPS	24.348	25.203
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.430	2.416
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A. (Fafer)	386	386
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 38)	462.882	459.443
Valores a regularizar com bancos e clientes	14.561	-
Outros	4.235	3.771
	635.845	584.690
Imparidade em activos não financeiros (Nota 23):		
. Contratos de suprimentos	(2.050)	(1.911)
. Devedores e outras aplicações	(5.876)	(10.540)
	(7.926)	(12.451)
	627.919	572.239

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos do Banco de Portugal		
Operações de venda com acordo de recompra – Obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	2.013.326	2.404.130
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	13.478	21
Juros a pagar	8	-
	2.026.812	2.404.151

A rubrica de “Recursos do Banco de Portugal" corresponde a operações de venda com acordo de recompra de obrigações em carteira associadas às operações de securitização, com o seguinte detalhe:

2009

Títulos	Quantidade	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Correcções de valor	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA N6 PLC-CLASS A2	8.326	450.000	4.638	(2.263)	998	453.373	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA N7 PLC-CLASS A2	15.440	800.000	8.244	(4.022)	1.773	805.995	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA N10 PLC-CLASS A	8.987	752.167	5.562	(3.771)	-	753.958	07-10-2009	01-07-2010	1,00
		2.002.167	18.444	(10.056)	2.771	2.013.326			

2008

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA N1 PLC-CLASS A	6.429	200.000	97	(69)	200.028	30-12-2008	06-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N3 PLC-CLASS A	563.700	300.000	146	(104)	300.042	30-12-2008	06-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N6 Ltd-CLASS A2	7.119	500.000	1.458	(694)	500.764	10-11-2008	21-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N7 Ltd-CLASS A2	5.814	400.000	3.286	(1.518)	401.768	13-11-2008	12-02-2009	3,25
HIPOTOTTA N7 Ltd-CLASS A2	4.858	300.000	875	(417)	300.458	10-11-2008	21-01-2009	2,50
HIPOTOTTA N8 Ltd-CLASS A2	9.687	700.000	2.042	(972)	701.070	10-11-2008	21-01-2009	2,50
		2.400.000	7.904	(3.774)	2.404.130			

18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos de Bancos Centrais		
. Capital	500.000	500.000
. Juros	5.153	1.458
. Despesas com encargo diferido	(2.514)	(694)
	502.639	500.764

Os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal que tiveram por objectivo financiar a aquisição das unidades de participações referidas na Nota 7, com o seguinte detalhe:

2009

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA NO. 1 PLC-CL A FLTG 11	6.080	120.000	1.237	(603)	120.634	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA 3 PLC-CL A FLTG 12/204	5.185	180.000	1.855	(905)	180.950	25-06-2009	01-07-2010	1,00
HIPOTOTTA N6 PLC-CLASS A2 07/206	3.701	200.000	2.061	(1.006)	201.055	25-06-2009	01-07-2010	1,00
		500.000	5.153	(2.514)	502.639			

2008

Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
HIPOTOTTA N6 PLC-CLASS A2 07/206	7.119	500.000	1.458	(694)	500.764	09-12-2008	21-01-2009	2,50

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	2.304.633	680.347
Recursos a muito curto prazo	135.684	161.977
Operações de venda com acordo de recompra	17.853	16.655
Outros recursos	420	9.337
Despesas com encargos diferidos	(102)	(308)
Juros a pagar	7.553	15.295
	2.466.041	883.303
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Recursos consignados	420.000	400.000
Recursos a muito curto prazo	48.884	103.675
Operações de venda com acordo de recompra	1.587.609	-
Depósitos	6.807.731	4.952.815
Outros recursos	741	2.179
Juros a pagar	8.491	38.926
	8.873.456	5.497.595
	11.339.497	6.380.898

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Recursos consignados" refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação. O detalhe dos empréstimos é o seguinte:

	2009	2008	Reembolso
Projecto BTA Empréstimo Global II	100.000	100.000	15 de Março de 2014
Projecto BTA Empréstimo Global III	150.000	150.000	15 de Dezembro de 2011
Projecto Santander Totta GL IV - Tranche A	50.000	50.000	15 de Setembro de 2014
Projecto Santander Totta GL IV - Tranche B	100.000	100.000	15 de Junho de 2015
Projecto SCUT Açores	20.000	-	15 de Setembro de 2034
	420.000	400.000	

Como garantia de pagamento do empréstimo denominado "Projecto BTA Empréstimo Global III", o Banco deu em penhor créditos concedidos a Municípios no montante de mEuros 150.000.

Como garantia de pagamento do empréstimo denominado "Projecto Santander Totta GL IV – Tranche B", o Banco deu em penhor 1.500 obrigações classe A2 do Hipototta nº 6 Ltd., no montante de mEuros 145.793.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – operações de venda com acordo de recompra" correspondem a operações com o Catter Allen International Limited, com o seguinte detalhe:

	2009							
Títulos	Quantidade	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total	Data Início	Data Fim	Taxa
BONOS Y OBLIG DEL ESTAD 4.4%0115	500.000	550.000	715	(604)	550.111	18-12-2009	18-03-2010	0,52%
OT 3.6 OUT 2014	20.000.000.000	205.720	434	(163)	205.991	10-09-2009	10-03-2010	0,42%
OT 3.6 OUT 2014	30.000.000.000	312.750	676	(284)	313.142	18-09-2009	18-03-2010	0,43%
OT 3.6 OUT 2014	50.000.000.000	517.750	1.453	(838)	518.365	16-10-2009	16-04-2010	0,56%
		1.586.220	3.278	(1.889)	1.587.609			

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem	5.122.251	4.868.667
Depósitos a prazo	8.666.332	8.545.747
Depósitos de poupança	249.464	371.385
Depósitos com pré-aviso	25.504	20.040
Cheques e ordens a pagar	80.501	145.275
Outros recursos de clientes	1.081.400	1.240.443
Juros a pagar	43.494	120.519
Correcções de valor por operações de cobertura	(15.358)	(10.122)
	15.253.588	15.301.954

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias	2.000.000	1.000.000
Juros de obrigações hipotecárias	35.432	29.020
Obrigações de caixa		
Emitidas	2.078.170	2.315.295
Readquiridas	-	(106.500)
Juros a pagar	31.896	30.777
	4.145.498	3.268.592
Outros		
Programa EMTN	2.564.570	2.151.650
Juros a pagar	22.989	30.302
	2.587.559	2.181.952
Despesas com encargo diferido	(4.238)	-
Correcção de valor por operações de cobertura	(7.400)	(3.325)
	6.721.419	5.447.219

As condições das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Em Maio de 2008, o Banco procedeu à 1ª Emissão de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa "€ 5.000.000 Covered Bonds Programme", de Abril de 2008, no montante de mEuros 1.000.000. Em Outubro de 2009, o Banco procedeu à 2ª Emissão de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do referido programa, no montante de mEuros 1.000.000. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as obrigações hipotecárias têm um património afecto total constituído por:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito	523.275	146.608
Juros de aplicações	402	673
	523.677	147.281
Crédito a clientes	1.744.094	938.151
Juros de crédito	2.255	3.377
Comissões	(10.518)	(5.156)
Despesas com encargo diferido	7.968	5.582
	1.743.799	941.954
Derivados de cobertura	32.946	54.422
	2.300.422	1.143.657

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco e a Sucursal de Londres procederam à emissão das seguintes obrigações ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
12ª	7 de Dezembro de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,125%	500.000
22ª	2 de Junho de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,75% (1)	200.000
23ª	7 de Julho de 2010	Euribor a 3 meses mais 0,6% (2)	120.000
25ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
26ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
27ª	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
28ª	6 de Outubro de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5% (3)	31.350
29ª	7 de Maio de 2014	Indexada a cabaz de acções	51.530
30ª	26 de Fevereiro de 2014	Indexada a cabaz de acções	34.180
31ª	2 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	26.610
32ª	26 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	2.600
33ª	20 de Março de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.200
34ª	25 de Janeiro de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.050
35ª	12 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,75%	1.000.000
36ª	15 de Julho de 2011	Euribor a 3 meses mais 0,15% (4)	404.000
37ª	26 de Outubro de 2017	Taxa fixa de 4,156%(5)	20.000
38ª	30 de Novembro de 2017	Taxa fixa de 4,152%(6)	43.400
39ª	31 de Dezembro de 2017	Taxa fixa de 3,77%(7)	28.350
			2.564.570

(1) Remuneração aplicável até 1 de Março de 2010. O “spread” é 0,9% no período seguinte.
(2) Remuneração aplicável até 6 de Janeiro de 2010. O “spread” aumenta nos períodos subsequentes.
(3) Remuneração aplicável até 5 de Outubro de 2012. O “spread” diminui nos períodos subsequentes.
(4) Remuneração aplicável até 14 de Janeiro de 2010. O “spread” aumenta nos períodos seguintes.
(5) Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2010. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.
(6) Remuneração aplicável até 29 de Novembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.
(7) Remuneração aplicável até 28 de Dezembro de 2010. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

22. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica corresponde ao montante recebido pelas titularizações de crédito efectuadas após 1 de Janeiro de 2004, com o seguinte detalhe:

	2009	2008
Hipototta nº 3		
Capital vivo	1.700.765	1.914.184
Capital em incumprimento	253	264
Capital em contencioso	23.407	20.094
Juros	188	458
	1.724.613	1.935.000
Hipototta nº 4		
Capital vivo	1.547.175	1.720.811
Capital em incumprimento	200	203
Capital em contencioso	24.257	21.239
Juros	153	393
	1.571.785	1.742.646
Hipototta nº 5		
Capital vivo	1.397.600	1.511.377
Capital em incumprimento	61	45
Capital em contencioso	8.096	5.541
Juros	2.265	7.219
	1.408.022	1.524.182
Hipototta nº 6		
Capital vivo	1.777.772	1.893.342
Capital em incumprimento	57	33
Capital em contencioso	10.882	4.182
Juros	6.729	21.065
	1.795.440	1.918.622
Hipototta nº 7		
Capital vivo	1.739.359	1.851.314
Capital em incumprimento	80	41
Capital em contencioso	8.042	2.732
Juros	3.051	9.031
	1.750.532	1.863.118
Hipototta nº 8		
Capital vivo	1.058.856	1.147.271
Capital em incumprimento	72	38
Capital em contencioso	5.719	585
Juros	3.581	12.238
	1.068.228	1.160.132

	2009	2008
Hipototta nº 9		
Capital vivo	-	1.530.908
Capital em incumprimento	-	19
Juros	-	6.161
	-	1.537.088
Hipototta nº 10		
Capital vivo	852.133	-
Capital em incumprimento	29	-
Capital em contencioso	38	-
Juros	84	-
	852.284	-
	10.170.904	11.680.788

23. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante os exercícios de 2009 e 2008 é como segue:

	2009						
	31-12-2008	Dotações	Reversões	Utilizações	Transfe-rências	Outros	31-12-2009
Provisões para crédito (Nota 10)							
Crédito de cobrança duvidosa							
. Crédito a clientes - interno	115.783	18.521	(57.819)	(235)	-	-	76.250
Crédito vencido	82.006	135.791	(6.895)	(48.682)	-	-	162.220
Risco País	948	339	(157)	-	-	-	1.130
	198.737	154.651	(64.871)	(48.917)	-	-	239.600
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	42.724	5.428	(3.997)	(812)	-	1	43.344
Imparidade em activos não financeiros							
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	43.166	16.497	-	(19.183)	-	-	40.480
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 13)	994	1.385	-	-	-	-	2.379
Imparidade em outros activos (Nota 16)	12.451	936	(3.411)	(2.050)	-	-	7.926
	56.611	18.818	(3.411)	(21.233)	-	-	50.785
Risco País - Outras Aplicações	143	2	(2)	-	-	-	143
Riscos Gerais de Crédito							
Crédito a clientes							
. Crédito interno	138.587	24.936	(21.438)	-	-	-	142.085
. Crédito por assinatura	32.985	6.793	(10.751)	-	-	-	29.027
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	57.794	4.843	(12.344)	-	-	-	50.293
Provisões para riscos fiscais (Nota 15)	7.621	-	(3.000)	-	-	11.700	16.321
Provisão para reestruturação - Benefícios dos empregados	7.651	1.408	-	(243)	-	-	8.816
Outras provisões	44.569	9.346	(11.359)	(816)	-	-	41.740
	289.350	47.328	(58.894)	(1.059)	-	11.700	288.425
	587.422	226.225	(131.173)	(72.021)	-	11.701	622.154

	2008						
	31-12-2007	Dotações	Reversões	Utilizações	Transfe-rências	Diferenças de câmbio	31-12-2008
Provisões para crédito (Nota 10)							
Crédito de cobrança duvidosa							
. Crédito a clientes - interno	193.551	6.559	(84.327)	-	-	-	115.783
. Crédito a clientes - exterior	567	-	(567)	-	-	-	-
. Devedores e outras aplicações	6.414	-	-	-	(6.414)	-	-
Crédito vencido	46.661	92.778	(1.148)	(56.278)	-	(7)	82.006
Risco País	660	288	-	-	-	-	948
	247.853	99.625	(86.042)	(56.278)	(6.414)	(7)	198.737
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	42.564	2.434	(2.180)	(94)	-	-	42.724
Imparidade em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	2.842	-	(2.842)	-	-	-	-
Imparidade em activos não financeiros							
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	35.861	22.035	(18)	(14.712)	-	-	43.166
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 13)	993	1	-	-	-	-	994
Imparidade em activos intangíveis (Nota 13)	5.525	-	(11)	(5.514)	-	-	-
Imparidade em outros activos (Nota 16)	4.492	4.130	(2.341)	(244)	6.414	-	12.451
	46.871	26.166	(2.370)	(20.470)	6.414	-	56.611
Risco País - Outras Aplicações	143	109	(109)	-	-	-	143
Riscos Gerais de Crédito							
Crédito a clientes							
. Crédito interno	141.313	32.127	(34.853)	-	-	-	138.587
. Crédito por assinatura	28.133	10.671	(5.819)	-	-	-	32.985
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	42.303	23.579	(8.088)	-	-	-	57.794
Provisões para riscos fiscais (Nota 15)	18.783	2.000	(4.673)	(8.489)	-	-	7.621
Provisão para reestruturação - Benefícios dos empregados	10.039	1.969	(39)	(4.318)	-	-	7.651
Outras provisões	42.947	14.633	(9.051)	(3.960)	-	-	44.569
	283.661	85.088	(62.632)	(16.767)	-	-	289.350
	623.791	213.313	(156.066)	(93.609)	-	(7)	587.422

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a provisão para pensões e outros encargos inclui mEuros 8.529 e mEuros 7.392 para um plano complementar de pensões do Conselho de Administração.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 12.463 e mEuros 12.822, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo acompanhamento do processo;

- Provisões para crédito securitizado que foi desreconhecido, nos montantes de mEuros 16.478 e mEuros 15.342, respectivamente;

- Outras provisões nos montantes de mEuros 12.799 e mEuros 16.405, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 incluem provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 11.983 e de mEuros 11.551, respectivamente.

24. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	297.750	297.750
Recursos do BST International Bank, Inc.	249.896	258.676
	547.646	556.426
Programa EMTN – Subordinadas	300.000	300.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	284.315	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	172.833	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	54.359	54.359
	1.359.153	1.367.933
Títulos readquiridos	(181.376)	(181.376)
Despesas com custo diferido	(451)	-
Juros a pagar	927	2.322
	1.178.253	1.188.879

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Fornecedores	2.906	8.326
Facturas em recepção e conferência	27.643	20.910
Retenção de impostos na fonte	15.267	20.861
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.507	1.490
IVA a pagar	2.138	2.797
Encargos a pagar relativos ao pessoal:		
. Prémio de antiguidade	26.102	24.198
. Férias e subsídio de férias	27.716	26.848
. Outras remunerações variáveis	27.840	26.610
. Outros custos com pessoal	11.871	9.764
Recursos cativos	23.442	17.572
Outros recursos	1.371	3.841
Credores por valores a liquidar	15.530	13.759
Valores a regularizar com bancos e clientes	77.215	61.491
Valor a pagar na aquisição de títulos para a carteira própria	98.827	-
Adiantamento pela alienação do Banco Totta de Angola (Nota 14)	-	15.000
Adiantamentos por alienação de imóveis recebidos em dação	1.212	2.810
Receitas com proveito diferido	2.116	1.725
Outros	9.205	14.823
	371.908	272.825

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor a pagar na aquisição de títulos para a carteira própria corresponde a uma operação de compra de Notes Classe A do Hipototta nº 4 PLC, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data de balanço.

26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o capital do Banco estava representado por 589.810.510 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2009			2008
	Número de acções	% de participação	Montante	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	574.356.881	97,38	574.357	574.357
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,47	14.593	14.593
Outros	807.573	0,14	808	808
Acções próprias	52.741	0,01	53	53
	589.810.510	100,00	589.811	589.811

Em 27 de Maio de 2009, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 230.000.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os outros instrumentos de capital referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	(22.387)	(71.989)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	25.874	58.418
Reservas de reavaliação legais à data de transição	23.245	23.245
	26.732	9.674
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor (Nota 15)	(1.228)	3.043
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(4.286)	(4.439)
	(5.514)	(1.396)
	21.218	8.278

Reservas de reavaliação

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Outras reservas		
Reserva legal	171.928	136.408
Reserva de fusão	541.334	541.334
Outras reservas	530	530
Resultados transitados	39.859	(21.191)
	753.651	657.081

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

27. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.718.986	1.615.788
Créditos documentários abertos	522.915	299.849
Fianças e indemnizações	-	17
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	150.000	150.000
Fundo de Garantia de Depósitos	63.110	61.977
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.038	4.919
Outros passivos eventuais	6	6
	2.460.055	2.132.556
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	5.177.228	4.526.658
Irrevogáveis	2.240.834	1.684.001
Contratos a prazo de depósitos	844	392.919
Fundo de Garantia de Depósitos	53.142	52.742
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.353	8.114
Outros compromissos irrevogáveis	15.954	17.774
	7.490.355	6.682.208
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	24.093.884	23.129.303
Valores recebidos para cobrança	106.858	140.052
Valores administrados pela instituição		
Activos cedidos em operações de titularização		
Capital	1.310.259	1.546.809
Juros	1.985	4.785
Juros a reclamar à DGT	2.720	5.464
Outros	41.583	45.622
	25.557.289	24.872.035

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2009 e 2008, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, nos montantes de mEuros 3.604 e mEuros 2.844, respectivamente (Nota 35). Nestes exercícios, o Banco assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago com referência a 31 de Dezembro de 2009 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 53.142 (mEuros 52.742 em 31 de Dezembro de 2008). Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

Sistema de Indemnização aos Investidores

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2009 estas responsabilidades ascendem a mEuros 2.353 (mEuros 8.114 em 31 de Dezembro de 2008).

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais - Banco de Portugal	5.290	13.184
Em instituições de crédito no estrangeiro	20	252
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País	60.166	126.237
Em instituições de crédito no estrangeiro	59.182	133.748
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	633.662	896.955
Crédito ao exterior	38.347	74.413
Outros créditos e valores a receber (titulados)	55.881	116.264
Activos titularizados não desreconhecidos	359.662	559.710
Juros de crédito vencido (Nota 42)	4.076	6.244
Juros de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação		
- Instrumentos derivados	-	11.579
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.210	-
Activos financeiros disponíveis para venda - Títulos	200.266	299.569
Derivados de cobertura	708.543	720.057
Devedores e outras aplicações	322	1.203
Outros juros e rendimentos similares	-	1
	2.129.627	2.959.416

29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	5.736	12.870
De emigrantes	9.017	10.296
De outros residentes	214.608	274.939
Não residentes	23.310	36.076
Juros de outros recursos de clientes	2.035	-
	254.706	334.181
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	21.604	67.420
Outros Bancos Centrais	57	220
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	35.184	45.999
No estrangeiro	116.753	265.002
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Certificados de depósito	-	12
Obrigações	59.731	113.580
Outras	82.983	118.046
Juros de passivos financeiros de negociação - derivados	-	12.818
Juros de derivados de cobertura	605.237	827.921
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	325.239	600.769
Juros de passivos subordinados	49.726	68.568
Outros juros e encargos similares	1.518	243
	1.298.032	2.120.598
	1.552.738	2.454.779

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	2009	2008
Activos financeiros disponíveis para venda		
Unicre	2.894	1.899
Totta - Crédito Especializado (IFIC)	1.935	3.031
SIBS	943	734
Imovest	681	665
Banco BPI	338	799
Finangest	65	-
Visa	2	1.573
Outras	22	15
	6.880	8.716
Investimentos em associadas		
Totta Ireland, PLC	106.471	107.093
Santotta International, SGPS	1.190	-
	114.541	115.809

31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	14.752	13.615
Créditos documentários abertos	3.173	1.778
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	4.593	1.054
Por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	3.446	3.355
Cobrança de valores	15.671	15.094
Administração de valores	1.070	992
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	27.224	34.519
Transferência de valores	1.508	1.525
Gestão de cartões	62.682	59.360
Anuidades	14.880	15.098
Montagem de operações	500	-
Operações de crédito	51.178	54.652
Manutenção de contas	10.476	10.304
Cadernetas	5.313	5.340
Cheques	11.613	12.655
Outras	621	372
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	12.499	6.213
Outras	194	209
Comercialização de seguros	107.505	117.040
Crédito especializado	4.198	3.935
Outras comissões recebidas	9.662	2.114
	362.758	359.224

32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança de valores	2.747	2.547
Operações de crédito	10.535	12.411
Outros	30.756	30.609
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.111	952
Outras	1.861	3.750
Outras comissões pagas	68	613
	47.078	50.882

33. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Instrumentos de capital	11.295	(8.239)	3.056	7.297	(10.601)	(3.304)
Instrumentos de dívida	299	(1)	298	-	-	-
Instrumentos derivados:						
"FRA's"	126	-	126	912	(912)	-
"Swaps"						
. Contratos de taxa de câmbio	594.268	(594.482)	(214)	351.794	(347.301)	4.493
. Contratos de taxa de juro	2.611.283	(2.591.826)	19.457	20.554.784	(20.560.911)	(6.127)
. Contratos sobre cotações	282.204	(292.716)	(10.512)	282.918	(252.925)	29.993
. Outros	96.745	(86.169)	10.576	87.041	(80.533)	6.508
Futuros						
. Contratos de taxa de juro	2.120	(2.646)	(526)	54.045	(53.450)	595
. Contratos sobre cotações	73	(59)	14	3.452	(2.605)	847
. Outros	-	(3)	(3)	-	(22)	(22)
Opções:						
. Contratos de taxa de câmbio	94.256	(93.339)	917	161.486	(159.127)	2.359
. Contratos de taxa de juro	2.378	(2.289)	89	94.390	(94.390)	-
. Contratos sobre cotações	1.465.827	(1.467.245)	(1.418)	2.738.305	(2.749.384)	(11.079)
. Outros	801.281	(806.024)	(4.743)	884.994	(884.908)	86
Contratos de garantia de taxa de juro	696.001	(695.629)	372	7.490.881	(7.493.664)	(2.783)
Activos e Passivos ao justo valor através de resultados	165.798	(152.107)	13.691	79.396	(71.825)	7.571
	6.823.954	(6.792.774)	31.180	32.791.695	(32.762.558)	29.137
Derivados de cobertura:						
"Swaps"						
. Contratos de taxa de juro	4.235	(52.971)	(48.736)	69.889	(16.840)	53.049
. Contratos sobre cotações	77.141	(14.490)	62.651	92.347	-	92.347
Opções:						
. "Auto-callable"	376.981	(386.834)	(9.853)	-	-	-
Correcções de valor de Activos e Passivos objecto de cobertura	96.061	(98.587)	(2.526)	51.109	(197.921)	(146.812)
	554.418	(552.882)	1.536	213.345	(214.761)	(1.416)
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	7.378.372	(7.345.656)	32.716	33.005.040	(32.977.319)	27.721

34. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros disponíveis para venda	410	(7)	403	1.067	(395)	672
Reavaliação cambial	20.407	(16.681)	3.726	34.115	(25.012)	9.103
Activos não correntes detidos para venda	1.047	(664)	383	1.123	(1.180)	(57)
Outros activos tangíveis	620	(5)	615	192	(37)	155
Investimentos em filiais e associadas (Nota 14)	56.080	-	56.080	-	-	-
Alienação de crédito concedido a clientes (Nota 10)	4.868	(759)	4.109	5.158	(3.728)	1.430
	83.432	(18.116)	65.316	41.655	(30.352)	11.303

Em 31 de Dezembro de 2009, os resultados relativos a investimentos em filiais e associadas correspondem à mais valia reconhecida na venda do Banco Caixa Geral Totta de Angola (Nota 14).

35. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Outros rendimentos de exploração		
Rendas de locação operacional	336	291
Reembolso de despesas	4.957	5.825
Recuperação de créditos incobráveis	7.039	12.922
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.145	670
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.278	2.483
Aluguer de terminais de pagamento automático	15.725	15.757
Outros	3.141	2.855
	34.621	40.803
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(2.164)	(1.519)
Contribuições para o FGD (Nota 27)	(3.604)	(2.844)
Outros encargos e gastos operacionais	(25.997)	(23.507)
Outros impostos		
Directos	(1.201)	(1.240)
Indirectos	(676)	(786)
	(33.642)	(29.896)
	979	10.907

36. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização	5.375	6.521
Empregados	182.797	178.392
Remunerações variáveis	35.041	31.643
	223.213	216.556
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	36.282	36.143
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 38)	17.494	8.544
Pensões pagas	169	277
Outros encargos sociais obrigatórios	1.742	888
Reformas antecipadas (Nota 38)	3.159	3.222
Amortização de desvios fora do corredor (Nota 38)	4.538	-
	63.384	49.074
Outros custos com pessoal		
Indemnizações contratuais (Nota 38)	697	1.232
Transferências de pessoal	630	501
Outros	6.004	8.518
	7.331	10.251
	293.928	275.881

37. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Serviços especializados	41.897	42.729
Manutenção de equipamento informático	31.247	27.931
Comunicações	18.523	18.087
Publicidade e edição de publicações	15.056	13.444
Rendas e alugueres	14.477	15.404
Fornecimentos	10.888	11.283
Deslocações, estadas e representação	5.718	7.649
Conservação e reparação	4.616	3.728
Formação de pessoal	2.577	2.217
Transportes	2.237	2.146
Seguros	583	144
Outros	3.361	4.268
	151.180	149.030

38. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2009 e 2008 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal (ex-Watson Wyatt). O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram os seguintes:

	2009	2008
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,25%	5,50%
Taxa de crescimento salarial	3,20%	3,20%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,50%
Taxa de inflação	1,75%	2,00%

Na determinação do custo com pensões para o exercício de 2010 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009.

A base para a taxa esperada de retorno dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2009 efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano. Neste sentido, a alteração na taxa de desconto entre anos resultou da redução das referidas taxas em 2009.

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, o índice iBoxx para obrigações em Euros com qualidade de crédito AA (Iboxx Corporate AA).

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2009 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008	2007	2006	2005
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	255.009	231.114	241.071	223.396	191.705
. Pensionistas	34.692	34.895	35.054	31.698	30.097
. Reformados e reformados antecipadamente	896.251	973.904	1.045.467	1.028.912	988.996
	1.185.952	1.239.913	1.321.592	1.284.006	1.210.798
- Cuidados de saúde (SAMS)	127.877	132.522	139.806	140.619	130.641
- Subsídio por morte	17.728	17.994	18.767	19.189	17.105
	1.331.557	1.390.429	1.480.165	1.443.814	1.358.544
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	1.395.849	1.391.585	1.486.078	1.446.847	1.010.705
Valor financiado em excesso / (não financiado)	64.292	1.156	5.913	3.033	(347.839)
Desvios actuariais e financeiros					
- Alteração de pressupostos	(51.086)	(100.674)	(54.502)	-	47.611
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(21.172)	(4.100)	76.028	17.144	(92)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	61.639	306.680	4.221	(32.174)	(6.888)
	40.467	302.580	80.249	(15.030)	(6.980)
	(10.619)	201.906	25.747	(15.030)	40.631

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.448	23.760	32.400
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	100	6	8
Pensionistas	879	4.006	5.462
Reformados e reformados antecipadamente	5.430	80.432	109.680
	11.857	108.204	147.550

O movimento nas responsabilidades por serviços passados no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	2009	2008
Responsabilidades no início do período	1.390.429	1.480.165
Custo dos serviços correntes	14.455	16.124
Custo dos juros	74.207	71.945
(Ganhos)/Perdas actuariais	(72.258)	(104.774)
Reformas antecipadas	3.159	6.706
Valores pagos	(80.946)	(82.107)
Contribuições dos empregados	2.511	2.370
Responsabilidades no fim do período	1.331.557	1.390.429

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos com pensões têm a seguinte composição e foram reconhecidos na rubrica de “Custos com o pessoal” (Nota 36):

	2009	2008
Custo dos serviços correntes	14.455	16.124
Custo dos juros	74.207	71.945
Rendimento esperado	(74.337)	(79.525)
Custo do exercício – Plano de benefício definido	14.325	8.544
Custo do exercício – Plano de contribuição definida	9	-
Custo do exercício – Plano da Sucursal de Londres	3.160	-
	17.494	8.544

O movimento na flutuação de valores em 2008 e 2009 foi o seguinte:

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2007	51.348
. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2008	(93.268)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2008	272.696
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2008	(11.506)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2008	33.984
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2008	253.254
. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2009	(64.152)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2009	54.934
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	(8.106)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	6.705
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 36)	(4.538)
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	238.097

Os desvios actuariais com pensões em 2009 e 2008 podem ser explicados como segue:

	2009	2008
Alteração de pressupostos actuariais	(44.621)	(88.745)
Alteração da tabela salarial em 2009/ 2008 com impacto em pensões e salários	(13.748)	(1.711)
Alterações na população	(175)	903
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(8.270)	(5.989)
. Por permanência	6.555	7.103
Passagem de reformas antecipadas a reformados	(3.893)	(4.829)
	(64.152)	(93.268)

Em 2009 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da redução da taxa de desconto e das alterações da taxa de crescimento das pensões e da taxa de inflação. Em 2008 inclui apenas o impacto da subida da taxa de desconto de 5% para 5,5%.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2009 e 2008 são explicados como se segue:

	2009	2008
Alteração da taxa de desconto	(6.465)	(11.929)
Alterações salariais e de nível	(1.353)	229
Outros	(288)	194
	(8.106)	(11.506)

O aumento das responsabilidades com reformas antecipadas realizadas nos exercícios de 2009 e 2008 relativas a 12 e 30 colaboradores, nos montantes de mEuros 3.159 e mEuros 6.706, respectivamente, bem como as indemnizações pagas pela passagem à situação de reforma, nos montantes de mEuros 697 e mEuros 1.736, respectivamente, foram registadas por resultados (mEuros 3.159 e mEuros 3.222 por reformas antecipadas e mEuros 697 e mEuros 1.232 por indemnizações, respectivamente) (Nota 36). Em 2008 foi ainda utilizada a provisão para reestruturação (mEuros 3.484 por reformas antecipadas e mEuros 504 por indemnizações).

O impacto global das alterações nas responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados com referência a 1 de Janeiro de 2005 apresentam o seguinte detalhe:

	Impacto global	Amortização anual (2008)	Amortização anual (2009)
Responsabilidades relativas a cuidados de saúde (SAMS)	117.988	12.966	9.076
Subsídio por morte	14.788	1.972	986
Reformas antecipadas diferidas no activo em 31.12.04	196.126	26.150	13.075
Aumento de responsabilidades relativo à alteração das taxas de desconto, de aumento de salários e de pensões	136.279	18.171	9.085
Aumento de responsabilidades relativo à alteração da tábua de mortalidade	62.940	6.917	4.842
Flutuação de valores, líquida de provisões em 1 de Janeiro de 2004	44.991	5.999	2.999
Aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, por alteração de pressupostos	21.755	2.901	1.450
Flutuação de valores no exercício de 2004	18.013	2.402	1.201
Alteração de pressupostos financeiros em 2004	10.038	1.338	669
Aumento do custo do exercício de 2004	13.741	1.831	917
	636.659	80.647	44.300

De acordo com o Aviso nº 4/2005, foi definido que o reconhecimento em resultados transitados seria efectuado de forma faseada, consoante fosse relativo à alteração da tábua de mortalidade, à alteração de outros pressupostos relativos a responsabilidades com pensões e a cuidados médicos pós emprego. Em 2008, na sequência do Aviso nº 7/2008, o reconhecimento em resultados transitados do montante por reconhecer em 30 de Junho de 2008 foi prolongado por mais três anos face à data inicial.

	2009	2008
Responsabilidades a reconhecer em resultados transitados	636.659	636.659
Excesso de financiamento	64.292	1.156
Amortização em 2005	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2006	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2007	(116.993)	(116.993)
Amortização até 30 de Junho de 2008	(58.497)	(58.497)
Amortização de Julho a Dezembro de 2008	(22.150)	(22.150)
Amortização em 2009	(44.300)	-
Flutuação de valores:		
. Desvios incluídos no corredor	139.341	139.158
. Excesso no corredor	98.756	114.096
. Sucursal de Londres	2.315	-
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(2.555)	-
Valor reflectido no activo (Nota 16)	462.882	459.443

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2009 e 2008 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 3,5% e 5,8%, respectivamente.

O aumento efectivo das pensões e salários foi de 1,5% em 2009 e 2,6% em 2008.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2009	2008
Empregados no activo[(1)]	5.548	5.583
Pensionistas	879	842
Reformados e reformados antecipadamente	5.430	5.479
	11.857	11.904

(1) Dos quais 100 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida.

As principais alterações demográficas em 2008 e 2009 foram as seguintes:

	Activos	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31-12-2007	5.501	5.500	807
Saídas:			
. De activos	(227)	-	-
. Por mortalidade	-	(66)	(20)
. Outras	-	-	(11)
Transferências	(33)	33	-
Entradas	342	12	66
Número total em 31-12-2008	5.583	5.479	842
Saídas:			
. De activos	(116)	-	-
. Por mortalidade	(6)	(72)	(23)
. Outras	-	-	(8)
Transferências	(15)	15	-
Entradas	102	8	68
Número total em 31-12-2009	5.548	5.430	879

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2007	1.486.078
Contribuições do Banco (monetárias)	212.400
Contribuições dos empregados	2.370
Rendimento líquido do Fundo	(227.156)
Valores pagos	(82.107)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	1.391.585
Contribuições do Banco (monetárias)	70.000
Contribuições dos empregados	2.511
Rendimento líquido do Fundo	12.699
Valores pagos	(80.946)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	1.395.849

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2009 e 2008 foram de 0,9% e -15,29%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	2009	2008
Instrumentos de dívida	800.575	777.465
Fundos de Investimento Imobiliário	238.881	234.283
Fundos de Investimento Mobiliário	76.017	198.191
Instrumentos de capital	152	152
Imóveis	88.273	87.765
Depósitos	180.638	75.116
Outros activos	11.313	18.613
	1.395.849	1.391.585

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as carteiras do Fundo de Pensões incluíam os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	2009	2008
Imóveis arrendados	23.799	23.797
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos)	247.382	348.490
	271.181	372.287

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2009, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativo ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	AM92/AF92
Taxa de rendimento do fundo de pensões	6,20%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,70%
Taxa de crescimento salarial	4,70%
Taxa de crescimento das pensões	3,50%
Taxa de inflação	3,70%

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

Estimativa de responsabilidades por serviços passados	24.012
Cobertura – valor patrimonial do fundo	21.457
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(2.555)

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades no início do período	19.510
Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Perdas actuariais	3.630
Valores pagos	(544)
Responsabilidades no fim do período	24.012

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	16.697
Rendimento líquido do fundo	2.343
Contribuição do Banco	2.772
Contribuições dos empregados	189
Valores pagos	(544)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	21.457

O custo do exercício de 2009 da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

Contribuição do Banco – financiamento do fundo	2.772
Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Rendimento esperado	(1.028)
	3.160

Em 31 de Dezembro de 2009, a flutuação de valores da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)
Valor não financiado	(2.555)
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	(240)

Em 31 de Dezembro de 2009, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

Instrumentos de dívida	11.073
Instrumentos de capital	9.399
Depósitos	985
Valor do fundo a 31 de Dezembro de 2009	21.457

39. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Agosto de 2009 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de dez operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 19.950.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados, por um montante de mEuros 1.462.000.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando aos Fundos Hipototta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, estes Fundos emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta PLC/Ltd, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta PLC/Ltd emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas dívidas apresentam as seguintes características:

Hipottta nº 1 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	285.313	AAA	Aaa	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	18.397	A+	A1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	8.108	BBB+	Baa1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1.100.000	311.818						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	1.117.600	322.818						

Hipottta nº 2 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Fitch	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.557.200	931.628	AAA	AAA	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,22%	Euribor 3 m + 0,44%
Classe B	39.800	30.053	AA+	AA+	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,5%	Euribor 3 m + 1%
Classe C	53.000	40.070	A	A	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 1,30%
	2.650.000	1.001.751						
Classe D	18.550	18.550			Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.668.550	1.020.301						

Hipottta nº 3 PLC

	Montante				Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	Rating Fitch	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	3.206.200	1.534.105	AAA	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	122.400	122.400	AA	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,23%	Euribor 3 m + 0,46%
Classe C	71.400	71.400	A	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,33%	Euribor 3 m + 0,66%
	3.400.000	1.727.905					
Classe D	17.000	17.000		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	3.417.000	1.744.905					

Hipottta nº 4 PLC

	Montante				Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	Rating Fitch	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.388.415	AAA	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	44.240	AA-	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	139.720	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	2.800.000	1.572.375					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.814.000	1.586.375					

Hipottta nº 5 PLC

	Montante		Rating			Data do	Remuneração	
Dívida emitida	Inicial	Actual	S&P	Moody's	Data de reembolso	reembolso antecipado	Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	1.306.839	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	2.000.000	1.413.839						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	2.010.000	1.423.839						

Hipottta nº 6 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	224.400	-	AAA	Aaa	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.800.400	1.630.947	AAA	Aaa	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	52.400	52.400	AA	Aa2	Julho de 2060	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	36.300	36.300	A	A1	Julho de 2060	Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	40.700	40.700	BBB	Baa1	Julho de 2060	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	45.800	45.800	BB-	Ba3	Julho de 2060	Euribor 3 m + 4,75%
	2.200.000	1.806.147				
Classe F	11.450	11.450	CCC-	Ca	Julho de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.211.450	1.817.597				

Hipototta nº 7 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating S&P	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.596.000	1.555.489	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	60.000	60.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	50.000	50.000	A	A2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	44.000	44.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	50.000	50.000	BB	B1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	2.000.000	1.759.489				
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.020.000	1.779.489				

Hipototta nº 8 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A1	125.000	-	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.021.900	975.115	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	40.600	40.600	Aa3	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	25.000	25.000	A2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	12.500	12.500	Baa2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	25.000	25.000	Ba2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	1.250.000	1.078.215			
Classe F	22.550	22.550	Ca	Julho de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.272.550	1.100.765			

Hipototta nº 10 Ltd

Dívida emitida	Montante Inicial	Montante Actual	Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
Classe A	927.500	782.046	Aaa	2062	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	20.000	20.000	Aa3	2062	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	20.000	20.000	A3	2062	Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	20.000	20.000	Ba1	2062	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	12.500	12.500	B1	2062	Euribor 3 m + 4,75%
	1.000.000	854.546			
Classe F	20.000	20.000		2062	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	1.020.000	874.546			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC, Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC, Hipototta nº 4 PLC e Hipototta nº 10 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 6 Ltd e Hipototta nº 8 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototas, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, do Hipototta nº 6 Ltd, do Hipototta nº 7 Ltd, Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos primeiros quatro Hipototas, e as obrigações da classe F para os restantes, constituem o último passivo a liquidar pelos Hipototta PLC/Ltd.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos Hipototta FTC);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1, 2, 3 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1%, 1%, 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 6 Ltd correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F dos Hipototta nº 7, 8 e 10 Ltd correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

As obrigações com maior grau de subordinação (classe D, no caso dos primeiros quatro Hipototta e classe F para os outros) foram adquiridas por uma subsidiária do BST. As restantes obrigações emitidas pelos quatro primeiros Hipototta PLC, as obrigações das classes B a E emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e as obrigações das classes A1 e A2 do Hipototta nº 6 Ltd, do Hipototta nº 7 Ltd, do Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, foram adquiridas pelo BST e registadas na sua carteira de activos financeiros disponíveis para venda. Em 2006 o Banco vendeu a totalidade das obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC e do Hipototta nº 4 PLC e parte das obrigações classe A do Hipototta nº 1 PLC e do Hipototta nº 3 PLC.

Em 2008 e 2009, o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC e obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC. Em 2009 o Banco recomprou ainda obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC. Conforme anteriormente referido, em Outubro de 2009 o Hipototta nº 9 Ltd foi liquidado.

Foi igualmente celebrado um “Liquidity swap” entre o Grupo Santander e o Hipototta nº 1 PLC que corresponde a uma facilidade/linha de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte do Hipototta nº 1 PLC.

Registo contabilístico

Para as operações de securitização efectuadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004, o Banco registou a venda dos créditos cedidos, mantendo um registo em contas extrapatrimoniais, por contrato securitizado, dos valores em dívida (capital vincendo e vencido), dos juros periodificados relativos a cada contrato e dos montantes de bonificações a receber da Direcção Geral do Tesouro (Nota 27).

Os créditos à habitação relativos às operações de titularização que ocorreram após 1 de Janeiro de 2004 não foram desreconhecidos de balanço, tendo o Banco mantido registados no activo os créditos concedidos e no passivo o valor recebido equivalente aos créditos titularizados (Nota 22).

O Banco mantém registadas as provisões calculadas para a totalidade dos créditos cedidos de acordo com o Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro do Banco de Portugal, que alterou o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho.

40. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais mantém saldos ou transacções nos exercícios de 2009 e 2008 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta - Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda	Portugal
Tottaurbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Empresas controladas conjuntamente com o Grupo	
Pinto Totta International Finance	Ilhas Cayman
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A .	Portugal
Empresas que directa ou indirectamente, se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Multirent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Ingeniería De Software Bancário, S.L.	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. SGECR	Espanha
Banco Santander Bahamas International, Ltd	Bahamas
Banco Santander International Miami	EUA
Banco Santander Brasil S.A.	Brasil
Produban Servicios Nformaticos Generales, Sl	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Santander Negocios Portugal, S.A.	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
HBF - Aluguer Comércio de Viaturas S.A.	Portugal
Transolver Finance Efc, S.A.	Espanha
Totta Seguros-Comp De Seguros De Vida, S.A.	Portugal
ISBANP - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal
Geoban, S.A.	Espanha
Santander Central Hispano Bank and Trust	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Catter Allen International Ltd	Reino Unido
Santander Asset Managment Sgfim, S.A.	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Entidades Propósito Especial	
Hipototta NO. 1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 2 FTC	Portugal
Hipototta NO. 3 FTC	Portugal
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Hipototta NO. 6 FTC	Portugal
Hipototta NO. 7 FTC	Portugal
Hipototta NO. 8 FTC	Portugal
Hipototta NO. 9 FTC	Portugal
Hipototta NO. 10 FTC	Portugal
Leasetotta NO.1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 2 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 3 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 6 Ltd	Irlanda
Hipototta NO. 7 Ltd	Irlanda
Hipototta NO. 8 Ltd	Irlanda
Hipototta NO. 9 Ltd	Irlanda
Hipototta NO. 10 Ltd	Irlanda
Leasetotta NO. 1 Ltd	Irlanda

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

Activos:	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo e controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.111	-	-	17.973
Activos financeiros detidos para negociação	466.537	89	8.157	44.475
Activos financeiros disponíveis para venda	-	107	10.749	111.739
Aplicações em instituições de crédito	687.892	2.182.249	2.819.409	22.174
Crédito a clientes	0	0	-	173.453
Derivados de cobertura	224.217	212	-	27.092
Outros activos	18	24.352	1.179	55.447
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(960.062)	(266)	(6.782)	(88.212)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.583.673)	(3.663.160)	(1.042.348)	(3.077.331)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(139.105)	(102.941)	(86)	(182.197)
Responsabilidades representadas por títulos	(36.908)	-	-	(778.969)
Derivados de cobertura	(190.280)	-	-	(9.601)
Passivos subordinados	(25.016)	(832.324)	-	(67.078)
Outros passivos	(23)	(1.015)	(83)	(10)
Demonstração de Resultados				
Juros e rendimentos similares	(480.969)	(26.392)	(48.567)	(31.702)
Juros e encargos similares	361.848	83.095	9.962	60.670
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(107.661)	(1.935)	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	(1.035)	(4.198)	(125.156)
Encargos com serviços e comissões	1.334	1.363	-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de re	231.458	(69)	-	(487.289)
Resultados de reavaliação cambial	4.436	-	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	-	(217)
Gastos gerais administrativos	-	3.951	62	31.579
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	415.514	781	115.634	3.087
Garantias recebidas	715	-	1.247	52.000
Compromissos perante terceiros	2.450	50	100.914	55.213
Operações cambiais e instrumentos derivados	54.274.823	11.658	1.106.947	8.350.210

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

Activos:	Empresa que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresa que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo e controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.059	-	-	76.209
Activos financeiros detidos para negociação	69.345	150	-	284.283
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	10.749	105.509
Aplicações em instituições de crédito	709.965	2.046.720	2.406.074	35.838
Crédito a clientes	-	-	-	213.035
Derivados de cobertura	174.217	44	-	76.860
Outros activos	5	25.204	1.240	27.986
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(318.867)	(551)	-	(461.418)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.718.914)	(1.213.534)	-	(2.322.356)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(122.991)	(85.608)	(78)	(90.804)
Responsabilidades representadas por títulos	(3.294)	(70.910)	-	(478.238)
Derivados de cobertura	(13.741)	-	-	(132.155)
Passivos subordinados	-	(841.474)	-	(68.219)
Outros passivos	(16)	(788)	-	(653)
Demonstração dos Resultados:				
Juros e rendimentos similares	(386.064)	(88.380)	(98.892)	(176.777)
Juros e encargos similares	484.400	128.700	-	316.540
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(107.093)	(3.031)	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	(750)	(3.935)	(141.907)
Encargos com serviços e comissões	750	1.155	-	539
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	22.004	151	-	537.529
Resultados de reavaliação cambial	(494)	(561)	-	3
Outros resultados de exploração	-	-	-	(291)
Gastos gerais administrativos	-	4.045	61	24.884
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	156.402	871	134	3.319
Garantias recebidas	724	-	1.247	52.000
Compromissos perante terceiros	37.615	38.910	253.187	30.953
Operações cambiais e instrumentos derivados	26.553.900	29.881	-	17.544.108

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascendiam a mEuros 1.178 e mEuros 1.238, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 5.375 e mEuros 6.521, respectivamente (Nota 36).

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2009 é apresentada de seguida:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração	
		fixa	variável
António Horta Osório	Presidente	568	-
Matias Pedro Inciarte	Vice - Presidente	-	-
Nuno Amado	Vice - Presidente	318	668
António Vieira Monteiro	Vogal	222	272
Carlos Amaral	Vogal	244	232
Eduardo Stock da Cunha	Vogal	56	-
Eurico de Melo	Vogal	42	-
José Carlos Sítima	Vogal	273	287
José Eduardo Bettencourt *	Vogal	121	173
José Elias da Costa	Vogal	232	432
Luís Bento dos Santos	Vogal	207	248
Miguel de Bragança	Vogal	205	547
Pedro Castro e Almeida	Vogal	-	-
		2.488	2.859

* Renunciou em 18 de Maio de 2009, com efeitos a 19 de Junho de 2009.

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração	
		fixa	variável
António Mendo Borges	Presidente	-	-
Mazars & Associados, SROC	Vogal	11	-
Ricardo Castro	Vogal	17	-
		28	-

No âmbito do acordo estabelecido com o Presidente do Conselho Fiscal, está fixada a remuneração anual global de mEuros 40 que engloba o exercício dessas funções no Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. e no BST.

Por entendimento entre as duas Instituições, o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. suporta a totalidade desse custo.

Uma vez que venha a ser concluído o processo de fusão em curso, que contempla a incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. no BST, e na sequência dele, a remuneração do Presidente do Conselho Fiscal será assumida como encargo do BST.

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 41 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é apresentado de seguida:

	2009	2008
Primeiro ciclo – PI09 - atribuídas em 2007 e exercidas em Julho de 2009	281	618
Segundo ciclo – PI10 - atribuídas em 2007 e a exercer em Julho de 2010	793	793
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2009 e a exercer em Julho de 2011	948	474
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2012	384	-
	2.406	1.885

Em 6 de Julho de 2009, foi finalizado o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 97.676, ao valor por acção de 8,49 Euros. O valor individual atribuído a cada membro do Conselho de Administração em funções, que corresponde às acções atribuídas do PI09, foi o seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Plano acções I09 montante exercído
Nuno Amado	Vice - Presidente	179
António Vieira Monteiro	Vogal	62
Carlos Amaral	Vogal	41
Eduardo Stock da Cunha	Vogal	113
José Carlos Sítima	Vogal	62
José Eduardo Bettencourt *	Vogal	113
José Elias da Costa	Vogal	74
Luís Bento dos Santos	Vogal	82
Pedro Castro e Almeida	Vogal	103
		829

* Renunciou em 18 de Maio de 2009, com efeitos a 19 de Junho de 2009.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.2 k). Em 31 de Dezembro de 2009 as responsabilidades com este benefício ascendiam a mEuros 140 (mEuros 201 em 31 de Dezembro de 2008).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST e cujo tempo de desempenho no cargo tenha sido superior a quinze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social. A comissão de vencimentos deliberou definir a atribuição e o montante da pensão complementar de reforma por velhice ou invalidez, podendo esta complementar entre 65% a 80% do vencimento fixo bruto anual, dependendo da antiguidade dos mesmos no cargo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 8.529 e mEuros 7.392, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para reestruturação – Benefícios dos empregados” (Nota 23).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

41. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Na Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. de 23 de Junho de 2007 foi aprovado o "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander", para os períodos de 23 de Junho de 2007 a 31 de Dezembro de 2009 (com data de entrega das acções respeitantes ao primeiro ciclo até 31 de Julho de 2009 e do segundo ciclo até 31 de Julho de 2010). O BST está também inserido neste plano, o qual foi aprovado em reunião da comissão executiva do Conselho de Administração do Banco de 19 de Dezembro de 2007 e abrange cerca de 277 colaboradores.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção.

Em 2009 foi concluído o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos (PI09). A percentagem aplicada sobre o número máximo de acções que foram atribuídas no início do ciclo foi de 90,79%. Esta percentagem reflecte a evolução do Banco Santander face aos dois parâmetros supra referidos. Em termos do retorno total para o accionista o Banco Santander classificou-se em sétimo lugar com 53,79%. Em termos do crescimento do lucro por acção, o Banco Santander ficou em primeiro lugar do grupo de referência com 7,70%. A entrega das referidas acções ocorreu em 6 de Julho de 2009, ao preço de abertura da acção do Banco Santander nesse dia (8,49 Euros por acção).

Em 2008 este Plano foi alargado para um terceiro ciclo até 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 para um quarto ciclo até 31 de Dezembro de 2011 (com datas de entrega das acções previstas até 31 de Julho de 2011 e até 31 de Julho de 2012, respectivamente). Estas extensões abrangeram cerca de 280 e 277 colaboradores, respectivamente.

Conforme descrito na Nota 1.2 n), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de "Custos com pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2009 e 2008, o custo total do plano para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

	2009	2008
PI09	533	1.067
PI10	1.052	1.052
PI11	1.105	563
PI12	497	-
	3.187	2.682

PI09 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 1º ciclo
PI10 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 2º ciclo
PI11 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 3º ciclo
PI12 - "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander" – 4º ciclo

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2007:					
PI09	371.239	5,7474	Jul-2009	277	2007
PI10	554.323	5,6936	Jul-2010	277	2007
Movimento em 2008:					
PI09 - Anulações (*)	(11.550)			-7	
PI10 - Anulações (*)	(17.300)			-7	
PI11 - Atribuição do direito	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2008:					
PI09	359.689	5,7474	Jul-2009	270	2007
PI10	537.023	5,6936	Jul-2010	270	2007
PI11	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
Movimento em 2009:					
PI09 - Anulações (*)	(540)			-1	
PI09 - Acções disponibilizadas	(326.681)		Jul-2009	-269	
PI09 - Acções não disponibilizadas (**)	(32.468)				
PI10 - Anulações (*)	(800)			-1	
PI12 - Atribuição do direito	660.497	4,5112	Jul-2012	277	2009
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2009:					
PI10	536.223	5,6936	Jul-2010	269	2007
PI11	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
PI12	660.497	4,5112	Jul-2012	277	2009

Notas:

(*) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(**) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregue resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

Adicionalmente, o Grupo Santander, no qual está inserido o BST, teve um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial (PI06), abrangendo 2.601 colaboradores, e que consistiu em opções sobre acções do Banco Santander, S.A. (Banco Santander) condicionadas à valorização relativa da cotação da respectiva acção e ao crescimento do resultado líquido por acção em relação a um grupo de bancos comparáveis. As datas de início e de conclusão do direito verificaram-se entre 15 de Janeiro de 2008 e 15 de Janeiro de 2009.

No caso do BST, estiveram abrangidos por este plano 157 colaboradores, incluindo o pessoal chave da gerência. As condições do plano foram cumpridas o que permitiu o exercício das opções durante o exercício de 2008 a 9,09 Euros.

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2009 (2º, 3º e 4º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.

- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo "MonteCarlo" com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI10	PI11	PI12
Volatilidade (*)	15,67%	19,31%	42,36%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	3,24%	3,47%	4,88%
Taxa de juro sem risco	4,497%	4,835%	2,040%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 42,3% para PI10, 44,9% para PI11 e 55,42% para PI12, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição;

- Dada a elevada correlação entre o RTA e o crescimento do lucro por acção (BPA), considerou-se que a valorização do RTA é também válida para o BPA. Esta valorização, por se referir a uma condição que não é de mercado, é revista e ajustada anualmente.

42. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7

BALANÇO

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2009				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	473.910	225.599	-	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	59.159	111.535	-	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.710.543	-	-	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.576.435	-	36.531	(43.344)	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	-	7.575.665	-	-	7.575.665
Crédito a clientes	77.203	28.268.552	-	(239.600)	28.106.155
Derivados de cobertura	246.133	-	-	-	246.133
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	458.182	-	458.182
	13.210.208	36.377.286	831.847	(282.944)	50.136.397
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.444	-	-	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	1.276.727	-	-	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	-	11.339.497	-	-	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.014.813	14.238.775	-	-	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	5.275.435	1.445.984	-	-	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	10.170.904	-	-	10.170.904
Derivados de cobertura	219.093	-	-	-	219.093
Outros passivos subordinados	-	1.178.253	-	-	1.178.253
	9.548.075	39.140.857	-	-	48.688.932

	2008				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	275.610	214.923	-	490.533
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	108.214	167.536	-	275.750
Activos financeiros detidos para negociação	1.370.592	-	-	-	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	598.818	-	-	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	7.597.389	-	32.516	(42.724)	7.587.181
Aplicações em instituições de crédito	-	5.780.877	-	-	5.780.877
Crédito a clientes	88.318	28.686.542	-	(198.737)	28.576.123
Derivados de cobertura	256.496	-	-	-	256.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	468.933	-	468.933
	9.911.613	34.851.243	883.908	(241.461)	45.405.303
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	2.404.151	-	-	2.404.151
Passivos financeiros detidos para negociação	1.122.852	-	-	-	1.122.852
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	-	-	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.380.898	-	-	6.380.898
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.517.315	13.784.639	-	-	15.301.954
Responsabilidades representadas por títulos	3.781.446	1.665.773	-	-	5.447.219
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	11.680.788	-	-	11.680.788
Derivados de cobertura	155.102	-	-	-	155.102
Outros passivos subordinados	-	1.188.879	-	-	1.188.879
	7.077.479	37.105.128	-	-	44.182.607

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	124.659	-	124.659	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	6.658.155	(6.786.305)	(128.150)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.569	-	167.569	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	223.529	(5.436)	218.093	49.602	-	49.602
Crédito a clientes	1.262.151	(197.586)	1.064.565	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	163.741	-	163.741	-	-	-
Derivados de cobertura	1.166.902	(1.067.209)	99.693	-	(32.544)	(32.544)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(6.469)	(6.469)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(176.369)	(176.369)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	79.284	(271.073)	(191.789)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	54.166	(222.164)	(167.998)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(325.239)	(325.239)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(49.726)	(49.726)	-	-	-
	9.900.156	(9.107.576)	792.580	49.602	(32.544)	17.058
Garantias prestadas	18.642	(381)	18.261			

	2008					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	273.421	-	273.421	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	32.712.299	(32.753.775)	(41.476)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	89.084	-	89.084	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	311.532	(2.829)	308.703	3.497	-	3.497
Crédito a clientes	1.865.796	(175.219)	1.690.577	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	109.935	-	109.935	-	-	-
Derivados de cobertura	893.872	(857.986)	35.886	58.366	-	58.366
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(8.375)	(8.375)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(378.640)	(378.640)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	42.737	(381.697)	(338.960)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	33.917	(381.690)	(347.773)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(600.769)	(600.769)	-	-	-
Outros passivos subordinados	(352)	(68.922)	(69.274)	-	-	-
	36.332.241	(35.609.902)	722.339	61.863	-	61.863
Garantias prestadas	15.414	(1.468)	13.946			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, correspondiam a ganhos líquidos de mEuros 3.726 e de mEuros 9.103, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2009			2008		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.290	-	5.290	13.184	-	13.184
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	-	20	252	-	252
Activos financeiros disponíveis para venda	211.355	-	211.355	308.285	-	308.285
Aplicações em instituições de crédito	119.348	-	119.348	259.985	-	259.985
Crédito a clientes	1.097.689	-	1.097.689	1.659.298	-	1.659.298
	1.433.703	-	1.433.702	2.241.004	-	2.241.004
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(21.661)	(21.661)	-	(67.640)	(67.640)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(151.937)	(151.937)	-	(311.001)	(311.001)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.818	(254.706)	(245.888)	9.386	(334.181)	(324.795)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(142.714)	(142.714)	-	(231.638)	(231.638)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(325.239)	(325.239)	-	(600.769)	(600.769)
Outros passivos subordinados	-	(49.726)	(49.726)	-	(68.568)	(68.568)
	8.818	(945.984)	(937.165)	9.386	(1.613.797)	(1.604.411)
Garantias prestadas	17.925	-	17.925	15.392	-	15.392

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2009			2008		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	51.685	(12.396)	39.289	54.019	(16.160)	37.859
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	31.506	-	31.506	30.240	-	30.240

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2009 e 2008 proveitos financeiros referentes a "Juros e rendimentos similares" com operações de crédito vencido nos montantes de mEuros 4.076 e mEuros 6.244, respectivamente (Nota 28).

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor bruto	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	72.573	73.121	4.082	77.203	72.575	(4.469)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.000	93.937	5.957	99.894	90.000	(6.732)
Activos disponíveis para venda	400.000	403.077	7.767	410.844	400.000	(6.617)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.027.486)	(1.030.170)	15.358	(1.014.812)	1.371.352	(24.181)
Responsabilidades representadas por títulos	(5.199.340)	(5.282.835)	7.400	(5.275.435)	4.540.264	(6.319)
Recursos de bancos centrais	(1.250.000)	(1.256.597)	(2.771)	(1.259.368)	1.250.000	7.419
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	9.512.747	9.512.747	-	9.512.747	9.512.747	90.674
Recursos de outras instituições de crédito	(1.659.100)	(1.659.100)	-	(1.659.100)	1.659.100	(7.801)
Passivos emitidos	(4.353.646)	(4.353.646)	-	(4.353.646)	4.353.646	(14.934)
	(3.414.252)	(3.499.466)	37.793	(3.461.673)	23.249.684	27.040

	2008					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor bruto	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	84.707	85.308	3.010	88.318	84.708	(2.924)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.000	94.632	4.186	98.818	90.000	(3.884)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.504.420)	(1.527.437)	10.122	(1.517.315)	1.509.182	3.768
Responsabilidades representadas por títulos	(3.710.295)	(3.784.771)	3.325	(3.781.446)	3.700.761	45.988
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.500.000	2.500.000	-	2.500.000	2.500.000	58.446
	(2.540.008)	(2.632.268)	20.643	(2.611.625)	7.884.651	101.394

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2009					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	4.170	35.314	3.117	25.337	-	67.938

	2008					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	(14.949)	(12.375)	85.770	-	-	58.446

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as ineficácias de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

Os ganhos e perdas financeiras reconhecidas nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados em operações financeiras					
	2009			2008		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	1.073	(1.073)	-	4.746	(4.746)	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.771	(1.796)	(25)	9.688	(11.573)	(1.885)
Activos financeiros disponíveis para venda	7.767	(6.617)	1.150	-	-	-
Recursos de bancos centrais	(2.771)	2.771	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.594	(22.586)	8	(44.406)	44.904	498
Responsabilidades representadas por títulos	(25.283)	25.686	403	(116.134)	116.457	323
Passivos subordinados	-	-	-	(706)	354	(352)
	5.151	(3.615)	1.536	(146.812)	145.396	(1.416)

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2009		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	699.509	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	170.694	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.710.543	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.539.383	30.239	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	-	7.575.665	7.575.665
Crédito a clientes	77.203	28.028.952	28.106.155
Derivados de cobertura	246.133	-	246.133
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	458.182	458.182
	13.173.156	36.963.241	50.136.397
Passivo			
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.444	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	1.276.727	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	-	11.339.497	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.014.813	14.238.775	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	5.275.435	1.445.984	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	10.170.904	10.170.904
Derivados de cobertura	219.093	-	219.093
Outros passivos subordinados	-	1.178.253	1.178.253
	9.548.075	39.140.857	48.688.932

	2008		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	490.533	490.533
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	275.750	275.750
Activos financeiros detidos para negociação	1.370.592	-	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	598.818	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	7.560.958	26.223	7.587.181
Aplicações em instituições de crédito	-	5.780.877	5.780.877
Crédito a clientes	88.318	28.487.805	28.576.123
Derivados de cobertura	256.496	-	256.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	468.933	468.933
	9.875.182	35.530.121	45.405.303
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	2.404.151	2.404.151
Passivos financeiros detidos para negociação	1.122.852	-	1.122.852
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.380.898	6.380.898
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.517.315	13.784.639	15.301.954
Responsabilidades representadas por títulos	3.781.446	1.665.773	5.447.219
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	11.680.788	11.680.788
Derivados de cobertura	155.102	-	155.102
Outros passivos subordinados	-	1.188.879	1.188.879
	7.077.479	37.105.128	44.182.607

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2009					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	483.940	-	1.226.603	-	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	592.593	1.344	5.957	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.533.150	57.905	(22.388)	7.767	(37.051)	10.539.383
Crédito a clientes	72.573	548	-	4.082		77.203
Derivados de cobertura	-	-	246.133	-	-	246.133
	11.682.256	59.797	1.456.305	11.849	(37.051)	13.173.156
Passivo						
Recursos de bancos centrais	1.250.000	6.597	-	2.771	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.276.727	-	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	2.639	-	-	-	502.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.027.486	2.684	-	(15.357)	-	1.014.813
Responsabilidades representadas por títulos	5.199.340	83.495	-	(7.400)	-	5.275.435
Derivados de cobertura	-	-	219.093	-	-	219.093
	7.976.826	95.415	1.495.820	(19.986)	-	9.548.075

	2008					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	414.316	-	956.276	-	-	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	593.288	1.344	4.186	-	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	7.625.879	43.499	(71.989)	-	(36.431)	7.560.958
Crédito a clientes	84.707	601	-	3.010	-	88.318
Derivados de cobertura	-	-	256.496	-	-	256.496
	8.718.190	45.444	1.144.969	3.010	(36.431)	9.875.182
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.122.852	-	-	1.122.852
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	764	-	-	-	500.764
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.504.420	23.017	-	(10.122)	-	1.517.315
Responsabilidades representadas por títulos	3.710.295	74.476	-	(3.325)	-	3.781.446
Derivados de cobertura	-	-	155.102	-	-	155.102
	5.714.715	98.257	1.277.954	(13.447)	-	7.077.479

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2009			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	477.920	1.232.623	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	99.894	-	500.000	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	2.740.762	534.580	7.264.041	10.539.383
Crédito a clientes	-	77.203	-	77.203
Derivados de cobertura	-	246.133	-	246.133
	3.318.576	2.090.539	7.764.041	13.173.156
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	1.259.368	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.276.727	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	502.639	502.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.014.813	-	1.014.813
Responsabilidades representadas por títulos	-	5.275.435	-	5.275.435
Derivados de cobertura	-	219.093	-	219.093
	-	9.045.436	502.639	9.548.075

	2008			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	412.246	958.346	-	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	98.818	-	500.000	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	139.615	315.596	7.105.747	7.560.958
Crédito a clientes	-	88.318	-	88.318
Derivados de cobertura	-	256.496	-	256.496
	650.679	1.618.756	7.605.747	9.875.182
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.122.852	-	1.122.852
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	500.764	500.764
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.517.315	-	1.517.315
Derivados de cobertura	-	3.781.446	-	3.781.446
Outros passivos subordinados	-	155.102	-	155.102
	-	6.576.715	500.764	7.077.479

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor por cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada e acções cotadas em mercados activos.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos das carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização interno utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização dos cash flows futuros e a modelos de valorizados baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível a valorização de instrumentos financeiros que utilizam modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificadas as obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos e outros títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2009		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.509	699.509	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	170.694	170.694	-
Activos financeiros disponíveis para venda	30.239	30.239	-
Aplicações em instituições de crédito	7.575.665	7.701.930	126.265
Crédito a clientes	28.028.952	27.923.389	(105.563)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	458.182	458.182	-
	36.963.241	36.983.943	20.702
Passivo			
Recursos de bancos centrais	767.444	767.820	(376)
Recursos de outras instituições de crédito	11.339.497	11.395.876	(56.379)
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.238.775	14.266.115	(27.340)
Responsabilidades representadas por títulos	1.445.984	1.448.610	(2.626)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.170.904	10.109.881	61.023
Outros passivos subordinados	1.178.253	1.189.720	(11.467)
	39.140.857	39.178.022	(37.165)

	2008		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	490.533	490.533	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275.750	275.750	-
Activos financeiros disponíveis para venda	26.223	26.223	-
Aplicações em instituições de crédito	5.780.877	5.826.551	45.674
Crédito a clientes	28.487.805	28.193.408	(294.397)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	468.933	468.933	-
	35.530.121	35.281.398	(248.723)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	2.404.151	2.404.151	-
Recursos de outras instituições de crédito	6.380.898	6.382.966	(2.068)
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.784.639	13.791.986	(7.347)
Responsabilidades representadas por títulos	1.665.773	1.664.038	1.735
Passivos financeiros associados a activos transferidos	11.680.788	11.474.203	206.585
Outros passivos subordinados	1.188.879	1.145.076	43.803
	37.105.128	36.862.420	242.708

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Em 31 de Dezembro de 2009, os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário. Em 31 de Dezembro de 2008, para as aplicações e recursos de instituições de crédito com prazo inferior a 6 meses, foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para as restantes operações, os fluxos futuros foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.

- O justo valor do crédito concedido a taxa variável a empresas foi considerado igual ao valor de balanço, uma vez que se procede à sua prefixação periodicamente. Para o crédito concedido a particulares (habitação e consumo) e pequenos negócios (empréstimos), foi considerado o *spread* médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa a empresas ou particulares, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano.

- Para os depósitos à ordem de clientes, foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito.

- No caso das responsabilidades representadas por títulos emitidas pelo Banco, foi efectuado o desconto dos *fluxos futuros* considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano.

- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos *fluxos de caixa* futuros foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, nomeadamente em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi levado a cabo na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da Norma IAS 39, atendendo ao facto de na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);

- Clientes de Retalho.

Em 31 de Dezembro de 2009, os ganhos a reconhecer relativamente a estas operações ascendem a mEuros 23.300 e encontram-se reflectidos na rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” (mEuros 31.798 em 31 de Dezembro de 2008).

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Crédito concedido

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2009		2008	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.509	699.509	490.533	490.533
Disponibilidades em outras instituições de crédito	170.694	171.116	275.750	392.167
Activos financeiros detidos para negociação	1.710.543	1.710.543	1.370.592	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	599.894	598.818	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	10.569.622	10.569.622	7.587.181	7.587.181
Aplicações em instituições de crédito	7.575.665	7.575.665	5.780.877	5.780.877
Crédito a clientes	28.106.155	35.524.217	28.576.123	34.786.782
Derivados de cobertura	246.133	246.133	256.496	256.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	458.182	458.182	468.933	468.933
	50.136.397	57.554.881	45.405.303	51.732.379
Garantias prestadas	2.241.901	2.241.901	1.915.637	1.915.637

A exposição máxima em "Crédito a clientes" em 31 de Dezembro de 2009, inclui mEuros 2.240.834 e mEuros 5.177.228 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.684.001 e mEuros 4.526.658 em 31 de Dezembro de 2008, respectivamente) (Nota 27).

Crédito concedido

Paralelamente ao processo de constituição de provisões, nos termos preconizados pelo Banco de Portugal (Nota 1.2. d)), o Banco analisa periodicamente o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Crédito ao consumo	1.165.513	1.098.288
Crédito à habitação	15.302.418	14.927.121
Outros créditos concedidos a particulares	220.779	253.323
Cartões de crédito de particulares	240.268	229.424
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	16.928.978	16.508.156
Crédito concedido a grandes empresas	1.820.275	2.372.739
Crédito concedido a médias empresas	5.661.127	5.645.569
Crédito concedido a pequenas empresas	905.725	858.318
Cartões de crédito de empresas	12.309	11.978
Crédito concedido a instituições financeiras	1.011	1.052
Papel comercial	2.359.024	2.916.567
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	10.759.471	11.806.223
Garantias prestadas	2.215.386	1.904.950
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	29.903.835	30.219.329

O crédito concedido a particulares apresentado no quadro supra, inclui as operações que foram objecto de titularização no âmbito dos Hipototta nº 1 e nº 2 FTC.

As análises de risco são suportadas por um modelo de rating desenvolvido pelo Banco, de elaboração obrigatória, excepto no que se refere a clientes particulares e a empresários em nome individual. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, determinado com base nos seguintes factores:

. Procura/Mercado;
. Sócios/Gestão;
. Acesso ao crédito;
. Rentabilidade;
. Geração de fluxos;
. Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2009		2008	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	1.206.588	137.090	1.570.686	221.572
Rating 4 - 6	5.795.519	1.325.342	6.503.526	1.194.738
Rating 1 - 3	511.293	70.065	191.294	43.645
	7.513.400	1.532.497	8.265.506	1.459.955
Sem Rating	873.727	130.649	611.120	394.054
	8.387.127	1.663.146	8.876.626	1.854.009
Cartões de crédito de empresas	12.309	-	11.978	-
Instituições Financeiras	1.011	552.240	1.052	50.941
Papel comercial	2.359.024	-	2.916.567	-
	10.759.471	2.215.386	11.806.223	1.904.950

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 ascendem a mEuros 53.355 e mEuros 50.120, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,32% e 0,30%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação desde 2006, pode ser detalhado como segue:

	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:			
. Médias empresas	24.596	5.471	30.067
. Pequenas empresas	12.567	2.487	15.054
	37.163	7.958	45.121
Particulares	124.890	20.350	145.240
	162.053	28.308	190.361

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação em 2006 e 2007, pode ser detalhado como segue:

	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:			
. Grandes empresas	4.579	-	4.579
. Médias empresas	11.872	3.918	15.790
. Pequenas empresas	9.207	2.077	11.284
	25.658	5.995	31.653
Particulares	74.099	10.712	84.811
	99.757	16.707	116.464

O crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Vincendo	1.473.045	1.539.203
Vencido		
. Até 90 dias	25.099	27.064
. Entre 90 e 180 dias	28.824	34.641
. Mais de 180 dias	308.538	178.546
	1.835.506	1.779.454
Garantias prestadas	26.515	10.686

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante de crédito vencido ou em imparidade apurada através de análise específica que se encontra colaterizado por garantia hipotecária e por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	2009		2008	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Crédito vencido ou em imparidade apurado através de análise individual:				
Garantia superior ao capital em dívida	333.436	771.064	250.474	591.440
Garantia inferior ao capital em dívida	89.386	39.463	178.311	111.897
Sem garantia	394.667	-	311.793	-
	817.489	810.527	740.578	703.337

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 113.563 e mEuros 114.068, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 12)	119.342	126.358
Outros activos recebidos em dação em pagamento	33.262	32.791
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	22.121
	174.725	181.270
Imparidade de imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 12)	(37.920)	(41.243)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento	(1.121)	(3.838)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	(61.162)	(67.202)
	113.563	114.068

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe, por rating externo:

	2009	2008
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
AA	-	98.818
A	99.894	-
	99.894	98.818
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P e outros		
AAA	6.819.112	6.537.556
AA	909.677	361.115
A	2.132.519	275.733
BA	62.366	-
BBB	25.189	22.451
BB	26.012	24.868
Sem rating externo	542.694	324.514
	10.517.569	7.546.237
	10.617.463	7.645.055

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, estão apresentados os ratings das agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM),* o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2009 o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) no montante global de mEuros 10.000.000, do qual ainda falta utilizar mEuros 7.135.430.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2009							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	225.954	777	3.620	479.439	-	-	-	709.790
Disponibilidades em outras instituições de crédito	170.694	-	-	-	-	-	-	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.710.543	-	-	-	-	-	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	501.070	5.046	10.096	97.636	-	-	613.848
Activos financeiros disponíveis para venda	2	131.338	465.585	1.461.441	2.861.178	7.670.564	52.053	12.642.161
Aplicações em instituições de crédito	2.074.543	1.884.281	202.161	2.927.967	76.508	634.570	-	7.800.030
Crédito a clientes	486.947	3.468.475	4.371.697	5.267.088	3.232.158	18.719.817	-	35.546.182
Derivados de cobertura	246.133	-	-	-	-	-	-	246.133
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	458.182	458.182
	4.914.816	5.985.941	5.048.109	10.146.031	6.267.480	27.024.951	510.235	59.897.563
Passivo								
Recursos de bancos centrais	13.478	-	2.020.611	-	-	-	-	2.034.089
Passivos financeiros detidos para negociação	1.276.727	-	-	-	-	-	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	505.153	-	-	-	-	-	505.153
Recursos de outras instituições de crédito	1.106.855	6.865.164	636.063	1.874.433	254.120	660.883	-	11.397.518
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.661.745	5.109.285	3.829.327	1.316.597	2.150.968	1.391.820	-	15.459.742
Responsabilidades representadas por títulos	120.413	802.110	1.174.724	3.373.499	1.427.956	213.284	-	7.111.986
Passivos financeiros associados a activos transferidos	30.296	116.481	440.789	1.177.363	1.174.005	11.824.110	-	14.763.044
Derivados de cobertura	219.093	-	-	-	-	-	-	219.093
Outros passivos subordinados	-	20.390	25.395	91.642	91.603	1.900.636	-	2.129.666
	4.428.607	13.418.583	8.126.909	7.833.534	5.098.652	15.990.733	-	54.897.018

	2008							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	214.923	1.665	5.263	283.584	-	-	-	505.435
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275.750	-	-	-	-	-	-	275.750
Activos financeiros detidos para negociação	1.370.592	-	-	-	-	-	-	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	503.716	4.901	9.810	103.098	-	-	621.525
Activos financeiros disponíveis para venda	2	207.625	652.833	1.113.079	1.003.469	11.038.752	40.944	14.056.704
Aplicações em instituições de crédito	220.231	2.179.265	383.402	2.737.895	73.283	702.060	-	6.296.136
Crédito a clientes	799.724	2.934.780	3.348.139	9.176.501	3.499.885	26.205.186	-	45.964.215
Derivados de cobertura	256.496	-	-	-	-	-	-	256.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	468.933	468.933
	3.137.718	5.827.051	4.394.538	13.320.869	4.679.735	37.945.998	509.877	69.815.786
Passivo								
Recursos de bancos centrais	500.264	1.907.661	-	-	-	-	-	2.407.925
Passivos financeiros detidos para negociação	1.122.852	-	-	-	-	-	-	1.122.852
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	501.458	-	-	-	-	-	501.458
Recursos de outras instituições de crédito	789.780	1.955.214	1.128.928	1.969.703	54.132	849.996	-	6.747.753
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.345.500	5.105.981	4.076.160	722.476	71.805	29.594	-	15.351.516
Responsabilidades representadas por títulos	121.554	244.495	1.797.353	3.457.339	147.864	-	-	5.768.605
Passivos financeiros associados a activos transferidos	50.920	153.563	615.949	1.696.448	1.826.308	19.939.371	-	24.282.559
Derivados de cobertura	155.102	-	-	-	-	-	-	155.102
Outros passivos subordinados	-	27.593	43.433	141.986	142.143	2.567.892	-	2.923.047
	8.085.972	9.895.965	7.661.823	7.987.952	2.242.252	23.386.853	-	59.260.817

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados com “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos investimentos em associadas e instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em associadas) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;

- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Grupo Santander Totta, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente procedem-se a outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à Análise de Cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua imediata correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2009				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	473.910	225.599	-	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	170.694	-	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	477.920	1.232.623	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	592.593	-	7.301	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	2.658.118	7.814.612	96.892	-	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	4.091.102	3.449.265	35.298	-	7.575.665
Crédito a clientes	4.447.616	23.786.584	(128.045)	-	28.106.155
Derivados de cobertura	-	-	-	246.133	246.133
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	458.182	-	458.182
	11.789.429	35.524.371	1.343.841	1.478.756	50.136.397
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2.036.861	-	(10.049)	-	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.276.727	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	-	2.639	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	8.323.633	2.999.923	15.941	-	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.004.689	5.220.763	28.136	-	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	5.291.090	1.351.650	78.679	-	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	9.623	10.145.232	16.049	-	10.170.904
Derivados de cobertura	-	-	-	219.093	219.093
Outros passivos subordinados	547.647	630.130	476	-	1.178.253
	26.713.543	20.347.698	131.871	1.495.820	48.688.932

	2008				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	275.585	214.948	-	490.533
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	275.750	-	275.750
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	412.246	958.346	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	593.288	-	5.530	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	102.871	7.468.240	16.070	-	7.587.181
Aplicações em instituições de crédito	2.910.906	2.822.048	47.923	-	5.780.877
Crédito a clientes	5.622.567	22.923.050	30.506	-	28.576.123
Derivados de cobertura	-	-	-	256.496	256.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	468.933	-	468.933
	9.229.632	33.488.923	1.471.906	1.214.842	45.405.303
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2.407.925	-	(3.774)	-	2.404.151
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.122.852	1.122.852
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	-	764	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	2.800.558	3.526.427	53.913	-	6.380.898
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.187.682	2.003.875	110.397	-	15.301.954
Responsabilidades representadas por títulos	4.060.295	1.300.150	86.774	-	5.447.219
Passivos financeiros associados a activos transferidos	424.927	11.199.296	56.565	-	11.680.788
Derivados de cobertura	-	-	-	155.102	155.102
Outros passivos subordinados	556.426	630.131	2.322	-	1.188.879
	23.937.813	18.659.879	306.961	1.277.954	44.182.607

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- são identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;

- os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;

- para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);

- por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;

- definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;

- por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;

- para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;

- para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;

- supõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro;

- não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro supõem uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise.

- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis.

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente.

- Características das novas operações "New Business" (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc) – utilizam-se a condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano corresponde a:

	2009	2008
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.726	2.726
Activos financeiros disponíveis para venda	67.848	63.438
Aplicações em instituições de crédito	41.043	40.838
Crédito a clientes	215.588	215.517
	329.205	322.519
Derivados de cobertura	(24.368)	(49.452)
Passivo		
Recursos de bancos centrais	(11.736)	(26.887)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(942)
Recursos de outras instituições de crédito	(89.270)	(59.246)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(74.742)	(81.505)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.541)	(6.001)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(82.894)	(85.990)
Outros passivos subordinados	(5.929)	(5.935)
	(269.112)	(266.506)

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.

- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos).

- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, a moeda de reporte dos valores do VaR é dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades.

- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	Var
VaR Percentil 99%	(244)
VaR Wei. Percentil 99%	(125)

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco utilizava outras medidas de sensibilidade para o risco de taxa de juro. O cálculo da sensibilidade a variações da taxa de juro era efectuado pelas plataformas de contratação Kondor+ e Murex, de acordo com a metodologia descrita em seguida.

Cada instrumento de um portfolio era repartido nos cash flows que o constituem e, desta forma, era criado um portfolio de cash flows de todos os instrumentos. O risco era analisado utilizando a curva de reavaliação das posições. As taxas forward e os cash flows futuros eram também calculados.

Em primeiro lugar era calculado um NPV inicial, com base na curva cupão zero de reavaliação das posições. Em seguida era adicionado um basis point à taxa da curva par do prazo especificado, com as restantes taxas constantes, sendo recalculada uma nova curva cupão zero, para a determinação de um novo NPV.

Em seguida calculava-se um vector de sensibilidades, que correspondia à subtracção entre o novo NPV e o NPV inicial para cada prazo temporal, isto é, uma série de medidas de risco de taxa de juro ao longo de toda a estrutura temporal. Este vector indicava qual a variação do valor do portfolio para cada variação independente de um basis point em cada uma das taxas.

Em 31 de Dezembro de 2008, a sensibilidade do valor patrimonial de instrumentos financeiros de negociação à variação positiva de 1 basis point (bp), ao nível do BST, pode ser detalhada como segue:

Maturidade	2008
1 dia	(1)
1 mês	3
6 meses	1
9 meses	-
1 ano	(1)
2 anos	(3)
3 anos	14
4 anos	(10)
5 anos	(3)
> 5 anos	(1)
	(1)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2009			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	694.306	2.552	2.651	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	150.360	8.397	11.937	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.665.363	35.308	9.872	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.561.384	8.235	3	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	7.105.673	425.983	44.009	7.575.665
Crédito a clientes	27.932.963	140.454	32.738	28.106.155
Derivados de cobertura	244.977	1.156	-	246.133
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	454.364	3.818	-	458.182
	49.409.284	625.903	101.210	50.136.397
Passivo				
Recursos de bancos centrais	2.023.339	3.471	2	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	1.253.955	12.689	10.083	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	9.455.363	1.120.938	763.196	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.207.199	661.603	384.786	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	6.721.419	-	-	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.170.904	-	-	10.170.904
Derivados de cobertura	215.233	3.860	-	219.093
Outros passivos subordinados	928.357	249.896	-	1.178.253
	45.478.408	2.052.457	1.158.067	48.688.932

	2008			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	484.791	2.116	3.626	490.533
Disponibilidades em outras instituições de crédito	254.036	12.220	9.494	275.750
Activos financeiros detidos para negociação	1.306.643	50.882	13.067	1.370.592
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	598.818	-	-	598.818
Activos financeiros disponíveis para venda	7.587.181	-	-	7.587.181
Aplicações em instituições de crédito	5.402.093	346.702	32.082	5.780.877
Crédito a clientes	28.448.175	94.337	33.611	28.576.123
Derivados de cobertura	249.183	7.313	-	256.496
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	464.981	3.952	-	468.933
	44.795.901	517.522	91.880	45.405.303
Passivo				
Recursos de bancos centrais	2.404.137	-	14	2.404.151
Passivos financeiros detidos para negociação	1.060.676	48.204	13.972	1.122.852
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.764	-	-	500.764
Recursos de outras instituições de crédito	5.499.733	551.320	329.845	6.380.898
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.393.871	729.809	178.274	15.301.954
Responsabilidades representadas por títulos	5.447.219	-	-	5.447.219
Passivos financeiros associados a activos transferidos	11.680.788	-	-	11.680.788
Derivados de cobertura	153.692	1.410	-	155.102
Outros passivos subordinados	930.203	258.676	-	1.188.879
	42.071.083	1.589.419	522.105	44.182.607

Em 31 de Dezembro de 2009, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	VaR
VaR Percentil 99%	(85)
VaR Wei. Percentil 99%	(31)

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco utilizava outras medidas de sensibilidade, nomeadamente a exposição cambial do Banco ("delta taxa de câmbio") por moeda, que corresponde à perda máxima no valor patrimonial de instrumentos financeiros de negociação por variações da taxa de câmbio. Considerando a exposição de balanço em 31 de Dezembro de 2008, o “delta taxa de câmbio” tinha o seguinte detalhe:

Moeda	2008
USD	1.386
GBP	1.357
JPY	(123)
CHF	2.200
SEK	96
NOK	19
DKK	45
CAD	99
AUD	117
SGD	34
HKD	7
MOP	17
ZAR	(35)
BRL	1
PLN	1
NZD	(11)
	5.210

Risco de cotações de activos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco analisava a exposição total líquida de cada instrumento financeiro de negociação em cada mercado, medida pelo "delta equity". A exposição do balanço do Banco em 31 de Dezembro de 2008, a variações no mercado de cotações, tinha o seguinte detalhe:

Instrumento financeiro	Moeda	2008
Acções, futuros e opções mercado	EUR	(294)

Risco de volatilidade

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2008, a sensibilidade do valor patrimonial de instrumentos financeiros sujeitos a risco de volatilidade (opções e outros instrumentos financeiros derivados) decorrente do aumento de 1% na volatilidade corresponde a:

	2008
Maturidade	Taxa de juro
1 dia	-
1 mês	-
2 meses	-
3 meses	-
6 meses	-
1 ano	8
2 anos	24
3 anos	19
4 anos	13
> 4 anos	5
	69

43. GESTÃO DO CAPITAL

O Banco Santander Totta procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos. Relativamente ao exercício de 2009, o Conselho de Administração do Banco propõe a distribuição de dividendos no montante de mEuros 240.000, o que corresponde a um dividendo de 0,41 Euros por acção.

No ano de 2008, e ao abrigo de Basileia II, o BST passou a utilizar o método standard para o risco de crédito e risco de mercado e o método do indicador básico para o risco operacional. A partir de Junho de 2009, BST utilizou o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método standard para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios).

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco no final dos exercícios de 2009 e 2008 (montantes expressos em milhões de Euros):

	2009	2008
	BIS II	BIS II
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	1.783	1.227
Capital Elegível	888	888
Reservas e Resultados Elegíveis	555	443
Interesses Minoritários Elegíveis	372	-
Impactos de transição IAS (regime transitório)	120	151
Deduções aos Fundo Próprios Base	(152)	(255)
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	752	1.019
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	687	1.068
Passivos subordinados com vencimento determinado	300	300
Reservas de reavaliação	23	24
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	(258)	(373)
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	(9)	(8)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.527	2.238
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	23.505	24.470

RÁCIOS	**2009**	**2008**
TIER I (A/E)	7,6%	5,0%
CORE CAPITAL	6,3%	5,8%
TIER II (B/E)	3,2%	4,2%
DEDUÇÕES (C/E)	0,0%	0,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	10,7%	9,1%

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total	Taxa	Data de	Data de	Indexante
		Total	Readquirido	Balanço	Total	Balanço	de Juro	Emissão	Vencimento	
Agro(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	14.519	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de acções
Agua(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	14.519	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de acções
Aqua Rendimento	EUR	59.669	-	59.669	1.002	60.671	0,50%	21-Ago-06	22-Ago-11	Cabaz de acções
Banca(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	16.082	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 acções
Best Index	EUR	2.391	-	2.391	-	2.391	0,00%	30-Mar-07	30-Mar-10	Cabaz de indices
Best of Sectors	EUR	69.547	-	69.547	-	69.547	0,00%	4-Fev-08	4-Fev-10	Indice accionista
Bio Energia(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	14.519	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de acções
Cabaz Mundial Euribor	EUR	7.650	-	7.650	-	7.650	0,00%	21-Out-09	21-Jan-10	Cabaz de 3 indices
Cabaz Mundial Euribor II	EUR	5.500	-	5.500	-	5.500	0,00%	7-Dez-09	7-Mar-10	3 indices
Cabaz Mundial Euribor III	EUR	2.000	-	2.000	-	2.000	0,00%	21-Nov-09	21-Fev-10	Euribor 3 meses
Cabaz Mundial Euribor IV	EUR	7.150	-	7.150	-	7.150	0,00%	28-Out-09	28-Jan-10	3 índices
Cabaz Mundial Outubro 2012	EUR	7.050	-	7.050	-	7.050	0,00%	12-Out-09	12-Out-12	Cabaz de indices
Chumbo & Estanho (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	22.297	0,50%	3-Out-05	29-Set-10	Cabaz de Commodities
Cobre & Niquel (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	22.297	0,50%	3-Out-05	29-Set-10	Cabaz de Commodities
Competição Mundial	EUR	77.618	-	77.618	1.369	78.987	0,50%	19-Jun-06	21-Jun-10	Fundos de investimento
Converg. Europeia (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	190	15.114	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	2 indices accionistas
Distressed Securities Strategy (HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.276	-	18.276	418	18.694	0,50%	7-Jun-05	4-Jun-10	Cabaz de 2 indices
Diversificaçao Premium 7,50%	EUR	7.487	-	7.487	128	7.615	0,50%	31-Jul-06	2-Ago-10	Cabaz de indices
Dividendos (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	190	15.114	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	2 indices accionistas
Energias Renováveis 10% VI	EUR	5.900	-	5.900	-	5.900	0,00%	25-Mar-09	25-Mar-10	Cabaz de acções
Eolica(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	14.519	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de acções
Equity Hedge Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.276	-	18.276	418	18.694	0,50%	7-Jun-05	4-Jun-10	Cabaz de 2 indices
Euro Banca 7,00%	EUR	85.000	-	85.000	-	85.000	0,00%	30-Abr-07	30-Mai-11	Cabaz de 5 acções e indice accionista
Euro Dolar Premium	EUR	10.846	-	10.846	-	10.846	0,00%	6-Ago-09	6-Ago-10	Taxa Jur EUR3M e Taxa.cambio EUR/USD
Euro Premium 7,00%	EUR	12.940	-	12.940	-	12.940	0,00%	30-Abr-09	30-Abr-10	Cabaz de 10 acções e indice accionista
Event Driven Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.276	-	18.276	418	18.694	0,50%	7-Jun-05	4-Jun-10	Cabaz de 2 indices
Exposição Ásia 2010	EUR	3.375	-	3.375	-	3.375	0,00%	29-Out-07	29-Out-10	Cabaz composto por 5 indices
Farmaceuticas I (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	14.460	0,62%	7-Nov-06	8-Nov-10	Cabaz de acções
Farmaceuticas II (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	14.460	0,62%	7-Nov-06	8-Nov-10	Cabaz de acções
Gas Natural Premium 10%	EUR	9.189	-	9.189	-	9.189	0,00%	25-Set-06	27-Set-10	Cabaz de acções
Gasolina & Gas Natural (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	22.297	0,50%	3-Out-05	29-Set-10	Cabaz de Commodities
Infra estrutura Global 2010	EUR	2.900	-	2.900	-	2.900	0,00%	27-Dez-07	27-Dez-10	Indice accionista S&P Global infrastructure
Infra-estruturas Aeronautica (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	18.795	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 acções
Infra-estruturas Energia (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	18.795	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 acções
Infra-estruturas Telecomunicações (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	18.795	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 acções
Infra-estruturas Transportes (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	18.795	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 acções
Infra-estruturas Utilities (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	265	18.795	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 acções
Investimento Premium 8,25%	EUR	15.020	-	15.020	-	15.020	0,00%	26-Mar-09	28-Mar-10	Cabaz de 4 acções
Japão (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	190	15.114	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	1 indice accionista
Macro Strategy(HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.276	-	18.276	418	18.694	0,50%	7-Jun-05	4-Jun-10	Cabaz de 2 indices
Media (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	16.082	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 acções
Mercado Accionista (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	13.950	0,20%	20-Dez-05	17-Dez-10	Indice Dow Jones Euro Stoxx 50
Mercado Hedge Funds (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	13.950	0,20%	20-Dez-05	17-Dez-10	Indice HFRX Global Hedge fund
Mercado Imobiliario (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	13.950	0,20%	20-Dez-05	17-Dez-10	Indice FTSE EPRA/NAREIT europe index
Mercado Monetário (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	13.950	0,20%	20-Dez-05	17-Dez-10	Indice European Central Bank Eonia Capitalization
Mercado Obrigaccionista (SUPER MIX INVEST FEI)	EUR	13.838	-	13.838	112	13.950	0,20%	20-Dez-05	17-Dez-10	Indice Iboxx € Corporates
Obrigaçoes Europa 2ªSerie	EUR	1.210	-	1.210	-	1.210	0,00%	9-Nov-09	9-Nov-10	Cabaz de acções
Oleo & Petroleo (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	22.297	0,50%	3-Out-05	29-Set-10	Cabaz de Commodities
OPV Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	10.542	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de acções
OPV E.U.A(OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	10.542	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de acções
OPV Europa e Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	10.542	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de acções
OPV Europa e E.U.A (OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	10.542	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de acções
OPV Europa(OPV INVEST FEI)	EUR	10.383	-	10.383	159	10.542	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de acções
Ouro & Prata (COMMODITIES INVEST FEI)	EUR	21.833	-	21.833	464	22.297	0,50%	3-Out-05	29-Set-10	Cabaz de Commodities
Performance Mais	EUR	63.096	-	63.096	67	63.163	1,04%	24-Nov-09	24-Nov-10	Cabaz de indices

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total	Taxa	Data de	Data de	Indexante
		Total	Readquirido	Balanço	Total	Balanço	de Juro	Emissão	Vencimento	
Performance Mais II	EUR	13.731	-	13.731	4	13.735	1,04%	22-Dez-09	22-Dez-10	Cabaz de indices
Premium Bens de Luxo	EUR	11.778	-	11.778	-	11.778	0,00%	17-Set-09	17-Set-10	Cabaz de acções
Premium Energias	EUR	29.766	-	29.766	-	29.766	0,00%	3-Mar-08	3-Mar-10	2 Cabazes de acções (12 acções cada)
Relative Value Arbitrage Strategy (HEDGE INVEST FEI)	EUR	18.275	-	18.275	418	18.693	0,50%	7-Jun-05	4-Jun-10	Cabaz de 2 indices
Rendimento China 8%	EUR	100.447	-	100.447	1.475	101.922	0,50%	22-Jan-07	24-Jan-11	Indice FTSE Xinhua China 25
Rendimento China Premium 10%	EUR	15.000	-	15.000	216	15.216	0,50%	12-Fev-07	14-Fev-11	Indice FTSE Xinhua China 25
Rendimento Europeu	EUR	99.796	-	99.796	469	100.265	1,17%	6-Ago-09	6-Ago-10	Indice accionista
Rendimento Premium 7,5% 2ª Serie	EUR	9.020	-	9.020	-	9.020	0,00%	1-Jun-06	1-Jun-12	Taxa fixa
Rendimento Valor Global	EUR	68.900	-	68.900	-	68.900	0,00%	25-Set-06	26-Set-11	Cabaz de Indices
Santander Estrategia Rendimento Mais	EUR	13.332	-	13.332	311	13.643	0,50%	2-Mai-05	3-Mai-10	Indice Deutsche Bank Forward Rate Bias EUR
Santander Rendimento Certo	EUR	19.963	-	19.963	-	19.963	0,00%	31-Jan-09	31-Jan-10	Euribor 1 Ano
Santander Rendimento Cresce 6%	EUR	15.719	-	15.719	342	16.061	0,50%	25-Ago-05	25-Ago-11	Cabaz de 2 indices
Santander Totta Diversificaçao Invest 1º amortização	EUR	23.913	-	23.913	891	24.804	4,69%	17-Mar-09	28-Mar-11	EUR3M
Santander Totta Diversificaçao Invest 2º amortização	EUR	23.913	-	23.913	-	23.913	0,00%	28-Mar-11	28-Mar-13	EUR/USD
Santander Totta Diversificaçao Invest 3º amortização	EUR	23.913	-	23.913	-	23.913	0,00%	28-Mar-13	30-Mar-15	Cabaz indices
Santander Totta Diversificaçao Invest 4º amortização	EUR	23.913	-	23.913	-	23.913	0,00%	30-Mar-15	28-Mar-17	Cabaz indices
Sector Banca Abril 2010	EUR	1.235	-	1.235	-	1.235	0,00%	28-Abr-08	28-Abr-10	Cabaz de acções
Seguros (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	16.082	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 acções
Solar (ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	246	14.519	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de acções
Super Rendimento Campeão	EUR	58.907	-	58.907	-	58.907	0,00%	23-Ago-07	23-Nov-12	Cabaz de 5 acções
Super Rendimento Mercados Emergentes	EUR	91.771	-	91.771	1.805	93.576	0,50%	23-Jan-06	25-Jan-10	Cabaz de fundos
Taxas de Câmbio (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.923	-	14.923	190	15.113	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	Taxas de câmbio
Taxas de Juro (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.923	-	14.923	190	15.113	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	Taxa de juro swap usd
Tecnologias Médicas I (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	14.460	0,62%	7-Nov-06	8-Nov-10	Cabaz de acções
Tecnologias Médicas II (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	14.460	0,62%	7-Nov-06	8-Nov-10	Cabaz de acções
Tecnologias Médicas III (SAUDE INVEST FEI)	EUR	14.181	-	14.181	279	14.460	0,62%	7-Nov-06	8-Nov-10	Cabaz de acções
Telecomunicações(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	16.082	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 acções
Totta Asia Investimento	EUR	59.243	-	59.243	3.705	62.948	1,67%	3-Abr-06	5-Abr-10	Cabaz de indices
Totta MultInvestimento	EUR	84.511	-	84.511	6.766	91.277	2,08%	28-Fev-06	28-Fev-11	Cabaz de fundos
Totta Rendimento Certo	EUR	54.986	-	54.986	-	54.986	0,00%	31-Jan-09	31-Jan-10	Euribor 1 Ano
Totta Rendimento Cresce 6%	EUR	57.053	-	57.053	1.241	58.294	0,50%	25-Ago-05	25-Ago-11	Cabaz de 2 indices
Utilities (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	288	16.082	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 acções
Valor Premium	EUR	11.665	-	11.665	-	11.665	0,00%	25-Jun-07	27-Jun-11	Indice Accionista FtseUROFIRST 80
Obrigações Hipotecarias I	EUR	1.000.000	-	1.000.000	29.021	1.029.021	4,75%	23-Mai-08	23-Mai-11	Fixa
Obrigações Hipotecarias II	EUR	1.000.000	-	1.000.000	6.411	1.006.411	3,25%	21-Out-09	21-Out-14	Fixa
		4.078.170	**-**	**4.078.170**	**67.328**	**4.145.498**				
EMTN		2.564.570	-	2.564.570	22.989	2.587.559				
Despesas com encargo diferido		(4.238)	-	(4.238)	-	(4.238)				
Correcções de Valor por Operações de Cobertura		(7.400)	-	(7.400)	-	(7.400)				
		6.631.102	**-**	**6.631.102**	**90.317**	**6.721.419**				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Montante			Periodificações	Total de Balanço	Taxa de juro		Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Emitido	Readquirido	Líquido						
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	EUR	297.750	-	297.750	37	297.787	Fixa	4,403%	Perpétuas	
Recursos do BST International Bank, Inc	USD	249.896	-	249.896	(402)	249.494	Fixa	7,010%	Perpétuas	
EMTN - Sucursal de Londres	EUR	300.000	-	300.000	191	300.191	Variável	0,997%	9 de Dezembro de 2015	
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	EUR	284.315	-	284.315	203	284.518	Variável	2,609%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	172.833	131.292	41.541	406	41.947	Variável	2,726%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	54.359	50.084	4.275	41	4.316	Variável	2,726%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		1.359.153	**181.376**	**1.177.777**	**476**	**1.178.253**				

Relatórios e Pareceres Individuais

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 do Banco Santander Totta, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 51.488.163 mEuros e capital próprio de 2.102.201 mEuros, incluindo um resultado líquido do exercício de 439.048 mEuros, as demonstrações individuais dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou o seu rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual do Banco Santander Totta, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco apresenta separadamente contas consolidadas, as quais reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2009 incluem uma redução do activo em 5.807.200 mEuros, um aumento das reservas e resultados transitados de 6.417 mEuros e um aumento do rendimento integral atribuível aos accionistas do Banco de 11.769 mEuros, incluindo um aumento do lucro do exercício atribuível aos seus accionistas no montante de 33.948 mEuros.

Lisboa, 21 de Abril de 2010

Augusta Francisco

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Santander Totta

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, SA**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2009.

2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do **BANCO SANTANDER TOTTA, SA** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respectivo relatório anual do Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.

5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2009, Demonstração dos resultados, Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.

6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

Santander Totta

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral do **BANCO SANTANDER TOTTA, SA** aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2009;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 22 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

António Mendo Castel-Branco Borges (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)